

DAUTO J. DA SILVEIRA

**ALIENAÇÃO E EMANCIPAÇÃO: A PRODUÇÃO DA EXISTÊNCIA DOS PESCADORES
ARTESANAIS DO TERRITÓRIO DE PESCA NO BAIXO VALE DO ITAJAÍ E TIJUCAS**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção
do grau de Doutor em Sociologia, no Curso de
Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências
Humanas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. José Luiz F. Cerveira Filho

CURITIBA, 2016

Catálogo na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Silveira, Dauto J. da

Alienação e emancipação: a produção da existência dos pescadores artesanais do território de pesca no baixo Vale do Itajaí e Tijucas / Dauto J. da Silveira – Curitiba, 2016.

232 f.

Orientador: Prof. Dr. José Luiz F. Cerveira Filho

Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Pesca artesanal - Pescadores. 2. Riqueza – Consciência. 3. Miséria - Solidariedade. 5. Ecologia humana. I. Título.

CDD 304.20981

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **DAUTO JOAO DA SILVEIRA**, intitulada: "**ALIENAÇÃO E EMANCIPAÇÃO: A PRODUÇÃO DA EXISTÊNCIA DOS PESCADORES ARTESANAIS DO TERRITÓRIO DE PESCA NO BAIXO VALE DO ITAJAÍ E TIJUCAS**", após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação.

Curitiba, 18 de Março de 2016.



Prof JOSE LUIZ FERNANDES CERVEIRA FILHO (UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)



Prof DIMAS FLORIANI (UFPR)



Prof MARLENE GRADE (UFSC)



Prof PAULO RICARDO OPUSZKA (UFSM)



Prof VILSON APARECIDO DA MATA (UFPR)

DEDICATÓRIA

Às minhas amadas mulheres

Anne e Clara

São dedicadas essas linhas como testemunho de profundo amor e admiração.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof José Luiz F. Cerveira Filho pela dedicação com que conduziu as orientações e pelos esclarecimentos.

Ao Prof. Idaleto Aued pela sempre honrosa atenção e pelas reflexões.

Ao Professor Vilson da Mata e à Marlene Grade pelos esclarecimentos na qualificação do projeto em 2015 e aos Professores Dimas Floriani e Paulo Opuszka por terem aceitado o convite para participar da Banca de defesa desta tese.

Ao Professor Francisco Ther Rios, à Silvana A. Sepulveda, à Asunción Dias Alvarez, à Catalina Alvares Burgos e ao Claudio G. Cortés por terem me atendido, no Programa Atlas, no sul do Chile, durante o meu estágio de doutoramento.

Ao Professor Gonzálo Saavedra pelas conversas junto à Universidade Austral de Valdivia no Chile.

Ao Jornalista e Prof. Silvio L. Melatti pela formatação geral da tese.

A todos os entrevistados do Município de Penha, pelas explicações sobre a história da pesca artesanal.

Aos meus pais.

Em especial, à minha grande companheira Anne E. R. Soto e à minha Clara S. da Silveira.

RESUMO

Partimos da concepção segundo a qual as características dos dias atuais são, de um lado, a impossibilidade dos homens em geral produzirem a existência sob o manto do capital e, de outro, o imenso avanço da riqueza social confrontando-se com os homens produtores diretos. No interior dessa contradição se manifesta a ausência de outro modo de produzir a existência para além da sociedade burguesa. Ao mesmo tempo regressar a estágios pretéritos de reprodução da existência é uma tarefa impossível, dado o estágio atual das forças produtivas e das relações sociais burguesas. Diante disso, o único caminho possível é a condução da vida à emancipação humana. Apreender estas questões é pressupor, sobretudo, que o modo de produção capitalista carrega em seu útero decisões que só podem ser resolvidas por ações sociais e não mais por ações individuais como outrora. O estudo do modo de produzir a existência dos pescadores artesanais e todo o aparato que se forma a partir da sua práxis, é uma forma de identificar, empiricamente, a possibilidade de realização desse caminho. Percebemos que na medida em que a sociedade capitalista evolve-se, os pescadores artesanais do Baixo Vale Itajaí e Tijucas vão perdendo os seus laços com o mundo passado; vão se tornando seres supérfluos para a produção burguesa e por tal razão a única tarefa que lhes resta é a luta pela emancipação. As lutas dos pescadores artesanais em todo o litoral brasileiro se fortaleceram a partir da criação do Ministério da Pesca e Aquicultura em 2003, especialmente, após o Plano de Desenvolvimento Sustentável Mais Pesca e Aquicultura, mas não necessariamente por conta das ações institucionais criadas por ele, ainda que mediadas por elas, e sim pela contradição existente entre elas e a superação do pauperismo social. O grau de consciência crítica alcançado se manifesta nas formas de organização política, especialmente, nas formas de intercâmbio, como a rede de organização de pescadores de outros lugares e vínculo fecundo com organismos internacionais, universidades, intelectuais, etc, ou seja, é a expressão da conexão universal, do ser social. Portanto, a criação de formas de lutas, de espaços de solidariedade, dos homens enquanto ser social, hominizando-se pelo próprio processo de reprodução da lógica capitalista. Para esta empreitada, utilizamos método dialético marxiano e os escritos auedianos sobre alienação e emancipação. Esperamos, com isso, ter a compreensão dos nexos, relações e mediações do modo de produzir a existência dos pescadores artesanais com a sociedade capitalista.

Palavras-chave: pescadores artesanais, riqueza social, miséria, consciência, solidariedade

RESUMEN

Partimos de la concepción según la cual las características de la actualidad son, por un lado, la incapacidad de los hombres en general de producir la existencia bajo el capital y, por otro, el inmenso progreso de la riqueza social chocando con los hombres productores directos. Dentro de esta contradicción se manifiesta la ausencia de producir la existencia más allá de la sociedad burguesa. Al mismo tiempo, el retorno a etapas pasadas de la reproducción de la existencia es una tarea imposible teniendo en cuenta el estado actual de las fuerzas productivas y las relaciones sociales burguesas. Por lo tanto, la única manera posible es la conducta de la vida a la emancipación humana. Captar estas cuestiones es presuponer especialmente que el modo de producción capitalista lleva en su vientre decisiones que sólo se pueden resolver mediante acciones sociales y no por las acciones individuales como antes. El estudio de la forma de producir la existencia de los pescadores artesanales y todo el aparato que se forma a partir de su práctica es una manera de identificar, empíricamente, la posibilidad de lograr de esta manera. Nos damos cuenta de que en la medida en que la sociedad capitalista se desarrolla, los pescadores artesanales del Bajo Valle Itajaí y Tijucas están perdiendo sus lazos con el mundo pasado; Se están convirtiendo en seres superfluos para la producción burguesa y por esa razón la única tarea que queda es la lucha por la emancipación. Las luchas de los pescadores artesanales a lo largo de la costa brasileña se han reforzado con la creación del Ministerio de Pesca y Acuicultura en 2003, especialmente después del Plan de Desarrollo Sostenible Más Pesca y Acuicultura, pero no necesariamente debido a las acciones institucionales creados por él, aunque mediado por ellas, pero a la contradicción entre ellas y la superación de la pobreza social. El grado de conciencia crítica logrado manifiesta en las formas de organización política, sobre todo en las formas de intercambio, como la red de organización pesquera en otros lugares y fructífera relación con las organizaciones internacionales, universidades, intelectuales, etc., es decir, la expresión de la conexión universal, del ser social. Por lo tanto, la creación de formas de luchas, de espacios solidarios de los hombres como ser social, hominizándose por el mismo proceso de reproducción de la lógica capitalista. Para esta tarea, utilizamos el método dialéctico de Marx y los escritos de Aued sobre la alienación y la emancipación. Esperamos, por lo tanto, tener la comprensión de los vínculos, relaciones y mediaciones en el modo de producción de la existencia de los pescadores artesanales con la sociedad capitalista.

Palabras clave: pescadores, la riqueza social, la pobreza, la conciencia, la solidaridad

Índice de figuras

Figura 1 - Vetores históricos do Modo de Produção Capitalista.....	26
Figura 2 - Quadro de ocupações dos pescadores artesanais em Penha.....	32
Figura 3 - Distribuição dos territórios da pesca e da aquicultura.....	177
Figura 4 - Mapa do Território do Baixo Vale do Itajaí e Tijucas.....	179
Figura 5 - No destaque, a posição do Vale do Itajaí.....	191
Figura 6 - A posição central de Penha na região.....	192

Índice de tabelas

Tabela 1 - Produção da aquicultura continental e marinha do Brasil de 2008 a 2011 (em t)..	153
Tabela 2 - Produção da aquicultura marinha de 2008 a 2011, por região e UF (em t).....	153
Tabela 3 - Produção da aquicultura continental de 2008 a 2011, por região e UF (em t).....	154
Tabela 4 - Produção extrativa continental e marinha do Brasil de 2008 a 2011 (em t).....	156
Tabela 5 - Produção de pesca extrativa marinha de 2008 a 2011, por região e UF (em t).....	157
Tabela 6 - Produção de pesca extrativa continental de 2008 a 2011, por região e UF (em t).	158
Tabela 7 - População residente por situação de domicílio.....	180
Tabela 8 - Distribuição dos pescadores artesanais do TBVIT, por município.....	180
Tabela 9 - Distribuição dos pescadores industriais do TBVIT, por município.....	182
Tabela 10 - Distribuição dos pescadores, por categoria, nos municípios do TBVIT.....	183
Tabela 11 - Distribuição de lucros da pesca industrial de Penha, 2014, em R\$.....	206

Índice de gráficos

Gráfico 1	Sexo.....	198
Gráfico 2	Quem faz o beneficiamento do produtor?.....	199
Gráfico 3	Você nasceu no Município de Penha?.....	201
Gráfico 4	Seu Pai nasceu no Município de Penha?.....	201
Gráfico 5	Seu mãe nasceu no Município de Penha?.....	202
Gráfico 6	Seu pai era pescador artesanal?.....	205
Gráfico 7	Ele vivia exclusivamente da pesca?.....	206
Gráfico 8	A pesca artesanal é a sua principal fonte de renda?.....	208
Gráfico 9	Você já trabalhou na pesca industrial?.....	209
Gráfico 10	Como se dá o processo de comercialização da produção?.....	209
Gráfico 11	É positivo o uso de tecnologias no processo de produção pesqueiro artesanal?.....	210
Gráfico 12	Como é a sua relação com as atividades da Colônia ou da Associação?.....	211
Gráfico 13	Você conhece as políticas públicas criadas pelo MPA?.....	212
Gráfico 14	Você pretende que o seu filho seja pescador artesanal?.....	212

Índice de siglas

Acaresc	Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina
Acarpesc	Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina
Acopesca	Associação das Colônias de Pescadores
Amap	Associação dos Maricultores de Penha-SC
Amfri	Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí
ANP	Articulação Nacional das Pescadoras do Brasil
BNCC	Banco Nacional de Crédito Cooperativo
Ceades	Instituto de Estudos e Assessoria ao Desenvolvimento
Ceat	Comitê Executivo das Ações Territoriais
Cese	Coordenação Ecumênica de Serviços
Codepe	Conselho de Desenvolvimento da Pesca
Cimi	Conselho Indigenista Missionário
Compesca	Comitê da Cadeia Produtiva da Pesca e Aquicultura
Coopermape	Cooperativa dos Maricultores de Penha
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
Conape	Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca
Confespa	Confederação dos Sindicatos dos Pescadores Artesanais
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Cnap	Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DPSL	Diretoria da Pesca e Saneamento do Litoral
Disoc	Diretoria de Estudos e Políticas Sociais
Epagri	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
Fiesp	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
Iasc	Instituto de Apicultura de Santa Catarina
ICP	Inspetoria de Caça e Pesca
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPDP	Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Ipep	Instituto de Pesquisas e Extensão da Pesca
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Misereor	Obra Episcopal da Igreja Católica da Alemanha
Monape	Movimento Nacional dos Pescadores
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MPP	Movimento de Pescadores e Pescadoras do Brasil
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
Nectas	Núcleo de Estudos de Comunidades Tradicionais
PDSMPA	Plano de Desenvolvimento Sustentável Mais Pesca e Aquicultura
PDTPA	Plano de Desenvolvimento Territorial de Pesca e Aquicultura
Pescart	Programa de Assistência ao Pescador Artesanal
PIB	Produto Interno Bruto
PPA	Plano Plurianual de Ação
Prev-Saúde	Programa Nacional de Serviços Básico de Saúde
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RGP	Registro Geral da Pesca
Seap	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SCP	Serviço de Caça e Pesca
SGPR	Secretaria Geral da Presidência da República
SIDMS	Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável
Sudepe	Superintendência de Desenvolvimento da Pesca
TBVIT	Território Baixo Vale do Itajaí e Tijucas
TPP	Terminal Pesqueiro Público
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
Univali	Universidade do Vale do Itajaí
ZEE	Zona Econômica Exclusiva

Sumário

INTRODUÇÃO.....	15
1 ANTECEDENTES E MARCO TEÓRICO DA PESQUISA.....	22
1.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS PRELIMINARES.....	24
1.1 PRODUÇÃO MERCANTIL SIMPLES E AMPLIADA: PROCESSO DE TRANSIÇÃO DO PESCADOR-LAVRADOR EM SER HISTÓRICO.....	33
1.2 GLOSAS SOBRE O CONCEITO DE ALIENAÇÃO.....	41
1.3 COOPERAÇÃO E EXISTÊNCIA COLETIVA: OU O DESABROCHAR DA EMANCIPAÇÃO HUMANA.....	48
2 NOSSA APREENSÃO SOBRE O MÉTODO.....	54
2.1 CULTURA E MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO: LIMITES E PERSPECTIVAS DE TRANSFORMAÇÃO.....	57
2.2 PROGRESSO NA MODERNIDADE: ENCONTROS E DESENCONTROS.....	67
2.2.1 Tecnologia e historicidade: ou como ocultar o caráter dialético da história.....	80
2.2.2 À guisa de parênteses: pescador artesanal e tecnologia.....	87
2.3 ESTADO E LUTAS SOCIAIS NA SOCIEDADE CAPITALISTA: OU QUANDO A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA É UM GRANDE PROGRESSO.....	92
3 ORGANIZAÇÃO POLÍTICA AUTÔNOMA DOS PESCADORES ARTESANAIS: OU COMO OS HOMENS BUSCAM A SUA HOMINIZAÇÃO.....	108
3.1 AS CONTRADIÇÕES DO REAL: O PROCESSO EMBRIONÁRIO DE UMA CONSCIÊNCIA CRÍTICA É A PERDA DAS ILUSÕES?.....	116
3.1.1 Movimento nacional dos pescadores artesanais.....	119
3.1.2 I Conferência Nacional dos Pescadores Artesanais.....	122
3.1.2.1 Assimetria entre políticas públicas e o cotidiano da pesca artesanal.....	122
3.1.3 Encontros como parte das mediações e articulações políticas.....	125
3.1.4 O município de Penha e os pescadores artesanais: limites da organização política.....	127
4 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESCA NO BRASIL.....	129
4.1 BREVES NOTAS SOBRE A PESCA NO PERÍODO COLONIAL.....	129
4.2 A CRIAÇÃO DAS COLÔNIAS DE PESCA COMO FORMA DE MODERNIZAÇÃO.....	135
4.3 A CRIAÇÃO DA SUDEPE E O PESCAART.....	140
4.4 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESCA EM SANTA CATARINA.....	142
4.4.1 A ACARPESC E A EXPERIÊNCIA DO ASSOCIATIVISMO.....	143
5 O GOVERNO PETISTA E A MODERNIZAÇÃO DA PESCA NO BRASIL.....	147
5.1 SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA.....	147
5.2 AS TRÊS CONFERÊNCIAS NACIONAIS DA PESCA E AQUICULTURA.....	149
5.2.1 I CONFERÊNCIA NACIONAL.....	149
5.2.2 II CONFERÊNCIA NACIONAL.....	161
5.2.3 III CONFERÊNCIA NACIONAL.....	165

5.3 PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAIS PESCA E AQUICULTURA.....	168
5.3.1 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	172
5.4 A CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA.....	173
6 TERRITÓRIO DO BAIXO VALE DO ITAJAÍ E TIJUCAS.....	176
6.1 IDENTIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO DA PESCA E AQUICULTURA.....	177
6.2 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DO BAIXO VALE DE ITAJAÍ E TIJUCAS	178
6.3 PLANEJAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO BAIXO VALE DE ITAJAÍ E TIJUCAS: QUAL O VÍNCULO COM O MUNDO DA PESCA ARTESANAL?.....	183
6.4 COLEGIADO TERRITORIAL DA PESCA: A TENTATIVA DE DEMOCRATIZAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO SETOR PESQUEIRO.....	184
6.5 A EXTINÇÃO DOS TERRITÓRIOS DA PESCA: PROBLEMAS DE ORDEM INSTITUCIONAL OU CONTRADIÇÕES DO REAL?.....	186
6.6 CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS DE PENHA.....	190
6.7 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESCA ARTESANAL EM PENHA.....	192
6.8 OS PESCADORES ARTESANAIS DE PENHA NA ATUALIDADE.....	196
6.8.1 ANÁLISE DE DADOS.....	196
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	214
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	224

INTRODUÇÃO

Se, no tempo de Karl Marx, a riqueza se valorizava em si, num processo contínuo e crescente, enquanto os homens se desvalorizavam a ponto de se produzirem como miseráveis mercadorias, no de hoje a riqueza continua se valorizando em si e para si; porém, ela depende quantitativamente cada vez menos de homens e mais da ciência. Quanto aos homens, muitos deles já não conseguem nem mesmo se constituir como miseráveis mercadorias, transformam-se em coisas descartáveis, como qualquer objeto supérfluo. Melhor dizendo, para ser coerente com meu raciocínio, transformam-se em desnecessidade numa dimensão inversamente proporcional à ordem crescente do capital.
(AUED, 2004)

A epígrafe acima é contundente. Entretanto, há outra dimensão não menos contundente: a virtuosidade do mundo burguês. O evoluir da sociedade capitalista também é o explicitar do ser histórico, na medida em que o ato da produção deixa de ser individual e passa a ser um ato coletivo, isto é, a existência só pode ser produzida pela união de todos os homens, dado o alcance das forças produtivas do trabalho social. É, dessa forma, pois, que a combinação entre a miséria dos povos, que se expressa em *coisas descartáveis*, e o caráter positivo da universalidade do ser social cria as condições sociais à emancipação. Isso nos leva a pressupor que a afirmação segundo a qual a miséria, enquanto aspecto revolucionário, subversivo, torna-se um fenômeno histórico considerável para este trabalho de doutoramento.

Estamos convencidos que a impossibilidade de produzir a vida, enquanto produtores de riqueza, tornou-se um registro histórico que deve ser apreciado e em muito difere dos tempos pretéritos. Da mesma forma que os pressupostos de Marx & Engels (2007, p. 41) foram “os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de existência, quer se trate daquelas que encontrou já elaboradas quando do seu aparecimento quer das que ele próprio criou”, acreditamos na força dos pressupostos atuais. Não podemos, ao mesmo tempo, ter a ingenuidade em acreditar que o salto teleológico virá automaticamente, pela força dos desejos humanos ou coisa parecida. Como vimos, dependerá das condições materiais de produção imputadas acima.

É mister por em relevo que, no caso específico dos pescadores artesanais brasileiros, as formas de lutas emancipatórias, ainda que circunscritas ao capital, nasceram, não só das impossibilidades históricas enfrentadas, mas, contraditoriamente, do processo de fortalecimento institucional, como a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), por exemplo. O curioso é que o cenário institucional, criado para a sorte dos envolvidos, simultaneamente, engendrou formas indescritíveis de regurgitamento. É possível, dentro da ordem capitalista, instituições sociais serem duas coisas

ao mesmo tempo?

A nossa pesquisa de doutoramento tentará tocar nesta questão. Para além dela, outros questionamentos serão feitos, quais sejam: i) qual a relação entre as lutas sociais, enquanto forma de consciência, e as condições materiais dos pescadores artesanais?; ii) na antinomia da sociedade capitalista é possível relacionar o fortalecimento dos fios sociais à concentração e centralização da riqueza? e iii) é possível identificar, no interior das lutas sociais, o componente concreto, enquanto um salto teleológico à emancipação?

O tema das lutas emancipatórias do pescador artesanal tem um significado todo especial no tempo presente. Se não bastasse a desvalorização material a que estão submetidos, há ainda um aviltamento colossal penetrante. Em boa verdade, encontramos essas duas expressões circunscritas ao *modus vivendi* dos povos vulneráveis em qualquer canto do mundo, mas, no Brasil, a compreensão que temos é que para este grupo social de desconhecidos singulares, cuja preterição sempre foi tão latente, o fortalecimento dessas lutas ganha outra coloração social.

No Brasil, podemos afirmar, ainda que soe estranho, que a emancipação desses povos goza de uma longa tradição na “sociologia autônoma”. É possível identificar uma preocupação teórica, nas obras de Sylvio Romero, de Euclides da Cunha, de Azevedo Amaral, de Alberto Guerreiro Ramos, de Caio Prado Jr. e de Álvaro Vieira Pinto¹. Ainda que esta lista não termine nesses autores e tampouco haja uma unidade teórica entre eles, não é equivocado extrair dela um grau de preocupação importante com a desnecessidade desses sujeitos para as relações burguesas. Em outras palavras, o que está claro, para estes autores, é o evidenciamento da singularidade face à universalidade capitalista.

Os fundadores da “sociologia autêntica brasileira”, boa parte deles banhada pelo horizonte marxiano, nos revelam a importância das lutas sociais enquanto forma de superação do pauperismo. Portanto, se assim o era, é possível afirmar, dado o aguçamento das contradições da sociedade capitalista no tempo presente, que tal importância ultrapassou a premência revelada, uma vez que a característica marcante dos dias atuais é a impossibilidade dos homens em geral, assalariados e capitalistas, reproduzirem-se sob o manto das relações burguesas.

A formação da consciência crítica dos povos oprimidos, em geral, e dos pescadores artesanais, em particular, está associada ao grau de desenvolvimento da sociedade capitalista,

¹ Não aprofundaremos a discussão sobre o papel das lutas emancipatórias na obra desses autores. O nosso único objetivo, ainda que seja insuficiente, é mostrar que no interior do arcabouço teórico deles há um elemento evidente de preocupação com a emancipação política dos povos vulneráveis brasileiros.

razão pela qual, nos últimos trinta anos, ganharam notória importância, enquanto objeto da sociologia. É assim que podemos encaixar a discussão teórica à perspectiva analítica adotada. Estamos profundamente convencidos que se faz necessário colocar o tema da emancipação desses povos desta forma.

As condições materiais engendram a autoconsciência desses pescadores, representada na complexa organização de instituições sociais. É digno de nota o fato do Estado brasileiro, através de suas instituições, de seus acordos, de seus convênios e tratados com outros países e organismos internacionais, ter sido sempre uma instituição atuante no processo de fortalecimento destas comunidades artesanais. No entanto, a força das lutas atuais é diretamente proporcional ao processo de fortalecimento impetrados pelo próprio Estado brasileiro. O que queremos salientar é que, não obstante as ações do Estado, há uma forma de luta que se ossifica, enquanto ato teleológico, de dois modos: i) mediante a tomada de consciência dos limites impostos pelo Estado e ii) na medida em que os pescadores artesanais desvalorizam-se como ser a única defesa que lhes resta é a consciência da sua própria existência. Esses dois modos combinados é sinal claro de um fenômeno histórico inexorável.

Podemos demonstrar que esse processo resultou em profundas implicações de ordem: i) ambiental, ii) socioeconômica e iii) política.

No primeiro caso, dado os imperativos capitalistas, temos a transformação da relação social que, historicamente, marcou os povos autóctones com o meio ambiente, ou melhor, se havia para esses povos, em última instância, uma dependência às leis da natureza, onde a finalidade da produção não era a criação de um valor, embora eles pudessem gerar excedente para a troca de outros produtos, com a instalação da sociedade burguesa moderna, ela passa a ser também objeto da reprodução do capital de modo generalizado². Destarte, assistimos a imensa privatização de áreas marinhas, antigamente destinadas aos pescadores artesanais, para dar garantia à reprodução do capital, a instalação e ampliação sistemática de terminais portuários, a dar sustentação ao mercado mundial de transporte de mercadorias, ao avanço do setor imobiliário na costa brasileira e à urbanização crescente das cidades litorâneas, etc.

No tocante à ordem socioeconômica assistimos, particularmente, no século XX, a um profundo processo de industrialização da pesca, provocando alterações substanciais no modo

² A distinção entre produção de mais valia e de simples trabalhos excedentes, ou a produção para o consumo e a produção para a troca generalizada e, ainda, “a produção voltada a manutenção do proprietário particular e de sua família bem como de toda a comunidade e a produção baseada na troca do trabalho livre por dinheiro como a finalidade de reproduzir e valorizar o dinheiro”, como sugere Quaini (1979, p. 88) será discutido no capítulo II desta tese.

de produzir a existência desses pescadores. Até a concretização do MPA, em 2003, momento a partir do qual os pescadores artesanais, de alguma forma, alteraram a correlação forças e obtiveram algumas vantagens, foram criadas, em 1962, a Sudepe, cujo objetivo era o exclusivo desenvolvimento do setor industrial, e aquícola; em 1973, a política de créditos e incentivos fiscais aos industriais, em convênio com o Ministério da Agricultura, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) e, em 1992, o Departamento de pesca e Aquicultura e a Lei 9.649 dando incentivos à pesca oceânica e aquícola. Neste interim, foi criado, em 1967 o Programa de Assistência ao Pescador Artesanal (PES CART), cujo objetivo era dar assistência técnica aos pescadores e às suas organizações, dado o enorme abandono produzido pelas políticas industriais anteriores e, em 1980, o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro (IPDP) com o objetivo de prestar assistência técnica aos pescadores artesanais.

Podemos perceber, que de 1950 em diante, o problema mais marcante foi a transformação radical do modo de produzir a existência dos pescadores artesanais. O caminho inevitável foi o assalariamento em barcos de pesca, mais tarde em plataformas de petróleo, gaiolas aquícolas, etc, ou em atividades informais atreladas ao turismo.

Por último, as implicações de ordem política são assaz oportunas para esta tese, já que com elas emergem formas de lutas modernas com o objetivo de garantir a existência das comunidades tradicionais. É desta condição, enquanto ato teleológico, pois, que se concretiza um ser genérico que nega as condições do passado e constrói um novo horizonte existencial. É particularmente importante este ato, ora em análise, haja vista que estas formas de lutas forjam um ser social genérico, de existência coletiva, que se contrapõe ao ser social do capital.

Se é verdade que com a evolução do processo de hominização a ciência e a tecnologia, como veremos à frente, exercem um papel decisivo, não é menos verdade que no útero das relações sociais os homens estão em plena transformação, em processo de emancipação, na busca do ser genérico, ainda que esse caminho não esteja claro para eles, ou está a se manifestar enquanto lutas travadas no interior da sociedade capitalista.

Ao afirmarmos os limites da pesca artesanal enquanto forma de produzir a existência na sociedade capitalista, duas questões emergem: a) o Plano de Desenvolvimento Sustentável Mais Pesca e Aquicultura (PDSMPA) produto dos avanços do MPA, dá aos pescadores artesanais possibilidades de superar a sua condição social? b) Ou é uma forma de reprodução dos pescadores artesanais por meio do Estado e de suas formas políticas?

Parece-nos que a produção da existência via forma pretérita é a marca dos pescadores artesanais na sua busca de se fazer existente, de encontrar a estabilidade em um mundo completamente oscilante, ou ainda, de superar o tormento do cotidiano através das lutas sociais no interior das organizações sociais, das associações, das colônias, via políticas públicas e aparelhos do Estado.

Diante do que dissemos é mister perguntar: qual foi o papel dos pescadores artesanais, ao longo das suas organizações políticas, neste processo construtivo das políticas públicas nos dois governos que ora analisamos? Considerando o avanço das formas modernas, é possível dizer que os pescadores artesanais não só se fortalecem politicamente na modernidade como, dialeticamente, conseguem ter uma consciência crítica em torno das lutas que devem imprimir na história? O que devemos fortalecer nesta discussão, é que se há contração das comunidades tradicionais na modernidade, a forma mais contundente de enfrentá-las é, senão, conceber tal momento histórico enquanto expressão do processo social de produção e que, portanto, os embates travados devem estar no mesmo grau de complexidade. Para dar conta de tudo o que dissemos organizamos a tese em seis capítulos.

No primeiro capítulo mostraremos os antecedentes e o marco teórico da pesquisa. Os antecedentes da pesquisa serão apresentados como forma de registrar o nosso vínculo, subjetivo e objetivo, com a temática, ora perquirida. Já no marco teórico, dissertaremos acerca dos elementos teóricos fundantes. Mostraremos como se realiza a produção e reprodução da existência na sociedade capitalista e os dinamismos internos que permitem pensar a sua própria superação. Discutiremos ainda uma questão clássica no terreno teórico sobre as comunidades de pescadores artesanais, qual seja, a produção mercantil e ampliada, ou a transformação de pescador-lavrador em pescador artesanal. Não deixaremos de falar das mudanças sociais vivenciadas, por este último, assim que assistimos o avanço das relações sociais capitalistas. Outra questão, de extrema importância para esta tese, é o conceito de alienação, cooperação e de emancipação, sem os quais a nossa reflexão não ganharia força e profundidade analítica.

Ao dar prossecução ao trabalho, falaremos sobre o método, enquanto expressão dos processos sociais materiais, mais precisamente, como o objeto teórico de pesquisa aparece aos nossos olhos. Ou seja, ao falar de cultura, progresso, tecnologia e Estado, teremos como preocupação a exposição dos elementos mais simples que regem a dinâmica do modo de produção capitalista. Apresentaremos os instrumentos complexos que caracterizam a formação social moderna e a origem histórica do progresso tecnológico e suas implicações; no horizonte o que

ressaltaremos é o fato segundo o qual a aplicação da tecnologia, por meio das suas máquinas automáticas, por exemplo, é só uma relação do nosso *modus vivendi* moderno, como o foi a canoa monóxila para os povos primevos. Ao mesmo tempo, não perderemos de vista as formas de lutas sociais que vão sendo travadas no seio destes processos.

Será evidenciado no terceiro capítulo as organizações políticas propriamente ditas, isto é, como elas foram ganhando força e dimensão universal na medida em que as antinomias do tempo aguçavam-se. A pedra de toque deste capítulo será mostrar que há um íntima relação, entre as limitações do mundo material e a riqueza social, no processo de organização interno dos povos. Portanto, não partiremos da miséria humana enquanto uma expressão causal, mas como um aspecto revolucionário, um caminho dialético de construção do ser social. É dessa forma que a conexidade entre os elementos propulsores e o fortalecimento das organizações dos pescadores artesanais ganham dimensões decisivas.

A institucionalização da pesca, título do capítulo quatro, terá como mira os avanços das organizações presididas pelo Estado brasileiro e as relações estabelecidas entre os interesses dos pescadores artesanais e o avanço das relações capitalistas, ao longo do litoral brasileiro. O objetivo será evidenciar que tal desenvolvimento institucional foi movido por uma ambiência contraditória e que por meio da qual os pescadores depararam-se com as limitações impostas e perderam as ilusões, ainda que pelo avesso.

O capítulo cinco mostrará a importância do MPA, para toda a cadeia produtiva da pesca no Brasil, e a forma de participação dos pescadores artesanais. O que apregoava o Estado brasileiro, neste período, era a afirmação segundo a qual haveria participação efetiva, por meio das conferências e dos colegiados da pesca. Destacaremos a forma pela qual se deu a participação dos pescadores artesanais durante as conferências e o PDSMPA.

No sexto capítulo evidenciaremos como os planos acima foram implementadas, planejados no Território do Baixo Vale do Itajaí e Tijucas (TBVIT). Além disso, destacaremos o efêmero colegiado da pesca e os resultados da democratização das políticas públicas por ele obtidos, bem como as razões da precoce extinção da política dos territórios. Para finalizar este capítulo, em relevo colocaremos os resultados da pesquisa de campo realizada no Município de Penha, uma das regiões mais importantes, no que concerne à pesca artesanal e os seus vínculos com a pesca industrial, com o turismo e com a maricultura e com a organização da pesca artesanal e o envolvimento dos pescadores com o PDSMPA, objetivando compreender as formas de lutas que lá foram processadas.

Finalmente, nas considerações finais apresentaremos as conclusões desta pesquisa.

1 ANTECEDENTES E MARCO TEÓRICO DA PESQUISA

Até então o homem ou antes o primata de que procede era um produzido pelo produzido pela natureza, e como tal obrigado a uma conduta invariável, a única que lhe asseguraria a sobrevivência. Mas a partir da etapa em que no processo de diferenciação biológica se afirma em espécie à parte, o homem se torna um produzido pelo produzido por sua intervenção voluntária e progressivamente consciente daquilo que a natureza lhe oferece, ou seja, deixa de ser um produzido puro para se tornar um produzido produtor do que o produz.
(VIEIRA PINTO, 1979)

Para nós, é, particularmente, importante discutir o mundo pesqueiro artesanal e suas contradições no tempo presente, por duas razões: a) subjetiva e b) objetiva. No primeiro caso, significa um resgate do nosso passado familiar, ou seja, o fato de vivenciarmos as práticas de subsistência, o conhecimento tradicional pesqueiro do meu avô materno (descendente de açorianos) e uma ligeira passagem pelos caminhos da pesca artesanal, traz um horizonte concreto de possibilidades para nos aprofundar na temática. Meu avô foi por muito tempo pescador artesanal, especialmente depois de perder o emprego como policial militar. A pesca, para ele, tinha um sabor especial: era o único meio de subsistência possível. As histórias contadas, por minha mãe, de que para se chegar até a Lagoa da Conceição, usava-se um burro como meio de transporte e nas laterais um cesto feito de cipó no interior do qual algumas coisas eram carregadas, desde instrumentos de pesca até os imaginários recônditos da minha mãe, que sem saber o que estava acontecendo acordava pela madrugada e era colocada no tal cesto para ajudar na pescaria. Essa situação passou gerações e eu muitas vezes fiz parte das pescarias do meu avô e muitas vezes fi-la com meus amigos no rio das Três Pontes do Bairro Itacurubi, na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina. É mister notar esta razão subjetiva para a pesquisa, porque hoje estamos diante de livros impressos e digitais, computadores, máquinas fotográficas digitais dando sentido ao que outrora era prática cotidiana. Isso evidencia a dimensão do tempo presente, isto é, apresenta elementos culturais que se transformam, contudo mantêm as cores do passado.

A razão objetivo/teórica começa com o meu ingresso no curso de Mestrado da Universidade Federal de Santa Catarina e a constatação teórica das origens das condições históricas de sobrevivência dos pescadores artesanais. Na nossa pesquisa de mestrado, analisamos as condições de existência dos pescadores artesanais do Bairro Bela Vista, na cidade de São Francisco do Sul, no Estado de Santa Catarina e percebemos que na medida em que o modo de produção capitalista se derramava no bairro, através da ampliação da estrutura portuária,

dois fenômenos se processavam: i) um maior desarranjo das práticas tradicionais, sem, contudo, suplantando o contato com o passado, apenas a pesca artesanal dava-se de outro modo e, ii) um maior vínculo empregatício com as novas formas produtivas portuárias. Diante disso, percebemos que o aguçamento deste quadro fortalecia as formas de lutas sociais comunitárias em torno da Associação Comunitária do Bairro Bela Vista por melhores condições sociais e políticas e aprofundava a dependência dos pescadores artesanais às atividades profissionais portuárias. A nossa pesquisa não ultrapassou essa linha de observação.

O limite imposto pela investigação de mestrado foi a força motriz para aprofundarmos alguns temas no projeto de doutorado. O primeiro dos quais versa sobre as formas políticas e culturais da tradição e a sua incansável luta para não serem dissolvidas pelo tempo presente. A compreensão de que com a modernidade há um desarranjo dessas formas, se tornava patente, mas outras inquietações se explicitavam, a saber: as lutas sociais devem carregar o elemento cultural como forma decisiva e distintiva dos povos subalternos? É possível afirmar que, dialeticamente, a dimensão política dos pescadores artesanais, advinda do maior grau de conscientização crítica das suas condições sociais, avança com o acirramento da sociedade capitalista?

O segundo tema diz respeito ao fortalecimento institucional, especialmente na esfera federal, que deu guarida à gestão da pesca e aquicultura nos últimos anos. É assim que entendemos a presença do Estado no tocante à sua responsabilidade, ao desenvolvimento sustentável do setor e aos estudos técnicos que estabeleceram as áreas apropriadas e legalmente adequadas. A pesca artesanal, neste contexto, recebeu tons marcantes onde na contradição da modernidade levou-se em conta a natureza da sua existência singular.

A criação do MPA, mormente o destaque dado ao PDSMPA, a promulgação da nova Lei da Pesca³ (11.959/2009) sendo considerada uma referência para a política pesqueira e aquícola no país e o maior comprometimento dos Estados e Municípios, na tarefa de consolidar uma política de Estado, foram decisivos para o setor pesqueiro.

No tocante ao conjunto do fortalecimento institucional podemos destacar a assimetria entre a proposta modernizadora da pesca e a incapacidade de garantir as condições de produção materiais de existência dos pescadores artesanais sem que esses percam as suas atividades tradicionais de puro saber empírico consubstanciada pela robusta teia de costumes e hábitos

³ Essa lei suprimiu a Lei 7.679 de 23 de novembro de 1988 e dispositivos do Decreto-Lei 221 de 1967.

engendradora de geração a geração⁴. Essa assimetria manifesta-se peremptoriamente quando se observam os dois grandes pontos que atravessam o projeto de modernização, quais sejam: a geração de renda e emprego.

Uma análise mais cuidadosa sobre estes dois pontos nos revelará questões submersas fundamentais, mas que a primeira vista escondem-se no calor da contradição. A primeira pergunta que se deve fazer é a seguinte: o que é renda e emprego no âmbito da pesca no Brasil? Ao propor renda e emprego como forma de superar as penúrias históricas, não estaria o MPA engendrando outra força que desmantelaria toda a estrutura tradicional da pesca?

O Estado⁵ exerce um papel contraditório para os pescadores artesanais: de um lado permite a produção da existência via renda, portanto permite que eles se junjam às políticas sociais que, no horizonte, melhoram as suas vidas, as suas atividades pesqueiras e, de outro, permite uma miríade de práticas capitalistas circunscritas ao mar e que no horizonte restringem as mesmas práticas pesqueiras artesanais. Essas formas sociais são elas mesmas as expressões da incapacidade da pesca artesanal no modo de produção capitalista. No entanto, a superação desta condição só é possível no interior da própria sociedade capitalista.

1.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS PRELIMINARES

Queremos sublinhar neste item uma questão que atravessará o nosso trabalho de doutoramento, qual seja, de que a marca indelével do nosso tempo é a impossibilidade dos homens em geral, assalariados e capitalistas, reproduzirem-se através do salário e lucro. É mister debruçarmo-nos sobre a formação da sociedade burguesa e destacarmos que o tipo de relação social que nela se processa alcança, nos dias atuais, a sua plena insuficiência. Aued (2002) demonstra que os descaminhos, enquanto expressão empírica da desestruturação da ordem social vigente, podem ser percebidos de duas formas: i) no tocante aos não-proprietários de meios de produção, pelo crescente grau de violência urbana e rural, pela miséria humana que afeta a

⁴ O pescador artesanal é aquele que se apropria de instrumentos de produção de baixa capacidade tecnológica como: redes, aparelhos de arrasto semi-mecanizados e móveis. A fonte de conhecimentos na pesca advém, geralmente, da tradição, dos conhecimentos transmitidos por gerações passadas. Dias-Neto & Dornelles (1996, p. 15) entendem que “a pesca artesanal (ou de pequena escala) contempla tanto as capturas, com o objetivo comercial, associado à obtenção de alimento para as famílias dos participantes, como o da pesca com o objetivo essencialmente comercial. Pode, inclusive, ser alternativa sazonal ao praticante, que se dedica durante parte do ano à agricultura – pescador/agricultor”. Por sua vez, Diegues (1983, p. 16) afirma que “a pesca artesanal ou de pequena escala parte de um processo de trabalho baseado na unidade familiar, ou no grupo de vizinhança; tem como fundamento o fato que os produtores são proprietários de seus meios de produção (redes, anzóis etc.).”

⁵ O tema do Estado será desenvolvido com mais detalhes no capítulo II.

maioria da população mundial, pelo narcotráfico e pela prostituição, etc. e ii) no tacante aos proprietários de meios de produção, pela corrupção e pela dívida pública, enquanto formas estruturais infiltradas no coração do estado capitalista.

Diante do exposto, estamos a considerar o modo de produção capitalista enquanto uma formação social que em cuja base encontram-se o produtor direto transformado em trabalhador livre, isto é, em livre proprietário da sua força de trabalho, de um lado, e o proprietário de dinheiro, de meios de produção e de meios de subsistência, comprando a força de trabalho alheia, de outro, para que as condições de reprodução do modo de produção capitalista se materializem. “O surgimento da sociedade capitalista deu-se através do processo de expropriação dos trabalhadores diretos de seus meios de produção e de subsistência, e não pela generalização das relações mercantis” (AUED, 2002, p. 56). E, ainda: “a generalização das relações mercantis é resultado do modo de produção capitalista e não um pressuposto de sua constituição”. É assim que podemos conceber o papel da violência, da rapinagem, do assassinato, etc. enquanto formas necessárias para a manutenção do fluxo de produção e reprodução do capital.

Segundo Aued (2002, p. 57) quando Marx explicita, teoricamente, os conteúdos das categorias mercantis, “o faz para demonstrar que elas são condições necessárias para a existência da sociedade burguesa, porém, não são condições suficientes para estruturar a sociedade capitalista”. Esse processo social de produção constitui-se a partir do século XVI, na Europa Ocidental, e sobre o qual se erguem instituições políticas, mercados globais e concorrência, etc., consolidado pela Revolução Industrial Inglesa e depois pela Revolução Francesa.

O evoluir do modo de produção capitalista engendra três vetores históricos, conforme mostraremos na Figura 1: i) a produção da mais-valia, ii) a produção da própria sociedade capitalista e iii) a negação da sociedade capitalista.

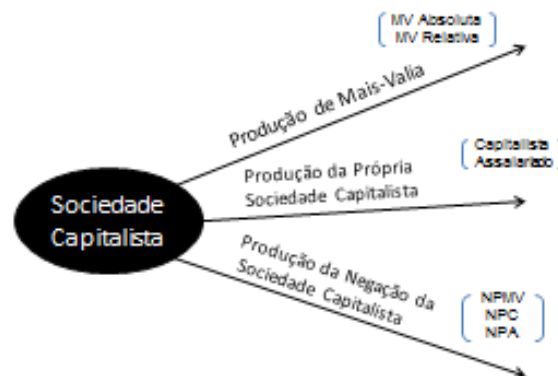


Figura 1 - Vetores históricos do Modo de Produção Capitalista

Fonte: Aued, 2006, adaptado pelo autor, 2015 (com base nos materiais de aula)

O primeiro vetor revela a essência da sociedade burguesa, isto é, a mais-valia se apresenta como a procura “insaciável pelo lucro”. Nesta dinâmica, “a virtuosidade da sociedade burguesa é organizar os seres humanos e ter por fundamento a produção da riqueza como mais-valia na forma de lucro. Esta é matriz social que influencia e determina a vida de todos nós, tal qual o espaço do capital”, como alude Aued (2002, p. 16). Se as considerações de Adam Smith, na sua obra “A Riqueza das Nações: investigação sobre a natureza e suas causas” de 1776, permitiram compreender que a riqueza advém do trabalho social, foi somente com David Ricardo, na obra Princípios da Economia Política e Tributação, de 1817, que o lucro passou a ser apreendido de forma sistemática. O inglês percebeu que o lucro é uma “parcela do trabalho gerado pelo trabalhador, o qual não lhe foi remunerado”. Portanto, fica patente, já no início do século XIX, que a divisão social permitia aos proprietários dos meios de produção aumentar a sua riqueza e aos não proprietários ficar mais pobres na medida em que a riqueza material era produzida.

Fica posto, também, a distinção entre as sociedades escravista, feudal e capitalista, onde, na primeira, o escravo é o produtor da riqueza; na segunda, o trabalho advém dos servos e na última, a apropriação do trabalho não pago, da mais valia, oculta o segredo da acumulação capitalista. Portanto, a mais-valia passou a ser considerada como a diferença entre o valor da força de trabalho e o valor que a força da sua ação cria no ato produtivo.

Diante disso, o modo de produção da vida passou a ser mediado pelas formas burgue-

sas imanentes (salário⁶ e lucro) para as quais a Grande Indústria Moderna passou a ter um papel fundamental e no interior da qual a força de trabalho passou a ter um valor universal para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Não é demais notar que esta atividade social expressa uma dimensão empírica inquestionável: o acesso à riqueza socialmente produzida, por parte da sociedade, é obra, de um lado, do salário e, de outro, do lucro.

Para que haja a produção capitalista, o primeiro pressuposto é que a força de trabalho e a condição subjetiva dos meios de produção estejam separadas e o segundo é que o trabalhador deva estar separado do resultado final do seu trabalho. No entanto, segundo Aued (2002, p. 25) a principal pré-condição do capitalismo “é a existência de uma classe social desprovida da propriedade privada dos meios de produzir a existência, a qual outra classe social que é proprietária dos meios de produção e que compra força de trabalho dos não proprietários para aumentar o seu capital.” Essa seria a tendência do segundo vetor histórico: a produção da própria sociedade capitalista.

A produção da vida social mediada pelo capital, e não por formas pretéritas (a escravidão, a servidão, o artesanato) é o nosso pressuposto teórico para explicar a sociedade moderna. Não aprofundaremos esta temática, por ela já fazer parte do nosso trabalho de mestrado concluído em 2010. Contudo, cabe levantar alguns pontos sobre o que estamos a dizer, ou seja, o início dessa nova formação social possibilita à sociedade burguesa instituir o assalariamento como condição necessária para a reprodução de uma parte dela mesma, a outra parte, como se sabe, é reproduzida pelos capitalistas, proprietários dos meios de produção. Se a sociedade capitalista assim o é, e sendo a oferta sempre superior à demanda, a luta entre os capitalistas torna-se algo decisivo para não sucumbir diante da disputa. Fica estabelecido, por conseguinte, que no processo concorrencial entre capitalistas (onde o objetivo de um capitalista é vender a sua mercadoria sempre mais baixo que o seu concorrente) faz-se necessário aumentar a produtividade do trabalho na produção de mercadorias. Ocorre que todo aumento da pro-

⁶ A venda da força de trabalho, por parte do trabalhador, permite que ele tenha condições de viver. O assalariamento surge, como condição necessária para isso. Marx (2003, p. 672-73) não tem nenhuma dúvida que ao trabalhador compele sempre “a vender sua força de trabalho para viver, e capacita sempre o capitalista a comprá-la, para enriquecer-se. Não é mais o acaso que leva o trabalhador e o capitalista a se encontrarem no mercado, como vendedor e comprador. É o próprio processo que, continuamente, lança o primeiro como vendedor de sua força de trabalho no mercado e transforma seu produto em meio que o segundo utiliza para comprá-lo. Na realidade, o trabalhador pertence ao capital antes de vender-se ao capitalista”. Concebemos o assalariamento como categoria histórica através da qual os homens, desprovidos de meios de produção, conseguem seu sustento através da venda da sua força de trabalho. Vendem sua força de trabalho e recebem dinheiro que possibilita a compra de outras mercadorias e a inserção em outros ramos da vida imediata. O salário, enquanto forma histórica universalizada, se manifesta, para os pescadores artesanais, como condição de superar o seu estado de coisas.

atividade do trabalho resulta em cores carregadas para a classe trabalhadora, ou melhor, o caminho para tal é o investimento em capital constante em detrimento do capital variável. A negação da sociedade capitalista, o nosso terceiro vetor, apresenta, na concorrência e nos processos engendrados para solucionar os negócios feitos por ela, uma face nefasta para a classe trabalhadora.

Podemos dizer que esta formação social (na medida em que se estrutura sobre e pelo trabalho, na forma capital) encontra o seu apogeu no século XIX e deste ponto em diante assistimos a incapacidade das formas burguesas (salário e lucro) em garantir a existência de todos os homens. De acordo com Aued (2002, p. 32, et. seq.):

isto se manifesta, após o capitalismo maduro – que se explicita na primeira crise comercial em 1825 na Inglaterra - na impossibilidade de os homens continuarem a viver a partir do rendimento e suas fontes – terra/renda da terra, capital/lucro - juro e trabalho/salário.

Se é sustentável afirmar que, na infância do modo de produção capitalista, “um pequeno produtor com alguns assalariados e um pequeno patrão” representava o germe do capitalismo, não é equivocado dizer que a grande indústria moderna é a afirmação do capitalismo maduro e a negação da sociedade burguesa, ao mesmo tempo.

Marx (2010, p. 47-48) é categórico ao dizer que: “em virtude da concorrência crescente dos burgueses entre si e devido às crises comerciais que disso resultam, os salários se tornam cada vez mais instáveis; o aperfeiçoamento constante e cada vez mais rápido das máquinas torna a condição de vida do operário cada vez mais precária”.

É assim que Aued (2002, p. 32, et. seq.) entende:

porque ninguém com seu próprio trabalho ou um conjunto de produtores ou um pequeno e/ou médio capitalista não disporá de riqueza na magnitude suficiente para se constituir em um produtor de automóveis. Quanto maior for a unidade produtiva, maior será a impossibilidade do trabalhador ou de um conjunto de trabalhadores ou do pequeno e/ou médio capitalista acumular riqueza e transformá-la em grande capital. Daí que quanto mais se desenvolve a base produtiva do capitalismo, a impossibilidade de alguém se transformar e se reproduzir como capitalista se generaliza.

Essa dimensão temporal da história nos permite sublinhar o seguinte posicionamento: se no princípio tínhamos a produção da vida enquanto um ato individual, em que o nexos entre o homem e a natureza, enquanto ofício artesanal, era definido pelo processamento da habilidade, destreza e bom senso, na atualidade, temos a produção da vida enquanto um ato social, onde o nexos dá-se pelo processamento do meio de produção; a produção coletiva para a ação social dos homens. Temos, diante desse movimento universal, pois, a produção da vida en-

quanto um ato social: não mais familiar, tribal, comunitário, etc. Para Aued (2002):

Quando a produção está assentada nos meios de produção em que a ciência é fator preponderante da produção da riqueza material, a cooperação entre os homens é o fundamento da sociedade. Assim, no modo de produção capitalista, os meios de produção alcançam uma escala tão grande que somente um conjunto elevado de trabalhadores em cooperação é que pode operá-los.

Segundo Marx (2010, p. 52): “o capital é um produto coletivo e só pode ser posto em movimento pelos esforços combinados de muitos membros da sociedade, *em última instância pelos esforços combinados de todos os membros da sociedade*” (Grifo Nosso).

Se o nosso tempo está marcado pela ausência de um modo de produzir a existência para além da sociedade burguesa, isso nos permite explicitar duas coisas: i) a degenerescência das formas burguesas (salário e lucro) e ii) a manutenção, nos dias atuais, de formas pretéritas, enquanto aparência. Temos boas razões para apreender, diante disso, que a existência da pesca artesanal, enquanto modo de sobrevivência, tem íntima ligação com a degenerescência das formas burguesas. Pôr em relevo a existência de formas tradicionais é indicar que elas não se reproduzem por si só, dependem visceralmente das relações sociais mediadas pelo capital.

É possível sublinhar que, no interior da sociedade capitalista, formas singulares vão se universalizando e ganhando expressão complexa. O caminho da decomposição do mundo social em determinações simples, precisas, pelo processo de produção capitalista, também se revela enquanto o caminho da recomposição dessas mesmas determinações em formas concretas, pré-concebidas de existência, enquanto formidável totalidade de determinações e relações diversas. Algumas dessas fecundas totalidades, no tempo presente, são reconhecidas pelo esforços da etnociência, da agroecologia, da racionalidade ambiental, da nanotecnologia, da genética, etc. Essas totalidades nos demonstram a complexidade de transformar a produção material em coisas úteis fundamentais à existência humana.

Esse parece ser o recado deixado por Leff (2009, p. 155) especialmente, quando diz que:

estes recursos científicos podem ser orientados no sentido do desenvolvimento de novos potenciais naturais e tecnológicos, no aproveitamento de fontes alternativas de energia, na descentralização das atividades produtivas e na definição de novos produtos, sustentando assim um projeto de civilização e uma estratégia de desenvolvimento que incorporem, dentro das forças sociais de produção, as condições ecológicas e culturais de um desenvolvimento sustentável.

Isso nos parece ser possível, na medida em que o homem previamente concebe “em sua mente o ser que deseja criar para então produzir as condições de efetivar seu ato teleológico-

co” (AUED. 2005, p. 41).

É importante observar que, para o caso latino-americano, o derramamento dos imperativos capitalistas foi responsável pela descaracterização de um modo de vida tradicional dos povos autóctones. Com isso, além de profundos problemas estruturais que passaram a existir, outras formas de produzir a existência foram engendradas. No entanto, o drama, para os latino-americanos⁷, ficou mais profundo pela seguinte razão: até meados do século XX ainda havia alguma margem de possibilidade de produzir a existência enquanto pescadores artesanais, já que o nível de poluição do mar não era tão perverso, como também o crescimento da pesca industrial e da urbanização. Desse momento em diante eles foram regurgitados em pleno aguçamento da decomposição do modo de produção capitalista; passaram a ter uma situação mais mísera que os próprios assalariados industriais. Diante desse cenário, há os que, ainda, vendem a sua força de trabalho aos capitalistas de barcos industriais, de tanques aquícolas, de empreendimentos imobiliários, de empresas de turismo, etc., e os que nem isso conseguem. Esses, encontram dificuldades de se produzir enquanto assalariados e regressam ao mundo da pesca artesanal e vivem em um vai-e-vem constante. Podemos observar essas circunstâncias nos trabalhos de Diegues (1983), Penner (1984), Furtado (1987), entre outros. Um relato importante, em relação a isso, foi dado pelos pescadores artesanais do Município de Penha, para a pesquisa de Bonatti (2005, p. 103):

Não (...), porque aqui é muito (...), esse tipo nosso aqui (*artesanal*) né, (...) tá muito difícil pra você conseguir alguma coisa. Se no caso você querer construir uma casa nova, ou comprá um automóvel, ou querer fazer alguma reforma na embarcação (?), é difícil. O que você vai ganhá naquela época é pra você colocá na outra época que você não ganha, aí se você tirá..., aí você tem época aqui que fica aí (...), não pode dependê de nada né! Só da gente mesmo. (Pescador, 42 anos) Não! Porque eu acho que é uma vida sofrida né. Eu acho que não, se eu pudé...tomara, graças a Deus né, que a gente possa dá um estudo bom pra eles, pra eles ter outra profissão. Porque é uma profissão bem judiada né. Ela é sofrida, ela é...eu queria assim, que meus dois filhos tivesse um estudo, talvez assim não seja até melhor né, porque também... tudo né, as vezes não ta tão bom assim. Mas eu queria assim que eles tivesse outra profissão. (Beneficiadora de pescado e dona de casa, 35 anos)

⁷ Obviamente que este processo não é homogêneo na América Latina: há regiões em que isso ocorreu no fim do século XX. O que queremos colocar é que no momento histórico em que os países latino-americanos entram em um processo de industrialização e urbanização mais competente, esses fenômenos passam a existir de forma mais clara.

Ele foi (para pesca – filho). Ficou 15 dias no mar. Foi uma benção por que quando chegou em terra nunca mais pensou em ir. Ele voltou o estudo, e fez até a oitava série. Aí desistiu, mas foi cuidar da vida dele né. (...) O pai não quer que seja como o pai... porque a gente só entra não sabendo! Porque eu acho que um pai que quer o mal pro filho... é só desejar ser pescador! Eu penso assim! (Pescador, 49 anos)

Não! Nem pensar, eles nem querem! Eu levei eles pra fora comigo um dia... não sei se gostou, não sei se não, mas, tá aí, não querem. Eu não aconselho ninguém ir pra pesca... (Pescador e rendeiro, 49 anos)

Quando fomos à Penha, em 2013, entrevistar os pescadores artesanais para a presente pesquisa, dentre tantos relatos contundentes, um coaduna com o exposto acima: “São quatro meses de camarão e oito, de miséria. Quando vem o [seguro] defeso, a maioria [dos pescadores artesanais] rouba: [como] vai [se] viver [somente] com o salário mínimo? A tendência é a pesca artesanal acabar. Eu digo para os meus filhos: se puderem arrumar um serviço em terra é melhor” (Mario D. da Silva⁸, 2013, entrevista concedida ao autor).

À luz das observações dos pescadores artesanais, dos industriais e dos dirigentes de instituições envolvidos com a pesca em Penha⁹, descobrimos que há um tripé ocupacional em cima do qual esses sujeitos produzem as suas existências. Na procura de melhores condições, há pescadores que migram para a pesca industrial e, de fato, conseguem, mas não a ponto de haver uma permanência duradoura. Segundo a maioria dos pescadores artesanais, conforme veremos no último capítulo, as condições de trabalho sobre um barco industrial é assaz precária, a ponto de uma elevação salarial não ser gratificante.

O segundo movimento que descobrimos foi a migração, de alguns pescadores artesanais e, com mais consistência, de seus filhos, para as atividades desenvolvidas em plataformas de petróleo e de todas as atividades decorrentes desta produção.

⁸ Mário Domingos da Silva, foi pescador artesanal e industrial e hoje está aposentado.

⁹ Estamos a nos referir às observações feitas por estes sujeitos durante as entrevistas realizadas no Município de Penha para este trabalho de doutoramento. Para além do questionário aplicado aos pescadores, como veremos no último capítulo, tivemos um conjunto de reuniões e de conversas informais com detalhes precisos sobre o dinamismo da pesca na região.

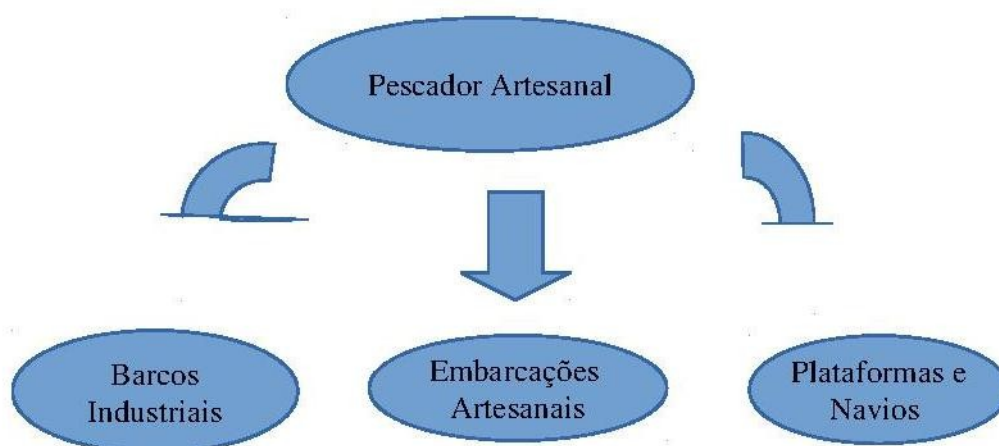


Figura 2 - Quadro de ocupações dos pescadores artesanais em Penha

Fonte: autor, 2015

Algo curioso é que quando esse pescador se desvincula, das atividades de produção de petróleo, geralmente regressa à atividade da pesca artesanal. Pelo menos entre os pescadores artesanais com mais de 40 anos de vida. Isso pode ser explicado pela facilidade que atividade artesanal oferece, ou melhor, mesmo migrando para outra atividade profissional, o pescador não abandona por definitivo os seus instrumentos de pesca, a sua embarcação, a sua ligação com o mar, os seus hábitos e seus costumes, etc. É raro encontramos esse último movimento entre os filhos, para os quais as atividades pesqueiras artesanais são insuficientes para organizar as suas vidas no interior da sociedade burguesa.

Esse desenho das coisas coaduna com o que acontece nos países ibéricos, notadamente a Espanha. Segundo Allut¹⁰ (2015, entrevista não publicada) de 1990 a 2005, período de vitalidade da economia espanhola, houve a fuga dos filhos dos pescadores artesanais da frota pesqueira; com o crescimento da economia, era comum os filhos saírem para estudar e se tornar assalariados nas grandes cidades. De 2005 aos dias atuais, período de crise da economia europeia, percebeu-se o movimento de regresso de boa parte desses filhos. Ainda que a fuga não tenha cessado, é possível, segundo Allut (2015) para quem a “situação conjuntural da economia define a atividade da pesca artesanal”, perceber o aumento deles nas frotas artesanais.

No entanto, mesmo mostrando acima os limites da pesca artesanal, não significa, de

¹⁰ Antônio Garcia Allut é presidente da Fundação Lonxanet para a pesca sustentável. Fundada em 2002 em La Coruña, a fundação tem como foco atuar com a pesca artesanal e com as populações vinculadas a esta atividade.

forma alguma, que a pesca artesanal não tenha importância na atualidade. Tem, porque são formas de viver de indivíduos, grupos, comunidades, ainda que se expresse mais pela sua aparência do que pelas potencialidades de garantir a existência. Tampouco cabe uma afirmação ingênua de que, em face das condições atuais da sociedade capitalista, não engendre formas de lutas, de organização e de enfrentamento. Não se trata do fim determinista, mecanizado, senão de compreender quais são os seus limites e de que modo ela se singulariza e se apropria da universalidade da existência social na atualidade. Isso nos permite fazer as seguintes perguntas: Quais são as formas sociais que apontam para além do estado de coisas atuais? Como e com que meios de trabalho se dá a pesca na atualidade? Qual o seu vínculo com o Estado moderno? Qual a natureza das lutas construídas dentro dos projetos políticos regionais e nacionais dos pescadores artesanais? Como podemos explicar essas lutas a partir do tempo presente? Como se colocam as comunidades de pescadores no contexto da universalidade do modo de produção capitalista?

A luta política dos pescadores artesanais deve ser a luta pela apropriação e uso comum da produção e que no mar expressa-se desigualmente, ou seja, os capitalistas que dominam a produção de pescados e privatizam a água, gozam de possibilidades que afetam o núcleo da produção da vida dos pescadores artesanais. O conflito é uma disputa que se manifesta na captura do peixe e, no caso da aquicultura, no controle das águas coletivas, mas que na essência é um conflito de formas díspares de produzir do tempo presente. Faz urgente, pois, colocar o problema da pesca artesanal a partir do controle e apropriação por parte dos pescadores coletivos, associados sobre a produção, de todo tipo. Trata-se de superar esta divisão desigual no âmbito da produção e apropriação. Para tal é necessário a criação de formas coletivas, que concretizem possibilidades para além do capital, que suplantem as formas burguesas de organizar a vida.

1.1 PRODUÇÃO MERCANTIL SIMPLES E AMPLIADA: PROCESSO DE TRANSIÇÃO DO PESCADOR-LAVRADOR EM SER HISTÓRICO

Dado o nosso interesse investigativo sobre os pescadores artesanais, é mister dizer que as implicações teóricas acerca da suas organizações sociais giram em torno de duas (sub) for-

mas: i) dos pescadores-lavradores e ii) dos pescadores artesanais¹¹. Desse modo, nos interessa, sobretudo, destacar a questão imanente à pesca realizada dentro dos moldes da pequena produção mercantil e se é possível considerar as atividades sociais de produzir a vida dos pescadores artesanais, como, essencialmente, formas pré-capitalistas. Vale dizer, que estas duas (sub) formas representam a forma de mediação por meio da qual os pescadores, além de se organizarem, se apropriam da riqueza socialmente produzida.

Desvelar estas questões nos permite entender os limites e as complexidades das atividades produtivas dos pescadores artesanais na sociedade capitalista. Ainda que na nossa área de estudo, os pescadores-lavradores sejam inexistentes, é oportuno apresentar este quadro amplo para que a totalidade dos arranjos teóricos sobre o tema seja abarcada.

Silveira (2010, p. 70) diante do questionamento sobre o pertencimento dos pescadores artesanais¹² às formas sociais pré-capitalistas, disse que:

na pequena produção mercantil o trabalhador é proprietário dos meios de produção, que ele próprio controla e, segundo Marx (2001), ele abandonará no momento em que seu trabalho não lhe garantir a reprodução dos meios de subsistência. É o que se vê com o camponês que detém a terra que cultiva ou do artesão que controla suas ferramentas de trabalho. Portanto, para tentar responder esta pergunta é necessário pressupor duas questões: a) a natureza da própria produção mercantil; e, b) a dificuldade em analisar um caso con-

¹¹ Através de uma análise cuidadosa acerca da pequena produção mercantil, é possível esclarecer que as formas sociais de produção pré-capitalistas apresentam distinções e que se não forem ressaltadas, podem nos levar ao equívoco teórico. Em outras palavras, somente na forma feudal - na ótica marxiana - engendra-se o germe da sociedade capitalista; a dissolução desta sociedade liberou os elementos fundamentais e necessários para a formação daquela. Isso nos leva a mencionar que a forma feudal é a forma transitória ao capitalismo. O modo de produção capitalista ergue-se sobre os ombros da sociedade feudal, ou nas palavras de Marx (2003 p. 828-829) “a estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou elementos para a formação daquela. O produtor direto, o trabalhador, só pode dispor de sua pessoa depois que deixou de estar vinculado à gleba e de ser escravo ou servo de outra pessoa. Para vender livremente sua força de trabalho, levando a sua mercadoria a qualquer mercado, tinha ainda de livrar-se do domínio das corporações, dos regulamentos a que elas subordinavam os aprendizes e oficiais e das prescrições com que entravavam o trabalho”. É por isso que para alguns autores marxistas, o feudalismo é, de certo modo um fato universal. O que queremos dizer, com isso, é que as duas formas anteriores à feudal (forma oriental e forma antiga ou greco-romana) formas pré-capitalistas, apresentavam elementos análogos ao feudalismo, mas é somente neste último que aparece o germe do capitalismo; é como se as formas anteriores fossem pressupostos para o feudalismo e este, por sua vez, para o capitalismo. Se analisarmos, por exemplo, a escravidão, compreenderemos as distinções supracitadas. Na escravidão, não ocorre a separação entre produtor e condições de produção. Segundo Marx (APUD, QUAINI, 1979, p. 104): “o escravo não se encontra absolutamente em nenhuma relação com as condições objetivas de seu trabalho; ao contrário o próprio trabalho, tanto na forma do escravo quanto na do servo da gleba, é colocado como condição inorgânica da produção, no mesmo plano dos outros seres da natureza, ao lado dos animais e como acessórios da terra”. Somente o modo de produção feudal desenvolveu as condições necessárias para o aparecimento, primeiro da manufatura e, depois, da indústria moderna.

¹² Sobre o artesanato urbano Marx (1991, p. 110) menciona que: “embora o artesanato urbano seja baseado substancialmente, na troca e na criação de valores de troca, o objetivo principal da produção não é o enriquecimento ou o valor de troca, como valor de troca, mas a subsistência do homem como artesão, como um mestre-artesão e, conseqüentemente, o valor de uso. A produção está, portanto, sempre subordinada ao consumo pressuposto; a oferta à procura; sendo lenta sua expansão”.

creto em função das mudanças nas características internas que uma comparação introduz.

Contudo, cabe apresentarmos os elementos estruturais que definem a pequena produção mercantil. Trata-se de uma organização econômica onde a produção é destinada à troca e nesta atividade os produtores seguem senhores de suas condições de produção.

Segundo Diegues¹³ (1983, s/p):

é precisamente esse caráter de liberdade e de igualdade relativas dos proprietários de mercadorias, no interior de uma sociedade fundada sobre a pequena produção mercantil, que permite apreender a própria função da troca: permitir a continuidade de todas as atividades produtivas essenciais, apesar de uma já avançada divisão do trabalho, e sem que essas atividades dependam de deliberadas decisões da coletividade ou de seus dirigentes

No que tange à caracterização dos pescadores artesanais à pequena produção mercantil, podemos destacar a natureza do trabalho desenvolvido pelos próprios pescadores artesanais. Ou seja, em formas pré-capitalistas de produção, como lembra Silveira (2010, p. 70 et. seq.) “a extorsão sobre a força de trabalho se faz sem que o trabalhador direto tenha perdido totalmente a posse ou o controle dos meios de produção”. E, ainda, segundo o mesmo autor: “é esta forma que aparece na organização social dos pescadores artesanais, ainda que em alguns casos eles não detenham o controle total dos meios de produção”. Sobre isso, podemos sublinhar o caso dos pescadores artesanais que praticam a pesca da lagosta em Marataízes, no Espírito Santo: “cada pescador leva a sua rede meijoadá (espécie de rede de espera) numa embarcação que pertence a um dono de barco que participa ou não do processo de trabalho. Em ambos os casos, o dono do barco ganha 1/5 da produção das redes dos camaradas” (Diegues, 1983, p. 207 et. seq.).

Isso posto, podemos caracterizar a produção mercantil da seguinte maneira: i) pela dispersão dos meios de produção, ii) pela reduzida divisão do trabalho e pela propriedade dos meios de produção e iii) pelo controle do processo de trabalho. Todas estas características nos permite dizer que há na pesca artesanal um fraco desenvolvimento das forças produtivas, distintamente do modo de produção capitalista, onde existe uma separação completa entre os trabalhadores e os meios de produção. Abaixo, no Quadro 1, começaremos a mostrar algumas das modalidades de pesca.

¹³ Disponível em:
<http://orientacaomarxista.blogspot.com.br/2008/06/da-pequena-producao-mercantil-ao-modo-de.html> Acesso em:
 03/10/2014 às 14:47 hrs.

Quadro 1 - Pescadores-lavradores

Meios de Trabalho	Forma de Produção	Caracterização de Trabalho	Dissolução
Canoa a Remo usada para a pesca localizada.	Exploram a pesca e a agricultura de subsistência para satisfazer as necessidades imediatas. Vinculados à vida da terra, na qual a pesca entra como uma atividade complementar. Possui uma sociabilidade simples restrita à comunidade.	Contato com a terra e com as suas condições naturais. Não há uma identificação com a Corporação de Ofício como na pesca artesanal. Fortemente marcado pela vida comunitária.	Afastamento das condições naturais e da terra dado o advento de embarcações a motor e novos instrumentos técnicos.

Fonte: autor, 2015

Agora podemos dizer que o que caracteriza o pescador-lavrador é a sua sociabilidade restrita, a sua forma dual de trabalho (o vínculo com a vida da terra e com a da pesca) e o seu modo limitado de lidar com a produção pesqueira etc.

Luiz Geraldo Santos da Silva (1993) no seu estudo sobre as transformações dos pescadores caiçaras, no litoral paulista e jangadeiros, no litoral pernambucano, observou que a motorização dos barcos de pesca e a especialização da captura, de dadas espécies, provocaram alterações no modo de vida e na cultura desses dois grupos. Para o caso do litoral paulista - cuja pesca, até meados do século XX, era realizada por pescadores-lavradores utilizando redes de espera ou arrasto na beira da praia – a especialização da pesca de camarão sete barbas com seus barcos motorizados, somado à expropriação das terras caiçaras e pelo avanço da urbanização, transformou profundamente a realidade desses pescadores. No caso dos jangadeiros pernambucanos, foi a transformação das jangadas de rolos por jangadas de tábuas ou barcos motorizados, e a especialização da pesca da lagosta, que transformaram as condições de vida destes pescadores.

No Quadro 2 observaremos o que Diegues (1983) chamou de pequena produção mercantil ampliada. Neste tipo de produção, o pescador está inserido em outra lógica: a sua atividade depende do grau de relacionamento com o comércio, com a distribuição, com os atravessadores, com os armadores e instrumentos de pesca. O grupo doméstico deixa de ser a base das unidades de produção e cooperação, a pesca torna-se a principal fonte de bens destinados à venda, posto que a pesca passa a ser a principal fonte de renda. Para Diegues (1983, p. 86) esta rede de dependência é o

ponto axial da pesca, verificando-se, nesta etapa, o estrangulamento da economia pesqueira natural, que reduz o pescador artesanal a uma força de trabalho dependente, e aos poucos, marginalizada pelos proprietários dos meios de produção que ao mesmo tempo controlam toda a comercialização do produto.

Quadro 2 - Pescadores artesanais

Meios de Trabalho	Forma de Produção	Caracterização de Trabalho	Dissolução
Canoa a Motor	Pesca Artesanal para satisfazer as necessidades imediatas e para o comércio. Possui uma sociabilidade simples restrita à comunidade, ainda que elementos de uma sociabilidade mais ampla passa a fazer parte de sua vida	Contato com um conjunto de conhecimentos e técnicas novos. Identificado com a Corporação de Ofício. Apropriação do Meio de Produção. Ainda marcado pela vida comunitária.	Afastamento das atividades artesanais dado os novos caminhos apresentados pelo assalariamento.

Fonte: autor, 2015

Paulo Roberto Martins (1989) no seu trabalho “Campesinato e Pesca Artesanal” fez uma classificação sobre isso. A organização da produção pesqueira artesanal no Estado do Maranhão apresenta duas categorias: i) a dos “patrões”, os que têm posse dos meios de produção e ii) a dos pescadores, os que têm posse da força de trabalho. Na primeira categoria temos ainda duas subcategorias, os patrões dos trastes, isto é, os donos dos meios de produção necessário para a realização da pesca e os patrões dos trastes/comerciantes, que além de donos dos meios de produção necessários para a realização da pesca, atuam enquanto comerciante local. O segundo caso, os donos de força de trabalho, pode ser dividido em duas categorias: i) os “Encarregados da Produção”, ou os patrões de pesca, cujo conhecimento advém da transmissão dos “mais velhos” e ii) os “pescadores companheiros”, que não possuem especialização, conforme alude Martins (1989, p. 52).

Considerando que o pescador artesanal, inserido neste arranjo produtivo, não possui uma alta taxa de acumulação de capital, ele sempre terá dificuldades no que toca à capacidade de modernização dos equipamentos de pesca, dos barcos, do controle da produção, dos empréstimos bancários, etc. O próprio processo produtivo artesanal impõe os limites para o pescador artesanal.

Na pesquisa feita por Diegues (1983, p. 238) fica patente a necessidade, por parte dos pescadores artesanais, de procurar outras formas de produzir a vida:

A corda bamba em que continuamente vive o pescador artesanal coloca-o dia

a dia frente a situações que tendem a transformá-los, seja em embarcado, com a simples redução a um trabalhador em barco de pesca, ou então, na necessidade de acumular para se transformar em armador de pesca. Algumas vezes o pescador artesanal é obrigado a embarcar em um barco de pesca como simples tripulante. Isso pode ocorrer quando naufragou, perdendo a embarcação, ou quando a sua produtividade é tão baixa e os custos da produção tão alto que seu endividamento torna-se insuportável.

Já no Quadro 3 temos um cenário distinto dos dois anteriores, isto é, o pescador já aparece desvinculado das atividades que o definiam como pescador artesanal. Se a inserção ao mundo da pesca artesanal e à pequena produção mercantil ampliada, já produziu uma situação de dificuldades ao pescador artesanal, a transformação em assalariados transforma radicalmente a sua condição.

Se na pesca artesanal o pescador estava unido à sua profissão e aos meios de produção, como um caracol à sua casca, se a produção do armador na traíneira transforma o pescador em trabalhador parcial, a captura industrial capitalista é o ponto final de um processo pelo qual o conhecimento, a ciência, se separa do trabalho como poder independente da produção passando para o lado do capital (DIEGUES, 1983, p. 249)

Quadro 3 - Pescadores assalariados

Meios de Trabalho	Forma de Produção	Caracterização de Trabalho	Dissolução
Barcos Industriais	Pesca Industrial, mas é comum se encontrar a pesca artesanal como complemento de renda. Sua sociabilidade com o mundo capitalista é mediada pelo salário.	Contato com instrumentos tecnológicos.	As evidências concretas desta forma de produção podem ser observadas pela crescente mecanização dos barcos industriais e o consequente regurgitamento dos trabalhadores assalariados.

Fonte: autor, 2015

Na pesca industrial a ciência é o conhecimento decisivo e diante da qual o pescador envolver-se-á. Quando a atividade de produzir a vida dá-se fora dos barcos de pesca, como taxistas, trabalhadores de construção civil, guias turísticos, trabalhadores em terminais portuários, etc. a relação com o mundo pesqueiro artesanal torna-se mais distante, sem, contudo, dissolver, uma vez que conseguem executar, geralmente, em momentos de folga do trabalho e de férias. Silva (1989, p. 43), na coletânea de trabalhos produzidos, durante a década de 1980, pelos Encontros de Ciência Social e o Mar, coordenado por Diegues, menciona que: “os resultados da modernização e do avanço das relações sociais de produção capitalistas são responsáveis tanto pelas alterações na organização da produção como no sistema de pesca”. E, que não havendo grandes possibilidades aos trabalhadores artesanais, em conter o ímpeto do avanço

do capital, de superar a escassez cada vez maior dos estoques pesqueiros das áreas costeiras e de competir com barcos empresariais e com a pesca aquícola, eles são submetidos a outras formas de produzir a vida para além da pesca artesanal.

É digno de nota observar que a crise da pesca artesanal já estava colocada, sobretudo, na década de 1980, nos três grandes Encontros de Ciências Sociais e o Mar. Foi neste evento que a discussão sociológica entre tradição e modernidade, artesanato e indústria, lucro e salário, entre outros, se tornaram objeto de preocupação analítica de uma boa parte dos investigadores brasileiros. Tais condições sociais, que permitiram a referida discussão, são expressões do grau de aguçamento das transformações que sofreram os pescadores artesanais depois da instalação das indústrias de pesca promovida pela Sudepe. Portanto, uma reflexão dialética não deve cair na armadilha sociológica, ou no recurso moral, de contrapor uma categoria à outra, ou seja, tradição vs. moderno, atrasado vs. adiantado, etc. Na década de 1980 foram expostas as dificuldades que os pescadores artesanais encontravam em produzir a vida sob o manto do capital. Cabe a nós, apreender os caminhos que darão aos pescadores artesanais possibilidades de superar o seu estado de coisas atual.

No Quadro 4, observaremos que a pesca aquícola é diametralmente distinta da pesca artesanal e também da pesca industrial, já que neste processo de produção o pescador distancia-se dos elementos que o faziam pescador artesanal, ou seja, não há mais o conhecimento tradicional que o colocava em contato com a natureza, com os instrumentos de pesca, destreza, bom senso e habilidades. Se assim o é, podemos afirmar que o pescador artesanal vai se tornando um ser genérico, universal, ainda que contraditoriamente. Se é verdade que as possibilidades vão se restringindo no curso da produção da existência não é menos verdade que as suas ilusões, acerca do tempo presente, também vão se restringindo e novas formas vão se construindo.

O evoluir da sociedade capitalista é, de um lado, a acumulação da riqueza nas mãos de poucos capitalistas e, de outro lado, a desvalorização dos trabalhadores, enquanto seres miseráveis. Ocorre que ao torná-los seres supérfluos, desvalorizados, a sociedade capitalista cria as condições sociais para que os seres humanos superem o seu estado de coisas. Se contra os quais recai uma imensa riqueza social, a luta emancipatória é o único caminho. A contradição, pois, está instalada.

Quadro 4 - Pescadores e produção aquícola

Meios de Trabalho	Forma de Produção	Caracterização de Trabalho	Dissolução
Tanque de Pesca	Assalariada ou Pequena Produção Aquícola	A ciência exerce um papel importante.	Não há evidências concretas desta forma de produção

Fonte: autor, 2015

Ainda que na pesca industrial a ciência também seja o conhecimento decisivo, é possível resguardar alguns momentos do mundo da pesca artesanal, pois é possível exercer o saber-fazer artesanal no interior dos barcos industriais. Um exemplo disso é o “patrão de pesca”, o chamado “encarregado da produção”, a quem se refere Martins¹⁴ (1989). Na pesca aquícola, isso tende a desaparecer.

Se na pesca artesanal há uma dependência à natureza, ou seja, a natureza é a natureza para o pescador artesanal, na pesca industrial e aquícola moderna, os homens tornaram-se a natureza para as forças produtivas sociais. São nos processos sociais de produção dominados pela ciência que há o que Vieira Pinto (2005, p. 321) chamou de “Programação Humana”. É a programação através da qual o homem entrega a certo tipo de máquinas determinadas possibilidade de autorregulação da ação que deve executar. “É a delegação que o cérebro outorga aos engenhos cibernéticos a capacidade de programar várias espécies de ações”.

Se temos a substituição do processo produtivo, é mais por uma exigência dos homens em sociedade, determinada pelas alterações de interesses na produção de mercadorias, do que por outra razão. É bem verdade que o aperfeiçoamento das forças produtivas, isto é, a mudança da manufatura à grande indústria moderna e depois aos sistemas de laboratório, não garante a transformação plena da sociedade, já que são mediadas pelo capital. O processo de valorização do capital e da riqueza social é inversamente proporcional à humanização: o capital se valoriza desumanizando os homens¹⁵. Ocorre, contudo, que se não for esse aperfeiçoamento social o motor por meio do qual se processará um conjunto de alterações na base social, nas relações sociais de produção, pouco efeito terá para os povos subalternos.

Nenhuma mudança nas máquinas ou na regulação delas pode abrir uma fase

¹⁴ O “patrão de pesca” é a força de trabalho especializada - dado o seu conhecimento mais elaborado sobre os caminhos da pesca artesanal, produto da tradição – portanto, distingue-se do “pescador companheiro” (que só auxilia no processo de produção) conforme mostra Martins (1989, p. 54): “a respeito do ‘patrão de pesca’ cabe traçar rápidas considerações sobre sua especialização. É notório que seu conhecimento sobre a pesca advém da sua inserção nesta atividade, pois a escola de pesca não existe e mesmo o grau de escolarização formal é muito baixa. A outra fonte desta especialização trata do saber transmitido pelos mais velhos, em geral pelo pai pescador, ficando configurado que, nestas sociedades, a transmissão oral de conhecimento de geração constitui-se numa prática social característica da mesma”.

histórica, porquanto a história quem a faz são os homens movidos por finalidades interiores abstratamente concebidas e levadas à prática na luta que são obrigados a travar pela solução de suas contradições com a natureza ou com outros homens, na criação de novas formas de convivência social. (VIEIRA PINTO, 2005, p. 323)

Se assim o é, a classificação de Grade (2010) faz todo sentido para esta discussão. Grade (2010, p. 02, et. seq.), para traçar um “percurso teórico sobre o *quê* e *como* o homem produz sua existência no modo de produção capitalista”, tem como ponto de partida a manufatura capitalista, a grande indústria moderna e o sistema de laboratório. O que temos com esta mudança é a apreensão da forma como os homens produzem na história. Elas “evidenciam, portanto, a transmutação do trabalho individual em trabalho social, e como esta transubstanciamento no desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, cria nova materialidade na produção da existência humana; é o homem, ser social, se fazendo contraditoriamente” (GRADE, 2010).

1.2 GLOSAS SOBRE O CONCEITO DE ALIENAÇÃO

A alienação é força revolucionária porque é práxis social de os homens se fazerem homens conscientemente, pressupondo do início de sua história, pois os homens, ao engendrarem a exterioridade de suas condições naturais em meios de produção como máquina-ferramenta automática, alienando-se delas, engendram ao mesmo tempo e simultaneamente as condições de se porem como seres sociais plenamente desenvolvidos. Livres por se emanciparem de suas condições naturais de trabalhadores. Homens humanizados, pois. (AUED, 2005).

Diante do que expusemos acima, é mister vermos de perto o evoluir da transmutação aludida por Grade (2010). Queremos esclarecer que a base sobre a qual essa transmutação processa-se é o caminho tomado pelo homem no curso da história. Dito desta forma, afirmamos convicção de que o processo de alienação, constitutivo da vida humana, passa por este caminho, ou melhor, a alienação dá-se no próprio processo de trabalho manufatureiro e da grande indústria moderna.

Aued (2004, p. 75) ao discutir alienação vinculou primeiro ao processo manufatureiro

¹⁵ Grade & Aued (2006, p. 04) mencionam que “enquanto de um lado, a riqueza material é concentrada e centralizada num polo, de outro, os homens são deixados à própria sorte da lei econômica do capital, cujo produto é a sua desvalorização. Tal desvalorização ocorre porque os produtores diretos são vendedores de sua mercadoria, força de trabalho, e tal como toda mercadoria historicamente determinada, a força de trabalho, é, também, regida pelo princípio da economia política, qual seja, pela redução do seu valor em razão do aumento da produtividade do trabalho social. Consequentemente, a valorização da riqueza, de um lado, pressupõe a desvalorização dos assalariados, do outro. É por esse motivo que o desenvolvimento do modo de produção capitalista engendra a centralização do capital e a consequente miséria do proletariado, processo a que se pode chamar de ‘desumanização do homem’”.

capitalista, desta forma:

a manufatura, cuja base é a divisão do trabalho em seu interior, é a primeira atividade sensível do ser social como alienação no processo produtivo, na relação material entre o homem e a natureza externa. Embora a manufatura capitalista não tenha como pressuposto e resultado o próprio homem, e sim o capital, ela é a primeira forma de produção em que o trabalho social se universaliza como pressuposto humano. Assim, a alienação como manufatura é a separação dos elementos do trabalho social, isto é, dos elementos materiais do ser social. Trata-se da alienação do homem natureza sensível pelos nexos, mediações e relações do ser social consigo mesmo.

Ao defender que na manufatura capitalista realiza-se a alienação, Aued (2004) evidencia que o trabalho é o elemento central do processo de hominização, do homem se constituindo enquanto ser social. Portanto, “o trabalho é a categoria ontológica determinante para se apreender o conceito de alienação” (AUED. 2004, p. 18). É por isso que “pelo processo produtivo sob a forma de manufatura e da grande indústria moderna, através da alienação, o homem separa pela materialidade, sua condição humana de sua condição de trabalhador” (AUED, 2005a, p. 31). Ou seja, é o homem se fazendo como ser universal *pelo* trabalho. O trabalho enquanto um meio que permite a constituição da condição humana.

Entretanto, cabe aqui apresentarmos os processo de produção da existência que determinam a mediação do homem com a natureza sensível, para apreendermos as razões da separação, enquanto estranhamento. Os nexos entre o homem e a natureza sensível podem ser assim conhecidos: i) na oficina artesanal, a habilidade, a destreza e o bom senso permitem a manipulação do instrumental de trabalho; ii) na manufatura capitalista, a habilidade e destreza permitem a manipulação da ferramenta especializada, iii) na maquinaria, os meios de produção permitem a combinação de várias ferramentas automatizadas e iv) no sistema de laboratórios¹⁶, o *general intellect*, enquanto ciência, permite a ação consciente dos homens.

Assim sendo, não é demais afirmar que a atividade dos homens se fazendo seres sociais, enquanto manufatura capitalista, é a apropriação por parte dos proprietários dos meios de produção do excedente da classe proprietária de força de trabalho. Dessa forma, pois, a manufatura é, de um lado, a objetivação no processo de trabalho e, de outro lado, a manifestação da alienação.

¹⁶ Grade (2010, p. 15) diz que no sistema de laboratórios “a decomposição processa-se sobre a externalidade objetiva do trabalho, sobre a natureza externa do trabalhador; já as máquinas e o sistema de máquinas, sobre o trabalhador coletivo. Neste a produção depende de outra base material, distinta da grande indústria, que se especifica não só nos instrumentos de produção, mas também no objeto com o qual se trabalha (a própria constituição da matéria). A base operativa no laboratório passa a ser também determinado pelo cientista, que se faz presente como parte do 'general intellect'”.

Em relação ao que era produzido no ofício artesanal podemos dizer que:

A manufatura capitalista, embora partindo da mediação artesanal, subsume-a à sua nova forma de se produzir a existência humana e a supera (*aufhebung*). A atividade individual não mais se vincula à natureza sensível como totalidade, nem a atividade humana se efetiva pela capacidade plena, habilidade e destreza mediante as quais o homem se pôs universalmente (AUED. 2004, p. 5, et. seq.).

Por esta razão é que “os meios de trabalho do artífice, artesão pretérito, como nexos entre o homem e a natureza sensível, empiricamente construído, são destruídos e, em seu lugar, são criados outros cujo fundamento é a atividade decomposta, parcial”, salienta Aued, (2004). A existência humana já não decorre da mediação do homem com a natureza, enquanto ofício artesanal, mas, sim, na efetivação dos meios de trabalho da manufatura capitalista.

É assim que as atividades pretéritas que faziam do homem um artífice singular, mediante a habilidade e destreza adquiridas ao longo do tempo, efetivam-se:

nos meios de trabalho e se aperfeiçoam na mesma proporção em que a divisão do trabalho e a manufatura se desenvolvem. Estas, entretanto, engendram um processo de trabalho qualitativamente distinto do trabalho individual do artífice, do artesão. Criam o trabalhador coletivo como singularidade para além da somatória dos trabalhadores individuais.

A alienação, enquanto manufatura, “é um fenômeno de o homem se fazendo homem no processo histórico de ruptura entre o ser social, em germinação, e a natureza sensível”, sustenta Aued (2004).

Já na grande indústria, a alienação se processa por meio da transformação da habilidade e destreza, elementos essenciais da manufatura, em meios de trabalho. Essa transformação tira do homem a possibilidade de ser força motriz do processo de produção e coloca nas máquina-ferramentas o destino da produção capitalista. A força humana apresenta as suas limitações enquanto força motriz, ou melhor, a destreza e a habilidade tornam-se supérfluos para o processo produtivo de produzir valor-de-uso.

Aued (2005a, p. 14, et. seq.) diz que “a máquina se constitui, pois, no elemento simples da produção mecanizada em substituição do trabalhador parcial e suas ferramentas especializadas da manufatura, elemento de ampliação da alienação na e pela base produtiva dos homens”. A indústria moderna, e a sua capacidade extraordinária de aumentar a produtividade do trabalho social, supera os elementos naturais que guiavam a existência humana e engendra

novos elementos de caráter ainda mais sociais e humanos¹⁷. Fica patente que:

a alienação explícita não só a separação do homem dos seus meios de produção, mas impõe ao próprio homem sua condição de supérfluo à produção material de sua existência. Supérfluo como ser individual, pois sua objetivação no produto do seu trabalho transforma-se em sujeito social pela universalidade do trabalho que a humanidade engendrou através do tempo, uma vez que a condição de força produtiva que nele se confundia com sua natureza humana dele se aliena e se materializa em meios de produção que só podem ser operados socialmente, em comum. A alienação, assim, emancipa o homem de sua condição de trabalhador (AUED, 2005a)

Esta afirmação sustenta-se pelo fato segundo o qual a relação entre o trabalhador e os objetos da sua produção é inversamente proporcional à riqueza produzida pelo seu trabalho imediato. A riqueza produzida é apropriada de modo distinto pelos envolvidos, dito de outra forma, o trabalho objetivado é, senão, a forma estranhada ao trabalhador, que se defronta com ele, enquanto um ser estranho: transforma o trabalhador em um ser alienado. Isso para Marx (2004, p. 81, et. seq.) é a expressão da íntima relação que o trabalhador mantém com o mundo exterior sensível durante o processo de produção, cujo resultado pode ser entendido em duplo sentido: “primeiro, que sempre mais o mundo exterior sensível deixa de ser um objeto pertencente ao seu trabalho, um meio de vida do seu trabalho; segundo, que [o mundo exterior sensível] cessa, cada vez mais, de ser meio de vida no sentido imediato, meio para a subsistência física do trabalhador”.

Assim sendo, o trabalhador torna-se um servo do seu próprio objeto, já que ele, para existir, tem de ser trabalhador e se produzir como sujeito físico. E mais, “como trabalhador ele pode se manter como sujeito físico e apenas como sujeito físico ele é trabalhador”.

O trabalho objetivado não é para o trabalhador o seu objeto de emancipação, não é o instrumento com o qual o trabalhador repousa as suas efetivações. No modo de produção capitalista, a perda do seu produto é para o trabalhador o elemento constitutivo da sua vida.

Se a relação do trabalhador com o produto do seu trabalho efetiva-se de forma estranhada, exterior ao trabalhador, é mister enfatizar que o estranhamento também ocorre de outra

¹⁷ Aued (2005b) não leva a sua discussão sobre alienação ao sistema de laboratório. Não temos a pretensão neste trabalho, de aprofundar essa discussão, mas é mister sublinhar que o sistema de laboratório aliena os elementos essenciais da grande indústria moderna pela decomposição atômica molecular do objeto, ou seja, pela “decomposição das próprias máquinas automáticas (instrumentos) em cada um dos processos parciais do autômato”, conforme lembra Campana (2006, p. 109). Dessa forma, podemos propugnar, com base em Grade (2010, p. 17, et. seq.) que “por meio do sistema de laboratório, os homens “reaparecem”- como na manufatura – como essenciais ao processo, os quais haviam perdido sua essência para as máquinas, na grande indústria. Entretanto, agora, o processo é levado a cabo pelo *general intellect*”. O sistema de laboratório torna-se o momento histórico mais contundente para a realização da superação das contradições da sociedade capitalista, pois permite “organizar a divisão e combinar o trabalho, economizar meios de produção com um máximo de produtividade, forjar novos objetos de trabalho” (GRADE, 2010).

forma, qual seja: no *ato da produção*. Essa segunda forma de estranhamento pode ser entendida diante da seguinte afirmação de Marx (2004): “a relação do trabalhador com a sua própria atividade como uma [atividade] estranha não pertence a ele”, já que para ele a atividade de produzir não o emancipa, volta contra ele como uma força estranha. Essa relação revela o segredo do primeiro estranhamento, isto é, só há o estranhamento do objeto do trabalho porque a atividade produtiva é, em si mesmo, esse ato estranho para o trabalhador.

Para concluir a compreensão do processo de estranhamento na sociedade capitalista, tal como ela aparece na explicação subjacente aos três vetores históricos, é oportuno apresentar a terceira explicitação: a forma estranha com que a potencialidade humana universal defronta-se com ele. O homem ao produzir, produz a si mesmo e o mundo ao seu redor; transforma a natureza para transformar a sua vida e ao fazer isso se faz como ser universal. “O trabalho estranhado, portanto, arranca-lhe sua vida genérica, sua efetiva objetividade genérica”, como diz Marx (2004).

Essa passagem nos fornece a chave explicativa para apreender os nexos, relações e mediações da produção da própria sociedade capitalista. O homem estranhado do produto do seu trabalho, do ato produtivo e de seu ser, enquanto universalidade, depara-se com o estranhamento dele consigo mesmo.

Dissemos há pouco que na medida do engendrar da riqueza material, a divisão social permite aos proprietários dos meios de produção aumentar a sua riqueza e aos não proprietários ficar mais pobres. Essa afirmação demonstra que a relação de estranhamento, que o homem tem com o seu ser genérico, é senão um estranhamento com outro homem; o outro que se relaciona com ele (como trabalhador) no mercado de trabalho. Para Marx (2004): “se ele se relaciona com a sua própria atividade como uma [atividade] não-livre, então ele se relaciona com ela como a atividade a serviço de, sob o domínio, a violência e o jugo de um outro homem”. Na relação entre capital e trabalho e entre salário e mais-valia (lucro), há uma interdependência visceral. O trabalhador produz o capital, o capital produz o trabalhador.

Se assim o é, a apreensão do que é um *modo de produção* configura-se enquanto um componente imprescindível para este trabalho, uma vez que podemos defini-lo como sendo a forma pela qual os homens no interior dele se organizam. Se no modo de produção capitalista, os homens estão ligados à relação entre duas classes sociais (exploradores e explorados) onde uma se apropria do trabalho excedente da outra, sem dar nada em troca, esta relação social é a força motriz do desenvolvimento capitalista. Ou nas palavras de Marx (2001, p.758):

o capital – e o capitalista não é outra coisa senão o capital personificado, só atua no processo social de produção como expoente do capital – arranca no processo social de produção adequado a ele, uma determinada quantidade de trabalho sobrando aos produtores diretos, ou seja, aos trabalhadores, sem equivalente, trabalho que conserva sempre, substancialmente, seu caráter de trabalho forçoso, por muito que se apresente com resultado da livre contratação. (tradução nossa)

Essa passagem da *Opus Magnum* marxiana parece ser a forma mais apropriada de se falar da singularidade do modo de produção capitalista, ou seja, é por meio da apreensão da força dos modos de produção que chegaremos às relações sociais de produção e às formas de apropriação do excedente.

A verdade solar da reflexão acima é que as formas concretas de produzir da sociedade capitalista são formas transitórias, e constituem a chave para se encontrar a explicação dos momentos históricos. É mediante a apreensão dos elementos mais simples da sociedade burguesa, enquanto organização histórica da produção mais desenvolvida e diversificada, que chegaremos aos resultados do desenvolvimento da história da humanidade. Essa afirmação nos autoriza sublinhar a célebre citação de Marx (1999, p. 52), segundo a qual: “o modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determinam o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência”.

Por conseguinte, é por meio da leitura dos modos de produção que obteremos o conjunto das condições materiais da produção da vida, tanto na sociedade capitalista como também nas pré-capitalistas. Em vista disso, o modo de produção só pode ser, senão, um elemento da universalidade. Não há razões para a dúvida de que procedendo deste modo chegaremos aos detalhes mais simples do comportamento dos homens no processo de desenvolvimento histórico. Para Marx (2011, p. 406):

A unidade original entre uma forma particular do sistema comunitário (tribal) e a propriedade sobre a natureza e a ele relacionada ou o comportamento em relação às condições objetivas da produção como existência natural, como existência objetiva do indivíduo singular mediada pela comunidade – essa unidade, que, por um lado, aparece como a forma particular de propriedade -, tem a sua realidade viva em um *modo de produção* determinado, um modo que aparece seja como comportamento dos indivíduos uns em relação aos outros, seja como seu comportamento ativo determinado em relação à natureza inorgânica, como modo de trabalho determinado (que é sempre trabalho familiar e, com frequência, trabalho comunitário). A própria comunidade aparece como a primeira grande força produtiva; para o tipo particular de condições de produção (por exemplo, pecuária, agricultura) desenvolvem-se modos de produção e forças produtivas particulares, tanto subjetivas, aparecendo como atributos dos indivíduos, quanto objetivas.

A partir do que dissemos, cabe apresentar o esclarecimento de Quaini (1979, p. 88) sobre a produção:

a distinção entre produção de mais-valia e produção de simples trabalho excedente, que está na base da diferença entre sociedade capitalista e sociedades pré-capitalistas, esclarece-se e completa-se com a distinção entre produção de valores de uso e produção de valores de troca (ou seja, produção para o consumo e produção para a troca generalizada).

Nas formas pré-capitalistas, como lembra Marx (2011, p. 388) a finalidade do trabalho “não é a criação de valor – embora eles possam realizar trabalho excedente para trocá-lo por trabalho alheio, i.e., produtos excedentes – ao contrário a sua finalidade é a conservação do proprietário singular e de sua família, bem como de toda a comunidade como um todo”.

O que nos interessa, sobremaneira, é identificar o processo histórico que permitiu o surgimento do modo de produção capitalista. Para Marx (2011, p. 415, et. seq.) “o processo histórico não é resultado do capital, mas o pressuposto para ele. É por meio deste processo que também o capitalista se interpõe como pessoa intermediária (historicamente) entre a propriedade da terra ou a propriedade em geral e o trabalho”. Isso nos traz outra questão não menos importante, qual seja: somente quando o trabalho livre se encontrou separado das condições objetivas e quando essas mesmas condições objetivas puderam ser compradas é que foi possível a efetivação do capital.

Quaini (1979, p. 93) afirma que:

Se estabelecermos a equação *reprodução da comunidade primitiva* = reprodução simples (no sentido das mesmas condições de produção, do mesmo potencial produtivo para as mesmas necessidades sociais) e portanto a equação dissolução da *comunidade primitiva* = *acumulação ou reprodução ampliada* (isto é, produção em escala sempre mais ampla) damos um significado real e histórico ao conceito de reprodução simples.

Desse modo, é possível destacar a diferença entre as duas modalidades de produção: i) a produção cuja finalidade é a reprodução do homem e da comunidade e ii) a produção que nasce do processo dissolutivo das formas precedentes, base para o modo de produção capitalista, cuja finalidade é a riqueza, a acumulação, a produção para a produção. “Para o capital, o trabalhador não é uma condição de produção, mas só o trabalho. Se ele puder realizar por meio de máquinas ou até por meio da água, do ar, tanto melhor” (MARX, 2011, p. 415).

Se o processo de hominização assim o tomamos, não é demais reiterar que todo o acervo produzido pelas formações precedentes tornam-se a base sobre a qual as formações futuras erguerão os seus edifícios existenciais. A afirmação segundo a qual “o indivíduo é colocado

diante de uma imensidade de riquezas acumuladas ao longo dos séculos por inumeráveis gerações de homens, os únicos seres, no nosso planeta, que são *criadores*” (LEONTIEV, 1978, s/p) coaduna com o que estamos a dizer. E, “as gerações humanas morrem e sucedem-se, mas aquilo que criaram passa às gerações seguintes que multiplicam e aperfeiçoam pelo trabalho e pela luta as riquezas que lhe foram transmitidas e *passam pelo testamento* do desenvolvimento da humanidade” (IBIDEM).

De agora em diante, a compreensão sobre as formas de cooperação modernas é estratégica para destacar que a sociedade capitalista é uma formação social indispensável para a realização do trabalho coletivo.

1.3 COOPERAÇÃO E EXISTÊNCIA COLETIVA: OU O DESABROCHAR DA EMANCIPAÇÃO HUMANA

Mostramos no item anterior os processos históricos e a alienação como forma de separação do trabalhador das suas condições objetivas. Em verdade, mostramos que a consolidação da sociedade capitalista é simultaneamente a produção da alienação do produtor direto. Ocorre que neste processo social a cooperação, enquanto expressão da ampliação que os meios de produção alcançam na sociedade capitalista, exerce um papel importante, posto que as suas operações só podem ser controladas pelas ações do trabalho coletivo. Se assim entendemos a cooperação burguesa, devemos evidenciar a dimensão da sociabilidade capitalista, processo engendrado pelo alcance universal das formas de produção, enquanto algo decisivo.

É oportuno fazer uma distinção entre a cooperação da sociedade capitalista e a de sociedades pré-capitalistas, uma vez que o processo de trabalho não se expressa da mesma forma. Ou seja, a cooperação em sociedades pré-capitalistas aparece vinculada à propriedade comum da terra e ligada visceralmente à tribo ou à comunidade. Entre os açorianos do litoral catariense, havia práticas cooperativas bastante significativas e que nos servem de exemplo. Os mutirões em torno dos quais as comunidades tradicionais reuniam pessoas para a “puxada de rede” ou para a construção de residências, ruas, etc. é uma forma de entender a cooperação pré-capitalista. O núcleo originário, segundo Diegues (1988, p. 10, et. seq.) é o “grupo doméstico”, “entendido como um sistema de relações sociais que, baseando no princípio de residência comum, regula e garante o processo produtivo”. O seu alcance é limitado pelo número de trabalhadores diretos existentes nos grupos domésticos. “Quando há necessidade de se ampliar a capacidade produtiva do grupo doméstico, apela-se para o ‘mutirão’ ou ajuda de vários

grupos domésticos em ocasiões especiais como a colheita, etc.” alude Diegues (1988). O seu limite não ultrapassa o mundo comunitário. Segundo Marx (2003, p. 387, et. seq.) mesmo quando havia

o emprego esporádico da cooperação, em grande escala, no mundo antigo, na Idade Média e nas colônias modernas, [a cooperação] assentava em relações imediatas de dominação e servidão, na maior parte das vezes na escravidão. Pelo contrário, a forma capitalista pressupõe, de antemão, o assalariado livre, que vende a sua força de trabalho ao capital.

Marx (2003) é enfático ao dizer que “a produção capitalista de facto só começa quando o mesmo capital individual emprega simultaneamente uma superior quantidade de operários”. Por esta razão, “a cooperação capitalista não aparece como uma forma histórica particular de cooperação, mas a própria cooperação como uma forma histórica peculiar ao processo de produção capitalista e que especificamente o distingue”. Ela está ligada à atuação de uma superior quantidade de operários no mesmo campo de trabalho cujo objetivo é a produção “do mesmo tipo de mercadorias, sob o comando do mesmo capitalista, forma histórica e conceptualmente o ponto de partida da produção capitalista”.

Desta forma, pois, realiza-se o objetivo do modo de produção capitalista, isto é, a maior autovalorização do capital e a produção de mais-valia, obviamente, com a maior exploração da força de trabalho. A cooperação, no modo de produção capitalista, transforma o processo de trabalho assentado individualmente, ou nas esferas familiares e comunitárias, e dá uma dimensão extraordinária para a produção de mercadorias. A cooperação estende a esfera espacial do trabalho, por um lado, e estreita o espaço da área de produção, de outro. O que transmuta de uma cooperação limitada para uma cooperação capitalista é a capacidade da última em realizar a riqueza socialmente produzida.

Essa promoção do trabalho imediato ao nível de trabalho social mostra que o trabalho isolado está reduzido à importância face àquilo que o capital representa e concentra em forças coletivas e gerais. Por outro lado, é graças a uma propriedade inerente ao capital circulante que um ramo da produção pode prosseguir a sua actividade em ligação com o trabalho fornecido por outro (Marx, 2003, p. 380).

Portanto, a produção passou a ser um ato coletivo, universal, assentado sobre a ciência e a tecnologia moderna. Não é exagero dizer que este processo histórico realiza-se de modo contraditório, antagônico. Sem embargo, é a manifestação fundamental das determinações mais acabadas da sociedade, das condições materiais para a emancipação humana. Assim sendo, a cooperação produz um ser genérico, cuja natureza não pode ser outra senão a existência

coletiva; um ser coletivo capaz de enfrentar o ser social do capital, ainda que no interior da própria sociedade capitalista.

Isso vale, especialmente, para o pescador artesanal, uma vez que a sua produção está voltada para um mercado mais amplo, cuja realização requer arranjos mais complexos, definidos por instâncias estatais, privadas e que reconfiguram o mundo pesqueiro artesanal. Se antigamente ele, com mais um ou dois ajudantes, deslocava-se alguns metros e pescava o suficiente para a sua subsistência e para um pequeno comércio, hoje se tornou impossível por duas razões: i) porque ele não pertence mais à sociabilidade simples, comunitária, ou seja, está inserido em uma sociabilidade capitalista, mais complexa e heterogênea e ii) talvez, pela razão acima, podemos afirmar que o mar é incapaz de oferecer todos os recursos necessários para a sua vida, ainda mais tendo o seu comércio definido por extensões mais amplas. O trabalho familiar ou comunitário tornou-se insuficiente para a dimensão da sociedade capitalista, para o tamanho do mundo com o qual a sua família e o próprio pescador flerta.

Com base no que dissemos há instantes, é oportuno sublinhar o que Rios (2014) apresenta como dificuldades de produção e comercialização para os pescadores artesanais no Sul do Chile na atualidade: a natureza do mercado¹⁸ está cada vez mais orientada pelas dinâmicas globais. E, mais, mesmo para os pescadores artesanais, o que é capturado não foge do caráter global do mercado capitalista. Essa constatação nos revela outra face, qual seja, a de que a produção da existência do pescador artesanal está definida pela universalidade burguesa. Portanto, a produção artesanal, como forma de conexão com a totalidade capitalista, é insuficiente para o pescador artesanal. O ato de existir não é, o que em algum momento foi, mais individual, familiar ou comunitário. Na sociedade burguesa ele se defronta com uma materialidade muito mais ampla e complexa, para a qual o mundo pesqueiro artesanal não dá mais conta. E mesmo que o pescador artesanal, por alguma razão, quisesse restabelecer os laços sociais de outrora, teria imensa dificuldade, já que, por exemplo, os seus filhos, a sua família, a sua comunidade, a sua atividade existencial já estão atados – dadas as necessidades sociais cada vez mais amplas – à sociabilidade capitalista. E, até mesmo ele, por meio das suas atividades particulares, tem dificuldade de produzir a vida como outrora. A sociedade capitalista separou o pescador artesanal das suas condições objetivas da pesca artesanal. Separou o pescador artesanal do homem existente dentro dele e emancipou a pesca artesanal ao criar meios de produção

¹⁸ Rios (2014) menciona que o preço de mercado atualmente, no sul do Chile, é decidido entre dirigentes sindicalistas e os grandes comerciantes e que por esta razão os pescadores artesanais ficam submetidos aos interesses maiores, de uma lógica além das suas condições comunitárias.

com base nos processos científicos. Tornou-os desnecessários para a produção. Se assim o colocamos, o único caminho que resta a eles é a luta emancipatória.

No capítulo seguinte falaremos sobre a luta emancipatória no terreno político. Agora, nos parece necessário discutir emancipação humana enquanto um fenômeno do explicitar das forças produtivas do trabalho social, portanto, só podendo ser operadas pelos trabalhadores associados em regime de cooperação, trabalho coletivo. Colocar os elementos constitutivos da emancipação humana desta forma, enquanto evoluir supremo das forças produtivas e das relações sociais burguesas, é afirmar, ao mesmo tempo, que somente ações sociais coletivizadas, animadas pelo trabalho cooperativo em detrimento ao trabalho individual, ações essas inerentes à sociedade burguesa, engendram tais elementos. Parece que esta afirmação se aproxima de Aued (2004, p. 08, et. seq.) para quem a “história é a efetivação e a negação simultânea da forma burguesa de produção da vida, daí o engendrar de elementos em seu interior que possibilitam o nascer de uma sociedade de novo tipo”.

Se assim explanamos os elementos que sustentam a emancipação humana, é necessário propugnar que para tanto as forças produtivas do trabalho social devem alcançar um grau de desenvolvimento a tornar desnecessário o trabalho humano burguês. Ocorre que quanto mais se reproduz o modo de produção capitalista, mais se manifesta o antagonismo entre a essência, enquanto totalidade do trabalho social e aparência, enquanto alienação humana¹⁹, ou seja, o modo de produção capitalista produz riqueza em forma ilimitada, contudo, não permite a apropriação por todos os seres humanos.

Disso resulta um fato irrefragável:

Quanto mais o capital consubstancia-se como relação meramente social na base material da produção da vida, mais avança em relação ao seu processo de superação. Ao substituir progressivamente trabalho vivo por trabalho passado, materializado em meios de produção, na produção da riqueza social, coloca aos homens os meios de se produzirem enquanto homens emancipados. (TAVARES, 2008, p. 135).

O proletariado somente se apropria de parcelas da riqueza social segundo o valor de sua força de trabalho e os proprietários de meios de produção se apropriam na forma de mais-valia. Assim sendo, está colocada a impossibilidade da plenitude do ser social. “[...] a universalidade plena do ser social, onde todos participam segundo a possibilidade e a necessi-

¹⁹ Não podemos deixar fugir desta discussão a seguinte classificação: i) aparência, enquanto expressão das formas alienadas e ii) essência, enquanto trabalho social. Podemos dizer, inclusive, que formas alienadas (aparência) podem ser salário, ganho do capital (juro e lucro) e renda da terra, ou como diz Aued (2004, p. 35): “todas as formas pelas quais a alienação se manifesta, isto é, categorias que expressam as separações entre os homens burgueses”. E essência é o resultado da riqueza, enquanto atividade produtiva.

dade da produção e da apropriação da riqueza, ainda é uma potencialidade em germinação”, salienta Aued (1999, p. 127, et. seq.).

Devemos insistir no antagonismo entre a plenitude, enquanto existência coletiva, produto do evoluir das forças produtivas do trabalho social e os limites impostos pela apropriação na sociedade capitalista. Se é verdade que o modo de produção capitalista produz as condições materiais necessárias para a emancipação do homem não é menos verdade que os limites também estão colocados nesta mesma formação social capitalista. Somente a superação deste antagonismo para a realização da emancipação humana, ou seja, é preciso a libertação da lógica do capital.

Se a emancipação política superou as relações sociais que configuravam os fios da sociabilidade feudal, a emancipação humana, enquanto plenitude, está amarrada aos fios da apropriação da riqueza da sociedade capitalista. No processo de hominização, o modo de produção capitalista exerce um papel inexorável: “fez com que a cooperação entre os homens na produção de sua existência se fixe em formas materiais de produção, cuja dimensão e operacionalidade só podem ser impulsionadas pelo trabalhador coletivo” (AUED, 1999). A base produtiva e o seu permanente processo de regurgitar força de trabalho, reduz o tempo de trabalho, engendrando seres supérfluos, e cria as condições materiais para a emancipação. O regurgitamento de trabalhadores do processo produtivo é, ao mesmo tempo, a criação da existência coletiva na figura do trabalhador associado, materializado em meios de produção na forma de máquinas-automáticas, cuja base é o conhecimento científico, por exemplo.

É desse modo, pois, que a emancipação para nós tem um semblante histórico, resultado do processo de produção da existência em sua fase mais acabada. “Quanto mais concentrados são os meios de produção, mais a força produtiva do trabalho social se desenvolve e menos trabalhador é necessário para a produção da riqueza social” (AUED, 1999). Está colocada a desnecessidade dos trabalhadores para a produção da sociedade burguesa, já que nesse processo todo o desenvolvimento dos meios de produção está submetido à aplicação consciente da ciência: os trabalhadores tornaram-se supérfluos para a produção.

Pressupondo uma sociedade cujo processo produtivo tem como base a ciência operada pelos trabalhadores associados, é ter as condições históricas para a emancipação humana. Nos dizeres de Aued (2005a, p. 32, et. seq.):

ao homem, agora, cabe a função de previamente idealizar o que e como produzir nas condições por ele mesmo criadas. Nessa função, ele se distingue dos demais animais, como ser consciente, isto é, ser que previamente idealiz-

za em sua mente o que objetiva na natureza sensível e na natureza socializada. Porém, ainda no modo de produção capitalista, o seu produto consciente é o próprio capital. Limite e pressuposto para a plena existência do homem humanizado, emancipado de sua condição histórica de trabalhador.

De tudo isso podemos mostrar que: “a natureza humana objetivada em força produtiva permite que o homem humanizado se constitua no elemento simples de sua própria existência. Esse elemento simples é o homem consciente de sua universalidade.”(AUED, 2005a).

Uma vez que a universalidade:

decorre da cooperação entre todos os homens, e que se explicita na base produtiva produzida pelos próprios homens, pois, os homens se produzem produzindo as condições de produção de sua existência e de todos os outros seres orgânicos. O homem não só produz a si como ser em si, mas produz a si como ser em si e para si, por produzir todos os demais elementos da natureza sensível. [...] O homem constituiu-se em ser consciente de sua existência universal pela base produtiva que produziu através de sua história. (AUED, 2005a).

Entretanto, é preciso salientar que a premissa do modo de produção capitalista é a contradição imanente entre a produção da riqueza social em escala ampliada e a produção de massa humana universal sem posses, miseráveis. É dessa contradição que se funda um “poder insuportável”, um estado de coisas insuportáveis para os homens universais. Marx (2005, p.58) é contra este “poder insuportável” que se pretende revolucionar, na medida em que a razão da existência já esteja colocada, ou seja, a “premissa prática absolutamente necessária”: forças de produção já desenvolvidas.

2 NOSSA APREENSÃO SOBRE O MÉTODO

“À medida que as relações do homem com o mundo deixam de ser as de um animal simplesmente adaptado ao mundo para se converterem, simultaneamente com isso, em relações de adaptação do mundo a ele, o que impõe a transformação deliberada e artificial da realidade exterior, aparece o trabalho como o modo pelo qual o homem começa a produzir para si o mundo, os objetos e as condições de que precisa para existir” (Vieira Pinto, 1979).

Falaremos, neste capítulo, sobre o método, mais precisamente como o objeto de pesquisa aparece aos nossos olhos. Faremos desta atividade um exercício de exposição dos elementos mais simples que regem a dinâmica do modo de produção capitalista e, mais, também será objeto de nossa preocupação a lógica dialética que contradiz o batimento do coração da sociedade atual. Procedendo desta forma acreditamos não recorrer em erros analíticos, tais como abandonar o pensamento dialético segundo o qual, no interior do processo social de produção, não se reúnem elementos que negam o dinamismo social vigente. Portanto, falar sobre o método, neste trabalho, é trazer à luz os elementos que organizam a constituição cultural dos homens²⁰ na formação social moderna e de que modo as contradições imanentes a esta constituição cultural se expressam.

Partiremos da concepção de que a história é produzida pelos homens reais, vivos, e de que o desenvolvimento das forças produtivas, produção engendradora pelas suas atividades materiais, emancipa o homem do seu modo de vida pretérito. Sobre isso, Marx (2007, p. 56) esclarece que:

É supérfluo acrescentar que os homens não são livres para escolher suas forças produtivas – que são a base de toda sua história – porque toda força produtiva é uma força adquirida, o produto de uma atividade anterior. Assim, as forças produtivas são o resultado da energia prática dos homens, mas esta própria energia está determinada pelas condições em que se encontram os homens, pelas forças produtivas já adquiridas, pela forma social preexistente, que eles não criaram e que é o produto da geração anterior. O simples fato de cada geração posterior encontrar as forças produtivas adquiridas pela geração precedente, utilizando-as como matéria-prima para a nova produção, cria na história dos homens uma conexão, cria uma história da humanidade, que é tanto mais a história da humanidade quanto mais desenvolvidas estiverem as forças produtivas dos homens e, por consequência, as suas relações sociais. Consequência necessária: a história social dos homens nada mais é do que a história do desenvolvimento individual, tenham eles ou não consciência disto. Suas relações materiais estão na base de todas as suas outras relações. Estas relações materiais são apenas as formas necessárias nas quais se realiza sua atividade material e individual.

²⁰ A expressão “homem” é usada no sentido genérico, abstrato, sem nenhuma força de ocultação do papel da mulher na história.

Concordamos com Campana (2006, p. 36) quando afirma: “É necessário partir *dos homens vivos e ativos em suas relações sociais de produção material e das forças produtivas* para entender o passado e saber como será o futuro como negação do passado e como possibilidade posta na forma produzida no presente”. Voltemos a Marx:

Um determinado modo de produção, ou fase industrial, está sempre ligado a um determinado modo de cooperação, ou fase social, e este modo da cooperação é ele próprio uma força produtiva; e que a quantidade das forças produtivas acessíveis aos homens condiciona o estado da sociedade, e portanto a história da humanidade tem de ser sempre estudada e tratada em conexão com a história da indústria e da troca (MARX, 2005, p. 33).

Neste sentido, acreditamos que o materialismo histórico responde cientificamente a esta necessidade, já que possui na sua práxis a compreensão da totalidade, sem a qual não se pode ter conhecimento pleno da realidade social. Disto resulta a “necessidade de entender o modo de produção capitalista de maneira total, ou seja, considerar os fenômenos na ‘sociedade moderna’ como parte que compõe o todo: a busca dos nexos e mediações” (SILVEIRA, 2006, p. 16).

O que explicita a categoria da totalidade, proposta por Marx, é o caráter da compreensão do todo estruturado, por meio de suas devidas abstrações que, não obstante, resultam no conhecimento dos fatos, compreendidos como fatos de um todo dialético. A totalidade compreende a sociedade como um todo complexo, concreto, de maneira que para a análise de uma estrutura é imprescindível o conhecimento da totalidade à qual está submetida. Não é, portanto, a compreensão da realidade mediante o conhecimento de todos os fatos que a compõem, e sim a concreticidade dialética de todos os fatos.

Se o que dissemos acima faz sentido, é lícito dizer que para Vieira Pinto (1979, p. 121, et. seq.) “o processo da realidade é, por natureza, uma totalidade onde estão incluídas as coisas e as transformações”. Desse modo, fica claro que a visão simplória que considera as partes enquanto realidades por si sós, despregadas do todo e das conexões que criam a *unidade de relações intrínsecas* ou a *unidade do curso dos conhecimentos*, são meras idealizações da realidade. A realidade que estamos a considerar neste trabalho não é outra senão aquela que traz no seu núcleo central os elementos contraditórios que manifestam a totalidade da sociedade. Não se trata de negar a existência da particularidade das coisas, mas sim de considerá-la como expressão da totalidade. Se assim não precedêssemos, cairíamos no erro de admoestar a totalidade como expressão da soma das partes isoladamente. Disso resulta uma questão relevante para a compreensão da totalidade, ou seja, a duplicidade de todo objeto analisado: a) ele é

“momento de uma existência universal; e b) de ser possível instrumento da nossa ação prática sobre essa mesma realidade”, conforme Vieira Pinto (1960).

É dessa forma que a afirmação segundo a qual um dado produto social, cultural só encontra referência histórica e, portanto, reconhece seu limite ou superioridade, se for comparado com outro que o afronte. A pesca artesanal, por exemplo: o ato de capturar o peixe com a tarrafa de náilon, fabricada à mão pelo pescador, obedecendo a regras de fabricação tradicional, é considerada, por quem dispõe da forma de pescar industrial, como sendo limitada. Para as comunidades que ainda não conheceram outros processos produtivos, não existe essa relação, não há outras formas superiores de pescar. Esse parece ser o sentido outorgado por Vieira Pinto ao dizer que “a montanha que tribos autóctones contemplaram durante séculos passa a ser outra coisa quando se descobre que é portadora de jazidas metalíferas cobiçadas”. Portanto, a categoria da totalidade é fundamental para a compreensão dos pressupostos metodológicos que estamos a imprimir significado:

Para o materialismo, a realidade social pode ser conhecida na sua concreticidade (totalidade) quando se descobre a natureza da realidade social, se elimina a pseudoconcreticidade, se conhece a realidade social como unidade dialética da base e de superestrutura, e o homem como sujeito histórico-social (KOSIK. 2002, p. 52).

Contudo, qual o significado de explicitar o nosso conhecimento acerca da história e em saber a forma pela qual os homens produzem a sua existência? Qual o nexos, relações e mediações entre as atividades materiais que os homens engendram no curso da história com tudo aquilo que concebemos como sociedade capitalista? A nossa análise fundante é ultrapassar a aparência em um mundo fetichizado; é explicar como a essência das coisas se expressa. Portanto, a história sempre será uma constituição social no seio da qual as atividades materiais exercem uma força avassaladora.

A história, para nós, é a sucessão de diversas gerações, sendo que a geração precedente serve de base material para a geração posterior. Afinal, “essas relações materiais não são mais do que as formas necessárias nas quais se realiza a sua atividade material e individual” (MARX. 2001, p. 177). Analisar a história a partir deste ponto de vista nos permite ter a intelecção de que estas atividades humanas são dialéticas. Inexoravelmente algo novo brota das contradições sociais da sua forma de ser.

2.1 CULTURA E MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO: LIMITES E PERSPECTIVAS DE TRANSFORMAÇÃO

Ao agir sobre corpos circunstantes não apenas sua estrutura corpórea se vai modificando e ganhando habilidades operatórias traduzidas em atos técnicos e comportamentos lógicos socialmente coordenados que se acumulam e transmitem, formando os primeiros elementos da cultura. Percebe-se, assim, que o processo de hominização, cujo termo cultural último é o surgimento da ciência, depende em todo o curso de um outro processo, o da produção da existência, que o homem conduz mediante a prática do trabalho sobre a realidade física (Vieira Pinto, 1979).

Considerando que o nosso trabalho está assentado sobre as transformações que a forma cultural coetânea de produzir imprime ao fazer tradicional da pesca, é lícito apresentar a nossa intelecção sobre a cultura em geral e em específico como ela aparece ao pescador artesanal. Usaremos como base para tal empreitada a lógica dialética e a Teoria da Cultura e sua classificação feita por Vieira Pinto no livro “Ciência e existência”.

O nosso interesse por essa abordagem deriva da centralidade que o âmbito cultural da pesca artesanal exerce nas análises científicas e políticas. Quando, na introdução desta tese, nos referimos ao desarranjo cultural a que estão submetidas as comunidades de pescadores artesanais, pretendíamos alcançar o ponto sobre o qual a maioria dos trabalhos acadêmicos brasileiros e latino-americanos – e de algum modo as políticas públicas – preocupam-se quando falam de pescador artesanal. Não é raro associar a importância da atividade pesqueira artesanal à necessidade de preservação desta forma singular de produzir a existência. Parte-se da premissa de que ela é a expressão de práticas tradicionais, que envolvem hábitos, costumes, festejos, saber-fazer singular etc., transmitidas às gerações ao longo do tempo.

É por tal fator que recai sobre os ombros das formas modernas, na maioria das vezes ingenuamente, um fardo pesado de responsabilidade. Essa forma de analisar a história, mediante o prisma da dualidade sociológica (desenvolvido *versus* atrasado) só oculta a verdadeira realidade das coisas, qual seja, a forma desigual com que os homens se apropriam da riqueza social na sociedade capitalista, mais precisamente, a desigualdade na apropriação dos conhecimentos culturais e dos bens materiais dele resultantes e o conteúdo de atraso institucional à qual a estrutura regional e nacional está submetida. A maioria dos trabalhos acadêmicos brasileiros, quando abordam a referida temática, centralizam a análise na musealização dos pescadores artesanais, a ocultar, portanto, a necessidade de romper com as amarras que os prendem ao passado, ainda que para tal rompimento a identificação do caráter cultural revolucionário seja necessário. Quando a dimensão da cultura é colocada a partir de um desenho institucional

de rejeição das formas coetâneas, inculcando nos pescadores uma ideia de impotência diante da história, só esvazia a real potencialidade de enfrentamento dos problemas sociais mais agudos. A melhor coisa a se fazer, neste caso, é perceber a insuficiência material advinda das próprias atividades produtivas pesqueiras artesanais em face do tempo presente. Não menos grave é o papel desempenhado pelas políticas públicas regionais e nacionais que, ao incidirem nas populações dos “territórios” afetados, sequer permitem o envolvimento consistente em torno do qual ações de emancipação coletiva pudessem ser processadas.

É possível afirmar que somente usando a lógica dialética, ou seja, considerando a realidade como um processo social constituído de elementos contraditórios e que por esta razão tal realidade sempre se manifesta negando a anterior, é que se chega a tal afirmação. Segundo Vieira Pinto (1979, p. 189, et. seq.):

... a dialética interpreta o processo da realidade vendo nele uma sucessão de fenômenos cada um dos quais só existe enquanto contradição com as condições anteriores, só surge por negação da realidade que o engendra, e se revelará produtivo de novos efeitos objetivos unicamente na medida em que estes, sendo o “novo” recém-surgido, negam aquilo que os produziu.

Por esta razão é possível asseverar que a realidade social é sempre positiva e negativa e que o núcleo das coisas é constituído pela contradição. A lei dialética diz: “o que por essência só existe porque é negativo (daquilo de que provém) é ao mesmo tempo positivo (enquanto o novo que agora se afirma existente)” (VIEIRA PINTO, 1979). Essa lei é fundamental para entender as criações, os engenhos e os elementos culturais, como sendo expressões carregadas de contradições, no seio das quais não há repetições e conservação das relações originárias, como adverte Vieira Pinto.

Estas notas preliminares se fazem importantes para apresentar o nosso entendimento sobre a cultura, já que a concebemos como a criação do homem e que diz respeito ao processo de aperfeiçoamento dos instrumentos de toda ordem com que ele conduz a sua vida, na tarefa incessante de superar os limites que se apresentam. Tal processo está jungido à produção da sua existência, e cada vez que o acervo de conhecimento e das técnicas, o trato com os objetos e a capacidade de abstração vai majorando, mais complexa vai ficando a sua relação com o todo. Portanto, se a história é como dissemos acima, isto é, uma sucessão de gerações onde uma das quais se apropria de todo material transmitido pela precedente, a cultura desempenha um papel fundamental neste contexto.

Para que não incorramos em erros metodológicos, dado que a cultura na atualidade se apresenta como um gigantesco material e classificá-la é sempre uma tarefa complicada, pen-

samos ser lícito para o nosso trabalho apresentar a sua dimensão histórica, o seu processo de formação e constituição até expor os antagonismos e os interesses imanentes à divisão de classes ligada à cultura. Procedendo desta forma, acreditamos superar a visão pueril que nega a criação da cultura e ao mesmo tempo a criação do homem como algo não coetâneo. Ou seja, não considera a cultura como sendo a atividade do homem em busca da sua autorrealização e que tal busca necessita, indispensavelmente, do aperfeiçoamento dos instrumentos, de técnicas cada vez mais sofisticadas e de relações mais assentes com a natureza. É assim que entende Leontiev (1978, p. 283) quando diz que:

no decurso das atividades dos homens, as suas aptidões, os seus conhecimentos e o seu saber-fazer cristalizam-se de certa maneira nos seus produtos (materiais, intelectuais, ideais). Razão por que todo progresso no aperfeiçoamento, por exemplo, dos instrumentos de trabalho pode considerar-se, deste ponto de vista, como marcando um novo grau de desenvolvimento histórico nas aptidões motoras do homem; também a complexidade da fonética das línguas encarna os progressos realizados na articulação dos sons e do ouvido verbal, os progressos das obras de arte, um desenvolvimento estético, etc.

Ao tratar a cultura como resultado do processo produtivo é fundamental destacar que, invariavelmente, ela aparece através das atividades que os grupos sociais, comunidades, exercem para produzir a sua existência. E que o acúmulo de tais atividades fornece um acervo de conhecimento sobre o passado e ao mesmo tempo serve de base para as sociedades futuras. No início da vida humana, em períodos históricos em que não havia a divisão de classes que conhecemos, portanto, em estágios rudimentares do conhecimento, mas nem por isso indiferente ao nosso estudo, se concebia a cultura como uma força que estava a serviço da produção de toda a comunidade. Dada a inexistência deste período entre nós, uma vez que o presente é o da sociedade burguesa antagônica, dividida em possuidores da riqueza e não possuidores, ou como alude Florestan Fernandes (2007, p.36), “os não bafejados pela sorte”, cabe destacar que a cultura aparece cortada pelos interesses de classe. Tais interesses definem, ideologicamente, inclusive, quem tem cultura²¹ e os elementos que a definem como sendo uma atividade cultural, portanto carregada de valores.

Vieira Pinto (1979, p. 123, et. seq.), no bojo da sua teoria da cultura, classifica a cultura em dois campos: a) como sendo uma atividade que produz bens de consumo; e b) bens de produção. No primeiro caso, “enquanto resultado, simultaneamente materializado em coisas e artefatos e subjetivado em ideias gerais”, e no segundo caso, é o acervo de “conhecimentos e

²¹ É preciso destacar que só ideologicamente é possível fazer tal definição, uma vez que diante do conceito de cultura que pressupomos, segundo o qual ela se cria diante das atividades exercidas pelos grupos sociais, classes, na busca constante de realizar as atividades materiais e espirituais, ela não tem consistência.

de instrumentos que vão permitir a exploração coletiva do mundo pelo homem”. Percebe-se com esta classificação que a base dos dois casos fornece em primeiro lugar a inteligência de que o homem, ao produzir os meios para superar as condições que se apresentam, ao se relacionar com o meio natural, acumula um conjunto de aquisições materiais imprescindíveis para a sua manutenção. Em segundo lugar, ao fazer isso cria um sistema de representação das aquisições postas cuja força permite abstrair e ao mesmo tempo idealizar as atividades futuras. É assim que podemos destacar que a cultura apresenta dois componentes: os *instrumentos artificiais*, fabricados para reforçar a ação dos instrumentos orgânicos de que o corpo é dotado a fim de opor-se à hostilidade do meio; e as *ideias*, que correspondem à preparação intencional, sempre social, e à antevisão dos resultados de tal ação. A cultura, portanto, aparece, aos nossos olhos, como sendo a atividade que permite a apropriação dos objetos e fenômenos criados no percurso do processo histórico de hominização. Sobre isso, Leontiev (1978, p. 287) menciona que “a apropriação dos instrumentos implica, portanto, uma reorganização dos movimentos naturais instintivos do homem e a formação das faculdades motoras superiores.”

Para nós, trabalhar com a cultura a partir do entendimento da importância do processo produtivo não é senão sinal da expressão do nosso método dialético. Afora isso, devemos destacar que é diretamente proporcional o progresso material da sociedade à consciência sobre os valores culturais: uma forma de produzir é ao mesmo tempo a produção de uma cultura e de uma consciência sobre este tipo de sociedade. É comum observar, cavilosamente, a tese segundo a qual em sociedades com um adiantado desenvolvimento das condições materiais não há relação cultural entre as pessoas e grupos como se elas não se identificassem mais com a sua cultura. Como se o progresso obliterasse os canais culturais. O que percebemos contradiz a tese acima, isto é, quando um país alcança um considerável progresso das *coisas*, dado o nível de investimento social, tecnológico, científico, com especial inclinação ao papel das forças produtivas sociais, há, tendencialmente, uma tomada de consciência cultural das pessoas, dos

grupos²², etc. É assim que aparece aos olhos de Vieira Pinto (2005, p. 680):

Será tanto mais rica, extensa e original a cultura do povo quanto mais adiantado o desenvolvimento das suas condições materiais de existência; mas, reciprocamente, *quanto mais consciência adquirir da sua personalidade cultural, mais identificado com os objetos da sua criação científica, artística, melhores recursos terá para compreender a sua realidade, e portanto mais eficazes instrumentos para nela intervir, modificando-a em seu proveito* (grifo nosso).

Essa situação permite aos grupos e classes do país pensarem a sua cultura de maneira crítica, onde o seu valor está proporcionalmente ligado às possibilidades de superação de tal pauperismo social e de consciência do seu papel na história. A cultura, quando jungida às formas de subsistência, ou dependente de padrões culturais externos, (in)condizentes com o seu mundo, está mais propensa ao controle, portanto, sem o conhecimento dos caracteres libertadores instalados no seu interior.

Por conseguinte, estamos autorizados a fazer o seguinte questionamento perturbador: de que forma podemos entender a cultura dos pescadores artesanais a partir deste ponto de vista? Como aparece, aos olhos da lógica dialética, a situação dos pescadores artesanais diante da enorme transformação engendrada pelo modo de produção capitalista?

Um bom começo para responder a estes questionamentos é destacando que do ponto de vista dialético do processo histórico da emancipação do homem, portanto, processo no interior do qual o homem sempre alcança níveis de mediação com o meio mais acabado e com isso se coloca novos desafios, é inconcebível o caráter de congelamento das atividades cultu-

²² É oportuno asseverar, para que não sejamos interpretados de forma equivocada, que o processo de conscientização cultural, que em tese resulta da melhora das condições materiais objetivas da realidade social, tendo o avanço das forças produtivas um especial influxo, não é algo automático, como se fosse uma etapa a ser alcançada na história. Trata-se de um processo tangido por cores de conflitos e de contradições sociais, cores da nossa sociedade antagonica, dividida entre exploradores e explorados. Portanto, é um processo que se apresenta indeterminado na história, depende das condições objetivas com as quais os grupos sociais, classes, indivíduos, se entrelaçam, relacionam-se e que, em última instância, depende das ações e das forças sociais impetradas nas lutas sociais. Não vincula-se ao sabor ideológico das realizações coetâneas como se estas fossem as únicas ocorridas na história, como se outrora as realizações tecnológicas, como o anzol de metal entre os índios ou o machado entre os homens do campo, também não tivessem provocado efeitos tão retumbantes quanto aos que assistimos hoje. O fato segundo o qual os engenhos tecnológicos, ao serem criados acarretam, inexoravelmente, na dispensa da força de trabalho humana, a fazer com que a sociedade dependa cada vez mais da ciência e da tecnologia, portanto, ecoando a ideia cavilosa de que vivemos nas melhores das épocas sociais já ocorridas, não pode ser considerado como um fato por si só inquestionável: a consciência cultural, que estamos a insistir, não deriva necessariamente deste *conditio*. Ela será resultado da intelecção, que será construída historicamente, da natureza das causas sociais provocadoras do pauperismo social e das mazelas que sofre a grande maioria da humanidade. Ou ainda, a consciência do invólucro no cerne do qual a classe minoritária resguarda a riqueza social e a considera como propriedade sua, inquestionável, e que o uso coletivo, indiscriminado, dela, portanto, o divórcio desta propriedade, dará consistência profunda à finalidade maior das forças produtivas na história. A consciência cultural “corresponde simplesmente à exigência de maior racionalidade, na compreensão de si mesmo e do mundo, finalidade que nenhum homem pode recusar”. (VIEIRA PINTO, 2005, p. 689)

rais garantidoras da subsistência do pescador artesanal. Para clarear a questão, podemos dizer que a tese de alguns pesquisadores da pesca artesanal, segundo a qual diante das contradições do modo de produção capitalista a defesa coerente é *preservar* a condição de existência jungida à sua prática de subsistência, soa estranha. Ora, este ponto é relevante e polêmico para a nossa apreensão metodológica, já que a sociedade, aos nossos olhos, historicamente apresentou mudanças inevitáveis na base constitutiva das forças produtivas, ou seja, desde que o homem se desprende do seu mundo biológico e através do trabalho criou um ambiente propício para a sua produção e reprodução, engendrando formas sociais para tal, o seu campo cultural tornou-se objeto de contínuas alterações, mas sempre em um processo dialético. Se é verdade que diante das contradições da modernidade o afastamento do pescador artesanal do seu *mundo natural*, isto é, quando ele é lançado às agruras do mercado²³, faz com que ele perca o objeto da sua produção e com isso o seu campo cultural se transforma, não é menos verdade que diante de todo o avanço proporcionado pelo progresso tecnológico o pescador também se enriquece, toma consciência sobre si mesmo e sobre sua história e sobre as suas condições existenciais. E torna-se um equívoco acreditar que ele não deva se apropriar do que está posto sob pena de *descaracterizar* as práticas de outrora. É verdade que o avanço industrial, e todo o seu aparato tecnológico foi um duro golpe aos pescadores artesanais. Contudo, não é menos verdade que não seria duro se não estivesse jungido aos interesses privados de capitalistas. E, ainda assim, todo o desenvolvimento industrial pesqueiro brasileiro, mesmo tendo aprofundado o descalabro dos pescadores artesanais, dialeticamente fortaleceu o processo de consciência crítica, com especial inclinação às formas de luta política em torno da pesca artesanal. Como lembra Vieira Pinto (2005, p. 427), existe uma “verdadeira mudança oculta por trás da modificação dos maquinismos, a das leis no cérebro do homem, a substituição de velhos conceitos ou teorias por diferente compreensão da realidade e o acréscimo de conhecimentos recentemente conquistados”. Isso nos parece fundamental para discutirmos o conceito de cultura na sociedade capitalista.

Tomaremos a máquina e os procedimentos técnicos na condição de entidades em si, capazes de se engendrar umas às outras, e deixaremos de perceber o único acontecimento realmente importante, *a evolução do homem, agora no segmento cultural, manifestada na modificação aperfeiçoadora de suas criações* (2005, p. 427, grifo nosso).

²³ Em boa verdade, as formas modernas tais como assalariamento, políticas públicas, institucionalidade estatal etc., frente às quais os pescadores artesanais se relacionam, convertem-se em espaços de luta, formas sociais no seio das quais eles buscam superar as contradições instaladas no tempo presente. Portanto, as formas modernas, ainda que no interior da lógica capitalista, são, ao mesmo tempo, possibilidades de alcance emancipatório, já que permitem o pescador artesanal tomar consciência de si, do seu horizonte, enfim, da sua história.

Não podemos ocultar deste debate, dado a relevância que imprimimos ao processo social de produção da existência, o carácter da cooperação do trabalho da sociedade capitalista e a sua decisão sobre os caminhos da cultura na história. Isso nos leva a destacar que a cultura no capitalismo é vista na sua dimensão de classes sociais, ou seja, ao povo²⁴ foi atribuída uma forma especial de conceber a vida onde a produção de conhecimentos e natureza dos mesmos nunca alcançaria o concebimento outorgado pela classe dominante. É preciso reforçar este debate com a afirmação leontieviana, que diz que “a unidade da espécie humana parece ser praticamente inexistente não em virtude das diferenças de cor da pele, da forma dos olhos ou de quaisquer outros traços exteriores, mas sim das enormes diferenças e condições do modo de vida, da riqueza da atividade material e mental, do nível de desenvolvimento das formas e aptidões intelectuais” (LEONTIEV, 1978, p. 293). Não é menos importante dizer que em consequência da divisão social do trabalho há uma separação da atividade material e intelectual, do prazer e do trabalho, da produção e do consumo. Se assim o é, é possível dizer que:

A concentração das riquezas materiais na mão de uma classe dominante é acompanhada de uma concentração da cultura intelectual nas mesmas mãos. Se bem que as suas criações pareçam existir para todos, só uma ínfima minoria tem o vagar e as possibilidades materiais de receber a formação requerida, de enriquecer sistematicamente os seus conhecimentos e de se entregar à arte; durante este tempo, os homens que constituem a massa da população, em particular da população rural, têm de contentar-se com o mínimo de desenvolvimento cultural necessário à população de riquezas materiais no limite das funções que lhes são destinadas. (LEONTIEV, 1978, p. 294)

É mais pelo carácter ideológico imputado pela *classe reitora*, do que pela ordem da cultura que esta divisão faz sentido. Se considerarmos as condições sociais sob as quais os “de baixo” construíram o seu campo cultural, compreenderemos o que foi outorgado a eles nos limites da divisão de classes. Leontiev (1978, p. 298) fala da construção de *barreiras artificiais* entre eles e a cultura mundial, isto é, “a usurpação de territórios dos países menos avançados, a pilhagem de populações indígenas e a sua redução à escravatura, a colonização destes países, tudo isto é que interrompeu o seu desenvolvimento e provocou uma regressão da sua cultura”

E se os edifícios culturais, por exemplo, dos pescadores artesanais, eram construídos com baixo desenvolvimento das forças produtivas, como podemos observar na arte de fazer

²⁴ A expressão povo neste trabalho é atribuída aos destituídos de riqueza, aos desvalidos e aviltados por se apropriarem da riqueza de forma muitíssimo limitada, enfim, aos que se contrapõem aos ricos, que por sua vez respondem à minoria da população, ou, como diz Vieira Pinto (1962, p. 55), se caracterizam por “adquirir o poder sobre os meios de produção e, como resultado disso, a dispor em proveito próprio dos resultados do processo produtivo”.

tarrafas ou na arte de fazer canoas monóxilas (de um pau só), onde a relação com o meio externo apresentava cores rudimentares, mesmo assim, isso não nos garante a asserção de que são incapazes de apropriar-se do progresso, como querem os ideólogos burgueses.

No entanto, o dado inquietante é que, na sociedade atual, o ato de aproximação com o que há de mais desenvolvido é o mesmo ato de apartamento das práticas de outrora. Um exemplo disso vem da fabricação artesanal das opíparas canoas monóxilas ou pirogas (tupi-guarani) de origem indígena, prática outrora recorrente em comunidades tradicionais de pescadores. Os índios a fabricavam tirando o miolo com machado de pedra, depois o fogo ajudava na retirada e em seguida mais machado de pedra. Na sociedade moderna o processo de fabricação encontrou no machado de aço o instrumento usual e hoje praticamente esta canoa sofre com a falta de artífices. Na pesquisa feita por Lanziotti (2010, p. 01), o maior dilema desses artífices é o fato de a maioria deles não ter repassado esta prática para as gerações atuais, tal como eles receberam de seus antepassados. O problema é o mesmo no mundo da pesca artesanal, ou seja, os filhos dos pescadores artesanais não têm interesse em reproduzir as mesmas atividades dos seus pais, conforme mostramos na nossa pesquisa de mestrado em 2011. Na medida em que essas comunidades dialogam com as “coisas” modernas, ou abrem-se e se banham com a sociabilidade capitalista, processa-se uma nova forma de conceber as coisas. É possível dizer que nesta relação há um amálgama de formas culturais e é possível, ainda, que elas reproduzam os valores culturais tradicionais diante de tanta novidade. Por exemplo: é comum, do mesmo modo, observar que em algumas comunidades de pescadores artesanais os filhos são responsáveis pela criação de novos arranjos culturais, ressignificações das coisas que eram feitas pelos antepassados, introdução de práticas modernas (coetâneas às suas aspirações), enfim, reproduzem toda beleza cultural outrora vivida pelos seus pais, mas do seu modo, amparado pelo tempo presente. É duro aceitar, mas não há modernidade sem o desarrajo de comunidades tradicionais. No entanto, o que nos resta é criar e elaborar formas concretas de luta em cujo horizonte esteja a conquista dos valores culturais de quem sofre com os ressaibos da modernidade. Portanto, a modernidade burguesa capitalista não só cria o seu espectro de poder, como também cria formas que negarão todo o seu espectro constitutivo. Há um mundo para além do moderno para os de baixo.

Afora isso, o mais importante é que, para as gerações novas, o mundo dos seus pais não garante mais a reprodução das suas existências. No nosso artigo (SILVEIRA, 2012) acerca do “processo de transformação da existência dos pescadores artesanais na modernidade”,

mostramos que na medida em que as comunidades tradicionais passam a ter consciência dos engenhos produzidos de larga tecnologia, dos conhecimentos científicos com os quais a modernidade firma a sua posição e com a universalidade da vida humana, dado o nível de intercâmbio que o capitalismo oferece, o que fica para elas é a importante consciência do seu papel na história, o alcance das forças produtivas e a dimensão da vida humana. Ocorre que toda esta capacidade de consciência acima referida terá de vir anelada com a certeza de que: i) o progresso tecnológico vigente carrega o instrumento ideológico de dominação das massas pobres, portanto, pouco efeito terá para os filhos dos pescadores artesanais se apropriarem deste fantástico arsenal científico e tecnológico se eles ii) não se vincularem, visceralmente, à extraordinária capacidade cultural dos que *estão de baixo*, dos povos autóctones. Ou seja, dada a diferença do poderio material entre os que vivem no alto e os que não vivem e a garantia segura de que dadas as condições reais da modernidade os primeiros nada farão para alterar tal circunstância histórica, disseminando, inclusive o vasto elemento cultural que os acompanha, o caminho, inexoravelmente, emancipador que deve trilhar o povo-massa é, senão, o da defesa do seu lúdico e revolucionário campo cultural: o único capaz de se colocar firme na luta contra a ideologia cultural e apto a transformar o progresso tecnológico em um instrumento emancipador.

Portanto, para as novas gerações, a vida da pesca artesanal, muitas vezes, já anunciada pelos próprios pais como uma vida apaixonante, mas cercada de limitações materiais, não aparece como solução e está posta para receber outros traços culturais. As condições do processo produtivo do tempo presente impõem às novas gerações uma conexão direta com tal universalidade capitalista.

Somente pela inteligência da história através da lógica dialética, concebendo o processo de produção da existência como sendo movido por interesses antagônicos, é que podemos sustentar a asserção acima. Se a nossa afirmação for movida por pressupostos simplórios e unilaterais não condizentes com a concreticidade dialética, é muito provável que tal asserção seja inconsistente. Procedendo de forma dialética, essas conexões e as relações processuais entre o “mundo” tradicional e a modernidade (se assim podemos classificar os dois mundos) passam a respeitar a historicidade da vida, dito de outra forma, concebe os adventos modernos, como algo coetâneo e de função revolucionária, mesmo que na atualidade estejam jungidos aos interesses imediatos da classe dominante.

Talvez a constatação atrevida de que com a modernidade há um desarranjo das formas

culturais de comunidades tradicionais nos permita: i) apontar os caminhos que permitam a superação de tal estado de coisas que se encontram; ii) organizar as lutas sociais diante das condições antagônicas da modernidade; iii) identificar os limites e as potencialidades destas lutas no tempo presente e a posição das comunidades tradicionais diante do contexto de modernização. Para tanto, será necessário não só perceber a dimensão revolucionária das tecnologias quando usadas, obviamente, para a sorte da maioria, bem como definir ações políticas que permitam tais usos (sempre, no horizonte, respeitando as formas culturais que as marcam e as fazem singulares). Se é inequívoco que o regresso dos pescadores artesanais às formas de produzir da vida pretérita revela, ao mesmo tempo, o tormento da liberdade moderna, não é menos inequívoco que este retorno se dá de outro modo, ou seja, o próprio regresso em si carrega formas de consciência sobre as suas existências, fato este só possível pelos caminhos enfrentados no processo contraditório da sociedade capitalista.

O que dissemos acima nos chancela a afirmar que o processo dinâmico produzido pela cooperação fez com que as comunidades de pescadores artesanais se apropriassem de novas formas sociais, se relacionassem com elementos exógenos, sem os quais a produção da existência estaria comprometida. Esta relação com a modernidade não obrigatoriamente torna-se um meio de desvencilho com a “matriz” cultural que tradicionalmente os marca²⁵. A modernidade, inclusive, pode fortalecer os laços identitários a partir de outra base, de outra forma de conceber a tradição. O que devemos fortalecer nesta discussão é que se há *constricciones* das comunidades tradicionais na modernidade, a forma mais contundente de enfrentar tais limitações é, senão, conceber tal momento histórico enquanto expressão do processo social de produção e que, portanto, os embates sociais devem estar no mesmo grau de complexidade. Os pescadores artesanais terão de dialogar com o progresso da modernidade para poderem enfrentar, com chances reais, os problemas gerados pelo próprio avanço do progresso do mundo. A produção coletiva como capital é um produto da sociedade e por meio da qual ela toma consciência de si mesma, de suas contradições.

À luz do que foi explicitado acima, alguns questionamentos podem ser erguidos: i) como pensar uma solução para os problemas sociais, diante da incapacidade que a modernidade apresenta para superar os próprios problemas trazidos por ela?; ii) será a partir do aguçamento das contradições da sociedade moderna burguesa que teremos novas soluções concre-

²⁵ Estamos de acordo com Escobar (2005, p. 33) quando diz que o triunfo da modernidade “puede ser visto como una imposición de un designio global por una historia local, de tal modo que ha subalternizado otras historias locales y designios”.

tas, reais? Isso no leva à hipótese de que os problemas sociais não serão resolvidos pela própria formação social moderna, contudo ela criará condições reais para que os pilares do porvir possam ser fincados. A modernidade, tal como pensava Marx, torna-se uma formação social indispensável para a sociedade futura; iii) se na modernidade os pescadores artesanais tornam-se assalariados e/ou submetidos à hipermercantilização da vida social e, diante disso, há um desarranjo do seu constructo sócio/cultural, qual a natureza das lutas sociais diante deste cenário? Ou ainda, para considerar uma saída possível não basta pressupor os fracassos da modernidade, como também os limites fundantes das formas de vida do passado? É possível enxergar nos dias atuais um momento transitório onde formas de luta dos de baixo aparecem sólidas, com um caminho possível? Ou são lutas ainda dentro do espectro burguês, sem tocar no busílis da emancipação social? Essas perguntas nos auxiliam na reflexão que estamos construindo neste trabalho de doutoramento.

2.2 PROGRESSO NA MODERNIDADE: ENCONTROS E DESENCONTROS

O nosso interesse em discutir o conceito de progresso nos marcos desta pesquisa e de todo o arcabouço político institucional que a subjaz, não é outra coisa senão a de expressar a lógica dialética das atividades humanas e que na sociedade burguesa agudiza-se. Se de um lado o progresso manifesta-se enquanto uma força devastadora, o motor que desarranja os desenhos comunitários mais bem acabados, de outro se manifesta enquanto um poder que possibilita aos homens alcançar níveis fantásticos de convivência e de sociabilidade. Parece estranho atribuir ao progresso razões peremptórias que, no horizonte, alteiam a redenção humana, especialmente quando observamos níveis de existência aquém das condições mínimas de subsistência. Contudo, se o arrancássemos da história, sequer teríamos história. Portanto, estamos convictos de que falar do progresso, neste trabalho, é: a) desmascarar uma ideia ingênua que se tem acerca dele, ou seja, costumeiramente se observam trabalhos acadêmicos que rechaçam todo o seu alcance, por enfatizarem apenas o seu campo ideológico, com especial atenção ao seu campo destrutivo, sendo assim recorrem em equívocos; e b) sublinhar à classe assalariada, grupos sociais etc., que no correr do processo de transformação da história o êxito das lutas sociais dependerá, inquestionavelmente, da consciência sobre a dimensão revolucionária que o progresso tecnológico e as inquestionáveis beneficências das técnicas produtivas, desde que

estejam nas mãos da classe revolucionária, acarretam para a transformação social²⁶.

É grande a tentativa de arriscar a hipótese de que: a melhoria de toda a capacidade produtiva, mediante os novos engenhos, as novas formas de produzir, não só acarreta maiores ganhos para os donos de capital (e muitas vezes elevando o nível de exploração do homem e da natureza), bem como, paradoxalmente, reflete na consciência do trabalhador “em forma de mudança qualitativa na sua percepção de mundo e de si mesmo”, como alude Vieira Pinto (1979, p. 24, et. seq.). É oportuno citarmos, uma vez mais, o seu pensamento: “Não é só obrigado a ser mais instruído, alfabetizado, conhecedor de certos fatos do processo material que pratica, como tem de juntar-se a outros companheiros para o desempenho das operações de trabalho, e isto lhe oferece novas relações sociais, sobre as quais têm de meditar, relações que associam grupos de trabalhadores cada vez mais extensos”.

Esta consciência é especialmente relevante para os grupos sociais mais ou menos destituídos institucionalmente e de setores marginalizados e subalternizados e não bafejados pela sorte entre os quais os trabalhadores que vivem da pesca no Brasil. Dito de outra forma, é comum se observar a contradição entre pesca artesanal e progresso, atribuindo ao último todos os males que afundam o pescador. Estamos de acordo que o progresso causa um profundo impacto na vida dos pescadores artesanais, contudo, isso nos parece mais por conta da forma burguesa das relações sociais do tempo presente do que algo oriundo visceralmente do progresso *per se*, ainda que este tenha se desenvolvido tendo como força motriz as relações sociais burguesas²⁷. De tal sorte que é oportuno dispensarmos certo tempo para compreender o progresso.

No entanto, qual é a nossa compreensão sobre o que estamos a chamar de progresso? Por que estamos tratando-o enquanto portador de uma dimensão útil para a vida de todas as pessoas? A suprema arrogância aqui pode ser aquela que diz que o progresso é o resultado das

²⁶ Mesmo assim, é oportuno dizer que mesmo com os avanços extraordinários do progresso tecnológico, como a nanotecnologia, biotecnologia etc., não temos nenhuma garantia de que teremos outra base social a partir da qual os homens manterão outra relação social. O avanço do progresso por si só não nos garante a transformação plena da sociedade capitalista, mas concebendo o futuro enquanto um processo dialético, podemos inferir que a possibilidade de avançarmos para a apreensão positiva dos processos sociais também destaca-se com ele.

²⁷ As cavilosas interpretações que dão um lugar anódino ao progresso não consideram o caráter da lógica dialética que emana no interior dos processos sociais. Parece ser assim que Vieira Pinto (2005, p. 106) compreende o processo de libertação dos homens: “São as relações sociais, diretamente, e não as relações no ato da produção, mantidas pelo trabalhador com os instrumentos, que aviltam a dignidade do ser humano quando o tornam aparentemente ‘escravo da máquina’”. Se essa situação externa chega a se concretizar, aconteceu na verdade ter se tornado escravo de outro homem, por intermédio da máquina possuída pelo segundo: o proprietário. Basta haver uma alteração no regime de posse das máquinas para cessarem de exercer efeitos desumanos e revelarem a autêntica natureza de instrumentos intermediários de produção, cuja finalidade definitiva está em servir a toda a humanidade, aumentando a disponibilidade de bens de consumo e as condições de conforto.” (grifo nosso)

atividades humanas orientadas para a superação dos problemas sociais que surgem da relação com o meio circundante. Tais atividades foram construídas historicamente de modo inarmônico, cortadas pelos interesses de classes sociais rivalizantes, cuja vantagem dos exploradores incidia na sorte dos explorados. É na entranha desta seara que o progresso se torna um componente relevante para a sociedade, e mesmo que nesta relação social os de baixo se apropriem de forma desigual, não podemos desconsiderar a força dialética deste componente. Dito isso, agora veremos de perto como ele se constitui.

Se é na modernidade que a preocupação acerca do progresso recebe cores mais vivas, é mais pelo gigantesco acervo dos engenhos humanos e da capacidade intelectual que vai se engendrando no interior da sociabilidade capitalista do que pelos desastres que assolam a humanidade. Marx (2011, p. 58, et. seq.) é categórico quando sublinha que “a sociedade burguesa é a mais complexa e desenvolvida organização histórica da produção”. Essa condição permite a ela o pleno conhecimento das bases que deram a sua origem, ou seja, “as categorias que permitem suas condições e a compreensão de sua organização permitem ao mesmo tempo compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade”. É preciso destacar que a formação social da modernidade é antagônica, isto é, está assentada na divisão entre os *donos* da riqueza, ou seja, os que possuem os meios de produção, e os despossuídos, ou seja, os que vendem a força de trabalho para ter acesso a uma parcela mínima da riqueza produzida.

É diante desta contradição que o debate sobre a *teleologia* do projeto da modernidade sempre foi objeto de ampla discordância entre os teóricos ocidentais, especialmente no que tange à possibilidade de vivermos em uma sociedade onde o conhecimento técnico e científico seja usado por todos os homens. A crença que o *progresso*, advindo das revoluções burguesas do século XVIII (cuja ossatura era a ciência e a tecnologia) traria, sempre foi razão para se atribuir à modernidade a condição de superioridade diante de toda a história humana. Pelo menos é o que se interpreta da concepção marxiana sobre o progresso, ou seja, a sua convicção na capacidade de transformação da sociedade mediante o desenvolvimento das forças produtivas. É desta forma que o conceito de progresso atravessa a obra de Marx. Ele é o fio condutor que enlaça todos os pontos da sua obra²⁸, ainda que Marx não tenha se dedicado ao tema

²⁸ É mister esclarecer que o progresso para Marx é o resultado, do ponto de vista histórico, de todo o desenvolvimento material que os homens ao longo da história experimentam. Ele está vinculado às potencialidades humanas, ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia das épocas modernas. Por isso ele aparece sempre prenhe de contradições, recuos, regressos e realizado pela permanente luta de classes. Dessa forma, abandonamos o progresso advindo das teorias evolucionistas que o entendem como um processo gradual e contínuo.

diretamente.

O progresso que mira o futuro, ou melhor, que deposita no porvir a condição de libertação dos homens das amarras do passado, é o que brota do século XVIII. Falamos isso para esclarecer que na antiguidade a libertação humana estava amarrada ao passado, o futuro não era senão acreditar na felicidade perdida que os homens tiveram em tempos pretéritos.

Cabe sublinhar, contudo, que o progresso que levou Marx e Engels a acreditarem na emancipação humana já encontrava neste mesmo século fortes opositores. Eram os chamados grupos que enxergavam na ordem social existente a expressão do desastre latente e que por isso defendiam a conservação da herança existente e do passado que já haviam vivido. Para esse grupo, a expressiva industrialização europeia e a força da ciência e tecnologia que emanava não garantia a qualidade de vida; proporcionalmente inverso aos que defendiam o progresso enquanto a única possibilidade de fugir do atraso que ainda atormentava o século XVI e XVII.

Curioso que a mesma certeza que os teóricos oitocentistas depositavam ao progresso era vista de modo incerto pelos do século XX, ou seja, o que pairava na cabeça dos vintecentistas era: como explicar os funestos acontecimentos como as duas grandes guerras mundiais, o fascismo e o nazismo? Se o progresso do pensamento contribuiu para libertar o homem dos temores medievais, dos preconceitos, do pensamento religioso, o mesmo não se pode atribuir ao progresso técnico e científico.

No “Dicionário do pensamento marxista”, Bottomore (2012, p. 448, et. seq.) conta que os marxistas que aceitaram explicitamente a concepção de progresso foram o arqueólogo Gordon Childe, na obra “A evolução cultural do homem”, de 1981, onde justificou “a ideia de progresso mostrando como as revoluções econômicas haviam promovido a civilização”, e Eric Hobsbawm. Este, “na introdução que preparou para uma publicação em separado da seção dos Grundrisse que trata das formações sociais pré-capitalistas, diz que o objetivo de Marx era ‘formular o conteúdo da história em sua forma mais geral’ e que esse ‘*conteúdo da história é progresso*’” (grifo nosso).

Não é ilícito mencionar que essa discussão não recebe a devida atenção dos teóricos marxistas, especialmente os vinculados às versões hegelianas, como Georg Lukács (e seus seguidores) e a Escola de Frankfurt. Contudo, é em Adorno que encontramos um momentoso material que esclarece o papel do progresso na modernidade. Dado o nosso interesse pelo

tema, incursionaremos no conceito de progresso adorniano²⁹, que advém de duas obras seminais, quais sejam: “Dialética do esclarecimento” e um texto publicado na revista *Lua Nova*, que trata de um seminário por ele proferido em 1962 sobre o progresso e o livro *Minima Moralia*, escrito logo depois da Segunda Grande Guerra Mundial.

A crítica de Adorno à modernidade adjudica à *ideologia do progresso* um ponto fundamental para se compreender a relação entre o homem e o seu meio, dito em outras palavras, a possibilidade de vitória do homem diante de tanta falta de liberdade. É bem verdade que há entre os pesquisadores pós-adornianos interpretações divergentes acerca da preocupação da Escola de Frankfurt, mormente a de Adorno, no que concerne ao papel do progresso na modernidade. Para Lowy & Varikas (1992), o alemão sempre foi a figura antitética da ideologia progressista ocidental, não construindo um sistema analítico expressivo, contudo salientam que encontramos ao longo da sua obra pontos em que esta preocupação aparece mais patente. Um desses pontos é quando Adorno se refere ao comentário hegeliano de que Napoleão seria o “espírito do mundo montado a cavalo”, ou seja, o espírito da razão e da esperança do progresso que Hegel atribuiu à Revolução Francesa foi ironizado por Adorno (1951, p. 45) na seguinte frase: “Eu vi o espírito do mundo, mas não a cavalo, vi-o nas asas de um míssil”. Essa citação talvez traduza bem o papel que Adorno relegava à ideologia do progresso, não obstante enxergasse no desenvolvimento material da história a possibilidade de levar o homem a uma condição de existência superior.

A base da crítica adorniana mira o progresso advindo no Iluminismo, precisamente, o que encontrou em Hegel, segundo Lowy & Varikas (1992, p. 10), a expressão filosófica mais fina, qual seja:

A reflexão de Adorno lança raízes em toda uma tradição de polêmica, muitas vezes acerba, contra a modernidade burguesa. Ela está ligada a uma corrente profunda que atravessa a história da cultura alemã (e europeia) desde o fim do século XVIII até os nossos dias: o *romantismo*, não como simples escola literária, mas como uma *weltanschauung* fundada na crítica da civilização industrial/capitalista moderna a partir de valores sociais e culturais pré-capitalistas. Os dois momentos fortes da evolução dessa corrente são o romantismo “clássico” do início do século XIX e o assim chamado “neo-romantismo”, predominante no fim do mesmo século, particularmente nos meios universi-

²⁹ Não é o nosso objetivo neste item mergulhar profundamente no conceito de progresso na modernidade a ponto de apresentar todas as correntes e perspectivas e todos os autores que abordaram o tema. Queremos somente evidenciar o conceito de progresso que se forma a partir da inteligência da lógica dialética na modernidade. No entanto, no nosso processo de doutoramento produzimos um artigo sobre o progresso em Adorno e Elias e como se tratam de duas visões em teses antitéticas, a primeira mais vinculada à redenção dos homens e a segunda com um caráter mais conservador, mesmo logrando sucesso à técnica e aos processos de longa duração, pensamos ser oportuno trazer a versão adorniana para esta tese.

tários. Esses dois momentos são fontes essenciais de reflexão adorniana do progresso: fontes que são evidentemente re-interpretadas e reexaminadas por uma filosofia que, apesar de tudo, jamais deixou de reivindicar para si a herança da luzes.

Aguiar (2008), para o qual Adorno sempre buscou pela via dialética do progresso a possibilidade de vitória humana, menciona que os vieses entrelaçam-se na cabeça do alemão: a) o progresso advindo do Esclarecimento (*Aufklärung*) foi o responsável por libertar os homens do mito; e b) o progresso técnico e científico, apropriado pelos negócios burgueses, por sua vez, foi o responsável por levar o homem novamente ao mito do mercado, ou melhor, introduziu o mito da felicidade por meio do consumo dos bens da indústria cultural.

O primeiro viés é a base sobre a qual o conceito de progresso adorniano se ergue, ou seja, o progresso enquanto um instrumento vigiativo do progresso em si; o responsável pelo afastamento da tragédia.

Fica claro, diante do que foi exposto, que a visão de Adorno está relacionada ao progresso da humanidade na sua totalidade, ou seja, o progresso advindo das técnicas e do esclarecimento só faz sentido se ele estiver a serviço da emancipação humana. Era tudo o que não acontecia em meados do século XX, especialmente quando a sociedade emergia em confrontos mortais, desperdiçando a possibilidade de liberdade para os homens. A Segunda Guerra Mundial é um acontecimento decisivo na ideia de progresso adorniano, razão pela qual ele atribuiu toda a capacidade das tecnologias de extermínio do “espírito do mundo”.

Esse momento histórico é um exemplo de primeira água no constructo adorniano sobre o progresso. Em função disso, no livro “Mínima moralia” (1951, p. 45), escrito anos depois da Segunda Guerra Mundial, ele faz amargas críticas ao que vimos anteriormente sobre o espírito do mundo hegeliano:

Se a filosofia da história de Hegel tivesse incluído esta época, as bombas-robô de Hitler teriam encontrado o seu lugar ao lado da morte prematura de Alexandre e de outros quadros do mesmo tipo, entre os factos empíricos seleccionados nos quais se expressa de modo imediato e simbólico o estado do Espírito universal. Como o próprio fascismo, os robôs são lançados ao mesmo tempo e sem participação do sujeito. Como aquele, unem a extrema perfeição técnica a uma total cegueira. Como aquele, suscitam um terror mortal e são de todo inúteis. A lógica da história é tão destruidora como os homens que produz: onde quer que penda a sua força de gravidade, reproduz o equivalente do infortúnio passado. O normal é a morte.

Entretanto, não podemos relegar a Adorno apenas a visão dual, ou seja, a visão negativa ou positiva do progresso: subsiste em seus escritos um desenho dialético intrigante. Pelo menos é assim que entendem Lowy & Varikas (1992, p. 207), para os quais “a dialética do

progresso implica um ponto de vista que critica a ideia de progresso sem removê-lo do horizonte conceitual”. Essa dialética corta a ideia de progresso adorniana. O que vemos é a latente preocupação entre o progresso da humanidade (emancipação humana) e o progresso do conhecimento (possibilidade real de *débâcle* mundial), onde os avanços tecnológicos e científicos, ou ainda os *progressos das destrezas e do conhecimento*, nas palavras do frankfurtiano, não eram usados para satisfazer o potencial de liberdade plena dos homens. Aliás, ele chega a aludir que o conceito de progresso é tão ingrato que o seu emprego na maioria das vezes incorre em equívocos grosseiros: “somente são verdadeiras aquelas reflexões sobre o progresso que mergulham nele sem deixar de manter distância, que evitam os fatos e significados pontuais paralisadores” (ADORNO, 1992, p. 218, et. seq.). Portanto, atribui à possibilidade de se evitar a catástrofe à forma mais acabada de progresso, ou seja, o progresso enquanto um *conditio* da história a serviço da revolução, na medida em que ela lance o fim do sofrimento humano, o fim do progresso das destrezas e do conhecimento nomeadamente burgueses.

É nesse ponto que Adorno (1992, p. 222, et. seq.) adverte que a compreensão do progresso sempre esteve atrelada ao conceito de sociedade:

Sem a sociedade sua ideia seria inteiramente vazia; todos os seus elementos derivam dela; Se a sociedade não tivesse passado da horda caçadora e coletora para a agricultura, da escravidão para a liberdade formal dos sujeitos, do medo dos demônios à razão da carência ao afastamento das pragas e da fome e à melhora das condições de vida em geral: se pois procurássemos manter pura a ideia de progresso *more filosofico*, talvez debulhando-a da essência do tempo, então ela não teria conteúdo algum.

Por mais contraditório que pareça, a ideia de progresso, ainda que venha da sociedade, não se dissolve nela; opõe-se a ela. Trata-se de um desenho dialético em que negar a sociedade autoriza o encontro de si e para si. É como compreender algo fora do seu próprio corpo; algo que se realiza efetivamente desvencilhando-se do seu próprio criador, de quem o articula. “Derivado da sociedade, ele reclama a confrontação crítica com a sociedade real. Indelével nele é o momento da redenção, por secularizado que esteja”.

Concordamos com Lowy & Varikas (1992, p. 206) para os quais “a reflexão de Adorno sobre o progresso é cortada por uma tensão permanente”, quando afirmam que esta dupla condição do progresso, entre produção de conhecimento e destreza e o permanente progresso da humanidade “revela o duplo caráter de uma dinâmica que sempre desenvolveu o potencial de liberdade ao mesmo tempo que a realidade de opressão” (1992, p. 208).

Parece patente, na defesa adorniana, que o potencial humano, ou seja, a capacidade

despreocupada dos homens em se manifestarem, seja na instância cultural, filosófica ou artística, se desfaz na modernidade, sofre uma degradação em relação à vida pré-moderna. Com base nesta afirmação podemos dizer *que com o progresso o que os homens perderam foi o componente humano da cultura* (ADORNO, 1992). É neste momento que a crítica à Indústria Cultural ganha sentido abrangente: ela assume na sociedade capitalista o exercício do controle social e torna-se uma poderosa fonte lucrativa de grandes monopólios, alude Dalbosco (2008). Ainda que encontremos críticas honestas, no seio das quais aparece a fragilidade da indústria cultural adorniana, o que parece válido é que em última análise o *componente humano da cultura* continua sendo transformado em mercadoria nos dias atuais. Apesar de tudo, é na Indústria Cultural que a visão de progresso sofre um duro golpe.

Diante disso, é mister destacar que Adorno não se apropria da miragem clássica marxiana para a qual o progresso das forças produtivas levaria a humanidade a superar o modo de produção capitalista. Marx é decisivo ao mencionar o papel que as forças produtivas têm em levar os homens a superar o seu estado *menor de existência* e que no modo de produção capitalista esta capacidade torna-se um elemento revolucionário ainda mais compreensivo. Afinal, o que dizem os escritos marxianos sobre o progresso? Ou melhor, há uma possível teoria do progresso na obra de Marx? É possível afirmar que o progresso torna-se um *conditio sine qua non* na obra de Marx?

Para estes questionamentos, a resposta mais segura advém da sua própria apreensão da história. Ou seja, a história enquanto uma conexidade de gerações no cerne das quais se manifesta, inequivocamente, todo o potencial de riqueza social deixado pela geração pretérita. Por consequência, surge “a história da humanidade, que é tanto mais história da humanidade quanto se desenvolveram as forças produtivas dos homens e, consequentemente, as suas relações sociais” (MARX, 2001, p. 76).

É preciso acrescentar, sobre isso, uma questão relevante que nos auxiliará na compreensão acerca do progresso social:

Não são os artefatos fabricados, mas como são fabricados, e com quais instrumentos, que nos tornam capazes de distinguir diferentes épocas econômicas. Os instrumentos de trabalho não somente proporcionam uma medida do grau de desenvolvimento atingido pelo trabalho humano, mas são também indicadores das condições sociais... (MARX, 2007, p. 62).

Não raro, em Marx (2010a, p. 43. et. seq.) o progresso material advindo da burguesia recebe contornos expressivos:

A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instru-

mentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes.

Portanto, o *progresso* aparece enquanto um instrumento que levaria a humanidade a um caminho cujo *telos* é a emancipação política de todos os homens. É assim que podemos entender a seguinte afirmação: “Com o rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e o constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização todas as nações, até as mais bárbaras”. Ou ainda:

A burguesia, em seu domínio de classe de apenas um século, criou forças produtivas mais numerosas e mais colossais do que todas as gerações passadas em seu conjunto. A subjugação das forças da natureza, as máquinas, a aplicação da química na indústria e na agricultura, a navegação a vapor, as estradas de ferro, o telégrafo elétrico, a exploração de continentes inteiros, a canalização dos rios, populações inteiras brotando da terra como por encanto – que século anterior teria suspeitado que semelhantes forças produtivas estivessem adormecidas no seio do trabalho social.

Aos olhos de Marx (2003) a revolução tecnológica do século XVIII é decisiva para o seu constructo teórico sobre o progresso da sociedade. As passagens da manufatura à grande indústria moderna nos garantem esta afirmação. Na sua *Opus Magnum* esse tema aparece com grande preocupação, especialmente quando ele menciona a alteração promovida no processo produtivo assim que as características tecnológicas da época permitiram inserir o conhecimento científico. Essa alteração revoluciona definitivamente o modo de produzir e dá à sociedade burguesa moderna a possibilidade de atingir níveis de progresso impensáveis em outras formações pretéritas. Na base produtiva da manufatura, diz Marx (2003, p. 397):

Complexa ou simples, a operação continua manual, artesanal dependendo, portanto, da força, habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual ao manejar seu instrumento. O ofício continua sendo a base. *Essa estreita base técnica exclui realmente a análise científica do processo de produção, pois cada processo parcial percorrido pelo produto tem de ser realizável como trabalho parcial profissional do artesão. É justamente por continuar sendo a habilidade profissional do artesão o fundamento do processo de produção que o trabalhador é absorvido por uma função parcial e sua força de trabalho se transforma para sempre em órgão dessa função parcial* (grifo nosso).

Foi necessário que a base artesanal (limitada pela força e precisão humanas) fosse suplantada pela ciência para que se transformasse o processo industrial moderno. Portanto, o desenvolvimento de uma tecnologia de máquinas capaz de dispensar o trabalho manual parcial,

historicamente jungido às habilidades, às destrezas e ao controle subjetivo do tempo, tornou-se crucial. “O princípio seguido por ela [pela indústria moderna] de resolver cada processo em seus movimentos constituintes, sem qualquer consideração por sua possível execução pela mão do homem, criou a nova ciência moderna da tecnologia” (2005, p.551).

É por esta razão que o mundo erguido pela indústria moderna torna o trabalho produzido pela tecnologia manual e manufatureira incompatíveis com as suas demandas globais. Deste ponto em diante, cabia às máquinas dominar as próprias máquinas. “A indústria moderna teve então de apoderar-se de seu instrumento característico de produção, a própria máquina, e de produzir máquinas com máquinas. Só assim criou ela sua base técnica adequada e ergueu-se sobre seus próprios pés” (p. 441). No entanto, é digno de nota que mesmo sendo produzido para satisfazer uma demanda global, o processo de produção industrial não liquida com a “tecnologia artesanal”, como se observa em todos os cantos do planeta. O que ocorreu foi a necessidade histórica de uma produção que atendesse industrialmente uma sociedade cada vez mais complexa e heterogênea. O papel importante do artesanato³⁰ e de outras práticas produtivas não industriais, ainda que sofrendo com os resvalos das mesmas, mostra-se sustentável.

São essas questões que nos permitem afirmar que a tecnologia é um processo social no seio do qual os diferentes períodos históricos sofrem alterações. E todas as invenções que se realizam expressam um momento de complexidade social. Mesmo que se atribua as grandes invenções e os grandes engenhos a pessoas isoladas, tudo se trata, inequivocamente, de realizações sociais. Essas dão à sociedade as possibilidades de produção da existência cada vez mais sustentável, ainda que nas condições postas sejam determinadas pela relação de exploração de um homem sobre o outro.

Diz Marx (2010, p. 165, et. seq.): “o retorno completo do homem para si mesmo como ser social (isto é, humano) – retorno consciente e realizado no interior de toda riqueza do de-

³⁰ Aqui cabe um esclarecimento sobre o artesanato. Não estamos considerando o artesanato ou as práticas produtivas não industriais como formas que se mantêm constantes no tempo e no espaço, enquanto valores absolutos. Se mirarmos a unidade produtiva capitalista, no início do modo de produção capitalista quase não se diferenciava de uma oficina artesanal. Percebemos que ao longo do tempo as condições de produção artesanal também se modificam, ainda que na aparência continuem as mesmas: os instrumentos de trabalho, as matérias primas, os meios de trabalho, do “novo artesanato” não são mais os mesmos de outrora. O que queremos afirmar é que as determinações sociais (nexos, mediações e relações) impõem às unidades produtivas, em cada tempo e lugar, singularidades diferentes, por exemplo, se o mais avançado no modo de produção capitalista é a empresa individual, as determinações são por esta imposta às demais unidades produtivas; se são empresas LTDA, novas determinações são impostas e se são Sociedades Anônimas (S/A), outras determinações sociais e quando são empresas Estatais, as mais avançadas, ou Fundos de Pensão ou de Investimentos, as determinações são totalmente diferentes. São as novas determinações, mais desenvolvidas, que impõem as menos desenvolvidas as determinações sociais.

envolvimento anterior”, só pode ser concebido no *vir a ser*, na superação do próprio capitalismo³¹. A sociedade do *vir a ser* é “a solução verdadeira do conflito entre o homem e a natureza e entre o homem e o homem - a verdadeira solução da luta entre existência e essência, entre objetivação e auto confirmação, entre liberdade e necessidade entre o indivíduo e o gênero” (MARX, 2010).

É essa condição que Marx (1982) expunha nas Cartas enviadas no século XIX. Por ocasião do tema, selecionamos o discurso no aniversário de “The People’s Paper³²”, proferido em Londres, em 14 de abril de 1856.

Há um grande facto, característico deste nosso século XIX, um facto que nenhum partido ousa negar. Por um lado, despontaram para a vida forças industriais e científicas, de que nenhuma época da história humana anterior alguma vez tinha suspeitado. Por outro lado, existem sintomas de decadência que ultrapassam de longo os horrores registrados nos últimos tempos do Império Romano. (1982, p. 526-27, et. seq.)

Nada estranho para os dias atuais em que os homens ainda não conseguiram superar o seu estado de carência global, em que a riqueza ainda aparece atrelada aos interesses vitais de uma única classe. Marx (1982) prossegue o discurso com as seguintes palavras:

Todo o nosso engenho e progresso parecem resultar na dotação das forças materiais com vida intelectual e na redução embrutecedora da vida humana a uma força material. Este antagonismo entre a indústria e a ciência moderna, por um lado, e a miséria e a dissolução modernas, por outro; este antagonismo entre os poderes produtivos [productive powers] e as relações sociais da nossa época é um facto palpável, esmagador, e que não é para ser controvertido.

Pela nossa parte, não nos engana a forma do espírito astucioso que continua a marcar todas as contradições. Sabemos que, para trabalharem bem, as novas forças da sociedade apenas precisam de ser dominadas por novos homens – e os operários são esses [novos homens].

Portanto, a constatação do valor do progresso advindo das forças produtivas do trabalho social é o que entumecia Marx de esperanças. Não menos esperançoso foi Álvaro Vieira

³¹ Essa afirmação vai ao encontro do que Vieira Pinto (2005, p. 75) pensava sobre o processo pleno de transformação do homem, ou seja, “o homem não se relacionará mais diretamente com a natureza, não sofrerá imediatamente a submissão a suas leis, porém entrará em ligação com ela dialeticamente, isto é, pela interposição da organização social. Por isso, as leis do mundo inerte não o dominarão mais direta e exclusivamente, e sim pela mediação das leis sociais. Estas começam a ter vigência quando se instala, para o novo ser, a possibilidade, e logo a seguir, a indispensabilidade do trabalho que será o principal fator na formação do homem, constituindo a base da cultura e da linguagem”.

³² Trata-se de um banquete em honra do quarto aniversário do Jornal Cartista onde a Marx foi concedido o direito de falar em primeiro lugar. Na oportunidade, Marx usou o discurso para sublinhar o papel histórico mundial do proletariado. The People’s Paper (O Jornal do Povo) era um semanário cartista publicado de maio de 1852 até junho de 1858 em Londres. A colaboração de Marx e Engels deu-se de outubro de 1852 a dezembro de 1856, ou seja, colaboraram na maior parte da existência do semanário que em 1858 passou para as mãos de um grupo de negócios ingleses, conforme as notas da edição portuguesa da referente obra.

Pinto, o ínclito pensador brasileiro que escreve, dentre outras coisas, sobre o conceito de tecnologia. Percebemos que, mesmo havendo fortes retrocessos na história, em função dos usos perigosos dos engenhos humanos, é certo que a evolução da técnica na história aproxima o homem da hominização. Segundo Pinto (2005, p. 104) com o progresso técnico e de todos os tipos o que está “progredindo é a capacidade humana de produzir, que mede a potência de subjugação da natureza por esta espécie animal”.

A advertência de Vieira Pinto (2005) parece atingir o sol das ideias de quem não vê no progresso da técnica e da ciência, mesmo apropriada por forças antagônicas, a possibilidade de oferecer um arsenal de capacidades que permite enfrentar os problemas mais profundos da humanidade com uma força maior do que a manifestada por eles. Isso põe em relevo os processos sociais que se materializam, arregimentando as contradições e no seio das quais os conflitos e lutas tem um papel crucial.

É, portanto míope e reacionária qualquer atitude que por alguma forma lança suspeitas éticas ou vaticínios aziagos sobre o atual surto de mecanização automática da produção de bens e profere imprecizações ingênuas contra a “era tecnológica” que nos avassala, destruindo os chamados valores humanos, tão caros àquelas cuja “humanidade” é certamente muito discutível. (2005, p. 105).

Se há no Brasil um pensamento que ossifica os valores dos engenhos humanos, das conquistas inequívocas da maquinaria e das técnicas e da capacidade da tecnologia em suplantat as nefelibatices dominantes, esse pensamento é o de Álvaro Vieira Pinto, mediante o qual construiremos o item seguinte. Contudo, é mister trazer mais algumas notas sobre o papel do progresso para a humanidade a partir da leitura de Vieira Pinto (2005, p. 428), para o qual o que importa na história é o uso que se faz dos engenhos humanos, ou seja, o que importa é o efetivo emprego deles “sobre os corpos e forças do mundo exterior, com os reflexos dessa operação no plano das relações sociais”.

Se no progresso forma-se uma realidade cada vez mais complexa, um esteio sobre o qual se ergue um estado de coisas decisivo, é exatamente porque no curso da história a vida material se apresenta em permanente movimento dialético. É nesse sentido que ao longo da história os homens abandonam tarefas árduas e as substituem pelas invenções, cujo sentido maior é a liberação da força bruta humana.

Portanto, o conceito de progresso não é, senão, a força que brota das relações que os homens mantêm ao longo da história onde a cada passo da sociedade, em busca da supressão das limitações do passado e das dificuldades que se apresentam no presente, é engendrada

uma unidade universal inalienável entre eles cujo espírito imanente é a realização de um por-vir supremo.

É lícito afirmar que este conceito carrega implicitamente a lógica dialética, já que no seu interior pulsam as contradições sociais sem as quais o próprio progresso não existiria. Pensamos que é desta forma que Marx acreditava na teleologia da história, especialmente quando diverge de Hegel acerca do espírito universal que acompanha os homens. O materialismo histórico dialético é o registro deste acerto de Marx, ou seja, a tese de que cada geração se apropria das forças produtivas deixadas pela geração passada e as transforma de acordo com as necessidades históricas postas parece-nos categórico.

O que foi dito acima leva-nos para a seguinte constatação: se é verdade que a invasão britânica da Índia no século XIX permitiu aos indianos terem contato com a indústria moderna, com a estrada de ferro e com os portos de todo o oceano, além de outras conquistas, não é menos verdade que todas essas conquistas se deram a partir dos interesses da classe dominante britânica. O povo indiano foi subjugado, sofreu pilhagem, aviltamentos, no entanto:

Tudo o que a burguesia inglesa possa ser forçada a fazer não emancipará nem remediará materialmente a condição social da massa do povo, que depende não apenas do desenvolvimento dos poderes produtivos, mas da sua apropriação pelo povo. Mas o que ela não deixará de fazer é estabelecer as premissas materiais para ambos. Alguma vez [a burguesia] efetuou um progresso sem arrastar os indivíduos e os povos pelo sangue e pela lama, pela miséria e pela degradação? (MARX, 1982, p. 523).

Da mesma forma entendemos que o progresso, segundo Mello (1982, p. 8-9) trouxe à pesca artesanal do Pará perdas substanciais advindas da racionalização do trabalho (“através da alteração radical de todo o conjunto de métodos e técnicas produtivas”) da sistemática introdução de barcos industriais (jungindo o ato de capturar e beneficiar) e da transformação dos pescadores de subsistência ao assalariamento. Mello (1982) ainda chama atenção ao papel do Estado no controle e disseminação de uma ideologia a serviço desta dominação. Acerca da ideologia, que obviamente é a da *classe dirigente*, é mister afirmar que ela exerce um papel peremptório, cuja força está diretamente proporcional aos ganhos que a referida classe terá e às perdas e aos desarranjos que o setor artesanal, de subsistência sofrerá. Não há progresso sem a sua correspondente ideologia. Mediante o seu uso é que se legitima o progresso e todos os avanços de um determinado momento histórico, sempre atrelando à *classe dirigente* todo o êxito.

2.2.1 Tecnologia e historicidade: ou como ocultar o caráter dialético da história

A tecnologia revela o modo de proceder do homem para com a natureza, o processo imediato de produção de sua vida, e, assim elucida as condições de sua vida social e as concepções mentais que delas decorrem. (Karl Marx, 2003)

Se o progresso é o que dissemos acima, isto é, uma força que brota das relações que os homens mantêm ao longo da história onde a cada passo da sociedade, em busca da supressão das limitações do passado e das dificuldades que se apresentam no presente, é engendrada uma unidade universal inalienável, precisamos aludir que nesta unidade a tecnologia tem um papel decisivo por ter em seu núcleo central componentes históricos dos processos sociais que revelam a relação do homem com a natureza. Procedendo desta forma evitaremos os equívocos corriqueiros muito presentes nas cabeças simplórias e preconceituosas que atribuem, de forma açodada, o caráter determinista da tecnologia no processo de hominização. A tecnologia é parte constitutiva do intelecto do homem, de um lado e, do outro, a condição sobre a qual os homens engendram novas formas de produzir a existência.

Isso nos permite as seguintes interrogações: a) qual o papel de um sociólogo autêntico, especialmente nos dias correntes, diante do colossal acervo tecnológico criado pelo homem? b) é lícito afirmar que o pressuposto fundante deste pesquisador deva ser, inequivocamente, a defesa da socialização deste acervo no sentido de excitar a transformação do modo de produção vigente? Não temos dúvidas que sim. Procedendo assim, o sociólogo, atrelado aos problemas da realidade humana efetiva, engajado conscientemente à necessidade de superação das estruturas regionais e nacionais, depara-se com a essência da vida³³. Caso contrário cairá nas armadilhas sempre bem preparadas pelo pensamento basbaque de usar a tecnologia desconsiderando o terreno real da história sobre o qual passam os processos sociais.

Feitas essas considerações iniciais é lícito classificarmos o termo tecnologia³⁴ neste

³³ É possível dizer que esta dimensão do papel do sociólogo permite levantar um ponto sobre a natureza do pescador artesanal neste trabalho. Nós não trabalharemos com o pescador artesanal enquanto tema, ou seja, enquanto figura que é usada de forma abstrata, mas sim enquanto pescador artesanal-vida. Essa distinção se faz oportuna uma vez que com isso fugiremos dos esquemas analíticos que abandonam a realidade do pescador: há um grande abismo entre ser pescador artesanal enquanto ato de liberdade e enquanto trabalhador submetido à exploração e aos limites da natureza.

³⁴ O estudo da tecnologia, enquanto *logos* da técnica, nos permite sublinhar que as realizações materiais como os instrumentos rudimentares (como as pedras, machados, pequenos materiais de auxílio ao abate de animais, etc.) e mais tarde as grandes realizações humanas como as máquinas, foram as primeiras formas de produção inventiva dos homens. Portanto, ao falarmos em tecnologia estamos considerando todos esses elementos acima. Há todo um segmento de estudo sobre as máquinas e as técnicas, no entanto, acreditamos que não há separações entre a máquina, as técnicas e o conhecimento tecnológico; há uma conexão dialética entre eles, como aludia Pinto (2005).

trabalho. Usaremos a classificação produzida por Vieira Pinto (2005) onde aparecem quatro acepções: a) o sentido primordial do termo, ou seja, o sentido segundo o qual a tecnologia é teoria, a ciência da técnica, o *logos* da técnica. É o instrumento que dá explicações e apresenta o conhecimento científico produzido a partir das aplicações preconizadas pela técnica, onde as máquinas, por exemplo, são as expressões práticas do conhecimento da técnica, b) o segundo sentido do termo é chamado por Vieira Pinto (2005) de *Ideologização da técnica*, isto é, quando a tecnologia traduz a ideologia da técnica, c) trata-se do uso corrente, onde não há rigor no uso do termo; neste terceiro sentido a tecnologia equivale à técnica e d) no último sentido, temos a tecnologia enquanto o compêndio de todas as técnicas produzidas pela sociedade em qualquer momento histórico.

Como o nosso interesse é mostrar que o coração do progresso é alimentado pela força dos produtos tecnológicos, materializados em máquinas, instrumentos, na capacidade de criação e inteligência humana sempre em transformação, limitaremos a discutir os dois primeiros sentidos de tecnologia. Fica claro, portanto, que não consideraremos a tecnologia tal como ela pulula nas cabeças ingênuas que a consideram enquanto uma força exclusivamente moderna ou jungida à “civilização tecnológica”³⁵, sempre a serviço dos interesses de grupos particulares. Consideraremos a tecnologia como o resultado do agir humano a partir da necessidade de superar as contradições impostas pelo meio externo: “desde que o homem se constitui um ser capaz de elaborar projetos e de realizar os objetos ou as ações que os concretizam” (VIEIRA PINTO, 2005, p 63). Ao proceder desta forma os homens criam uma sociedade apinhada de engenhos em face dos quais terá que desenvolver uma complexa teia de interdependência cujo motor é a inteligência universal.

O primeiro passo para isso é afirmar que não há formações sociais em que não tenha havido invenções de toda ordem. Mesmo as mais longínquas submetidas às mais nefandas adversidades, às penúrias sociais e ao descalabro, vivenciaram algum tipo de tecnologia. Se assim não o procedessem não haveria desenvolvimento histórico. Vieira Pinto (2005, p.307, et. seq.) defende a tese segundo a qual: a sociedade chamada primitiva é aquela que vive “mergulhada na tecnologia a ela peculiar e da qual não pode se desprender”. Não pode porque seu estado áulico aos valores milenares não permite, ou seja, trata-se de uma tecnologia *virgem* ao longo do tempo, o que dá um caráter de estagnação da referida vida primitiva. Mesmo nestas

³⁵ Gostaríamos de alertar que há uma tendência, especialmente no pensamento da classe dominante, de conceber a tecnologia enquanto sucesso da “civilização burguesa”, desconsiderando o seu caráter histórico e a sua dialética, negando o seu caráter de totalidade.

condições Vieira Pinto (2005) enfatiza que:

Ocorre simplesmente que essa sociedade se encontra na fase de lenta movimentação, mas nela não deixam de existir, e provavelmente em proporção igual à de qualquer outra, os gênios, as inteligências indagadoras que, enfrentando as dificuldades impostas pela plúmbea tradição, nesse estágio condição de sobrevivência, vão aos poucos difundindo novos conceitos e costumes, criando utensílios, métodos de fabricação e reorganização dos atos vitais imprescindíveis ao bem geral do grupo.

Para que não haja dúvida sobre a historicidade da tecnologia e a sua condição indispensável para a vida humana é oportuno dizer que o ato de polir a pedra em contraste com a simples fragmentação, como lembra Vieira Pinto (2005), representou um salto significativo para a evolução humana. Posterior a estas invenções temos: a) a agricultura; b) a domesticação de animais; c) a produção de materiais de barro, onde já havia certo conhecimento no ato de fabricar; e d) as atuais invenções como as fontes de energia obtidas das reações nucleares, a nanotecnologia, a biotecnologia e biociências, além de tantas outras. Portanto, isso nos permite afirmar que ao construir um acervo de invenções de toda a ordem, enquanto produto histórico, os homens vão se constituindo como um ser social em busca da sua hominização. O homem é, pois, produtor da sua própria hominização: o homem enquanto um produzido produtor do que o produz. Vieira Pinto (1979, p. 85) nos oferece uma importante passagem sobre o processo de hominização:

A primeira coisa que o homem produz é o mundo, entendido não simplesmente como o “estar aí” da existência inerte das coisas, mas o mundo tornado humano pela presença do homem e pela organização social que, pelo trabalho, lhe impõe. E o faz para produzir-se a si mesmo nele, individualmente, e reproduzir-se, na espécie, (como os demais seres vivos dos quais se diferencia) era um produzido pelo produzido pela natureza, e como tal obrigado a uma conduta invariável, a única que lhe asseguraria a sobrevivência, no sentido de lhe garantir a apropriação dos bens indispensáveis oferecidos pelo meio. Todo desvio dessa conduta, apenas possível acidentalmente, representaria uma mutação letal. Mas a partir da etapa em que no processo de diferenciação biológica se afirma em espécie à parte, o homem se torna um produzido pelo produzido por sua invenção voluntária e progressivamente consciente daquilo que a natureza lhe oferece, ou seja, deixa de ser um produzido puro para se tornar um produzido produtor do que o produz.

Toda a historicidade há instantes referida, tem fundamento se apresentamo-la como sendo produto da ação permanente dos homens na busca de superação das contradições advindas das suas relações com o meio externo, no interior das quais se erguem os edifícios tecnológicos inexoráveis. Logo, a tecnologia apresenta-se enquanto um elemento móvel na história. Cabe esclarecer que se “a tecnologia desvela a atitude ativa do homem em relação à natureza”

(MARX, 2003, p. 428), como destacamos na epígrafe acima, ela articula um conjunto de elementos também vitais ao processo de hominização. Não há como pensar a tecnologia sem considerar a relação com a natureza, os processos imediatos de produção, as relações sociais, a produção e reprodução da vida cotidiana e as formas de consciência que decorrem destes processos, conforme nos mostra Harvey (2013). Se assim o é, a tecnologia nos oferece uma gama de possibilidades de compreender a natureza dos processos sociais. São elementos que configuram a dinâmica da sociedade e nos dão a dimensão de como eles se constituem e se interrelacionam.

À vista disso a tecnologia sempre terá um caráter conservador (quando ela aparece ligada aos interesses de grupos *reitores*) e outro revolucionário.

No tocante ao caráter conservador temos a defesa segundo a qual há uma tentativa de ocultamento dos problemas sociais fundamentais e por tal sorte a tecnologia sempre vincular-se-á à salvação da humanidade. A visão conservadora insiste em reproduzir uma sociedade onde a exploração dos assalariados pelos capitalistas não deve ser considerada um problema, dada a enorme capacidade que as forças tecnológicas têm de elevar os homens do último andar da escada social ao topo ou, o que seria o mesmo, tirá-lo do seu estado de pobreza a um estado de realizações. Com isso, escondem que a mesma classe que domina os meios de produção, obviamente, também domina todo arsenal tecnológico que permite à mesma classe negócios cada vez mais momentosos. Nada nos garante, por conseguinte, que todo este gigantesco construto tecnológico estará nas mãos da classe espoliada, assalariada, subitamente ou que, com a tecnologia, abrir-se-á uma “nova era” onde todos serão contemplados plenamente. Serão necessárias profundas alterações na estrutura social para que haja outra forma de se apropriar da riqueza social. Se não houver transformações nos problemas sociais mais agudos como no controle, na produção e na distribuição da riqueza social, por exemplo, pouco efeito terá a tecnologia para as massas miseráveis e não bafejadas pela sorte. Não queremos aqui, ser surpreendidos pela armadilha ideológica da salvação da humanidade pela tecnologia, enquanto *ipso facto*, ou seja, destacar que somente pelo processo tecnológico, ou enquanto consequência dele, o homem alcança sua hominização: a tecnologia é um agente, mas não o único da evolução humana. Ao contrário disto, o nosso esforço, como transparece nas páginas anteriores, é, senão, a tese segundo a qual o homem toma consciência da sua existência durante a evolução dialética dos processos históricos.

O que não se pode deixar de considerar, nesta discussão, é que toda a produção tecno-

lógica, que em última análise cria uma sociedade cada vez mais competente, ou seja, uma sociedade menos subjugada às forças da natureza, dos mitos e do desconhecido, uma sociedade cada vez mais consciente dos seus limites e das suas potencialidades, com um nível de intercâmbio cada vez mais universal onde a comunicação entre os homens permite que se compreenda as realidades sociais outrora recônditas, também oferece à classe explorada instrumentos decisivos para o rompimento da relação de exploração em que historicamente encontram-se os homens. Seria ingênuo, da mesma forma, pensar que a chamada “Revolução Tecnológica” não venha a dar ensejos à revolução social autêntica, como aludia Vieira Pinto (2005). Aí está, portanto, o caráter revolucionário que falamos acima.

Para irmos mais além nesta discussão, devemos sublinhar o lado perverso da dominação ideológica, traduzido em “era tecnológica”, tornando um embuste à classe assalariada, já desgraçada sob o fardo de dificuldades que historicamente repousa sobre seus ombros, quando tem de aceitá-la como sendo a salvação de todos os problemas. A publicização, por parte dos ideólogos representantes da “classe dirigente”, da “era tecnológica”, tornou-se um instrumento poderoso de ocultamento das penúrias sociais e de anestesiamiento da capacidade de luta dos explorados, inclusive, relativizando as propostas de reivindicações sociais, as formas de organização e atuação política, já que o mero fato de vivermos em uma sociedade altamente tecnológica serve como base para uma vida sem lutas, tornando a classe explorada pusilânime.

Esta advertência coaduna com o pensamento de Vieira Pinto (2005, p. 44):

Temos de denunciar o lado secreto, maligno do endeusamento da tecnologia, aquele que visa unicamente a fortalecer ideologicamente os interesses dos criadores do saber atual, a fim de conservá-lo no papel de instrumento de domínio e espoliação econômica da maior parte da humanidade, levada a trabalhar para as camadas altas dos povos senhoriais sob falsa e emoliente impressão de estar participando, na única forma em que lhe é possível, da promoção do progresso em nosso tempo.

Isso posto, a expressão “civilização tecnológica”, deve ser analisada com acuidade sob pena de inocularmos erros perigosos no horizonte da massa trabalhadora. A verdadeira assertiva sobre a tecnologia é aquela que levantamos acima, ou seja, a que está vinculada à historicidade e a que carrega em seu núcleo os processos sociais da realidade em favor dos quais a tecnologia é sempre vista como algo que está em plena transformação e que se relaciona com a totalidade. Contudo, é mister reiterar que não há transformação plena sem que haja um processo revolucionário que transforme as relações sociais da sociedade.

Como dissemos há pouco, toda esta capacidade tecnológica, que neste trabalho recebe constantes panegíricos, também favorece o processo de acumulação e exploração do modo de produção capitalista, aprofundando a histórica precariedade da classe trabalhadora em geral. No entanto, esta sociedade altamente desenvolvida será terreno para a instalação de uma *Nova* onde dar-se-ão os interesses de todos os homens. Se é verdade que o desenvolvimento das coisas não implica em uma profunda transformação da sociedade dividida em classes por si só, não é menos verdade que o mesmo desenvolvimento permitirá o aprofundamento das lutas revolucionárias e a formação das condições sociais mais sólidas sobre as quais o *Novo* não esfaltar-se-á. Ao demonstrar as coisas nesta dimensão evidenciamos o modo de produção capitalista enquanto uma formação histórica, um modo de produção onde os homens vão produzindo novas atividades no interior do seu próprio processo evolutivo. É desta forma que os homens aparecem como seres históricos e produtores da sua própria história, isto é, produzido produtor do que o produz.

Se assim não procedêssemos, imaginariamos, perigosamente, que a evolução do progresso tecnológico nos levaria ao melhor dos mundos, a uma sociedade *superior* per si, sem a necessidade de uma grande transformação no processo de produção, distribuição e acumulação capitalista. Se isso for verdade todas as transformações estruturais das sociedades de outrora deram-se mais pela dominação da riqueza, mediante o controle do excedente (uma vez que o processo de produção já havia passado por uma transformação) por parte de uma determinada classe social do que pelo progresso tecnológico simplesmente. A despeito deste assunto, Vieira Pinto (2005, p. 521, et. seq.) alude que:

o que determinou a mudança da sociedade primitiva para outras formas, mais florescentes, foi a transformação no processo de produção, quando começou a haver excedentes que podiam ser acumulados, e portanto surgiu a possibilidade de distribuição desigual dos bens de consumo, bem como a relativa capacidade de um grupo social exercer poder sobre o conjunto dos semelhantes.

Dado o caráter materialista que estamos a imprimir ao nosso trabalho, cabe, por fim, mencionar que já houve, no início da vida humana, em comunidades primitivas, cuja formação social não era dividida em classes, atividades que solucionavam as contradições com o meio e através das quais derivou todo tipo de técnicas rudimentares, como o preparo e conservação do fogo, cozimento de alimentos, técnicas que permitam a proteção dos dias de frios mais agressivos, etc.. Portanto: “a técnica não tem base de classe”. (VIEIRA PINTO, 2005).

Uma importante contribuição sobre a relação da imensa produção da riqueza social e

os arranques e recuos da sociedade e, mais ainda, dos influxos do porvir histórico com o que está posto, advém das últimas produções de Karl Marx. Em meio à singularidade das comunas rurais Russas Marx via a possibilidade de a Rússia escapar do sofrimento capitalista e deixar um legado revolucionário para o Ocidente. Os documentos escritos por ele em 1881 tratam da conversa que mantinha com a socialista Vera Zasulitch acerca da Comuna Rural Russa. Para Marx (2013) a natureza nacional da comuna agrícola Russa, o fato de ela não ter sido vítima de um conquistador estrangeiro, dá a ela a possibilidade de se transformar de modo direto e gradual em agricultura coletiva e superar, mediante uma revolução social, os sofrimentos imputados pelo modo de produção capitalista e, mais:

a configuração física do seu solo convida à exploração mecânica em larga escala; a familiaridade do camponês com o contrato de *artel* facilita a transição do trabalho parcelário para o trabalho cooperativo e, por fim, a sociedade russa, que há tanto tempo vive às custas deles, deve-lhes os adiantamentos necessários para essa transição. (MARX. 2013, p. 94, et. seq.).

Surge, portanto, a tese segundo a qual a Rússia não necessariamente teria de trilhar os mesmos caminhos dos países capitalistas para conquistar o comunismo. A revolução Russa com base nas características da Comuna Rural poderia antecipar este processo. Isso, de certa forma, desconsidera a tese clássica marxista assentada no desenvolvimento das forças produtivas.

Uma questão se destaca neste debate para o nosso trabalho, qual seja, ainda que o coletivismo dos agricultores associados seja o ponto de partida para a formação de uma sociedade nova na Rússia, dado que a riqueza não estaria jungida à forma privada, é possível dizer, perigosamente, que o avanço do progresso tecnológico capitalista seria um assombro aos Russos? Ou melhor: o que os Russos deveriam fazer com toda riqueza material capitalista produzida? Marx dá pistas concretas sobre o caminho que se deve tomar.

A sociedade que se pretende superior terá que erguer os seus pilares sobre os escombros da sociedade capitalista. Ainda que no século XIX a sociedade Russa apresentasse condições reais de construir uma nova sociedade, isso se dava mais pela forma com que se relacionava com a produção da riqueza do que pelo desenvolvimento material. Marx (2013), inclusive não hesita em dizer que: “ela pode se apropriar dos frutos com que a produção capitalista enriqueceu a humanidade sem passar pelo regime capitalista, regime, que, considerado exclusivamente do ponto de vista de sua duração possível, conta muito pouco na vida da sociedade”.

Não temos a pretensão de irmos a fundo nesta discussão, contudo uma questão é fun-

damental para a nossa análise, já que estamos partindo do pressuposto de que o desenvolvimento das forças produtivas é fundamental para uma sociedade “nova”, ou seja, se há algo decisivo no progresso tecnológico é o potencial que ele oferece para o sucesso do comunismo. Portanto, não há dúvidas de que a tese da Comuna Rural Russa é irrefutável, contudo, é preciso destacar que quando Marx a expõe nas suas cartas à Vera Zasulich, ele deixa claro que toda a dimensão revolucionária do capitalismo deve ser apropriada pela sociedade futura.

2.2.2 À guisa de parênteses: pescador artesanal e tecnologia

A criação deste subitem é extremamente relevante para fincarmos os alicerces que nos garantirão a dialética do progresso social que estamos a imprimir neste trabalho final de doutoramento. Torna-se ainda mais importante porque sobre os ombros dos pescadores artesanais recai, ideologicamente, um fardo pesadíssimo de mistificação, de que pela razão de serem povos cujo processo de produzir a vida é dominado por baixas forças produtivas e o tipo de contato, mais ou menos restrito, com a comunidade e com a natureza teria provocado sujeitos incapazes de experimentar os arranjos mais complexos da modernidade³⁶.

É desta forma que a tecnologia sempre aparece acompanhada de uma força ideológica que a concebe como sendo um processo social alusivo aos povos adiantados e que por esta razão a maioria da humanidade está condenada a subjugar-se aos excelsos feitos dos de cima, inclusive em torno da epifania produzida por eles, os de baixo têm os seus lugares marcados.

É certo, do mesmo modo, que os pescadores artesanais possuem uma tecnologia, mas com outra base exígua de conhecimentos materiais o que, historicamente, nos revela que a eles foi negada esta capacidade mais “adiantada do processo universal de desenvolvimento da utilização do conhecimento do emprego das forças físicas”, como lembra Vieira Pinto (2005, p.43). Isso não implica em dizer que eles não possuem nenhum tipo de tecnologia: não há povos que não tenham tecnologia. Ela é intrínseca aos processos sociais de toda ordem, formam-se em todos os contextos sociais onde há vida humana. A posição dominante “esquece” que a tecnologia é histórica e produz a história como sendo reflexo da imagem dos povos com maior poderio tecnológico, escamoteia a divisão social e apresenta a fase moderna e sua gigantesca capacidade, como sendo natural e indispensável a todos. Portanto, a tecnologia da

³⁶ No Chile temos o trabalho de: MUÑOZ SOUGARRET, Jorge; THER RÍOS, Francisco. El pescador en el imaginário científico durante la etapa de formación de la academia ictiológica chilena, 1829-1909. *História, Ciências, Saúde –Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.20, n.4, out.-dez. 2013, p.1621-1633. Os autores abordam as estratégias ideológicas usadas para deslegitimar os saberes artesanais dos pescadores.

modernidade aparece enquanto um instrumento de dominação por parte dos “de cima” estrategicamente interessados nela.

É preciso romper com este ideário burguês de conceber a história da tecnologia. Fazer isso é tirar dos ombros dos pescadores artesanais o fardo pesadíssimo, do qual falamos há pouco, que ainda insiste em curvá-los. Isso está muito presente nos quadros gerais de implantação de políticas públicas cujo interesse não necessariamente incide na sorte da massa de pescadores artesanais assolada por infinitas posições governamentais que visam os interesses imediatos de grandes grupos capitalistas. No arranjo social do tempo presente o pescador artesanal se apropria da tecnologia moderna de forma limitada, insuficiente para produzir um estado de coisas realmente melhor na sua vida. Somente o controle dos processos produtivos e dos ganhos sociais que isso propicia poderá elevar o pescador artesanal a outra condição histórica, estando escrito no horizonte o respeito ao arsenal cultural que o embala na melodia da sua existência. De pouco, efetivamente, adianta – ao pescador artesanal, se todo o processo tecnológico estiver a serviço das satisfações da classe capitalista.

Toda a mistificação que falamos há pouco tem um papel decisivo na sorte dos pescadores artesanais, pois é mediante o uso corrente dela que as ações das políticas públicas são realizadas pressupondo sempre tal condição de atraso. Isso faz, sem nenhuma dúvida, que eles sejam alijados dos processos decisórios, que a eles não sejam dadas nenhuma forma de pensarem o seu futuro, já que se pudessem teriam condições de mudar o rumo das suas próprias vidas.

Se a evolução dialética dos processos históricos nos leva a dar destaque ao potencial da tecnologia também nos leva a asseverar que no correr das contradições sociais a força da consciência cultural dos povos subalternizados, pela imposição ideológica exercida pela classe do alto, também torna-se um instrumento poderoso mediante o qual surge a possibilidade de transformação da sociedade. Tendo sentido o que afirmamos, o porvir tem um significado especial para se pensar a história: é através da consciência que corresponde ao grau elevado da racionalidade sobre o papel da transformação dos antagonismos da história e a força que a sua atividade cultural exerce que se permite ao povo espoliado conhecer a sua própria natureza e apontar caminhos superiores.

Em boa verdade, as formas de conscientização, de apreensão de si mesmo, transformam-se com o avançar das forças produtivas e das relações sociais: em um ritmo contínuo e simultâneo, ainda que pelo avesso. O processo de conscientização das contradições do mundo

real, por parte dos homens da pesca artesanal, se expressa como forças poderosas, nas práticas diárias, enquanto agir sobre os limites impostos durante o curso da história, enquanto processo de hominização. Se o pescador artesanal apreende a sua condição de subalternidade, de espoliação e empobrecimento é mais pelo alcance da sua consciência crítica sobre a sua existência do que por outra razão.

Ainda que o transcorrer da história seja algo imprevisível, é mais para a capacidade de resolução dos problemas históricos da humanidade, mediante o processo de conscientização, constituídos, contraditoriamente, pelas atividades humanas, que devemos nos inclinar do que pela concepção de que o progresso tecnológico sempre será um processo no cerne do qual haverá mãos definindo o seu horizonte. Isso nos leva tirar o peso da tecnologia como se ela fosse a padroeira de todos, como se a possibilidade de superação dos problemas sociais mais profundos não fosse algo histórico, construído dialeticamente. “O futuro configura-se pela possibilidade de transformações sociais revolucionárias e pela realização de criações do pensamento, particularmente o exercício do poder inventivo, que determinarão novas formas de organização da sociedade e das mediações tecnológicas” (VIEIRA PINTO, 2005, p. 691).

Isso é especialmente importante para o nosso caso de estudo porque no passado foi preconizado que a tecnologia teria a capacidade de resolução dos problemas sociais da atualidade. Hoje percebemos que se tratava de uma tentativa de ocultamento do caráter privado que ainda se faz dela. Para os pescadores artesanais essa dimensão de tempo representa um excelente ponto de partida já que assistimos, especialmente neste século, um processo de conscientização da necessidade de se apropriarem das políticas institucionais e organizativas, jungido às formas de proteção do espectro cultural que o caracteriza historicamente³⁷, para que possam alterar o rumo das suas existências. É nessa conscientização que o aparato tecnológico e o avanço das técnicas que verificamos atualmente tornam-se instrumentos que contribuirão para a real supressão do pauperismo.

Nós consideramos a dimensão dos saberes e práticas pesqueiras artesanais e toda a sua importância para a organização endógena dos pescadores, como também consideramos a dimensão do conhecimento técnico-produtivo moderno como sendo, de algum modo, restritivo ao mundo pesqueiro artesanal. Acreditamos, inclusive, na possível importância da emancipação humana que a dimensão dos saberes artesanais outorga aos grupos envolvidos, contudo, na posição que ocupamos no tempo presente, não podemos deixar de considerar que a dimen-

³⁷ Esse exemplo nós observaremos no capítulo quarto quando discutiremos a organização política dos pescadores artesanais.

são técnico produtiva da modernidade não é somente um campo restritivo ao mundo pesqueiro. Seria ingenuidade considerar que as formas de luta e de apropriação cultural, tão necessárias para o objeto ora analisado, não se entrelaçam e se consubstanciam aos arranjos irrestritos e revolucionários que a modernidade proporciona. Há, como dissemos há pouco, uma dimensão da modernidade especialmente relevante para os povos subalternizados, com a qual as formas de luta, dos de baixo, podem lograr alcançar. É esta a dimensão para a qual os pescadores artesanais devem mirar e através das lutas sociais, travadas com a classe dominante, o horizonte deva ser a profunda transformação da sua condição de explorados e a apropriação irrestrita deste campo, como forma de fazer valer o seu modo de existência.

Não é exagero nenhum reiterar que não se trata de aplicar um “modelo” frio, anódino, imitativo da modernidade³⁸ e acreditar que com ele as coisas serão melhores, onde o nível de bem-estar, de conforto e de libertação das amarras existenciais serão alcançadas. Trata-se, por assim dizer, de ter como premissa a necessidade de compreender o curso dialético da história e as possibilidades de superação do tempo presente considerando as condições materiais postas. Para tanto, é necessário ter consciência dos limites do mundo tradicional, ao mesmo tempo, da incapacidade que os arranjos estruturais da modernidade impõem aos povos subalternos e da necessidade histórica, portanto, de superação desse estado de coisas. Obviamente, que para tal devemos destacar o elemento cultural distintivo dos que lutam pela revolução social, ou seja, para que a luta tenha peso e voz, ela deve ter cores definidas. Uma das quais é superar a ideia de que os povos “esmagados” não têm condições históricas de planejar e conduzir os rumos das suas próprias coisas, não superando esta ideia, se colocam aquém do tempo presente e prisioneiros de esquemas metafísicos mais próximos das janelas conservadoras do que emancipadoras. É preciso clareza para tanto e uma boa dose de invenção. Vieira Pinto (2005, p. 27) nos oferece a pista de que a coisa que “importa ao explorado fazer é ingressar no âmbito do problema social, passar a ver a causa de seu estado no sistema de relações sociais de que faz parte, pois só assim se oporá ao fascínio das soluções fantasistas e das esperanças enganosas”.

No tocante à emancipação política dos pescadores artesanais é oportuno sublinhar que o ato de se emancipar é o mesmo ato de negar a sua condição de pescador artesanal, enquanto forma precarizada de vida, ou seja, é necessário romper o ideário de pescador artesanal, rom-

³⁸ Isso nos faz dizer que jungido à ideologia da modernidade encontram-se os “padrões necessários”, que os povos subalternos devem alcançar para conquistar melhores condições de vida. Essa armadilha deve ser desfeita sob pena de esterilizarmos formas de lutas sociais criativas, inventivas, onde a possibilidade de considerar formas alternativas que considere outras racionalidades, com outros constructos sociais sejam possíveis.

per a sua especificidade. É, senão, tornar a sua especificidade uma condição universal, uma expressão de luta de todos³⁹. É quando a luta do pescador artesanal encontra sentido na luta de todos os homens, sem que isso oculte a sua própria especificidade histórica. Para tanto, é necessário afirmar a sua cultura, mas enquanto cultura já universalizada, ou seja, enquanto expressão conectada às lutas dos povos subalternos. Sustentar que a cultura do pescador artesanal, ou a forma de luta desses homens, como condição histórica de todos os homens, torna-se um produto histórico universal é afirmar que essas mesmas formas de lutas estão representadas nas formas de lutas universais, ou, ainda, que elas correspondem aos interesses imediatos de todos os homens, dado o caráter da conexão emancipadora que se processa entre elas. Esta conexão, que essencialmente é o espaço de solidariedade do tempo presente, um espaço como produto da sociabilidade capitalista, torna-se o elemento impulsivo das associações, organizações que no horizonte engendram ações concretas, conscientes.

No período colonial brasileiro, a forma de solidariedade de Clã, isto é, o tipo de solidariedade que se processava em torno das instituições latifundiárias era o que sustentava a existência dos pescadores, serviçais, pessoal da enxada e da foice e, ainda, os escravos, etc, ou, o que denominou Viana (2010) de “povo-massa”. A solidariedade era garantida pelas condições de existência advindas da estrutura latifundiária colonial. Foi somente no século XVIII que esta solidariedade transforma-se e ganha outra dimensão, como a solidariedade enquanto expressão das instituições burguesas (forma eleitoral, sindical, de colônias e associações, etc). Hoje, para os pescadores artesanais, a solidariedade é produto de um ato coletivo de sujeitos conscientes das contradições do real e, a partir da qual os laços concretos de lutas emancipadoras concretizar-se-ão. É desta forma, pois, que as lutas dos pescadores artesanais vão se tornando a luta de todos os homens. Lutas que vão se expressar em “novas formas” de fazer políticas sociais, dentro ou fora do Estado capitalista, dito de outro modo, a partir do Estado e negando o Estado, enquanto espaço contraditório, conforme veremos nos dois capítulos seguintes. Acreditamos que estes caminhos, enquanto ato de materialização do fazer humano deixam claro o processo de hominização.

Reiterando essas coisas, estamos chancelados a asseverar que cabe à classe dos não proprietários de meios de produção a tarefa de revolucionar a estrutura social. Mas não o fa-

³⁹ Marx (2005, p. 154) diz que uma revolução parcial, meramente política, “que deixa de pé os pilares do edifício” é aquela em que “uma seção da sociedade civil emancipa-se e alcança o domínio universal: uma determinada classe empreende, a partir da sua situação particular, uma emancipação geral da sociedade. Tal classe emancipa-se a sociedade como um todo, mas só no caso de a totalidade da sociedade se encontrar na mesma situação que esta classe.”

zem porque os seus limites são os limites de classes, cujo horizonte é restrito. Será quando a classe trabalhadora for o espelho da sociedade, isto é, for a razão da existência social, ou, ainda, quando a partir dela a sociedade aguarda a emancipação humana, as lutas dos oprimidos passarão a ter um sentido universal, prenhe de possibilidades históricas.

Esta certificação é produto da história e não um mero desejo subjetivo de intelectuais comprometidos com a transformação social. Contudo, para tornar consistente tal afirmação devemos levantar algumas notas. A primeira dela diz respeito à relação inversamente proporcional entre riqueza socialmente produzida e a sorte dos povos subalternos, ou seja, a forma limitada em que se apropriam desta só será alterada pelo processo revolucionário cujo horizonte é a alteração desta ordem. A segunda diz respeito ao fato segundo o qual nenhum interesse tem a grande minoria que detêm o controle supremo da riqueza social em alterar o estado de coisas que se encontra a formação social vigente.

2.3 ESTADO E LUTAS SOCIAIS NA SOCIEDADE CAPITALISTA: OU QUANDO A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA É UM GRANDE PROGRESSO

Da mesma forma que é lícito afirmar que não há em Marx uma teoria sistematizada sobre o Estado, não é menos lícito asseverar que a base do seu construto teórico fornece os elementos fundamentais para a compreensão de uma possível teoria do Estado. Esta relação antitética sobre o Estado foi razão de perturbações para alguns teóricos marxistas e de relevantes trabalhos que deram consistência teórica a estes elementos deixados por Marx e Engels, dito de outra forma, eles amarraram os pontos deixados em boa parte de sua obra.

Precisamos antes advertir que não é o nosso objetivo, neste item, discorrer sobre as teorias de Estado, tampouco fazer paralelos entre uma e outra. Queremos apontar, unicamente, a lógica dialética intrínseca aos processos sociais que permite pensarmos que na base do Estado moderno está a lógica do capitalismo. Mais do que isso queremos entender que tipo de implicações este Estado (com todo o seu aparato) engendra nas políticas públicas do mundo pesqueiro e, diante delas, quais as possibilidades de luta e de participação abrem-se aos pescadores artesanais na atualidade. Obviamente que estamos de acordo com a tese segundo a qual o Estado não é, meramente, um instrumento a serviço da classe dominante, tampouco não é a mera derivação do que se passa na infraestrutura da sociedade. O Estado é o arranjo no interior do qual a lógica do capital encontra guarida, legitima-se, no entanto, a superestrutura por ela lançada é portadora de uma autonomia fundamental que em determinadas circunstâncias

exercem forças que abalam, alteram, reconfiguram e propõem novas formas à ordem das coisas. Se assim o é, podemos dizer que o Estado se expressa de duas formas: é derivação, quando se ergue a partir das forças produtivas e não é, ao mesmo tempo, porque, como dissemos há instantes, influencia e determina as forças produtivas, além de se constituir como campo de disputas, mas incapaz de atacar a base da sociedade. Esse é o recado deixado por Marx e Engels (1982) assim que sofrem duras críticas sobre o *determinismo* histórico.

Dada a relevância da nossa abordagem, é mister destacar alguns pontos para que fique claro o que defenderemos sobre o Estado moderno. O primeiro deles diz respeito ao que se pode entender sobre os limites e autonomia dos diversos fatores da superestrutura (“as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as constituições que, depois de ganha uma batalha, a classe triunfante redige etc., as formas jurídicas... as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as ideias religiosas e seu desenvolvimento”, conforme Marx & Engels (1982, p. 104, et. seq.) ou seja, qual o papel que elas exercem tendo a base como condicionamento? Marx já deixa claro, por exemplo, que em certas formações sociais pretéritas era possível se ter uma determinada arte em inconsonância com a base material, “com a ossatura, por assim dizer, da sua organização”. As formas políticas da luta de classes, do mesmo modo, também têm peso e voz na sociedade da qual fazem parte. Caso contrário, os modos de produção não seriam transitórios, históricos. “O desenvolvimento político, jurídico, filosófico, religioso, literário, artístico etc. se funda no desenvolvimento econômico. Mas estes elementos interagem entre si e reatuam também sobre a base econômica”, dizem Marx & Engels (1982). Não se trata da determinação da base econômica sobre a passividade de todos os elementos da superestrutura. “Ao contrário, há todo um jogo de ações e reações à base da necessidade econômica que, em última instância, sempre se impõe”. (Marx & Engels, 1982). A melhor maneira é perceber como os homens produzem as suas existências na história e quais contradições são engendradas neste processo social. Sabemos que “os homens fazem a sua própria história, mas em situações dadas que os condicionam e à base das relações sociais já existentes, entre as quais as condições econômicas”; ainda que seja influenciada pelas políticas e ideologias a base econômica segue sendo a última instância.

É nesse sentido, pois, que afirmamos que o Estado moderno aparece enquanto uma forma histórica das relações sociais capitalistas: “o Estado é capitalista porque sua forma estrutura as relações de reprodução do capital. Por isso devemos entender a ligação entre Estado e capitalismo como intrínseca não por razão de um domínio imediato do aparelho estatal pela

classe burguesa, mas sim por razões estruturais” (MASCARO, 2013, p. 59). Ou para falar como Hirsch (2010, p. 32) ele é “a objetivação de uma relação estrutural de classes e de exploração”.

Em organizações sociais pré-capitalistas os homens estavam subjugados a um determinado senhor que o regia e garantia a sua subsistência. Esta relação se dava com base no escravismo, ou seja, o escravo dava a sua vida pelo trabalho a ser executado, ou com base na servilidade do feudalismo, o servo garantia a sua subsistência no feudo se executasse tal trabalho. Portanto, nos dois casos, temos uma relação de subjugação plena garantidora da vida. Essas relações se transformam no capitalismo, isto é, o trabalhador tem o direito formal de vender a sua força de trabalho para o capitalista (possuidores dos meios de produção) que julgar adequado (pelo menos idealmente). Há uma garantia jurídica para esta relação. Os contratos de trabalho determinam este direito de venda e compra da força de trabalho⁴⁰, precisamente nos dizeres de Marx (2003, p. 109): “essa relação de direito, que tem o contrato por forma, legalmente desenvolvida ou não, é uma relação da vontade, em que se reflete a relação econômica. O conteúdo da relação jurídica⁴¹ ou de vontade é dado pela própria relação economia”.

Se o que está posto é sustentável, o Estado “é um derivado necessário da própria reprodução capitalista; essas relações ensejam sua constituição ou sua formação. Sendo estranho a cada burguês e a cada trabalhador explorado, individualmente tomados, é ao mesmo tempo elemento necessário da sua constituição e da reprodução de suas relações sociais” (MASCARO, 2013, p. 19, et. seq.). Isso se faz tão fundamental, dado, que encontramos na estrutura do Estado moderno instituições políticas que garantem o funcionamento do modo de produção capitalista. No entanto, é oportuno dizer que o Estado moderno é formado sobre o

⁴⁰ Talvez seja oportuno destacar que não se trata de uma visão economicista dos fenômenos históricos. Aliás, o que Marx e Engels disseram foi que segundo a concepção materialista da história, o momento em última instância determinante, na história, é a produção e reprodução da vida real. Este problema foi esclarecido por Engels (MARX & ENGELS, 1982, p. 547) em uma Carta a Joseph Bloch em 1890 onde ele dizia o seguinte: “Nem Marx nem eu alguma vez afirmamos mais. Se agora alguém torce isso [afirmando] que momento econômico é o único determinante, transforma aquela proposição numa frase que não diz nada, abstrata, absurda. A situação econômica é a base, mas os diversos momentos da superestrutura – formas políticas da luta de classes e seus resultados: constituições estabelecidas pela classe vitoriosa uma vez ganha a batalha, etc., formas jurídicas, e mesmo os reflexos de todas estas lutas reais nos cérebros dos participantes, teorias políticas, jurídicas, filosóficas, visões religiosas e o seu ulterior desenvolvimento em sistemas de dogmas – exercem também a sua influência sobre o curso das lutas históricas e determinam em muitos casos preponderantemente a forma delas. Há uma ação recíproca de todos estes momentos, em que, finalmente, através de todo o conjunto infinito de casualidades (isto é, de coisas e eventos cuja conexão interna é entre eles tão remota ou é tão indemonstrável que nós a podemos considerar como não-existente, a podemos negligenciar), o movimento econômico vem ao de cima como necessário. Senão, a aplicação da teoria a um qualquer período da história seria mais fácil do que a resolução de uma simples equação do primeiro grau”.

⁴¹ É preciso advertir que a relação jurídica (igualdade e liberdade) está circunscrita no âmbito da desigualdade capitalista e da estrutura de classes definindo o seu limite.

esteio da sociedade capitalista, dividida entre os possuidores dos meios de produção e os trabalhadores assalariados e que as relações entre ambos estabelecem o seu dinamismo social. O fato dele ser “derivado necessário da própria reprodução capitalista”, como afirma Mascaro (2013) não significa que possa ser explicado simplesmente como reflexo puro da economia; não se trata de um esquema ingênuo base-superestrutura.

Por conseguinte, o referido Estado é, senão, uma organização que garante as atividades de compra e venda de mercadorias, dito de outra forma, foi necessária a “separação do trabalhador da propriedade das próprias condições de trabalho, processo que de um lado transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção, por outro lado transforma os produtores diretos em operários assalariados” (MARX, 2003, p. 828). Ou seja, “o Estado é a expressão inequívoca da formação social capitalista”, como sublinha Mascaro (2013, p. 61). Mostrar que o Estado capitalista é uma formação que expressa a materialidade instalada historicamente é garantir o que estamos a defender em todo este trabalho.

Tendo o Estado como base das relações de produção do capital, garantindo a compra e venda de mercadorias, é lícito afirmar que no seu interior haja diversas formas de lutas, conflitos sociais e todo tipo de manifestação. Ao transformar os homens em indivíduos capazes de se relacionarem livremente, com igualdade jurídica e liberdade contratual⁴² no mercado de trabalho, é de se pressupor que este relacionamento implique em disputas já que o que passa a reger a sociedade capitalista é a contradição das relações instaladas⁴³. Essas formas de lutas passam a ser condicionadas pelo próprio Estado a partir do controle sistemático da força coercitiva da sociedade. Quando se instaura a relação de direito, sobre a qual Marx (2003) se referiu há pouco, oblitera-se da sociedade as formas coercitivas exercidas por organizações pré-capitalistas, como as feitas pelos senhores feudais. O Estado capitalista é por excelência a formação histórica que assume em última instância o poder da organização e reprodução do uso da força coercitiva. Como menciona Hirsch (2010, p. 29) “relações capitalistas apenas podem se formar inteiramente quando a força de coerção física se separa de todas as classes so-

⁴² Mascaro (2013, p. 64) menciona que: “burgueses e trabalhadores são equiparados juridicamente, tornados iguais e livres para a possibilidade de trocas e acordos interpessoais, e sua disposição de vontade é tida por autônoma” e que em função disso que se desenvolve a “maior aparelhagem de constituição estrutural das relações sociais capitalistas”.

⁴³ Como no modo de produção capitalista o mercado aparece como espaço de compra e venda de mercadoria, ele se torna o espaço privado do indivíduo. O espaço coletivo, cooperativo, como sabemos é o da produção. Disso resulta que para resolver este antagonismo o Estado aparece como instância mediadora, tal qual podemos observar nos seus aparatos jurídicos, legais, garantidores dos termos contratuais de trabalho historicamente transformados e qualificados para atender as exigências do mundo do mercado capitalista. É por esta razão que o mercado é o espaço onde o indivíduo aparece isolado, enquanto ato individual pronto para a realização dos contratos e se depara com o Estado como forma mediadora desta contradição ora instalada.

ciais, inclusive das classes economicamente dominantes: isso ocorre precisamente sob a forma do Estado”.

No debate travado em 1844 entre Marx e o filósofo Arnold Ruge sobre o levante dos tecelões da Silésia, Marx (2010b), em meio à polêmica acerca da incapacidade do Estado em suprimir o pauperismo social e a violência ostensiva contra os mesmos, é categórico ao afirmar que jamais o Estado verá, em si próprio, as razões das mazelas sociais, uma vez que a sua existência se funda nas contradições da sociedade capitalista. Entre a sociedade e o Estado não há distinção, já que o último subsume inteiramente a sociedade como sua: “ele está baseado na contradição entre a vida pública e a vida privada, na contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares” (MARX, 2010b, p. 39). No debate de 1844 fica claro que o Estado tem para com o pauperismo uma relação estranha, ou seja, não encontra forças suficientes para suplantá-las. O Estado não é insuficiente a ponto de não suplantá-las, o fato é que para suplantá-las é necessário eliminar o próprio Estado.

A questão perturbadora é a seguinte: diante desta organização que se ergue na sociedade burguesa moderna, qual o lugar da política, ou melhor, de que forma a política entrelaça-se, relaciona-se e participa desta complexa rede?

O primeiro passo é conceber o modo de produção capitalista enquanto uma formação social específica já que há um apartamento entre o domínio político e o domínio econômico⁴⁴. Para a sua reprodução ele carece de formas sociais que garantam os domínios mostrados acima. As formas estatais, políticas, jurídicas e econômicas, como também a forma-valor e forma-mercadoria são formas sociais particulares que ensejam o capitalismo alcançar o céu dos seus negócios. A forma social é uma força colossal que emana das relações sociais dados entre as diversas interações sociais. A força objetiva que nada mais é do que a realização concreta do nosso trabalho, as determinações das atividades sociais engendradas historicamente, com o tempo configuram-se de tal modo que se eleva sobre nós. Para Marx (2007, p.56) “é justamente desta contradição entre o interesse particular e o universal que o interesse social na condição de Estado assume uma forma autônoma”, ou seja, é desta maneira que podemos entender as formas sociais. Nas palavras de Mascaro (2013, p. 21) “trata-se de um processo de mútua imbricação: as formas sociais advêm das relações sociais, mas também acabam por ser suas balizas necessárias”. Devemos destacar que não se trata exclusivamente de formas soci-

⁴⁴ Em formações sociais pré-capitalistas não havia tal separação, pelo menos do modo que vemos no capitalismo. Os senhores de escravos ou os feudais controlavam tanto o campo econômico como o político, havia uma unidade entre os dois campos.

ais que se originam sem nenhum vínculo com a história, sem raízes nas relações sociais pretéritas. As formas sociais, mesmo incorporando as forças sociais capitalistas, como dominação, exploração, coerção física, dinamismo político e econômico, jurídico, cultural, etc., carregam consigo elementos de formações anteriores. Muitas vezes essas seguem conflitando com as novas forças e com o bojo do dinamismo capitalista e em outras ocasiões são suplantadas e transformadas pela nova dinâmica social. No âmbito da forma política e de todo o aparato institucional que se configura na modernidade é possível observar instituições, valores, hábitos jurídicos, culturais e sociais, condutas e códigos legais que já faziam parte de toda a estrutura social anterior. No entanto, no modo de produção capitalista foram transmutados para servir aos interesses das formas sociais modernas.

Voltando ao tema da *separação relativa* entre sistema estatal, enquanto comunidade política e sociedade burguesa e entre política e economia nos apoiaremos, mais uma vez, em Mascaro (2013, p. 17), mormente, quando ele afirma que “o burguês não é necessariamente o agente estatal. As figuras aparecem, a princípio, como distintas. Na condensação do domínio político em uma figura distinta da do burguês, no capitalismo, identifica-se especificamente os contornos do fenômeno estatal”. Essa separação oculta um mecanismo da própria natureza do modo de produção capitalista, isto é, esconde que existe um ato político de manutenção do apanágio garantidor do Estado moderno. O Estado para se manter enquanto um guardião da ordem burguesa está atolado em determinações políticas advindas da sociedade, especialmente por parte dos que gozam dos interesses imediatos⁴⁵. Da Mata (2015) nos ajuda dizendo que apesar de tudo, a separação entre economia e política é somente uma formalidade, uma vez que o Estado é o regulador das relações econômicas. O vínculo inquebrantável entre economia e política permanece como elemento central da formação social burguesa. Hirsch (2010) ensaja que o fato do Estado não ser um instrumento neutro e está ligado diretamente às relações de produção capitalistas torna impossível que ele transforme essas mesmas relações estatais; aliás já tínhamos enfatizado isso, de algum modo, quando sublinhamos os limites do Estado durante o debate entre Marx e o filósofo Arnold Ruge sobre a Revolta dos Tecelões da

⁴⁵ Montenegro (2012, p. 09) adverte que: “o que permanece oculto, nessa concepção, é o papel da coerção política que foi historicamente necessária para gerar esse conjunto de relações sociais e jurídicas e que segue sendo indispensável para o funcionamento de uma sociedade assentada no mercado, ente abstrato cuja existência a ideologia dominante afirma ser resultado da ordem natural das coisas” (grifo nosso). Sobre isso, o capítulo sobre Acumulação Primitiva do Capital Marx (2003, p. 839) apresenta todas as cavilações usadas pelos proprietários de meios de produção para expropriar os camponeses de suas terras. “O roubo sistemático das terras comuns, aliado ao fruto das terras da Coroa, contribuiu para aumentar aqueles grandes arrendamentos, chamados, no século XVIII, de fazendas de capital ou fazendas comerciais, e que tornavam a população agrícola disponível para a indústria”.

Silésia de 1844. E mais, se há a possibilidade do caráter democrático-burguês do Estado capitalista – o que explica a ligação histórica entre capitalismo e democracia política - é mais pela liberdade e igualdade - expressões da socialização capitalista - do que por outro fator externo.

A forma política, na sociedade capitalista, aparece enquanto uma vontade dos interesses particulares e que de um modo real se opõe aos interesses gerais. Marx (2007, p. 56) é mais enfático quando fala das ilusões das disputas entre as classes sociais no seio do Estado, ou seja, “as lutas no interior do Estado, a luta entre democracia, aristocracia e monarquia, a luta pelo direito ao voto etc. não são mais do que formas ilusórias nas quais as lutas reais das diferentes classes são conduzidas”.

Outra nota relevante sobre a forma política na sociedade capitalista advém dos limites impostos à condição da classe assalariada, dito de outra forma, quando falamos de igualdade e liberdade queremos dizer que elas estão restritas às relações entre capitalistas e assalariados. A relação jurídica oculta um componente fundamental das relações sociais capitalistas, qual seja, o de que elas estão jungidas às desigualdades e aos limites da sociabilidade da classe trabalhadora, aparecendo para a sociedade enquanto vendedores de força de trabalho e indivíduos dotados de direitos. Dessa forma, constituem-se os conflitos sociais no capitalismo. Hirsch (2010) entende que é diante desta contradição que os processos sociais e as instituições se fundam: “a democracia liberal é uma forma especialmente adequada à reprodução da sociedade capitalista. A democracia fundada na liberdade e na igualdade de todos os cidadãos só se trona possível a partir da autonomização do Estado”.

Ao obliterar esta contradição, isto é, de um lado, para os assalariados, aparece a liberdade e igualdade como suas, enquanto instrumentos decisivos para a produção e reprodução da sua vida em sociedade e do outro, para os capitalistas, a exploração e domínio de classe como elementos peremptórios.

Concernente a isso há o que Wood (2002, s/p) classificou de dimensões da realidade e da dissimulação, ou seja: a) no primeiro caso, o próprio Estado separa as esferas política e econômica e b) no segundo caso, esconde as instituições políticas do próprio capitalismo. O Estado exerce um papel decisivo já que as relações de produção estão conformadas de tal modo que não há dúvidas sobre o mecanismo de obtenção de riquezas. Quando o assalariado goza da liberdade de vender a sua força de trabalho, ele está embebido de um direito todo seu, mesmo, eventualmente dando-se conta que está sendo usurpado.

Deste modo, todo o aparato estatal, com as instituições sociais e políticas, funcionam,

em última instância, para a satisfação das necessidades do próprio capital. Isso não significa que as conquistas da classe trabalhadora ao longo da história não tenham trazido fortes contribuições para o seu avanço social. Como também não é açodado afirmar que esses mesmos avanços sofrem com os dilúvios da sociedade capitalista, levando a perdas completas de direitos historicamente constituídos, como lembra Mascaro (2013).

É preciso esclarecer que para além das contradições entre o social e o privado há uma série de outras que tingem com cores fortes o papel dos acontecimentos do dinamismo social moderno. Há, inclusive, conflitos sociais que antecedem a formação do Estado capitalista, como as relações de exploração e de subordinação ou até mesmo a relação com a natureza e todo o processo cultural engendrado por esta prática: aqui podemos inserir parte do conflito que rege a política de pesca artesanal. No entanto, todos eles são marcados pela estrutura da reprodução capitalista. Se em formações sociais pré-capitalistas elas já se davam, isso não significa que sob a égide do capital elas não tenham sofrido alterações que determinassem o seu horizonte. Para os pescadores artesanais isso tem uma expressão clara, ou seja, trata-se de uma forma de produzir a existência, marcada pela subjugação ao meio externo (onde o princípio do conhecimento dava-se por práticas reiteradas) pelo uso de instrumentos rudimentares que organizavam a sua produção e pela limitada sociabilidade dado o baixo desenvolvimento das forças produtivas, que precede a formação social moderna. No entanto, no modo de produção capitalista eles estão regidos pelos antagonismos sociais do tempo presente. Os seus processos de luta política e os conflitos sociais que vivem passam pelas contradições das forças do Estado moderno. Não há luta política na atualidade que não esteja jungida à vida do Estado.

Hirsch (2010, p. 40) esclarece que “elas [as relações de opressão, de exploração, sexuais, étnicas, nacionalistas e racistas, relações que não resultaram necessariamente do capitalismo] são marcadas ao mesmo tempo pela forma política do capitalismo, tanto em seu modo de manifestação como seu modo de funcionamento. Esse esclarecimento salienta outra questão, qual seja, o Estado, eventualmente, aplica às suas ações no sentido de resguardar estes movimentos sociais, dado a sua relevância cultural em geral, contudo, sem demudar a estrutura capitalista. Um exemplo auspicioso desta relação entre Estado e política pode ser depreendido com a análise das políticas públicas no âmbito da pesca artesanal engendradas no Brasil. A instituição da Política de Nacionalização da Pesca e a Organização de seus serviços (1919-1923), capitaneada por José Bonifácio nas primeiras décadas do século XX, traduz fi-

dedignamente o que asseveramos pouco antes. O ato do Estado brasileiro consistia em dotar de recursos materiais todos os pescadores artesanais do litoral (claro, que com o conteúdo ideológico que subjaz a uma política emancipatória) permitindo que eles adquirissem condições reais de reprodução social na ordem burguesa. É necessário dizer, contudo, que o ato acima estava jungido ao projeto de proteção da costa brasileira impetrado pela Marinha do Brasil. Mas, para ficarmos próximos do nosso objeto de inquirição podemos citar o Plano de Desenvolvimento Sustentável Mais Pesca e Aquicultura cujo horizonte é a promoção de emprego e renda para todos envolvidos com a pesca no Brasil.

Os exemplos apresentados, entretanto, não expressam o esquema basbaque segundo o qual o Estado e capitalismo se completam, portanto não há mudança substancial na ordem das coisas. Se considerássemos inequívoca esta forma de raciocinar estaríamos abandonando a lógica dialética de pensar. No capitalismo as crises e os conflitos sociais são caracteres substanciais. Não há como dissociar estas duas categorias. Mesmo nos períodos de grande estabilidade econômica as crises e os conflitos são expressões permanentes já que tal período carrega, necessariamente, as estruturas capitalistas (contraditórias e alvissareiramente conflituosas).

Não se trata de avançarmos nas possibilidades de transformação real do Estado capitalista, uma vez que o nosso interesse é apenas apresentar a natureza do Estado moderno e suas implicações para as políticas públicas da pesca artesanal (exercício que faremos nos capítulos cinco e seis). Se fossemos avançar neste tema teríamos que apresentar as contradições e possibilidades advindas das classes sociais e das lutas de grupos no interior do Estado moderno, tão decisivas para os rumos do porvir histórico. No entanto, uma coisa é possível dizer sobre as lutas de classes e os limites do Estado, isto é, a possibilidade de *débâcle* da ordem burguesa caminha concomitante com o desenvolvimento contraditório da sociedade. Se há uma forma de luta emancipatória ela advém mais da insuficiência das formas políticas estatais, que se revelam assim, dado um eventual processo acirrado de contradições, do que de outra forma externa. Por isso, nem a forma econômica capitalista e nem a forma estatal são imunes, eternas. Mascaro (2013, p. 61) destaca que: “se o próprio Estado é distinto dos interesses e domínios imediatos como forma de sustentar a reprodução capitalista, isto não quer dizer que tenha plena inteligência sobre tal, tampouco total capacidade de administrar, como sujeito dirigente, mentor ou promotor geral, a continuidade de tal reprodução”.

Para sermos honestos com o que estamos defendendo é fundamental sublinhar que se há limites nas lutas políticas no interior da sociedade capitalista é mais pelo fato dos indivídu-

os não estarem conectados com os valores objetivos da mudança real e se apresentarem enquanto cidadãos que se encontram no mercado em condições jurídicas de liberdade e igualdade para vender a sua força de trabalho, somado aos interesses difusos entre eles e à organização de formas democráticas que lhes dão o direito representativo constituído de definir os rumos da ordem burguesa, do que por fatores como a vontade efetiva de mudança. Ainda é possível esclarecer que muitas organizações políticas radicais têm para com o Estado uma relação direta, razão pela qual ficam subordinadas ou influenciadas pela coerção da forma política estatal e pelos processos de reprodução do capital.

Ainda que a luta política apresente-se insuficiente para a emancipação plena da sociedade capitalista, ela é uma forma de progresso, portanto, extremamente necessária para os desígnios dos povos em luta. Toda revolução é um ato político, enquanto derrubada do poder constituído, mas necessita do ato social, ou seja, da dissolução das relações antigas, sem a qual não haverá emancipação humana, conforme Marx (2010b).

É possível que haja somente uma revolução política, enquanto emancipação estritamente política, sem que haja emancipação humana. Vejamos isso de perto.

Falamos no primeiro capítulo que a emancipação humana tem um semblante histórico, resultado do processo de produção da existência em sua fase mais acabada. No entanto, se é verdade que o modo de produção capitalista produz as condições materiais necessárias para a emancipação do homem, não é menos verdade os limites que também estão colocados nesta mesma formação social capitalista. Somente a superação deste antagonismo realizará a emancipação humana, ou seja, é preciso a libertação da lógica do capital. O que estamos a afirmar é que este limite imposto pela sociedade capitalista, esta forma antagônica de apropriação, engendra o que Marx (2010c, p. 50) chamou de *isolamento do trabalhador a sua comunidade*.

Isso é relevante para entendermos o decisivo peso que exerce a emancipação humana em relação a emancipação política. Marx (2010c) nos diz que o isolamento a sua comunidade⁴⁶, ao seu estado de coisas, ou ainda, à sua condição humana é o verdadeiro motor da emancipação. “O funesto isolamento em relação a essa condição é incomparavelmente mais abrangente, mais insuportável, mais terrível e mais contraditório do que o isolamento em relação à comunidade política” (MARX, 2010c, p. 50, et. seq.). Ainda que esta insurreição seja parcial, ela é profunda, porque ataca tal isolamento, ataca tal condição humana. Toda revolução social,

⁴⁶ É necessário fazer uma distinção entre a concepção de comunidade e comunidade política em Marx. Esta distinção fica evidente, ainda que para tal seja necessária uma leitura atenta do livro ora em análise, quando ele fala que Comunidade é o espaço onde a vida do trabalhador se dá, ou seja, a vida física e espiritual. Já a comunidade política é a esfera de do sistema estatal.

quando tem esta realidade e estas dimensões, é fecunda para a emancipação humana. Ou, nas palavras de Marx (2010c):

uma revolução social encontra-se na perspectiva do todo - mesmo que ocorra em um único distrito fabril – por ser um protesto do ser humano contra a vida desumanizada, por partir da perspectiva contra a vida de cada indivíduo real, porque a comunidade contra cujo isolamento em relação a si o indivíduo se insurge é a verdadeira comunidade dos humanos, a saber, a condição humana.

De toda sorte, parece que o que define a natureza de uma emancipação, entre política e humana, é o objeto para o qual se debruça uma determinada luta social, enquanto um ato de dimensão política ou humana. Não seria isso que está a afirmar Marx (2010c) quando fala do isolamento à comunidade? Ou quando ele fala sobre os limites dos direitos humanos⁴⁷ dentro do horizonte da sociedade burguesa?

Da Mata (2014, p. 93, et. seq.) parece ter encontrado a explicação quando diz que “ao não se reconhecer naquilo que é sua atividade vital, o trabalhador não se reconhece em relação ao mundo, nem em relação aos demais indivíduos, nem em relação a si mesmo”. E ainda enfatiza: “a política democrático burguesa não é capaz de resolver as mazelas do capitalismo, porque o humano não é possível nesta sociedade”. (DA MATA, 2014). Se assim colocamos o tema, podemos asseverar que “apenas em outra forma societária, na qual as relações entre os indivíduos sejam mediadas pelo trabalho livre e emancipado, na qual os indivíduos seja autônomos e o Estado democrático burguês não passe de uma história passada, é que a política torna-se instrumento de emancipação humana” (IBIDEM).

A emancipação política, ainda que importante para o progresso dos envolvidos, por conseguinte para a sociedade, não ultrapassa as traços da sociedade burguesa. Segundo Marx (2010c, p. 41): “a emancipação política de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva de emancipação em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até aqui”. Isso se dá porque não podemos confundir direitos humanos com direitos dos cidadãos, isto é, direitos circunscritos à comunidade humana universal e à sociedade burguesa. Aqui encontramos o ponto no interior do qual, em linhas anteriores explicitamos: a *separação relativa* entre sistema estatal, enquanto comunida-

⁴⁷ Marx (2010c, p. 46, et. seq.) quando avança na discussão sobre os direitos dos judeus em relação à emancipação política promovida, levanta a seguinte questão: “mas se o homem, na qualidade de judeu, for possibilitado tornar-se politicamente emancipado e receber os direitos de cidadão, ele poderia reivindicar e receber também os assim chamados direitos humanos?” Vejamos como ele responde isso de acordo com os direitos humanos burgueses: “esses direitos humanos são em parte direitos políticos, direitos que são exercidos somente em comunhão com outros. O seu conteúdo é constituído pela participação na comunidade, mais precisamente na comunidade política, no sistema estatal.” (2010c).

de política e sociedade burguesa e entre política e economia. Se na sociedade burguesa os homens se encontram “livres” para realizar um contrato de trabalho, fica assim relegado ao sistema estatal, comunidade política, as condições políticas da sociedade. Ou nas palavras de Marx (2010b, p. 48): “os assim chamados direitos humanos, *os droits de l'homme*, diferentemente dos *droits du citoyen*, nada mais são do que os direitos do membro da sociedade burguesa, isto é, do homem egoísta, do homem separado do homem da comunidade”. É o direito de ter direito de possuir um direito individual, fora do âmbito da comunidade humana universal. Um direito limitado, portanto. Um direito humano à propriedade privada. “Ela faz com que cada homem veja no outro homem, não a realização, mas, ao contrário, a restrição de sua liberdade” (MARX, 2010c). Da Mata (2014, p. 92, et. seq.) nos ajuda mencionando que “a sociedade civil moderna é atomizada em indivíduos cuja principal atividade é a busca pela satisfação de interesses egoístas e narcísicos.”

Entretanto, o ato político também deve ser entendido enquanto um ato necessário para a transformação plena da sociedade. O mesmo autor nos fornece a dimensão da positividade da política enquanto instrumento de emancipação humana. Da Mata (2014) fala do duplo caráter da política: i) ela é a responsável pelo isolamento, conforme falamos há pouco e ii) é responsável pela transformação radical da sociedade, na medida em que o ato político é o elemento mediante o qual se dá a destruição do poder constituído e a dissolução das relações antigas.

Diante do que falamos não seria oportuno perguntarmos se as lutas políticas do tempo presente, com especial atenção as realizadas pelos pescadores artesanais, tão humanamente travadas e tão cercadas de dificuldades, ainda que animadas a superar as péssimas condições de existência a que estão submetidos, não necessitariam unir as duas formas de emancipação para lograr sucessos mais concretos? A positividade da política, menciona Da Mata (2014) “está na negação do Estado burguês para se chegar até a oposição às ações pontuais, à postura contrária e de denúncia do formalismo político e à conscientização da classe trabalhadora sobre as condições concretas de alienação e exploração do trabalho”.

Entretanto, as formas de emancipação política alcançadas pelos pescadores artesanais, tais como colônia de pescadores, constituinte da pesca, ministério da pesca, movimentos sociais, lutas comunitárias ou ainda, a inserção ao mercado de trabalho mundial, assalariamento, etc, podem ser consideradas formas de lutas indispensáveis no contexto da emancipação hu-

mana, ainda que pelo avesso⁴⁸. Se é verdade que os homens não fazem a sua história sob circunstâncias de sua escolha, uma vez que se defrontam com todo os tipos de particularidades, não é menos verdade que todas as circunstâncias, que não são suas, são contribuições históricas para o por vir.

Até o momento nos ocupamos em mostrar a natureza do Estado capitalista, os seus elementos formativos e como esses se relacionam com as formas sociais. Tínhamos como objetivo explicitar as implicações que isso provoca ao nosso objeto de inquirição. Contudo, nos falta apreender como o Estado se configura no âmbito das instituições ou aparatos governamentais com todas as suas forças que engendram as políticas públicas de *promoção e proteção* da classe trabalhadora e as políticas de incentivos dos negócios burgueses.

Faremos uma exposição mais descritiva do que teórica acerca das instituições sociais e políticas que formam o corpo do Estado moderno. Para tanto, será necessário, a priori, saber como esse arranjo se dá, ou melhor, o que a nossa compreensão sobre o Estado permite descrever.

Mascaro (2013, p. 35) sublinha que o Estado é um corpo de instituições políticas que são atravessadas e “convivem em uma relação dinâmica, na reprodução social conflituosa do capitalismo”. Ou seja, todas as instituições políticas derivadas do Estado moderno estão tangidas e jungidas, de algum modo, pela forma política emanada do modo de produção capitalista. Para tornar esta discussão mais clara, cabe fazermos uma classificação das instituições políticas⁴⁹ advindas do Estado moderno. Assim teremos condições de mostrar as contradições das políticas públicas formadas pelo Ministério da Pesca e Aquicultura.

⁴⁸ Não queremos dizer com isso que essas conquistas são estágios necessários para a emancipação humana. A emancipação política é parcial, ilusória e “incapaz de efetivar a liberdade para todos os seres humanos, como lembra Da Mata (2012, p. 55, et. seq.) Da Mata (2012) ainda menciona que “por ser parcial, limitada, a emancipação política não liberta o ser humano efetivamente, mas na verdade, o faz cativo, prisioneiro do próprio egoísmo”. Por estas razões, não consideramos a emancipação política um estágio necessário à emancipação humana. Ainda que importante para a sorte dos envolvidos.

⁴⁹ Esta classificação terá como base o item 1.6 Estado e instituições políticas do livro “Estado e Forma Política” de Alysson Leandro Mascaro.

Quadro 5 - Instituições Políticas do Estado

ESTADO			
Órgãos Governamentais	Poder Executivo	Municipal	Prefeitura, Secretarias, Autarquias, Fundações e Sociedades de Economia Mista e demais instituições públicas. e demais instituições públicas.
		Estadual	Governos, Governadoria de Estado, Secretarias, Autarquias, Fundações e Sociedades de Economia Mista e demais instituições públicas.
		Federal	Presidência da República, Órgãos Essenciais e de Assessoramento Direto e Imediato da Presidência, Ministérios (Social, Governo, Infraestrutura e Econômico) e demais instituições públicas.
	Poder Legislativo	Municipal	Câmara de Vereadores
		Estadual	Assembleias de Deputados
		Federal	Congresso Federal (Senado e Câmara) e suas Secretarias e Diretorias
	Poder Judiciário	Municipal	Tribunal de Contas
		Estadual	Tribunal de Justiça, Tribunal de Justiça Militar, Tribunais do Júri, Turmas de Recurso, Juízes de Direito, Auditorias Militares, Juizados Especiais e Juizados de Pequenas Causas.
		Federal	Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Tribunais Regionais Federais, Juízes Federais; Tribunais e Juízes do Trabalho, Tribunais e Juízes Eleitorais, Tribunais e Juízes Militares, Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.
	Órgãos de exercício da administração pública	Direta	Órgãos públicos ligados diretamente aos três poderes acima
		Indireta	Órgãos de personalidade jurídica própria, com patrimônio e autonomia administrativa e cujas despesas são realizadas através de orçamento próprio (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista)

Fonte: autor, 2014

Fizemos esta classificação para termos uma noção das organizações que compõem o Estado capitalista e a partir delas tecer um cenário que contribua para a análise das políticas públicas. A ramificação do Estado moderno, com todas as suas áreas de atuação e entrelaçamento, com os diversos valores sociais, culturais, políticos, econômicos, etc., expressam os elementos advindos das formas sociais capitalistas. As instituições gozam de liberdades, já que são habitadas por elementos contraditórios. Além disso, elas muitas vezes respondem aos interesses de determinados grupos, setores financeiros, frações de classes. Em resumo elas estão condicionadas ao caráter contraditório que emana das relações capitalistas de produção que por sua vez têm a forma política como expressão. É a forma política do modo de produ-

ção capitalista, que em última instância, “explicará a posição material e estrutural das instituições”, conforme explica Mascaro (2013, p. 31, et. seq.).

É mister esclarecer o caráter contraditório que está presente nesta relação entre forma política e instituições políticas para não cairmos em uma tautologia. Sobre tal caráter contraditório Mascaro, mais uma vez, nos ajuda:

a relação entre forma política e instituições políticas é contraditória, conflituosa, instável e muitas vezes até mesmo oposta. Se as instituições políticas são uma consequência necessária na produção da forma estatal, não são erigidas e talhadas por um poder olímpico, a partir de uma pretensa medida exata “ideal” de reprodução do capitalismo. Determinadas instituições políticas podem surgir de modo contrário ao processo de valorização do valor ou mesmo de modo oposto ao interesse de algumas classes dominantes.

De toda sorte, que há instituições que rezam de uma dinâmica contraditória dentro do próprio Estado capitalista. Outras que têm privilégios, mesmo em períodos históricos adversos ou até mesmo classes ou grupos sociais que possuem determinadas funções específicas. O que podemos concluir é que se trata de um processo complexo no interior do qual se manifestam as contradições sociais e os conflitos recorrentes. O tipo de relação social que se dá no capitalismo necessita de uma forma política específica que consagra tal relação e engendra instituições políticas como instrumentos poderosos.

É oportuno grifar que há organismos e entidades para além das instituições políticas, isto é, organismos que não são estatais, ainda que se relacionem diretamente com os poderes estatais. Partidos políticos, organizações não governamentais, associações, sindicatos, entidades de classes, etc., são instituições consideradas políticas, mas não formalmente estatais, ainda que em determinadas ocasiões estão jungidas ao poder político estatal, ou têm para com o Estado a mesma relação que o peixe tem com a água.

Uma vez feito o exercício de expor, de um lado, a natureza do Estado capitalista, os seus elementos formativos e como esses se relacionam com as formas sociais e, de outro, as instituições sociais e políticas que formam o corpo do Estado moderno, cabe agora apresentar como as políticas públicas aparecem nos dias atuais.

Para discorrermos sobre o processo de modernização que se manifesta nas políticas públicas do MPA é mister explicitar o nosso pressuposto teórico sobre o tema. Ou seja, as políticas públicas são, portanto, uma forma de atuar do estado moderno democrático assentado sobre o esteio do antagonismo de classes. Expor as políticas públicas sob o crivo do Estado moderno, nesta tese é, senão, considerar que ele é a expressão das contradições das classes so-

ciais da sociedade burguesa.

Levantar estas questões primeiras nos auxilia à intelecção crítica sobre o tema e denuncia os limites, que sempre se escondem, presentes no interior dessas políticas públicas. É dessa forma, que estamos persuadidos que o Estado moderno engendra esta forma política cortada pelos interesses do capitalismo. Ou nas palavras de Mascaro (2013, p. 35) “o campo do estado está estruturalmente mergulhado na totalidade das relações sociais capitalistas. Suas instituições políticas, tendo uma dinâmica interna, estão também atravessadas pelas estruturas sociais”.

As políticas públicas, tais como aparecem no MPA, registram as contradições históricas do setor pesqueiro brasileiro, dito de outra forma, são as impressões de um setor voltado às satisfações da totalidade do capitalismo. Se é verdade que estas mesmas políticas públicas permitem um relativo sucesso aos pescadores artesanais não é menos verdade que esta possibilidade é imanente aos interesses capitalistas, ou seja, há no Estado esta possibilidade de atender aos interesses de um determinado grupo social, sem que a estrutura estatal sofra profundos abalos.

Essas questões, previamente levantadas, serão objetos de nossa preocupação no capítulo a seguir. Dado a importância das políticas advindas do Estado brasileiro para o setor pesqueiro e o grave estado de abandono social dos homens que vivem do mar, estando submetidos as mais aviltantes condições de subsistência e muitas vezes relegado ao papel de objetivação dos interesses estatais, discutiremos como estas políticas apareceram no Estado brasileiro.

3 ORGANIZAÇÃO POLÍTICA AUTÔNOMA DOS PESCADORES ARTESANAIS: OU COMO OS HOMENS BUSCAM A SUA HOMINIZAÇÃO

Este capítulo discorrerá sobre uma questão fundamental para o entendimento do nosso trabalho. Defenderemos que a luta dos pescadores artesanais, no passado, sempre esteve cingida à relativa organização política e que, nos dias atuais, está em curso um profundo processo de transmutação deste quadro, posto que as instituições estatais estão sendo tomadas, enquanto arranjos problemáticos, e no seu lugar organizações autônomas estão sendo criadas.

Contudo, a pergunta perturbadora que devemos tecer é a seguinte: o aparelhamento promovido pelas instituições estatais ao mundo dos pescadores artesanais, dialeticamente, não deveria ser o esteio sobre o qual se assentariam os firmes alicerces das suas organizações políticas? Por que temos de jungir, em última instância, a organização política autônoma dos pescadores artesanais ao grau de investimento do Estado brasileiro?

Obviamente que estas perguntas não alienam a intelecção de que estamos a tratar de um *grupo social* com baixíssima escolarização e renda, submetido a situações de subsistência amplamente precárias. A presença do Estado, em vista disso, teria um papel fundamental no sentido de superar todos estes problemas. Contudo, devemos explorar mais profundamente as razões da baixa organização política dos pescadores artesanais para entender melhor.

Concordamos com Ramalho (2012, p. 03) quando diz que:

a presença e a cultura política difundida pelo Poder Público, através da Marinha Brasileira (1919) e décadas depois com a Sudepe (1962), disseminou junto aos homens e mulheres das águas um sentimento de fragilidade organizativa, de distanciamento em muitas situações, da dimensão de um fazer Político Classista, *porém isso também se deveu a própria inexistência de mediadores e/ou das alianças que poderia ter sido construídas com ele, como aconteceu com o campesinato (ligas camponesas, PCB, Igreja Católica, por exemplo) a título de comparação.*

Portanto, se não havia um efetivo grau de envolvimento de setores organizados a ponto de produzir um ambiente favorável à organização política dos pescadores artesanais, tanto da esfera pública quanto da privada (como verificamos na citação descrita há instantes) é possível atribuir, tudo isso, ao modo de produção da existência dos pescadores artesanais? Se isso for verdade, a tese do Mediador (RAMALHO, 20009), segundo a qual uma ala progressista da Igreja Católica foi decisiva para o desenvolvimento de “ações políticas destinadas a modificar a situação de marginalização em que viviam os trabalhadores e trabalhadoras da pesca”, tem lastros profundos.

Callou (2009), por sua vez menciona que foi de costas para essas culturas tradicionais

dos pescadores artesanais que as políticas públicas no século XX, mormente as que advieram da Missão do Cruzador José Bonifácio e da Sudepe, foram implementadas. No que tange à Missão do Cruzador José Bonifácio, o objetivo central foi “a criação das colônias de pesca, às quais os pescadores eram obrigados a se associar. Eram considerados, a partir daí, Marinhas de Guerra” (CALLOU, 2009, p. 47). E, no caso da Sudepe, o objetivo central foi a política de incentivos fiscais para a indústria da pesca engendrando resultados catastróficos tanto para o setor pesqueiro industrial como ao artesanal.

Nos dois casos não houve elementos suficientes que pudessem entrelaçar os pescadores artesanais em uma teia de relações concretas ao seu favor, não obstante ao atrelamento dos pescadores artesanais aos mandos da Marinha de Guerra e à criação de um conjunto de benefícios sociais, como escolas primárias, escolas de pesca, atendimento médico e melhoramento da infraestrutura de apoio às atividades de pesca. Se estas duas políticas públicas lograram resultados desastrosos, gerando uma dívida pública, como defende Callou (2012) a falta de organização política não se explica per si.

Abordaremos as explicações de Callou (2012) e Ramalho (2012), como parte relevante desta discussão, no entanto defenderemos a tese segundo a qual a força motriz desta falta de organização política autônoma, que perpassou boa parte do século XX, explica-se mais pela baixa sociabilidade capitalista, desse grupo social, do que por outro fator.

Os processos de lutas sociais dos pescadores artesanais podem ser identificados em três fases: i) a primeira fase será dividida em dois momentos, de 1822 a 1919, fase de movimentos isolados fora do âmbito do Estado, ainda que mediado por ele, e de 1919 a 1985, fase de lutas com interesses específicos dentro do âmbito do Estado; chamaremos esta fase de lutas espontâneas; ii) de 1985 a 2010, fase de organização política no interior do Estado; iii) de 2010 aos dias atuais, fase de organização política com autonomia em relação ao Estado.

O primeiro momento da primeira fase está caracterizado pelos conflitos, cujo motor eram as políticas repressivas bastante específicas ao longo do nosso litoral. Tal fase não foi marcada por um grau de organização política que pudesse ter efeitos positivos para os pescadores. Eram demandas sociais que os moviam em busca de satisfações imediatas, às vezes atreladas a outros grupos, como foi o caso das lutas a favor dos escravos, a Cabanagem (1835 a 1940), a Revolta da Chibata (1910), a as Revoltas de 1903⁵⁰ e 1904⁵¹ em decorrência da Lei

⁵⁰ Revolta realizada no Rio de Janeiro em decorrência do sorteio realizado na Ilha do Governador. Esta revolta contou com a solidariedade dos trabalhadores marítimos da capital fluminense.

⁵¹ Revolta realizada no Ceará, em decorrência do mesmo sorteio e envolveu os remadores e embarcações.

de Recrutamento da República para a Armada de 1897. Já o segundo momento tem como característica o movimento contestatório estrutural, ainda que de baixo alcance e a criação das colônias de pescadores artesanais, como instituições que albergaria estes movimentos contestatórios. Disso resultou duas coisas: i) tornou os pescadores artesanais sujeitos de direitos políticos e sociais e ii) controlou as formas de descontentamento no interior da ordem social capitalista.

A segunda fase foi assaz importante, porque houve um conjunto de conquistas sociais e políticas. Já na última fase percebemos que diante de tais conquistas o pescador artesanal passou a ter consciência sobre a sua existência, ou seja, as conquistas advindas do próprio Estado tornaram-se objetos de questionamentos.

Se, especialmente, depois da criação da Sudepe, as passeatas, as reivindicações, as greves e os protestos, tornaram-se mais presentes, o mesmo não podemos dizer das condições políticas depois da instalação das colônias de pescadores, em 1919. As colônias foram criadas para assegurar os interesses da Marinha de Guerra e de setores empresariais envolvidos com a pesca em geral e transformar os pescadores artesanais em força de trabalho livre aos empreendimentos nascentes do capital urbano-industrial, como lembra Mello (1989). Do ponto de vista estrutural do Estado, o recrutamento dos pescadores artesanais para abastecer o estoque da reserva naval já havia se iniciado em 1840 com a “Inscrição Marítima”, entretanto, a resposta dada à oficialidade, naquela ocasião, foi de muita resistência, como mostramos nas Revoltas de 1903 e 1904.

É verdade que na transição do século XIX ao XX os pescadores artesanais não possuíam nenhuma organização política concreta a ponto de reconfigurar a ordem das coisas a seu favor, contudo já era crescente a insatisfação de grupos sociais com baixo poder político. As colônias, por conseguinte, foram instrumentos de cooptação desses grupos sociais contestatórios para o seu interior, alterando o horizonte de lutas dos pescadores artesanais. A instalação das colônias inaugurou um sistema de representação política⁵² nos níveis municipais, estaduais e nacionais, posto que elas, junto com as federações e confederações, fabricaram uma “falsa ideia” de que tal estrutura estava a serviço dos interesses reais dos pescadores. Como menciona Silva (1993, p.88):

⁵² Silva (1993, p. 89) ainda menciona que tal sistema “foi montado segundo princípios corporativistas. Trata-se, realmente, de que o referido sistema não assumiu a forma de um órgão de classe, uma vez que ele não era destinado a nenhuma classe ou grupo profissional específico, e sim a todos os profissionais envolvidos no setor em questão – pequenos pescadores, comerciantes, comissionários, armadores, grandes empresários da pesca e pescadores embarcados”.

Através da criação de cooperativas, da instalação de frigoríficos, da organização do mercado ou da grosseira conversão dos pescadores-lavradores em pescadores exclusivos, pretendia-se destruir uma noção de trabalho anterior de modo a propiciar a emergência de outra, mais afeita a grupos que se assemelhavam a uma consciente e emergente burguesia.

A instalação das colônias ao longo do litoral brasileiro foi exitosa: o número de pescadores cadastrados foi expressivo e desta forma o horizonte reivindicativo, que assistimos entre o final do século XIX e início do XX, foi desaparecendo. Silva (1993, p. 92) alude que:

a criação das colônias e a adesão de um número considerável de pescadores a elas refletiam atitudes e certas formas preexistentes de dominação praticadas por lideranças tradicionais, geralmente ligadas ao comércio, à circulação do pescado, que habitavam áreas marítimas em questão.

É nesta estrutura, inteiramente jungida aos interesses do Estado, que aparece o primeiro Código de Caça e Pesca de 1934, onde no seu Artigo 15 é dito que as “Colônias reger-se-ão por estatutos elaborados pela Confederação Geral dos Pescadores do Brasil e aprovados pelo Ministro da Agricultura”, conforme Paiva (2004, p.61).

Desse modo, podemos afirmar que esta forma institucionalizada de representação política foi o que imperou em todo o território brasileiro. As Colônias, especialmente, até 1985, não deixaram de ser subordinadas ao Estado, por meio das federações e confederações, e fortemente atreladas aos interesses das burguesias locais. Ao mesmo tempo, as colônias se tornaram espaços de solidariedade, enquanto práxis social, e permitiram a interconexão dos pescadores, para além do seu círculo restrito familiar⁵³. Se até o fim da Primeira República estes pescadores artesanais encontravam-se isolados, com suas lutas dispersas ao longo do litoral e águas interiores brasileiras a partir da institucionalização da pesca artesanal as colônias passaram a ser o local no interior do qual eles iniciariam o processo de perda das suas ilusões, mediante a socialização das suas angústias do cotidiano, das contradições do mundo do trabalho artesanal, do avanço urbano e dos limites e das potencialidades da pesca artesanal. Não foram espaços emanados do útero do cotidiano dos pescadores artesanais. No entanto, não deixaram de ser, contraditoriamente, espaços solidários em torno dos quais os pescadores puderam or-

⁵³ É oportuno lembrar que os pescadores artesanais tinham para com as festividades religiosas, as cooperações vicinais e as tradições de toda ordem, um espaço de solidariedade permanente. O que que queremos por em relevo é que com as Colônias os pescadores passaram a ter necessidade de envolvimento político mais profundo acerca das condições sociais, onde as formas de ação em conjunto tornaram-se imprescindíveis para a obtenção de ganhos comuns. Se é verdade que as *solidariedades familiares e comunitárias*, enquanto microcosmos sociais, já permitiam algum tipo de conquistas, não é mesmo verdade que elas se apresentavam insuficientes para o tamanho do desígnio que se abria com a formação de quadros institucionais mais complexos. Na medida em que os imperativos capitalistas vão se derramando, vão criando formas de solidariedade amplas e conectadas com o todo, ainda que às avessas.

ganizar desenhos emancipatórios, ainda que ao avesso. Em boa verdade, todo o aparato administrativo e político engendrado pelas condições socioeconômicas após o período colonial brasileiro não foi uma criação consciente da *massa*. “Foi uma espécie de carapaça disforme, vinda de fora, importada. Vasta, complexa e pesadíssima”, e não estava em consonância com a “rarefação e o tamanho da população” brasileira da época, como alude Viana (2010, p. 361).

Percebemos, portanto, a criação de formas de lutas, de espaços de solidariedade, dos homens a se fazer ser social, hominizando-se, pelo próprio processo de reprodução da lógica capitalista. O capital, enquanto forma social, na medida em que avança, produz mecanismos que negam a sua existência.

Para ossificar o que estamos a dizer é oportuno atermo-nos ao significado de solidariedade neste trabalho. Entendemos que as formas de experimentação, de lutas sociais, cujo horizonte é a superação das contradições do tempo presente, tornam-se ações solidárias fundamentais para uma nova forma de se produzir a existência. Ainda que estas formas solidárias estejam configuradas na e pela ordem social vigente do capital elas são produtos de uma determinada práxis histórica. Grade (2008, p. 08, et. seq.) nos ajuda na temática ao dizer que “a solidariedade vem constituída como uma práxis que emerge a partir das experimentações dos homens produtores diretos tecendo-se em homens humanizados, hoje, nesses experimentos sociais.”.

Se assim o é, estes experimentos históricos, como solidariedade, vividos pelos pescadores artesanais no início do século XX, se apresentam como formas de lutas que já expressam a incapacidade de produzir a existência sob o manto do capital, ainda que contraditoriamente. Parece que isso é o que Grade (2008) está a defender quando diz que:

é nos experimentos sociais que vemos a revolução tomando forma, aparecendo na vida dos homens produtores diretos, processada cotidianamente em suas lutas, tornando-se consciência, já que esses homens sabem que não mais podem se reproduzir como capital e que se faz necessário construir outra forma que o supere: a forma possível tem sido expressa como solidariedade.

A solidariedade é um espaço transitório para a construção de uma nova forma de produção da vida. Os experimentos sociais, ainda que com traços burgueses, nos revelam, de modo contraditório, o embrião da emancipação.

Segundo Milani & Grade (2011, p. 62):

estes experimentos constroem-se como nova práxis social que tem na solidariedade seu novo nexos social e sua especificidade do local, as quais buscam recuperar a centralidade do homem, suas habilidades produtivas e criativas, unidos por laços de cooperação, ao invés da acumulação de capital em si e

para si.

As alterações profundas nas condições materiais da sociedade brasileira trouxeram outro dinamismo para a vida dos pescadores artesanais brasileiros. O crescimento industrial, que já começara em 1930, ganhou impulso com o governo de Juscelino Kubitschek transformando o semblante do litoral brasileiro. Na região sudeste houve, especialmente, uma forte especulação imobiliária e um forte avanço na área do turismo. Esses dois eventos fizeram com que as terras do “pescador-lavrador” fossem expropriadas, Diegues (1983). Em Santa Catarina, este processo também foi importante para a pesca artesanal: muitos pescadores artesanais foram absorvidos pelas possibilidades trazidas por estes dois setores, descaracterizando todo o seu modo de vida tradicional.

No nosso território de estudo, a partir da consolidação das colônias, houve a instalação de empresas pesqueiras e de indústrias de construção de barcos, majorando as condições dos centros pesqueiros portuários, como mostra Lago (1968, p. 26. et. seq.). Em Itajaí, por exemplo, a implantação de indústrias maiores e mais complexas quanto à tecnologia é mais acelerada do que outra região do Estado. “O centro pesqueiro de Itajaí já é rotulado como o de maior dinamismo, nesse particular”. Lago (1968) observa que “contando com apenas 4 estabelecimentos industriais, dentro das exigências oficiais de funcionamento, Itajaí era representada pelo montante de capital contábil em torno de Cr\$ 750.000.000, para um total no Estado pouco superior a 1,5 bilhão de cruzeiros”. Em Navegantes e Penha, duas regiões que sofrem fortes influências do que acontece em Itajaí, as Indústrias Navepesca e a Gelopesca e a Krause, respectivamente, embalsamaram o crescimento pesqueiro do território. O setor pesqueiro tinha como natureza as atividades de manipulação do pescado (como máquina de salmonar) de frigorificação, captura, embalagem, comercialização e modernização das dependências das indústrias. É lícito afirmar que a construção da BR-101, o programa de energia elétrica para o Vale de Itajaí e as obras de rodovias intermunicipais do Estado de Santa Catarina deram maior impulso ao desenvolvimento da região do Território do Baixo Vale de Itajaí⁵⁴.

A expressão destes investimentos o colocou como um dos mais importantes centros pesqueiros do país, em meados do século XX: “por tais fatos, onde se observa a recenticidade das investidas industriais, Itajaí se coloca como o centro pesqueiro, por excelência, o mais dinâmico do Estado, com possibilidades de constituir um dos mais expressivos de todo o País”, como afirma Lago (1968).

⁵⁴ No último capítulo aprofundaremos esta temática.

Em todas as regiões brasileiras a realidade social não é diferente, isto é, há uma profunda transformação das condições materiais de produzir a existência dos pescadores artesanais. Elas se transformaram diante do avanço do modo de produção capitalista. Esta realidade social engendrou uma embrionária forma de organização política tendo como base as mobilizações contra a poluição dos rios, o sistema de representação das colônias de pescadores, a expropriação das terras dos pescadores artesanais, como os jangadeiros, caiçaras e açorianos e a ausência de um programa de previdência social e política de créditos. As formas de lutas variavam de abaixo-assinado, passeatas e denúncias à imprensa dos atos públicos.

Estas manifestações passaram a ganhar peso e voz quando: i) foi criado o Conselho Pastoral dos Pescadores⁵⁵ (CPP), em Pernambuco; ii) algumas colônias de pescadores passaram a ser tomadas e dirigidas por eles próprios; e iii) as lutas contra a poluição dos rios e mar obtiveram êxito regional. Para este último caso tivemos duas grandes passeatas com resultados imediatos, a saber: as passeatas, em 1983, contra o maior desastre ecológico do Estado de Pernambuco, onde 10 mil pessoas foram às ruas entre pescadores, cientistas e políticos e as que reivindicavam uma cesta básica a ser dada pelo governo estadual”, alude Silva (1993, p. 135).

De fato os trabalhos da Pastoral dos Pescadores, como menciona Ramalho (2012, p.03) “impulsionou e redefiniu a vida política dos pescadores e pescadoras, pois estes passaram a pressionar e a exigir modificações na forma de atuação das Colônias e um maior comprometimento de seus dirigentes”.

Todas estas formas de lutas foram contundentes e já demonstravam o pauperismo no qual se encontravam os pescadores artesanais, em todos os níveis, e que uma forma de organização política, ainda que restrita ao mundo burguês, começara a existir. É a partir da década de 1970 que as Colônias de Pescadores passaram a ser objeto de disputa, como foi o caso de Santarém e Aranaí (PA), Goiana (PE), Pitimbu (PB), Caiçara (RN), Caravelas (BA) e Penedo (AL). No mesmo caldo de lutas, as Federações Estaduais, como foi o caso de Pernambuco em 1984, e Alagoas em 1987, foram tomadas pelos pescadores artesanais. Em 1989, foram conquistadas as Federações de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Outro fato digno de nota foi a organização das pescadoras e marisqueiras junto aos trabalhos da Comissão Pastoral dos Pescadores, assim que chegou a Freira Montenegro. A força

⁵⁵ O site do CPP diz que ele é um “órgão vinculado à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade Solidária, Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e composto por agentes pastorais, leigos, religiosos e padres comprometidos com o Serviço junto aos pescadores e pescadoras artesanais na construção de uma sociedade justa e solidária. Pastoral da Terra”.

desta união resultou, em 1989, na eleição de uma mulher para presidir uma colônia de pesca, pela primeira vez no país. Cinco anos mais tarde, a mesma pescadora, Joana Mouzinho, presidiu a Federação de Pescadores de Pernambuco.

A tomada de algumas colônias revela: i) a insatisfação dos pescadores artesanais com a baixa representação política promovida por estes órgãos criados no seio de um Estado repressivo e autoritário e ii) a consciência, por parte desse grupo, de que o controle das colônias seria uma forma de emancipação política.

Afirmamos que as colônias foram agrupamentos criados pelo próprio Estado capitalista e o fato de algumas delas estarem nas mãos de pescadores artesanais não significa a superação do controle estrutural do Estado⁵⁶. Contudo, o controle revela as limitações do próprio Estado capitalista e a transformação da consciência ingênua pela consciência crítica.

Se no século XIX os movimentos sociais foram reprimidos pelas leis imanentes do Estado da época, no século XX a repressão não deixa de existir, mas o instituto da cooptação estatal os redefine estruturalmente. Essa mudança não é só verdadeira para o objeto ora analisado, é ainda mais verdadeira para o histórico movimento dos trabalhadores assalariados, que depois de um longo período de lutas sociais a favor de uma sociedade superior à capitalista vêm as suas condições de lutas albergadas e legitimadas pelos mecanismos de controle do Estado moderno. O século XX foi o século da adequação das lutas sociais ao horizonte das conquistas sociais estabelecidas e organizadas pelos direitos advindos da sociedade burguesa. É correto que as lutas travadas pelos trabalhadores assalariados em suas Associações nacionais e internacionais no segundo período do século XIX apresentaram um vigor revolucionário, mas não é menos correto dizer que a organização das lutas circunscritas aos sindicatos, e, em alguns casos, às colônias, é demonstração do alinhamento dos trabalhadores às conquistas burguesas arranjadas pelo Estado moderno.

A mudança na estrutura interna do modo de produção capitalista e que gera uma substancial alteração nos desenhos comunitários dos pescadores artesanais, como vimos em boa parte do litoral brasileiro, impõe novas formas de lutas sociais. As colônias não são mais suficientes para garantir os ganhos necessários dos pescadores artesanais. Portanto, quão mais complexa vai se tornando as relações sociais, tão mais sólida e necessária se faz a criação de uma organização política que esteja à altura das coisas. É desse momento em diante que assistimos a um conjunto de ações no sentido de ossificar os movimentos sociais dos pescadores

⁵⁶ Essas lutas ainda se encontravam no interior da sociedade capitalista; o seu horizonte era reformista: não visavam a superação da lógica estrutural do modo de produção capitalista.

artesanais.

3.1 AS CONTRADIÇÕES DO REAL: O PROCESSO EMBRIONÁRIO DE UMA CONSCIÊNCIA CRÍTICA É A PERDA DAS ILUSÕES?

Falaremos que o processo de institucionalização da pesca artesanal no Brasil foi implantado levando em conta os desígnios da lógica do capital. No entanto, na medida em que as contradições do real aguçam essa lógica, os pescadores artesanais perdem as suas ilusões ou suas *ingenuidades* sobre o Estado capitalista e uma forma de consciência crítica ganha vitalidade. Quais as implicações desta forma de consciência para a nossa defesa? Vejamos isso de perto.

Se estamos a defender ao longo deste trabalho que no curso do processo de hominização os homens vão perdendo as crenças e as ingenuidades é mais pela concretização da consciência crítica sobre os fatores e condições que determinam as contradições do real do que por outro fator qualquer. A consciência crítica é uma forma de consciência disposta a apreender e denunciar as influências dos elementos que estão sobrepostos a ela, ou seja, “está sempre interessada em descobrir os determinantes do seu conteúdo, porque sabe que eles existem e tem por tarefa lógica distingui-los e avaliá-los” (VIEIRA PINTO, 1979, p. 85). As formas de consciência social revelam, portanto, o grau de percepção que se tem sobre o real. Não significa que os *povos seráficos, enquanto* existência bruta⁵⁷, submetidos a um conjunto de percepção do real ainda ingênuo, não tenham consciência: “o conjunto de condições objetivas que constitui o estado de uma comunidade nacional é sempre acompanhado por uma consciência social, onde se reflete”. (Idem, 1979, p. 11). A consciência social pode ser ingênua se a sua forma de consciência for o desconhecimento dos fatores que determinam a sua formação. Ou ainda, a consciência ingênua pode ser “por essência, aquela que não tem consciência dos fatores e condições que a determinam”. (Idem, 1979, p. 83)

Agora, se afirmarmos que a consciência crítica “surge quando um grupo social põe entre si e as coisas que o circundam um projeto de existência” (GUERREIRO RAMOS, 1996, p. 46) é mister sublinhar que ela só se torna possível na medida em que as ilusões e as ingenuidades vão se perdendo, quando vai se concretizando, graças a estímulos concretos, a *personalidade histórica* de um povo. Não será isso que estamos a perceber no exato momento em que

⁵⁷ Existência bruta, para Guerreiro Ramos (1996, p. 46) é aquela que se articula diretamente com as coisas ou transcorre no nível destas, sem subjetividade”, dito em outras palavras, é o estar preso ativamente às coisas sem a aquisição da liberdade em face das quais.

os povos em lutas vão tomando consciência crítica da universidade do tempo presente, portanto, da *comunidade humana universal*? Quando afirmarmos que a consciência crítica é a percepção sobre os fatores e condições que determinam as contradições do real, não estamos a dizer que a apreensão do caráter universal das lutas sociais é peça decisiva para a sorte dos povos? Devemos reiterar que a ideia do imperativo do desenvolvimento capitalista suscita a consciência crítica, razão pela qual os povos, ao longo do mundo, vão tomando consciência de si e formando o ser social.

Se assim o é, podemos afirmar que os caminhos possíveis em que trilham as experiências dos povos estão em todos os cantos. Para o nosso objeto analítico, ora em relevo, não é inconsistente asseverar que a Constituinte da Pesca, cuja atuação resultou em conquistas na Constituição de 1988, foi um marco da incipiente trajetória de luta dos “povos do mar” e com ela a consciência de que qualquer forma de luta deveria ser mais ampla, isto é, deveria contar com todos os pescadores artesanais brasileiros⁵⁸.

Dessa forma, pois, a consciência histórica de um povo, grupo, é diretamente proporcional ao grau de domínio que ele tem do seu passado e presente, da existência de si - o que implica conhecer a natureza circundante e as formas de intercâmbio – e, por fim, da concreta relação com a universalidade da existência humana: só assim poderá realizar a experiência existencial do seu ser de acordo com o tempo.

Guerreiro Ramos (1957, s/p, et. seq.) em suas notas sobre o ser histórico assevera que:

A existência histórica de um povo supõe assim uma elevação, um acesso a um modo superior de ser. Enquanto lhe falta aquela consciência, a história lhe sucede sem que ele esteja nela. Nele se verifica uma pura sucessão de estados cuja concatenação não se tem consciência. Envolvido no puro suceder sem reflexão, um povo em tais condições não realiza a experiência no tempo. É por sua elevação ao plano da consciência que ele se instala verdadeiramente no tempo histórico.

Portanto, a existência histórica a ser alcançada por um povo passa pelos processos de consciência que vão se configurando nas lutas sociais. Esses processos de consciência só se realizam, enquanto existência coletiva, quando o seu conteúdo tiver como força a universalidade, ou seja, ainda que cada luta social carregue, irrefragavelmente, a decisiva dimensão singular da existência, ela é distintiva por estar concatenada às ações de todos nas mesmas situa-

⁵⁸ É digno de nota o papel que desempenhou a Comissão Pastoral dos Pescadores ligado à Comissão Nacional dos Bispos do Brasil junto aos pescadores artesanais no que toca ao esclarecimento e à defesa dos direitos sociais. Depois da sua criação em 1980 a comissão passou a desenvolver um trabalho relevante juntos aos pescadores artesanais, como foi o caso, ora analisado e o a própria participação no movimento social dos pescadores artesanais.

ções históricas. É tomando consciência da existência coletiva que os sujeitos vão realizando a consciência histórica que tanto lhe é necessária para a emancipação humana. É quando um povo passa a ter o que Guerreiro Ramos (1957) chamou de *ponto de vista*, enquanto forma de consciência de uma determinada condição histórica. Quando um indivíduo ou uma sociedade tem consciência dos fatores reais que a conduzem ele passa a ter um ponto de vista consciente, ou nas palavras de Guerreiro Ramos (1957): “apenas quando fatores reais promovem a emancipação de uma sociedade é que ela passa a ter ponto de vista”.

Parece oportuno observar que quanto mais concentrados tornam-se os meios de produção e menos trabalhadores tornam-se necessários para a produção da riqueza mais efetiva é a existência coletiva. O avanço das forças produtivas é senão a demonstração empírica de que o trabalhador está a se separar do homem e se materializando em meios de produção, como sustenta Marx (2005). O movimento de separação é, ao mesmo tempo, o movimento de conscientização das suas condições históricas, pois, regurgitado, só resta ao homem dominar o processo produtivo para a sua humanidade. Ou ainda, nas palavras de Marx (2005, p. 53) “o produto do próprio homem, expressão exteriorizada da força produtiva do trabalho social, constitui-se em meio pelo qual o homem se liberta de suas condições naturais à sua existência.”

Os pescadores artesanais tornaram-se homens supérfluos pelo fato segundo o qual ao longo do processo de hominização tiveram as suas condições materiais de trabalho separadas de si. A sociedade capitalista tornou-os desnecessários para a produção. O único caminho que resta a eles, portanto, é a luta emancipatória.

A luta travada na Constituinte da Pesca gravitava em torno da transformação do sistema de representação da categoria, ou seja, o objetivo era dar às Colônias, às Confederações e às Federações, o mesmo caráter jurídico dos sindicatos de trabalhadores urbanos. A elas foi outorgado o direito de elaborarem seus próprios estatutos, adequando-os à realidade de seus Municípios. Também foi dado aos pescadores “a livre associação, a não interferência do poder público, autonomia, unidade sindical, entre outros, marcando legalmente o fim da tutela sobre as Colônias de Pescadores”, alude Cardoso (s/n, p. 02).

Segundo Diegues (1995, p. 135):

o saldo maior do movimento foi, em primeiro lugar, o impulso dado à organização dos pescadores e à consciência de que eles constituíam uma classe de produtores de alimento e não um simples objeto de programas de assistência social. Além disso, algumas conquistas importantes foram conseguidas no texto constitucional, como a possibilidade de se organizar em sindicatos livres e independentes da tutela do Estado.

A Constituinte da Pesca, portanto, foi um registro histórico do avanço das lutas dos pescadores artesanais na década de 1980. É a partir dela que podemos falar do Movimento Nacional dos Pescadores (Monape).

3.1.1 Movimento nacional dos pescadores artesanais

Enquanto resultado das lutas travadas na década de 1980 o Monape forma-se no útero das conquistas da Constituinte da Pesca de 1988⁵⁹ e tendo a intenção de se constituir enquanto um movimento social aglutinador dos anseios mais recônditos dos pescadores artesanais ao longo do litoral brasileiro. A dimensão de ser um movimento nacional não era uma mera questão de retórica: tratava-se de uma necessidade premente, dito de outro modo, a possibilidade de alteração do quadro político dos pescadores era proporcional ao “peso” que o movimento alcançaria nacionalmente. Isso era explicado pela ausência de um organismo de interlocução e representação dos interesses comuns na esfera do poder central.

Se até a década de 1980 as lutas travadas pelos pescadores artesanais circunscreviam à proteção ambiental, dado que a garantia de boas condições litorâneas era proporcional à subsistência da pesca artesanal, a partir do Monape urge a necessidade de uma organização política de atuação institucional para “democratizar as colônias, fazer valer conquistas realizadas pela Constituição e lutar pela melhoria das condições de vida e de trabalho dos pescadores artesanais”, como lembra Diegues (1995, p. 136). Isso se concretiza a partir de 1990 quando o movimento passou a apresentar “propostas emergenciais junto ao governo, dentre as quais se destacaram o salário desemprego durante o período de defeso; a regulamentação das leis das colônias, que ainda estava pendente; a isenção de impostos ao pescador na aquisição de seus instrumentos de trabalho, entre outros”. Conforme Fox (2010, p. 102, et. seq.)

Tendo em vista que o 5º Encontro Nacional: Política Pesqueira, Meio Ambiente, Organização da Categoria, Política Sindical e Previdência Social de 1991 buscou atender as necessidades dos pescadores em todo país, foi criado, dentro do Monape, a seguinte estrutura: i) Assembleia Geral, ii) Conselho de Representantes (composto pela coordenação e representantes regionais) e Coordenação. Segundo Fox (2010, p. 104):

a falta de experiência do movimento na promoção de uma articulação nacional também tentou ser minimizada através do projeto “Organização e Estru-

⁵⁹ Segundo Diegues (1983, p. 124) o Monape nasceu “na última reunião da Constituinte da Pesca em Olinda (abril de 1988), com o final dos trabalhos da Constituição, os pescadores organizados criaram o Movimento Nacional dos Pescadores que pretende levar à frente o trabalho organizado da categoria”.

turação do Movimento Nacional dos Pescadores”. Em vigor de 1993 a 1998, a iniciativa foi avaliada e reformulada, de acordo com os objetivos e necessidades do movimento, a cada dois anos.

Não obstante ao horizonte nacional, o Monape ainda é caracterizado por ser uma organização regionalizada. Vinte e sete anos depois da sua fundação ainda há Estados brasileiros que desconhecem a existência dele. Segundo FOX (2010, p. 106, et. seq.) “as enormes diversidades das atividades praticadas pelos pescadores e um vasto campo territorial que os mesmos habitavam, colocando a nu uma pluralidade de inserções no processo de produção e de condições de vida” tornou-se uma dificuldade para a expansão do movimento, bem como “ao fato da pesca embarcada ter maior penetração nas regiões Sul e Centro-Sul do Brasil”. Podemos dizer que os limites orçamentais do Monape, a baixa estrutura administrativa e o limitado quadro de profissionais para realizar as atividades foram as razões que levaram o Movimento a se transformar, durante o I Seminário do Conselho Deliberativo, em pessoa jurídica.

A Associação Movimento Nacional dos Pescadores passou a ser uma sociedade civil sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, de âmbito nacional e com o objetivo de captar recursos para o Monape. A Associação, agora, constituída pelo Conselho Nacional, Conselho Deliberativo, Coordenação Executiva e pelo Conselho Fiscal, transforma-se em uma entidade com finalidades bastante claras, quais sejam: i) elaborar, acompanhar e avaliar projetos e programas de desenvolvimento em parceria com órgãos oficiais e ii) promover a capacitação e formação profissional dos pescadores e pescadoras.

A nova natureza jurídica se deu em um momento em que os movimentos sociais brasileiros se adequaram à institucionalidade posta, ou seja, tornar-se pessoa jurídica era inversamente proporcional ao isolamento. Ocorre que institucionalizar-se também significava aderir a um conjunto de atribuições que amarravam politicamente o movimento e o inseriam em uma lógica cada vez mais mecanizada de luta. O Monape vai aos poucos tornando-se um movimento cuja definição passa obrigatoriamente pela circunscrição do Estado capitalista. Como diz GOHN (2004, p. 143): “os fundos públicos são, no sistema capitalista, pressuposto de financiamento tanto na acumulação de capital quanto na reprodução da força de trabalho e este padrão de financiamento altera a natureza dos conflitos sociais, que passam a girar fundamentalmente em torno do Estado”.

Se entre 1980 e 2000 o movimento estava envolvido com a defesa da pesca artesanal, o mesmo não podemos dizer da sua atuação no século XXI onde a cooptação, o gerenciamento e a fiscalização de recursos para projetos de pesca artesanal tornaram-se atividades domi-

nantes. Ou seja, a necessidade imposta pela sociabilidade capitalista fez com que a Monape perdesse a força de luta e resistência de outrora junto aos pescadores artesanais e assumisse uma atividade institucionalizada.

É fundamental destacar nesta discussão que o Monape, no século XXI, tornou-se um órgão distante dos pescadores artesanais. Isso ficava mais sólido na medida em que o movimento adaptava-se às exigências das parcerias, dos financiamentos internacionais e do Estado capitalista. Este distanciamento alcança seu ponto máximo em 2009 quando o Movimento dos Pescadores e Pescadoras (MPP) órgão que contava com dirigentes do Monape se posicionou contra as políticas públicas produzidas pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap) e não encontrou guarida do movimento. No interior da I Conferência da Pesca Artesanal – movimento criado paralelamente à 3ª Conferência do incipiente MPA – o Monape desarticula-se e não retoma o vigor crítico e de resistência que o caracterizou na década de 1980.

Diante do que expusemos, é possível caracterizar a luta dos pescadores artesanais brasileiros dentro de uma tendência geral de movimentos sociais de *populações vulneráveis*, como destaca Harvey (2011). Trata-se de movimentos guiados pela necessidade premente de combater o pauperismo social. Segundo ele o “ênfoque na vida diária na cidade, vila, aldeia ou outro local fornece uma base material para a organização política contra as ameaças que as políticas de Estado e interesses capitalistas, invariavelmente, representam para as populações vulneráveis” (2011, p. 207). Como os pescadores artesanais lutam por melhores condições de vida, pela presença concreta do Estado, pela defesa dos conhecimentos tradicionais, pela preservação do meio ambiente, etc, ou seja, lutas do cotidiano, ainda que mediadas pelo capital, eles tornam-se mais pragmáticos, com possibilidades reais de apreender a estrutura da dinâmica capitalista por suas próprias experiências.

Na medida em que muitos deles existem no mesmo espaço, como dentro das metrópoles, eles podem (como supostamente aconteceu com os operários nas fases iniciais da revolução industrial) se reunir em torno de uma causa comum e começar a estabelecer, com base na sua própria experiência, a consciência de como o capitalismo funciona e o que pode ser feito coletivamente (HARVEY, 2011, p. 207).

Entretanto o movimento dos pescadores artesanais é, ao mesmo tempo, um movimento emancipatório. Se eles lutam pelo reconhecimento das suas existências singulares e essas lutas ultrapassam a agenda do cotidiano, é possível dizer que a agenda do cotidiano é ao mesmo tempo uma luta emancipatória, ainda que pelo avesso. Claro está, que as práticas e os horizontes desses movimentos nacionais, são diferentes em cada região. Há regiões em que a luta já alcançou um grau de maturidade mais avançado de que outras, mas a atualidade de

todas elas é o fato de terem se tornado expressões singulares da universidade capitalista, portanto, banhadas pelas mesmas contradições.

Em verdade, o grau de avanço conquistado por estes movimentos sociais, impõe formas renovadas de atuação. A complexidade em lidar com os arranjos modernos, nos quais estão submetidos, impede que eles reproduzam práticas de lutas de outrora. Não se trata de exigir melhorias circunscritas, unicamente, aos sistemas político, econômico e cultural da ordem dominante. A luta do tempo presente deve transcender o horizonte burguês e se alinhar aos fios invisíveis que nos concatenam ao futuro humano. De toda sorte, o que podemos observar de alvissareiro nestes movimentos são as novas solidariedades contundentes e os novos caminhos que se abrem sobre a defesa da existência humana. Tornam-se, pois, utopias concretas, mas que ainda dependem de uma poderosa capacidade organizativa, atravessada de consciência crítica e de engajamento sistemático sobre o real.

3.1.2 I Conferência Nacional dos Pescadores Artesanais

3.1.2.1 Assimetria entre políticas públicas e o cotidiano da pesca artesanal

A I Conferência Nacional dos Pescadores Artesanais foi realizada entre os dias 28 e 30 de setembro de 2009, em Brasília. Ela foi pensada enquanto uma forma de luta política contra o resultado das políticas públicas do MPA que se mostrava assimétrico aos pescadores artesanais. Segundo o Relatório Descritivo da Conferência (CPP. 2009, s/p), ora analisada, produzido pela CPP:

a ideia inicial era demonstrar a tamanha insatisfação com a política adotada pela Seap e realizar a atividade nos mesmos dias em que o governo realizaria a III Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, como forma de pressionar o governo federal e articular pescadores e pescadoras artesanais em um só movimento em favor da sobrevivência de milhares de pessoas.

Portanto, esta conferência tornou-se uma importante forma de luta por conta de alguns elementos que sublinharemos. Um dos quais foi o espírito de solidariedade entre os pescadores de todo o Brasil. Segundo o Relatório (2009, s/p), houve organizações de delegações, arrecadação de alimentos e preparação de “barracas e equipamentos para o momento importante em forma de grande acampamento”. Outro elemento importante foi a articulação com o MST que hospedou e cedeu os alimentos para os grupos organizantes. Para Stadtler (2009, s/p), uma das virtudes da conferência foi ter reunido

outros grupos sociais organizados fortaleceu e gerou novas habilidades e formas de organização politicamente mais contundentes. O movimento dos pescadores, cristalizado por limites simbólicos claros, abriu as portas para o diálogo e crescimento político frente aos considerados inimigos comuns do discurso agroecológico e em favor das culturas humanas tradicionais.

A conferência ainda contou com o apoio/parceria das seguintes organizações: Via Campesina Brasil, Movimento dos Trabalhadores Rural Sem Terra (MST), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (Setor de Pastoral Social), CPP, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Articulação Popular da Bacia do Rio São Francisco.

Quando mencionamos que a primeira Conferência tratou-se de um momento especial para os pescadores artesanais é mais pela consciência crítica que brotou acerca dos limites das políticas públicas instaladas pelo MPA e do profundo antagonismo das condições materiais de existência em que estão submetidos na atualidade do que pela razão institucional. Segundo o Relatório (2009, s/p): “essa Conferência é o marco político e organizativo que, oportunamente, nega um modelo de crescimento perverso que coloca em risco a existência das famílias do mundo da pesca artesanal no Brasil”. O que fica patente para nós é que a materialidade capitalista posta impõe novos desafios aos pescadores artesanais e que para os quais a universalidade das ações das lutas é uma arma indispensável.

O que houve de novo na Conferência, em relação ao que vinha sendo trilhado pelo Monape, é que agora a institucionalidade proveniente do Estado capitalista, mediante as políticas públicas, tornou-se uma ação que não necessariamente tocava nos problemas mais profundos dos pescadores artesanais. Ou seja, a sorte dos pescadores artesanais é inversamente proporcional às realizações de um tipo de política praticado pelo Estado, pelo menos essa foi a conclusão dos organizadores. A luta por território e a afirmação de políticas de direitos para a pesca artesanal, lema do evento, não dependia mais de políticas públicas do MPA: a conquista só seria possível se fosse uma criação dos próprios pescadores artesanais organizados. Eis a luta em comum, de todos, se fazendo universal.

Segundo Stadtler (2010, s/p), durante a conferência foi produzido um “documento oficial de Políticas de Estado, apelidado de ‘amarelinho’ pelas comunidades pesqueiras. O ‘amarelinho’, justiça seja feita, é um bom documento se pensarmos em um escrito descritivo e diagnóstico de todas as questões historicamente construídas por pesquisadores e pescadores sobre os problemas da pesca no País”.

Não podemos esquecer de uma organização nacional importante que se formou após

desarticulação do Monape: o MPP⁶⁰. Este movimento que nasceu das entranhas do CPP/CNBB, já apresenta uma teia de articulação em todo território nacional. Na Carta do Movimento⁶¹ de 2010 ficou estabelecido que o horizonte do movimento é “combater o capitalismo e sua lógica excludente. Pretendemos construir um projeto popular para o Brasil e contribuir para as transformações mais amplas da sociedade”⁶². Ele já nasce com a insígnia da articulação nacional e internacional entre os povos na mesma situação social, mas enquanto pescadores singulares no caminho da emancipação. Na Carta fundacional da organização é possível perceber que o MPP está “articulado com outros movimentos camponeses no Brasil, como a Via Camponesa e a Assembleia Popular, e pretende estender ainda mais essa articulação, através do estabelecimento de laços de solidariedade e cooperação com os movimentos sociais da América Latina”. (CPP, 2009, s/p, et. seq.).

Juntamente com o MPP temos outro movimento decorrente deste “novo” período de articulações em que os pescadores e pescadoras do Brasil passaram a viver. Estamos a falar da Associação Nacional das Pescadoras Artesanais (ANP), fundada em 2005 e cujo ponto de partida é “necessidade em se organizarem coletivamente a fim de garantir direitos que sempre lhes foram negados” (CPP, 2015, s/p).

Claro está, portanto, que, deste ponto em diante, há um horizonte concreto de ação para os pescadores e pescadoras artesanais. Há na atualidade uma articulação nacional eficaz e com força política contundente. É clara, nestes movimentos, a consciência crítica sobre a estrutura do MPA e as assimetrias entre as suas políticas públicas e o que necessitam os pescadores artesanais ao longo do litoral brasileiro, ainda que eles estejam na atualidade ligados a ela. E isso não é uma mera conquista para um grupo social que até o início do século XXI acreditava que a existência de um ministério, por si só, superaria as mazelas históricas da pesca artesanal brasileira.

Portanto, a partir desse momento, o que está posto é a necessidade premente de partici-

⁶⁰O movimento é constituído por 65 homens e mulheres de 11 estados brasileiros, pertencemos ao Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais, estivemos reunidos em assembleia, de 05 a 09 de abril de 2010, em Acupe de Santo Amaro, Recôncavo Baiano, e redefinimos os princípios, objetivos e estratégias para o fortalecimento da luta dos pescadores e pescadoras artesanais no Brasil.

⁶¹Disponível em: <https://cppnorte.wordpress.com/carta-do-movimento-dos-pescadores-e-pescadoras-artesanais/>. Acesso em: 20/12/2014 às 18:24 hrs.

⁶²É preciso dizer que a falta de dados sobre os movimentos sociais dos pescadores artesanais e as suas formas de luta no Estado de Santa Catarina nos limitou a explicitar os exemplos de regiões onde o nível de produção acadêmica e intelectual é mais importante. Para o nosso local de pesquisa, município de Penha, a pesquisa preliminar que fizemos não encontramos nenhuma forma de luta organizada que pudesse servir de instrumento aos pescadores artesanais daquela região.

pação efetiva dos grupos organizados da pesca artesanal no processo de construção de políticas públicas que transcendam os interesses imediatos da reprodução das relações burguesas. E, ao nosso ver, esta participação deve transcender a proposição de políticas públicas. Deve constituir-se em garantias concretas em torno de interesses universais, em “novas” articulações de poder a favor dos grupos subalternizados, em formas de controle da produção e comercialização dos recursos pesqueiros e, sobretudo, em organizações que não tenha o trabalho enquanto elemento de coesão social.

Parece-nos que as garantias concretas em torno de interesses universais é uma atividade em andamento dentro do MPP, pelo menos é o que demonstra o Projeto de Lei de Iniciativa Popular sobre o Território Pesqueiro que dispõe sobre o “reconhecimento, proteção e garantia do direito ao território de comunidades tradicionais pesqueiras” (CPP. 2010, s/p). Curioso é que tal projeto se torna uma possibilidade real, logo depois das tentativas institucionais frustradas de territorialização da pesca executadas pelo MPA. A criação do Território de Comunidades Pesqueiras, enquanto singularidade, só é possível porque se trata de interesses gerais, de toda a sociedade. Ela só é possível mediante a participação efetiva de todos, ou seja, para além dos interesses dos pescadores artesanais. Podemos questionar, inclusive, os limites das atividades que serão produzidas no âmbito deste território, mas o que não podemos ocultar é a inquestionável importância dele enquanto valor-de-uso necessário, ainda que mediado pelas relações sociais burguesas, à existência dos pescadores artesanais, seres singulares.

A luta em defesa pelo Território Pesqueiro, enquanto defesa dos interesses dos pescadores artesanais, é uma luta consciente, previamente concebida e que, no horizonte, tenta criar as condições de efetivar um singular ato teleológico.

3.1.3 Encontros como parte das mediações e articulações políticas

Outro modo de perceber a forma pela qual essas lutas vão se concretizando, enquanto espaços de solidariedade que gravitam em torno das elaborações das ideias, dos planos de discussão acerca do cotidiano dos pescadores artesanais, bem como das formas de uso da ciência para formular arranjos políticos rigorosos, cujo desafio é exatamente a superação dos limites da existência no âmbito da lógica do capital, é observar os Encontros, Conferências, Seminários no Brasil, enquanto formas de mediações.. Na tabela abaixo destacaremos os primeiros e mais importantes eventos que de alguma forma tocaram nos problemas mais profundos do

mundo pesqueiro artesanal.

É oportuno dizer que não nos preocupamos em trazer todos os eventos desenvolvidos na história, apenas trouxemos aqueles cuja preocupação coaduna com o nosso objeto de pesquisa e que ocorreram até a realização da I Conferência Nacional dos Pescadores Artesanais em 2009. Outra coisa importante a dizer é que dada a baixa produção de conhecimento sobre esses eventos, por parte das Ciências Sociais, consideraremos o primeiro Encontro sobre a pesca artesanal aquele que ocorreu em Pernambuco em 1974.

Quadro 6 - Síntese das discussões ocorridas nos encontros do setor pesqueiro

Ano	Estado	Evento	Discussão
1974	Pernambuco	Encontro Regional dos Pescadores Artesanais	Reconhecimento dos limites das lutas dado as desarticulações entre os dirigentes de Colônias que não eram pescadores e a necessidade de se entender de onde vinha o distanciamento dos pescadores dos seus órgãos de representação.
1981	Pernambuco	III Assembleia Nacional de Pastoral de Pescadores	Órgãos de classe, projetos pesqueiros, poluição, terrenos de Marinha.
1984	Pernambuco	Encontro Nacional dos Pescadores	Luta contra a imposição das Federações e Confederações de Pescadores artesanais
1990	São Paulo	Encontro das Ilhas	Esses três encontros foram realizados para discutir propostas que atendessem as demandas dos caiçaras do litoral paulista, dado as dificuldades trazidas pelo avanço da pesca industrial e do crescimento urbano na década de 1990. Conforme anuncia o Centro Cultural São Sebastião Tem Alma, o objetivo dos encontros foi de “fomentar discussões a respeito da problemática que atinge as comunidades litorâneas e estimular uma rede de comunicação que possibilite o desenvolvimento de uma melhor organização social e abra caminhos no sentido de promover ações conjuntas e soluções”.
1990	São Paulo	I Congresso Caiçara (Regional)	
1990	São Paulo	Encontro das Ilhas (Estadual)	
1992	São Paulo	Encontro dos Povos do Mar (Nacional)	
1993	São Paulo	Pequeno Encontro Nacional dos Povos do Mar e da Mata Atlântica	
1994	São Paulo	I Encontro Internacional dos Povos do Mar e da Mata Atlântica	
1998	São Paulo	II Encontro Internacional dos Povos do Mar e da Mata Atlântica	
2002	São Paulo	VII Encontro Internacional dos Povos do Mar e da Mata Atlântica	
2004	São Paulo	VIII Encontro Internacional dos Povos do Mar e da Mata Atlântica	
2005	São Paulo	IX Encontro Internacional dos Povos do Mar e da Mata Atlântica	
2009	Brasília	I Conferência Nacional dos Pescadores Artesanais	

Fonte: autor, 2015

3.1.4 O município de Penha e os pescadores artesanais: limites da organização política

Em Santa Catarina, além das organizações sociais, como Colônias, Associações e Sindicatos, temos apenas um representante do MPP, trata-se do pescador artesanal Loerte Oliveira de Laguna, Santa Catarina. Este movimento que nasceu em 2009 no seio do enfraquecimento institucional do Monape e das entranhas do CPP/CNBB, já apresenta uma teia de articulação em todo território nacional. Na Carta do Movimento⁶³ de, 2010, ficou estabelecido que o horizonte do movimento é “combater o capitalismo e sua lógica excludente. Pretendemos construir um projeto popular para o Brasil e contribuir para as transformações mais amplas da sociedade”⁶⁴.

Para além do quadro de protestos produzidos pelos pescadores artesanais catarinenses, não há no Estado nenhuma forma de organização política fora do âmbito institucionalizado das colônias, confederações e associações de pescadores artesanais. Deste quadro resulta uma pergunta intrigante, qual seja: por que no Município de Penha (ou em todo o território do Vale Baixo do Itajaí e Tijucas) não se formou uma organização política que pudesse atender aos interesses dos pescadores artesanais? Parece que a afirmação de Silva (1994) segundo a qual em regiões onde houve um forte crescimento da indústria pesqueira nacional o grau de formação de organização política a favor dos pescadores artesanais foi inexistente (para o caso catariense).

Penha é um município onde há uma composição cultural de matriz açoriana a combinar pesca artesanal, maricultura, festas populares religiosas, além de possuir um cenário urbano típico: a igreja central, com sua praça defronte e suas casas. Essa composição, a partir de meados do século XX, relaciona-se com o processo de modernização urbano e pesqueiro, tanto da cidade de Penha (mesmo que em menor expressão) como das duas maiores cidades do Território do Baixo Vale de Itajaí e Tijucas (Itajaí e Navegantes).

Curioso que no seio desta relação, cuja complexidade social é inquestionável, não tenha germinado uma organização política capaz de lutar pela superação das mazelas sociais dos pescadores artesanais. Não significa, contudo, que não tenha existido expressões de insa-

⁶³ Disponível em: <https://cppnorte.wordpress.com/carta-do-movimento-dos-pescadores-e-pescadoras-artesanais/>. Acesso em: 20/12/2014 às 18h24.

⁶⁴ É preciso dizer que a falta de dados sobre os movimentos sociais dos pescadores artesanais e as suas formas de luta no Estado de Santa Catarina nos limitou a explicitar os exemplos de regiões onde o nível de produção acadêmica e intelectual é mais importante. Para o nosso local de pesquisa, município de Penha, a pesquisa preliminar que fizemos não encontramos nenhuma forma de luta organizada que pudesse servir de instrumento aos pescadores artesanais daquela região.

tisfação, de rejeições no corpo das comunidades pesqueiras. Muitas vezes o que ocorre é que essas expressões não conseguem produzir formas de lutas para além do âmbito subjetivo. O que queremos acentuar é que em regiões como o Nordeste e o Norte do país em que não houve um processo de industrialização tão marcante como o caso catarinense, em especial na região do Baixo Vale de Itajaí, as formas de organização política (ainda que limitadas do ponto de vista de amplas conquistas) foram mais significativas. Será que a falta de um “Mediador” (RAMALHO (2012, p. 03) ou as “diversas” possibilidades de produzir a existência oferecidas pela indústria pesqueira e urbana, já em meados do século XX, permitem-nos apreender a questão acima?

Há outra questão que deve ser explorada: o fato de não ter germinado uma organização política substancial não revela que as formas de lutas, mesmo aquelas atreladas a uma institucionalidade restritiva, não carreguem elementos da consciência crítica da história. As lutas vão se construindo de acordo com as condições objetivas que se apresentam. É assim que a assertiva de que “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1997, p. 21) faz sentido para o presente trabalho. As lutas sociais se fazem e se refazem no interior dos antagonismos do real e neste processo, permanentemente ativo, novas constatações vão se forjando e velhas ilusões vão se decompondo no curso da história. A história das lutas é cada vez mais a história universal na medida em que as lutas sociais vão sendo suplantadas por novas formas que reclamam por novos métodos e consciência cada vez mais crítica acerca dos desígnios humanos.

4 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESCA NO BRASIL

4.1 BREVES NOTAS SOBRE A PESCA NO PERÍODO COLONIAL

Diante do que expusemos há pouco é mister apresentarmos o processo de institucionalização da pesca no Brasil e as formas de lutas que vão se concretizando ao longo da história, para que possamos explicitar os elementos centrais deste processo, tais como: a periodização, a natureza da modernização, o papel do Estado neste processo e, por último, apontar as respostas dos pescadores a esse corpo que se erguia.

No que tange à periodização deste processo podemos destacar cinco grandes períodos: i) de 1500 a 1822, houve a pesca da baleia e em torno da qual gravitavam grande parte dos negócios da pesca; ii) de 1822 a 1889 houve a complexificação das leis, dos ordenamentos e da intensificação dos interesses de grupos diversos da pesca e a formação da reserva naval; iii) de 1889 a 1962 houve a Missão do Cruzador José Bonifácio sob os auspícios do Ministério da Marinha e em seguida com a nascente industrialização; iv) de 1962 a 2002 houve a implantação da Sudepe e o importante investimento na indústria pesqueira e v) de 2002 até os dias atuais houve a criação da Seap e depois do MPA.

Com base em Paiva (2004) é possível dizer que no primeiro período há grandes discrepâncias acerca do controle, da organização e da importância da pesca para o país. Se no início da colonização brasileira a legislação colonial portuguesa⁶⁵ apenas tributava as atividades pesqueiras, ainda que de forma bastante instável, não podemos dizer o mesmo do século XVII⁶⁶ onde o alvará do governo português, de 09 de agosto de 1602 que regulamentou a caça às baleias, criou na costa brasileira atividades comerciais que resultaram em uma importante fonte de investimento, fábricas, armazéns, terras, embarcações, apetrechos de pesca e manufatura do azeite. Borges (2009, p. 404) menciona que “a caça à baleia era a atividade mais rentável do litoral sul do país, o óleo extraído era utilizado para iluminação e liga para construções e,

⁶⁵ De acordo com Silva (1989, p. 57) as Capitânias Hereditárias foram a primeira prática oficial em relação à pesca no Brasil. No caso de Pernambuco, segundo o autor, “os pescadores tinham a obrigação de doar um peixe à Capitania a cada dez que pescavam.

⁶⁶ Em 1614 a Coroa Portuguesa estabeleceu o Monopólio sobre a Caça da Baleia, apropriando-se dos impostos e do destino dos produtos da pesca, fazendo da indústria baleeira uma das primeiras atividades permitidas por Portugal ao recém país colonizado. Esta atividade recebeu a ajuda no Monopólio do Sal, já que a proibição de unidades produtoras não ligadas à Coroa enfraqueceu as atividades pesqueiras. Como alude Paiva (2004, p. 9): “o monopólio do sal e a consequente proibição da sua extração no Brasil, determinaram a falência de incipiente pescaria, organizadas para o atendimento do mercado colonial, tais como aquelas dirigidas para a exploração do mero e da garoupa na área em torno dos Abrolhos, com a frota baseada em Ilhéus e Porto Seguro (Bahia) e da enxova nas águas dos arredores de Santos (São Paulo), isto por causa do seu preço para os pescadores”.

após a segunda metade do século XVIII também a cera para velas” Além disso, a atividade proporcionava outras formas de vinculação profissional, tais como: os trabalhos menos arriscados feitos pelos escravos nas armações, os trabalhos dos administradores da armação, bem como dos feitores para os casos de armações não arrendadas.

Em Santa Catarina, a caça da Baleia exerceu importante influência na formação dos povoados açorianos ao longo do litoral, como por exemplo: São Miguel, Ganchos, Bombas, Zimbros e Tijuquinhas e na região sul do Estado em Enseada de Brito, Palhoça, São José, Garopaba, Paulo Lopes e Vila Nova. Para fomentar as atividades nestas regiões o Conselho ultramarino de Lisboa, em 1747, fornecia condições especiais de imigração para os açorianos e madeirenses que quisessem produzir. Esta exploração que tinha, além de Portugal, a Holanda, a Inglaterra e os Estados Unidos como países envolvidos, foi relevante fonte de riquezas e desenhou a influência da pesca no litoral catarinense⁶⁷. Em Santa Catarina, a caça da baleia foi realizada até meados do século XX. Em 1800 ela encontra um novo impulso com a reestruturação do Monopólio da caça pela Coroa portuguesa, redefinindo os arrendamentos e contando com o incentivo do Marquês de Pombal. Borges (2009, p. 405-406) esclarece que depois deste momento ela entra em decadência a ponto das armações baleeiras desaparecerem, serem colocadas à venda. E mais, “em algumas armações, com a inadimplência dos pagamentos dos administradores locais e dos trabalhadores escravos, havia fugas, e até mesmo utilização da estrutura da armação por pescadores estrangeiros, principalmente norte-americanos”. Portanto, a caça à baleia⁶⁸, na costa sul brasileira, foi uma forte atividade pesqueira não só colonial: influenciou decisivamente a estrutura produtiva dos povoados mencionados e a formação socio-cultural das atuais comunidades de pescadores artesanais catarinenses. Foi nos avanços e recuos desta atividade pesqueira que os trabalhadores do mar ora se vinculavam visceralmente a ela ora se dedicavam às lavouras no litoral catarinense⁶⁹.

No âmbito nacional é oportuno destacar que se até meados do século XVII a atividade

⁶⁷ É lícito dizer que antes da caça da baleia já havia no nosso litoral os índios, que faziam da pesca um modo momentoso de subsistência. Quando nos referimos ao comércio engendrado pela caça da baleia queremos afirmar que ele produziu um impulso considerável a ponto de dar ao litoral uma nova face.

⁶⁸ Se levarmos em consideração, e temos boas razões para tal, a tese de Prado Júnior (1969) segundo a qual até meados do século XVIII a extração do pau-brasil e depois a exportação do açúcar eram as atividades econômicas centrais e que as demais eram consideradas “atividades acessórias”, podemos relativizar a importância da caça da baleia para os interesses da Coroa. Entretanto, devemos entendê-la enquanto uma atividade que envolvia um importante número de pessoas e com o passar do século foi ganhando cores cada vez mais carregadas não só para os países envolvidos, como também para os negócios locais, tais como: o crescimento das freguesias e vilas. Portanto, ela foi importante porque se constituiu diante de outra atividade mais lucrativa e com interesses gigantescos, como foi a agricultura.

pesqueira brasileira restringia-se à cobrança de tributos feita pela Coroa⁷⁰, dada a reduzida atividade de pesca aqui desenvolvida, na segunda metade do mesmo século o avanço de setores comerciais portugueses⁷¹ e a consequente fragmentação dos negócios agrícolas são responsáveis pelo impulso da atividade de pesca. Até a primeira metade do século XVII o Brasil era um país eminentemente agrícola, dominado por uma classe abastada dos senhores de engenhos e fazenda, nos dizeres de Prado Júnior (1969), que aqui desenvolvia as suas atividades sem o contraste de outras formas econômicas substanciais. Prado Júnior (1969, p. 36) mostra que:

ao lado da economia agrícola que então dominara, se desenvolve a mobiliária: o comércio e o crédito. E com ela surge uma rica burguesia de negociantes, que, por seus haveres rapidamente acumulados, começa a pôr em xeque a nobreza dos proprietários rurais, até então a única classe abastada e, portanto, de prestígio da colônia.

Diante desta transformação na economia brasileira é que as cidades litorâneas ganham dinamismo e riqueza, e a pesca passa a ganhar expressão, ainda que realizada de forma frag-

⁶⁹ Para sermos honesto com a história, não podemos esquecer de mencionar que a pesca já era praticada pelos indígenas, bem antes da chegada dos portugueses ao Brasil, isto é, no período pré-colonial ela já se revestia de grande importância para as tribos indígenas do território nacional. E durante o primeiro século da colonização as atividades indígenas foram determinantes para os negócios da colônia, em parte pela escravidão a que estavam submetidos e em parte como elementos de sustentação dos planos da Coroa portuguesa no Brasil. No primeiro caso ofereciam força de trabalho e no segundo abasteciam sistematicamente de alimentos, dentre os quais peixes. A atividade da pesca indígena como base para a colonização portuguesa foi tão importante que durou até o século XVII. Silva (2001, p. 48) menciona que “o frade indicava, ainda, que os índios não apenas tinham disposição para o trabalho, como também...concorriam para uma certa abundância de pescado naquela e em outras capitânicas, como a de Pernambuco – sobretudo em épocas cruciais, do ponto de vista econômico, como a da colheita da cana, e do ponto de vista religioso, como a da Quaresma”. Neste mesmo terreno analítico, Ramalho (s/d, p. 267) com base nos trabalhos de Costa (1951) & Gama (1977) alude que: “durante os anos de 1500 até o início de 1600, o Recife, por exemplo, era uma vila com uma população constituída de comerciantes, marinheiros e, principalmente, de pescadores, que ali viviam e que tinham erguido uma capela a São Frei Pedro Gonçalves [ou São Telmo], ambos protetores, muito comuns em Portugal, dos mareantes. No povoado de Suape, situado no Cabo de Santo Agostinho, na mesma época, havia uma pequena fortaleza edificada pelos portugueses e o convento de Nazaré, sendo a população local formada por pescadores de janada”. Esse cenário só se alterou no século XVII quando a força de trabalho escrava negra passou a ser dominante no Brasil. Dada a abundância de escravos negros no Brasil e, a considerar que eles não estavam jungidos apenas aos senhores de terra e de sobrado, como sugere Ramalho (s/d) eles também influenciaram as atividades de pesca artesanal e atividades marítimas.

⁷⁰ Ramalho (2000, p. 277) nos apresenta um dado importante sobre a organização da pesca neste período, ou seja, as formas de cobrança e de organização dos tributos também eram realizadas pelas Corporações de Ofícios até a sua derrocada no século XVIII. Desta forma, podemos entender que: “até o século XIX, os municípios, apesar de existirem diretrizes mais gerais, tinham regras específicas em relação ao controle da pesca e dos pescadores, especialmente no que diz respeito à utilização de armadilhas de pesca, funcionamento das corporações e, principalmente, pagamentos de impostos às câmaras locais”.

⁷¹ Mesmo não sendo o nosso objetivo falar sobre a economia portuguesa no século XVII e XVIII, cabe sublinhar que o referido avanço se deu por conta da crise econômica que passava Portugal neste período colonial. A criação de negócios comerciais da Coroa portuguesa no Brasil foi um mecanismo encontrado para reverter a difícil situação que passava a burguesia portuguesa. O comércio e a exploração das Minas foram as atividades mais exploradas pelos novos personagens da Colônia.

mentada, sem estrutura institucional, vinculada aos interesses do governo português e de grupos locais.

É de acordo com a configuração mostrada, que as formas políticas brasileiras ganham peso e voz a ponto de nascerem conflitos decisivos no interior do Brasil Colônia. Neste terreno, não só o mundo pesqueiro transforma-se, como também a organização política brasileira. A disputa passa a gravitar em torno dos produtores ruais e da aristocracia fundiária brasileira e dos mercadores portugueses.

O que queremos salientar, essencialmente, é que a luta entre dois setores, representando interesses distintos, é a base sobre a qual se erguem as formas sociais que vão proporcionar, instituir e fomentar as atividades pesqueiras. É somente com a quebra do monopólio da atividade rural e com a incipiente complexidade das atividades da Coroa portuguesa (inclusive, algumas décadas depois culminou com a vinda da Coroa portuguesa ao Brasil e quatorze anos depois com a independência brasileira) que se firma o terreno para a instalação dos açodados pilares da organização da atividade da pesca.

Segundo Paiva (2004, p. 09) “o alvará de 03 de maio de 1802 declarou, no seu preâmbulo, serem as pescarias importantes ramos da indústria nacional e ordenou providências relacionadas com a administração pesqueira, abrangendo os territórios metropolitanos e de ultramar”. Este alvará traduz o que viria a ser a pesca no Brasil, especialmente no período regencial, ou seja, uma atividade jungida aos interesses do governo e majorando a sua expressão na medida da complexificação da vida econômica e política do século em questão. Razão pela qual a lei de 1856 já tinha como interesse “constituir uma reserva naval para a armada entre marinheiros de cabotagem, canoieiros e, sobretudo, pequenos pescadores” (SILVA, 2001, p. 200). A referida lei não só estava preocupada com a formação de uma reserva naval, como também, com a industrialização do setor pesqueiro e para tal era decisivo disciplinar o cotidiano dos pescadores: ação essa responsável pelo arcabouço legal criado pela força das ações dos Municípios, decretos e leis provinciais.

É interessante observar que o cuidado com o mundo pesqueiro já se manifestava nos novos comerciantes e no aumento da riqueza dos comércios locais. É assim que o controle, amparado por um arcabouço jurídico, da disciplina, recebe contornos assustadores para a época (em algumas regiões, inclusive, assemelhando-se a uma gigantesca indústria). O caráter autoritário da disciplina imposta aos pescadores, não considerava sequer as características próprias, específicas, da atividade em questão, conforme alude Silva (2001).

A partir de 1823 o Ministério da Marinha, vinculado diretamente ao governo Imperial, por via de Decisões e Resoluções, elenca uma série de determinações que circunscreviam as atividades pesqueiras, como por exemplo: o controle numérico das embarcações de pesca e da qualidade da tripulação envolvida, a relação anual das embarcações menores existentes em cada Província, a exigência de se remeter anualmente a relação dos empregados como marinhos na navegação, na cabotagem e nas pescarias, a chancela legal da cobrança do dízimo e a matrícula dos pescadores, como mostra Paiva (2004).

Ainda na esteira desta discussão é oportuno sublinhar a importância fundamental da criação da Capitania dos Portos, a partir do Decreto nº 447 de 19 de maio de 1846⁷² (centralizando o controle sobre a pesca), alguns anos antes da Lei de 1856. Depois do férvido debate travado pelos parlamentares brasileiros, sustentados pela pressão dos militares, foi aprovada a lei de criação das capitanias e no seio da qual um projeto de construir uma reserva naval.

Para além dos interesses legítimos da Capitania dos Portos, especialmente em uma época de mudanças políticas e econômicas no período regencial brasileiro, havia uma estratégia peremptória em criar a política de classificação, controle e uso da população marítima. É preciso destacar o viés ideológico que corria por trás de toda esta logística da oficialidade naval, mas, por limitações deste espaço, não abordaremos.

Silva (2001, p. 215) aponta três elementos que é lícito explicitar: a) a obrigatoriedade da matrícula dos pescadores e trabalhadores marítimos e da listagem da capitania da sua jurisdição, b) a sujeição ao serviço militar da Marinha de Guerra e c) a criação de “Distritos da Pesca” cujo objetivo era vincular as comunidades marítimas (já existentes e as que viriam a existir) às capitanias dos portos.

Não há dúvida que o século XIX abre as fronteiras para a entrada da elementar institucionalização da pesca no país. É bem verdade que ela veio presa ao aparato militarizado, ordeiro e de controle de uma população de pescadores que era não somente ampla, mas importante para o êxito do setor naval brasileiro, dado o seu considerável conhecimento do mundo marinho. Em nenhum momento as ações das leis que envolviam esta população logrou emancipar os pescadores do seu estado de subalternidade. Aliás, esta emancipação não era algo im-

⁷² Neste Decreto podemos observar as seguintes questões: a) os pescadores serão divididos em distritos, cada um dos quais terá dois pescadores vinculados à pesca interior e exterior, tendo eles que residirem em bairro ou lugarejo da Cidade, Vila ou Costa; b) cada distrito terá um capataz e subcapatazes (nomeados pelo Capitão do Porto) para inspecionar as atividades dos pescadores e c) cabia ao Capitão do Porto a realização das matrículas e arrolamentos dos pescadores. É oportuno lembrar, como faz Paiva (2004) que o decreto tratou apenas das leis que subordinavam os pescadores à Marinha e em nenhum momento tratou-se das questões básicas de subsistência dos mesmos.

portante na época, pelo menos na cabeça dos que estavam envolvidos com a direção política e econômica do país. O estatuto de país “independente” e os difíceis caminhos a serem trilhados nesta transição, eram o motor da vida política brasileira. E, mais, ainda que no início do presente século tenha havido conflitos envolvendo a classe espoliada, sabemos que a participação efetiva desta classe no processo de independência passou ao largo: faltou violência e conflito neste processo, já que ele foi caracterizado pela transferência da sede da monarquia portuguesa e não uma luta intestinal acerca das contradições sociais do Brasil. Para Prado Júnior (1969, p. 48): “fez-se a Independência praticamente à revelia do povo; e se isto lhe poupou sacrifícios, também afastou por completo sua participação na nova ordem política. A Independência brasileira é fruto mais de uma classe que da nação tomada em conjunto”. Os traços do angustiante desenho que se tornou a vida dos “de baixo”, ao longo do território brasileiro, começam a ser feitos.

Por fim, é lícito destacar que o período ora em relevo foi responsável por uma legislação em âmbito nacional e isso não é pouca coisa para um país que havia despedido-se de um regime colonial com suas leis municipais, provinciais, etc. Além disso, tivemos o Decreto nº 876 de 10 de setembro de 1856, dando a primeira resposta a toda mudança instalada, ou melhor, a industrialização da pesca veio conceder favores fiscais e financeiros e áreas do litoral para o desenvolvimento da pesca. Contudo, é na alínea terceira do referido Decreto que podemos entender o recrutamento feito para o Exército e para o serviço da Guarda Nacional. Vejamos o que diz o Decreto:

Isenção por dez até vinte anos; 1º de direitos de importação das matérias indispensáveis para o serviço próprio das Companhias, enquanto não for alterada a Legislação a favor das que se destina para o consumo das Fabricas Nacionais; 2º dos direitos de exportação e dos de consumo interior do peixe salgado ou seco, que for pescado e preparado pelas Companhias; 3º do recrutamento para o Exercito e do serviço da Guarda Nacional a todos os indivíduos utilmente empregados no serviço das Companhias; 4º do Recrutamento para a Marinha em tempo de paz aos ditos indivíduos, e ainda em tempo de guerra aos patrões das embarcações, aos moços ou aprendizes menores de dezoito anos, e aos mestres ou diretores dos trabalhos das feitorias (PAIVA, 2004, p. 18-19)

Em 1881, o Regulamento para a execução do Decreto nº 876, obrigava, no artigo 5º na alínea 3º a 7º, as Companhias concessionárias, responsáveis pela pesca em todo litoral, “a receber e sustentar gratuitamente, durante os primeiros anos, os órfãos, filhos de pescadores ou qualquer outro que fossem remetidos pelos Juizes de órfãos” como alude Paiva (2004, p. 21). E ainda a obrigatoriedade de oferecer educação religiosa e instrução elementar e uma quantia

salarial que permitisse alimentar-se e se vestir.

Seguindo na esteira da institucionalização da pesca no Regime Imperial, tivemos a criação da primeira instituição de pesquisa acerca do interesse do mar. A Repartição Hidrográfica do Ministério da Marinha tinha como objetivo levantar e construir a carta geral das costas brasileiras, como portos, rios e lagos navegáveis, conservar e publicar, ao longo do tempo, as cartas e planos, examinar os cronômetros e instrumentos náuticos, astronômicos, óticos, geodésicos e meteorológicos, indicar ao Governo os mapas, cartas, planos com eventuais restrições de uso e que comprometam a segurança dos navegantes. Percebemos que tal instituição de pesquisa não estava vinculada aos problemas diretamente da pesca. Era mais uma instituição a serviço da organização da qualidade hidrográfica.

Se entre o século XVII e XVIII a quebra do monopólio da atividade rural e a incipiente complexidade das atividades da Coroa portuguesa engendrou um novo ritmo à Colônia, é com a abertura dos Portos e o desenvolvimento das relações comerciais, pondo o país em contato com outros povos, que o Regime Imperial fica marcado. O governo, as instituições, os grupos de decisão e de poderes locais e a camada pobre da população brasileira sentem os reflexos de um país que a cada momento fica mais conectado com o que se dá no mundo externo. Portanto, do ponto de vista da construção de aparatos institucionais favoráveis à produção da pesca artesanal, pouco se fez no segundo período analisado. É verdade que leis amplas foram criadas e instituições inclinaram-se aos problemas da contingência dos pescadores artesanais, mas foi mais para o controle, a segurança e o êxito das ações das políticas imperiais do que para a sorte dos pescadores.

4.2 A CRIAÇÃO DAS COLÔNIAS DE PESCA COMO FORMA DE MODERNIZAÇÃO

O terceiro período do processo de institucionalização classificado entre 1889, início da República, e 1962, com a criação da Sudepe, começou com o advento da Inspetoria da Pesca: o primeiro órgão de abrangência nacional que respondia aos anseios de uma República. Se a Repartição Hidrográfica do Ministério da Marinha lança o primeiro germe da institucionalização, a Inspetoria da Pesca pode ser considerada enquanto uma concreta institucionalização, já que ao longo dos seus quase cem artigos firma uma estrutura para consolidar o processo de nacionalização da pesca. É neste momento, que vemos a criação de laboratórios de aquicultura, gabinete de zoologia, física, química, fotografia e microfotografia, desenho e botânica, de um museu para exposição de produtos naturais e da indústria aquícola, etc., de um escritório

para registros de instrumentos e barcos de pesca, registro de cooperativas, estatísticas, colônias e escolas de pesca, biblioteca e revistas e de um Anuário da Inspetoria de Pesca, com cursos preparatórios para os pescadores e com um complexo aparato institucional para cuidar da pesca no Brasil. Como complemento, tivemos a implantação da Estação de Biologia Marinha, criada em 1915, cujo objetivo era “o estudo, a investigação e a divulgação de todos os elementos do meio marinho capazes de aplicação na indústria” de acordo com Paiva (2005, p. 48).

A segunda Organização foi a Diretoria da Pesca e Saneamento do Litoral, fundada em 1919 pelo Decreto nº 13.496 de 12 de março, vinculada ao Ministério da Marinha. Esta Diretoria ficou responsável pela Missão do Cruzador José Bonifácio, de 1919 a 1923, de matricular os pescadores e colocá-los nas Colônias⁷³. É importante notar que neste período os serviços da pesca estavam subordinados ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, contudo a Missão do Cruzador ficou jungida ao Ministério da Marinha. Somente com o Decreto nº 14.086 de 3 de março de 1920, é que houve a transferência total dos serviços da pesca para este último.

De acordo com Villar (1945, p. 22, et. seq.): “o pescador é um valioso instrumento para a defesa nacional: desenvolvendo as indústrias da pesca, crearemos entre nós êsse material precioso, que nada nos custará na paz e nos será de grande utilidade em caso de guerra”. É com este espírito que a Missão se processa: a costa do Brasil carecia de proteção e a “organização da pesca e outras instituições marítimas, nos facilitará economicamente essa defesa”. O Estado brasileiro atuava para consolidar esta Missão através de políticas assistencialistas, cujo horizonte era estabelecer um certo “nível de dignidade” para os pescadores artesanais. Parece que a “superação” do pauperismo dos pescadores artesanais só era legítimo se fosse para atuar no interior dos auspícios da Marinha. Eles eram considerados homens que estavam à sorte da vida e enquadrá-los, em uma política arquitetada para um fim específico, tornou-se um instrumento poderoso da Marinha de Guerra⁷⁴. É assim que na década de 1940, a Confederação Geral dos Pescadores atestava o funcionamento de 380 escolas com 19.409 crianças matriculadas, exceto as escolas mantidas pelos Estados e Municípios.

Portanto, além da preocupação em formar uma força humana a serviço dos interesses

⁷³ A formação de Colônias em todo o litoral brasileiro foi o segundo momento de controle e fortalecimento do nosso litoral mediante a expropriação de um grupo social conhecedor dos arcanos do mar. Para falarmos da dimensão desta política, mediante a criação das colônias e o ordenamento dos conhecimentos dos pescadores, é preciso dizer que em 1919 (ano de fundação das primeiras colônias) o “lema adotado pela Marinha foi: Pátria e Dever, evidenciando o pensamento positivista”, como lembra Moraes (2010, p. 01).

da Marinha de Guerra, consonante às ações de outras Escolas da Marinha de países europeus, o cuidado com esta população também era de conter os impulsos insurrectos e possíveis protestos sociais, tais como aqueles que atormentaram os dois derradeiros quartéis do século XIX. A própria Lei de nacionalização da pesca brasileira, através do decreto nº 478 de 9 de dezembro de 1897, enfrentou uma série de protestos dos pescadores estrangeiros que aqui atuavam e com ajuda do Governo de Lisboa criaram problemas para o governo endógeno.

Ademais, a República havia herdado uma estrutura institucional limitada e, dado o universo de interesses contrastantes na transição entre o Império e a República, era razoável que uma política de traço militar não pudesse fazer outra coisa senão mitigar forças sociais, dentre as quais a dos pescadores, que há séculos sofriam com a omissão dos governos. Essa política coadunava com as forças militares que atuavam no interior da República, aliás foram elas que riscaram os traços marcantes desse regime político: “a mudança de regime não passou efetivamente de um golpe militar, com o concurso apenas de reduzidos grupos civis e sem nenhuma participação popular”, conforme esclarece-nos Prado Júnior (1953, p. 214). O Brasil neste período já havia experimentado importantes revoltas populares, cujos enfrentamentos-majoraram a capacidade explosiva das massas. Portanto, além de outras questões, havia por parte do Estado brasileiro, através da Marinha de Guerra, uma preocupação em separar a chama da pólvora. Os pescadores artesanais, mais uma vez na história, ficaram alheios ao processo de construção de políticas públicas: a construção das colônias ao longo do Brasil serve mais para atender aos interesses da Marinha da Guerra do que ser um meio político de luta dos pescadores. Tratou-se de uma imposição institucionalizada, de uma ação de controle e de organização vigiada.

Cabe destacar, diante do período transicional que vimos e do caráter materialista que estamos a imprimir nesta discussão, a importante expansão das forças produtivas processadas na sociedade brasileira e o forte impulso que receberam os negócios e as atividades de enriquecimento. A República instala-se porque tornam-se insuficientes as operações materiais desenvolvidas pelo Império e pelos séquitos coloniais. Se o controle político na República é mantido por grupos que gozavam de privilégios no regime anterior, também é verdade que na

⁷⁴ Segundo o comandante Frederico Villar (1945, p. 48) diante da necessidade de reconstituir a Marinha Mercante brasileira os pescadores tinham um papel decisivo. Vejamos o que ele menciona: “e são também os pescadores, desde que lhes dermos saúde e ensino, principalmente ensino profissional, que farão a segurança do Brasil no litoral, formando as Reservas da Marinha de Guerra e da Marinha Mercante. Ampará-los é uma obra de amor e é, simultaneamente, uma obra de previdência no aproveitamento de um material humano de primeira ordem. A Marinha Mercante é quase ignorada. Ponhamos corajosamente nosso empenho em erguê-la bem alto – e para tanto haveremos de pensar, antes de tudo, no pescador”.

“Nova Ordem” há uma mudança de horizonte da vida material, ou seja, é a partir deste momento que o homem ávido pelo enriquecimento torna-se acabado; sobressai o “homem de negócios”, nos dizeres de Prado Júnior (1953) figura considerada secundária no período da Monarquia Conservadora. A República consolida, pois, esta nova forma de negócios⁷⁵: estamos diante da “produção extensiva e em larga escala de matérias-primas e gêneros tropicais destinados à exportação” (PRADO JÚNIOR, 1953, p. 213). Estas condições materiais ensejam outras forças sociais e instituições políticas que deem conta das coisas que estão postas.

Ainda na esteira de criação de instituições que ossificaram o papel do Estado, foi criada em 1920 a Confederação dos Pescadores do Brasil, rompendo com o paternalismo e assistencialismo daquele momento. Já era possível observar políticas como: serviços gratuitos em embarcações, doação de redes, serviços de saúde, além de se ter criado os “Escoteiros do Mar” (escolas para os filhos dos pescadores, cuja finalidade estava atrelada ao militarismo).

Em 1933, pelo Decreto nº 23.134 de 9 de setembro, a Diretoria da Pesca e Saneamento do Litoral (DPSL), que até aquele momento estava subordinada ao Ministério da Marinha, foi transferida ao Ministério da Agricultura, que por sua vez criou a Inspetoria de Caça e Pesca (ICP) através do Decreto nº 22.507 de 27 de fevereiro. Em 25 de julho, mediante o Decreto nº 22.985, foi criado a Diretoria de Caça e Pesca (subordinada à ICP) e no final do ano, com o Decreto nº 23.348 de 14 de novembro tivemos a criação do Entrepasto Federal de Pesca da cidade do Rio de Janeiro. Estamos diante do Governo Vargas⁷⁶ e na curso do qual foi criado o Código de Caça e Pesca, através do Decreto 23.672 de 02 de janeiro de 1934, um instrumento mais amplo do que as legislações que vigoravam até aquele momento e que atendia aos interesses de um país que se pretendia qualificar no mundo marítimo.

Até a criação da Sudepe em 1962 foram criados dois códigos: o acima citado e o Código de Pesca instituído pelo Decreto-Lei 794 de 19 de outubro de 1938. No primeiro código observamos uma evolução no que tange aos princípios normativos do que se entende por atividade pesqueira. Ela passou a ser dividida em: i) pesca marítima (exercida em alto-mar, costeira e litorânea) e ii) pesca interior (exercida nos rios, ribeirões ou igarapés, lagos, lagoas e lagunas de água doce e nos açudes) conforme Paiva (2004). É oportuno frisar o artigo 7º que

⁷⁵ Não é demais destacar que internamente o Brasil apresentou as condições para que tudo isso ocorresse, ou melhor, a abolição da escravidão havia se dado um ano antes da instalação dos pilares da República (solucionando portanto, o problema da força de trabalho livre, somado ao incremento da imigração europeia). Do ponto de vista tecnológico, os avanços das máquinas de produção industrial, da energia elétrica, dos transportes ferroviários e marítimos não podem ser abandonados desta análise.

⁷⁶ O Decreto nº 23.456 de 14 de novembro de 1933 adere à Convenção pra Regulamentação da Pesca da Baleia em Genebra em 1931.

nacionalizou integralmente as atividades de exploração da pesca e indústria correlatas, superando a lei do período colonial, que dava aos estrangeiros o direito de exploração. O referido código apresentava 227 artigos em cinco capítulos, divididos em três títulos sobre pesca, caça e caça e pesca.

Já em 1938 é sancionado o Decreto-lei nº 291 de 23 de fevereiro, que criou a Caixa de Crédito dos Pescadores e Armadores de Pesca, instituiu a Taxa de Expansão da Pesca, desenvolvendo a pesca e indústrias derivadas, salvaguardando os pescadores e ampliando o Serviço de Caça e Pesca (SCP) do Departamento da Produção Animal do Ministério da Agricultura. Através desta taxa, era possível fomentar o desenvolvimento pesqueiro com aquisições de materiais de pesca de toda ordem, tais como: gelo, combustíveis, motores, acessórios e embarcações, montagens de pequenas indústrias de pesca e pequenos frigoríficos.

No final do mesmo ano foi aprovado o Decreto-Lei nº 794 de 19 de outubro que revogou o Código anterior e instaurou o novo Código de Pesca, bem mais desenvolvimentista e atrelado ao setor industrial da pesca e ao setor de Reservas Navais. Este Código, em relação ao último, é bem mais reduzido, tendo apenas dezesseis capítulos e noventa e quatro artigos. Se no anterior havia onze representantes (um do SCP, um dos pescadores, um dos caçadores, um dos armadores de embarcações de pesca, um dos industriais de conservas de pescado, um da Marinha de Guerra, um do Museu Nacional e quatro de notória competência especializada) o que agora analisamos contém apenas sete representantes (um zoólogo, um do SCP, um da Marinha de Guerra, um dos pescadores, um dos armadores de embarcações de pesca, um dos industriais de conservas de pescado e um jurista especializado em direito marítimo). Como não havia mais os serviços de caça, foi extinto o representante dos caçadores e, como novidade, foi criada uma vaga para um Jurista e um zoólogo e ainda foi extinta a vaga do Museu Nacional. Dado que o nosso interesse neste trabalho não é de fazer comparações entre estes dois códigos, analisaremos, em seguida, o aprofundamento de órgãos de controle e de legislações pesqueiras.

Nas duas décadas anteriores à criação da Sudepe, tivemos três órgãos, cujo horizonte era restabelecer os horizontes das atividades pesqueiras brasileiras. O primeiro deles foi o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAPE), criado pelo Decreto-lei nº 1.210 de 12 de abril de 1939; o segundo foi a Comissão Executiva da Pesca criada pelo Decreto-lei nº 5.030 de 4 de dezembro de 1942 e, por fim, o Conselho de Desenvolvimento da Pesca (CODEPE) órgão provisório à criação da Sudepe em 1962, pelo Decreto nº 50.872 de 28 junho de

1961. O terreno institucional que permitiu o erguimento dos pilares da Sudepe, já apresentava fortes elementos de incentivo à produção industrial, como é o caso da Portaria nº 1.044 de 30 de dezembro de 1939 que concedia empréstimos aos industriais da pesca e, em 1942 quando a Comissão Executiva da Pesca instituiu cursos de ensino técnico-profissional de industrialização do pescado. Em 1945, mediante o Decreto nº 8.526 de 31 de dezembro, foi criada a Caixa de Crédito da Pesca extinguindo a Comissão acima. Este órgão cuidou dos investimentos e financiamentos do setor pesqueiro. E, por último, o Codepe, mesmo sendo um órgão provisório, foi dado a ele uma miríade de atribuições, o que resultou em uma fragilidade institucional.

Antes de prosseguirmos no processo de institucionalização sudepiano, uma vez que nele que há um forte incentivo à industrialização da pesca, é mister comentar que se até o início do governo Vargas os caminhos da pesca estão atrelados ao controle e aos interesses militares, já que os pescadores tornaram-se peças fundamentais à proteção do nosso litoral, depois eles estão inseridos em uma lógica assistencialista estatal, dado a natureza dos governos que se instalaram. É verdade que até 1930, mesmo estando sob o guarda-chuva político da Primeira República, havia, pelo menos no âmbito institucional pesqueiro, traços marcantes do passado colonial. O Brasil ingressou no republicanismo sem ter feito as transformações necessárias para suplantar as mazelas do colonialismo que até aquele momento não havia produzido nenhuma política consistente e verdadeiramente capaz de suprimir as desgraças dos pescadores.

Se hoje é possível dizer que as instituições, criadas para organizar a pesca no Brasil, oferecem um relativo significado aos pescadores artesanais, em 1930 não é diferente. As instituições sempre estiveram mais alinhadas aos interesses de grandes grupos empresariais do que com a sorte dos pescadores artesanais. Ainda que houvessem ganhos em alguns momentos, como proteção social, direito ao seguro-defeso e outros instrumentos técnicos auxiliares das atividades artesanais, são ganhos que surtiram pouco efeito à totalidade existencial dos pescadores. Esta constatação coaduna com o que afirmamos no capítulo anterior, ou seja, para um Estado mergulhado nas relações sociais de produção capitalista, outorgar direitos sociais aos pescadores artesanais torna-se algo fundante à reprodução do próprio capital, sem, contudo, alterar a ordem burguesa da sociabilidade capitalista.

4.3 A CRIAÇÃO DA SUDEPE E O PESCAART

Outro momento emblemático para as políticas de organização das atividades de pesca no Brasil foi a criação da Sudepe, em 1962: um órgão a serviço do desenvolvimento e moder-

nização da pesca. O Estado, por meio de incentivos fiscais, de isenção de impostos e com a meta de criar uma poderosa indústria, provocou um abalo profundo nas atividades pesqueiras artesanais.

A Sudepe foi criada pela Lei-delegada nº 10 de 11 de novembro de 1962, durante o governo popular de João Goulart, mas pouco tempo depois, passou a fazer parte do governo militar. De tudo isso resulta que as cores sudepianas passaram a ser outras (mais carregadas, obviamente) e se havia no período janguista uma preocupação com o desenvolvimento da indústria nacional isso se desfaz com as isenções fiscais e os incentivos de toda ordem dadas pelo governo militar. A Sudepe, ficou mais associada às ações das leis que regiam a estrutura econômica do governo militar do que ao seu projeto embrionário do início da década de 1960. Se olharmos o conjunto de isenções fiscais oferecidas, como: i) isenção para as pessoas jurídicas que exercessem atividades pesqueiras; ii) isenção de impostos e taxas federais de qualquer natureza sobre produtos de pesca industrializados ou não; iii) isenção do Imposto de Importação, do Imposto de Produtos Industrializados, de taxas aduaneiras e impostos de qualquer natureza sobre embarcações de pesca, equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos e respectivos sobressalentes, acessórios para captura, comercialização, industrialização e transporte de pescado, desde que importados de acordo com projetos aprovados pela Sudepe; iv) isenção de Imposto de Renda, até o máximo de 25%, desde que houvesse a inversão em projetos de atividades pesqueiras liderados pela Sudepe e v) isenção do Imposto de Produtos Industrializados sobre redes e partes de redes destinadas exclusivamente à pesca comercial ou científica, de acordo com Giulietti & Assumpção (1995) e Paiva (2004).

Ela se ornou uma instituição profundamente desorganizada, pusilânime e dependente de uma indústria que não atendia aos interesses de desenvolvimento nacional, ainda que mediada por ele. Isso se torna ainda mais verdadeiro se observamos que as regiões Sul e Sudeste foram as que mais receberam as indústrias pesqueiras. Giulietti & Assumpção (1995, p. 98) mencionam que:

o insucesso na expansão e modernização da indústria pesqueira, pode-se citar também o desequilíbrio nas aplicações dos recursos dos incentivos fiscais, no período 1967-72, quando cerca de 51% foram investidos na indústria, 20% na captura, 13% na administração, apenas 7% na comercialização, e na pesquisa e levantamento dos recursos naturais (estoques pesqueiros) nada foi investido.

Se considerarmos que a Sudepe foi criada tendo como horizonte a superação das incipientes indústrias de pesca brasileiras do início do século XX, com as indústrias de sardinha e

da merluza⁷⁷, podemos entender o tamanho do *desejo* que movimentava o governo militar.

Se é consistente que estes três momentos supracitados estavam conectados às ações das leis que regiam a produção capitalista, não é menos consistente que, dialeticamente, eles permitiram, aos pescadores artesanais, se relacionassem com as novas formas de trabalho, de novas tecnologias, de novas sociabilidades e interações com a realidade externa, ampliando as formas sempre restritas do mundo das comunidades pesqueiras.

Desse modo, a questão perturbadora que devemos sublinhar é a seguinte: são essas políticas ações contundentes que atacam decisivamente os problemas mais agudos dos pescadores artesanais? As políticas públicas no interior das quais emana o processo modernizador transforma substancialmente a existência dos pescadores artesanais? Estar incorporado à modernidade permite a conquista de formas novas de produzir a existência a ponto de suplantarem as limitações históricas do mundo pesqueiro artesanal? São perguntas para as quais ainda não temos respostas.

4.4 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESCA EM SANTA CATARINA

Em Santa Catarina a institucionalização da pesca, para além das colônias criadas na década de 1920, deu-se a partir do advento da Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina (ACARPESC) em 1968. Contudo, no final da década de 1950 houve a tentativa de implantação do Plano Piloto da Pesca, “com vistas à organização de uma entidade nacional, como a Comissão de Organização da Pesca Artesanal (COPEN)” como lembra Timm (1978, p. 212, et. seq.).

No calor da criação da Acarpesc e dos investimentos que fazia a Sudepe, neste período, houve, em todo o litoral catarinense, a criação de 28 cooperativas de pescadores e sua federação estadual. Todo este aquecimento do setor pesqueiro catarinense foi antecedido por duas medidas importantes: i) a realização de reuniões em comunidades pesqueiras e o I Seminário de Desenvolvimento de Comunidades Pesqueiras, junto com a Faculdade de Serviços Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e ii) a organização de cinco cooperativas-piloto nas comunidades de Enseada (São Francisco do Sul), Barra Velha, Armação

⁷⁷ A indústria proveniente da pesca de Merluza teve o seu grande desenvolvimento no Estado do Rio Grande do Sul.

do Itapacorói, Balneário Camboriú e Araranguá.

A institucionalização da pesca, por meio das cooperativas, foi algo marcante, já que o projeto era ambicioso e estava alicerçado em quatro premissas, a saber: i) a conscientização por parte dos associados sobre a natureza das atividades, positivas e negativas, das cooperativas; ii) os riscos, portanto, que por ventura viriam a sofrer por parte dos atravessadores e intermediários; iii) a necessidade de construir uma sólida base física de operação com vistas a participar de um mercado e iv) o estabelecimento de prioridades, uma vez que se tratava de uma iniciativa nova no Estado.

Não incólume aos conflitos e aos interesses antagônicos que permeiam uma organização desta natureza, as cooperativas tiveram muitas dificuldades de se manter como tais, já que havia desconfiança dos próprios pescadores artesanais no tocante às relações racionalizantes do corpo institucional e, especialmente, à atuação dos atravessadores responsáveis por situações embaraçosas aos associados. Como exemplifica Timm (1978): “existiam até listas distribuídas aos compradores dos futuros associados. Caso o funcionamento da cooperativa, mais tarde, viesse a falhar, deixariam de comprar a produção do pescador a ela filiado”.

Entretanto, duas razões foram decisivas à experiência das cooperativas dos pescadores artesanais catarinenses; i) “a ausência de vigorosa ação protetora, por parte dos poderes públicos no amparo ao cooperativismo pesqueiro, que não pode ficar condicionado a rígidas normas burocráticas e a critérios meramente comerciais para a operação do crédito bancário”, como alude Timm (1978) e ii) dado o envolvimento das cooperativas ao mundo do capital, à participação de quota, ao fundo de reserva e ao histórico estranhamento dos pescadores artesanais com estas questões, ficou mais fácil aos exploradores impetrarem as suas manobras a favor dos seus interesses, colocando as cooperativas como algo estranho a eles.

4.4.1 AACARPESC E A EXPERIÊNCIA DO ASSOCIATIVISMO

A Acarpesc foi outra forma por meio da qual a institucionalização da pesca catarinense deu-se. Uma ação promovida por ela nos chama atenção, qual seja, o Programa de Crédito Educativo e Assistências Socioeconômica às Comunidades de Pescadores Artesanais. O objetivo era desenvolver a capacidade produtiva das comunidades e o primeiro passo, para isso, foi a criação, em 1968, da Associação das Colônias de Pescadores (ACOPESCA), responsável pelo plano montado, inicialmente em 18 comunidades de pescadores artesanais. Segundo Timm (1978) “com recursos próprios dos pescadores e das colônias foram construídos 18 tan-

ques térmicos nas comunidades para atender ao recebimento do pescado e conservá-lo em satisfatórias condições sanitárias... a meta seguinte objetivou a aquisição de uma frota de caminhões” primeiro com caixas abertas e em seguida com caixas térmicas. Essa experiência foi assaz produtiva para os envolvidos, segundo Timm (1978) “em 1969 o aumento de ganho para os pescadores teria sido da ordem de 127% sobre o pescado comercializado e, em 1968, o maior ganho, portanto, fora devido à exclusão do intermediário na primeira fase da comercialização do pescado”. A tentativa ambiciosa de elevar a experiência à escala industrial, para atender o mercado nacional e internacional, trouxe problemas graves para uma indústria que já sofria com as políticas fiscais da Sudepe.

A Acarpesc manteve-se como o órgão responsável pela promoção da pesca artesanal até o ano de 1991, quando surgiu a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI). Segundo informações institucionais, ela é uma empresa pública, vinculada ao Governo do Estado de Santa Catarina por meio da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca. A criação da Empresa, em 1991, uniu os trabalhos de pesquisa e extensão rural e pesqueira, somando décadas de experiência em diferentes áreas e fortalecendo ainda mais o setor. Cabe ressaltar que a referida empresa foi criada pela cisão de quatro empresas estaduais, a saber: a Empresa Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC), a Empasc, a Acarpesc e o Instituto de Apicultura de Santa Catarina (IASC).

Hoje a Epagri, no âmbito estadual, é responsável, por meio das ações de pesquisa e extensão, pela área da pesca e aquicultura do Estado catarinense. Podemos falar ainda do Programa Aquicultura e Pesca, que contempla as atividades de pesquisa, desenvolvimento e ações de extensão rural e pesqueira, nas áreas de maricultura, piscicultura de águas continentais e pesca, conforme anuncia o site institucional da empresa.⁷⁸ É oportuno destacar que a Epagri ainda desenvolve trabalhos como: i) apoio na obtenção de crédito, trata-se de uma política institucional executada pelos técnicos dos escritórios municipais que auxiliam aquicultores e pescadores na obtenção de crédito para a compra de embarcações e petrechos de pesca, assim como para a compra de equipamentos e implantação de empreendimentos aquícolas; ii) cultivo de camarões marinhos e de molusco e cultivo de novas espécies e de peixes; iii) a divulgação da estatística da aquicultura, iii) o apoio à aquicultura e pesca e iv) o projeto de ex-

⁷⁸ Para mais informações, consultar o sítio: <http://www.epagri.sc.gov.br>

tensão pesqueira e apoio ao crédito ao pescador artesanal⁷⁹.

Cabe mencionar o Instituto de Pesquisas e Extensão da Pesca (IPEP), criado pelo Decreto n° 2.612, de 17 de maio de 1977, subordinado à Secretaria da Agricultura, agrupando todas as atividades pesqueiras do Estado e encarregado de executar a política estadual de pesca, como forma de ossificar os trabalhos da Acarpesc, alude Silva Júnior (2002). O referido instituto foi extinto pelo Decreto n° 1675, de 17 de maio de 1988 e os seus serviços de pesquisa foram incorporados à Acarpesc.

A criação de todo o aparato mostrado há instantes e dos fatores políticos correlatos, nos permite levantar três questões: i) ainda que por meio de formas institucionais, eles não evidenciam a tomada de consciência das lutas sociais dos pescadores artesanais mediante a perda das ilusões das próprias instituições burguesas?; ii) não tornaram os caminhos da hominização concretos, dado o caráter da universalidade que se processava no curso da lutas sociais? e iii) Por que devemos pressupor que a dimensão da universalidade é relevante para os povos em luta?

A universalidade é essa dimensão que vai sendo construída através dos processos sociais contraditórios e quão mais aguçados vão se tornando, mais explícito e consciente ficam os laços sociais entre os homens e através dos quais as lutas ganham outra magnitude. Não queremos dizer, de forma alguma, que as lutas sociais instaladas em épocas passadas, foram menos decisivas, por não se constituírem do que, hipoteticamente, estamos ora a defender. As lutas sociais do futuro pressupõem todas experiências engendradas no tempo presente. “A revolução do futuro está sendo feita hoje, assim como a do agora manifesta o afloramento da que foi preparada no passado”. (VIEIRA PINTO, 2005, p. 700). O que nos interessa é defender que quanto mais as lutas singulares universalizam-se no tempo presente, mais tendem a perder as ilusões que a amarravam ao passado, pois se deparam com as restrições humanas universais e com a necessidade histórica de fortalecer as suas lutas mediante a ossificação de um feixe de forças sociais.

Entretanto, por mais que estejamos convictos, essa defesa tem uma face espinhosa, qual seja: as lutas sociais do século XIX já não apresentavam esse caráter de universalidade que ora estamos a falar? Por exemplo: as lutas travadas pelos povos no período regencial bra-

⁷⁹ De acordo com as informações da Epagri, os trabalhos de extensão pesqueira tiveram grande evidência em Santa Catarina “até o final década de 1990, atuando junto à organização da produção, comercialização e ordenamento da pesca, além de vários trabalhos na área social voltados à higiene e saúde das famílias. De lá pra cá, enfrentando vários desafios, a Epagri vem buscando reforçar seu apoio aos pescadores artesanais, principalmente na obtenção de crédito bancário para a compra de embarcações e petrechos”.

sileiro onde o mote dos combatentes era as baixas condições de se produzir a existência, já não manifestavam a incapacidade do modo de produção capitalista? Se considerarmos, e temos boas razões para isso, que a universalidade é uma dimensão que vai se complexificando com a história, vai dando sentido concreto as ações e vai, portanto, revolucionando as formas singulares de lutas sociais, podemos dizer que as lutas passadas são as bases sobre as quais as lutas presentes erguem os seus pilares. As lutas travadas logo após a independência brasileira, tais como: Guerra do Malês de 1835; a Balaiada de 1838 a 1841 e a Cabanagem de 1835 a 1840, sofreram pela desarticulação, isolamento e pelos limites da sua expressão enquanto lutas de todos. Apresentavam uma forma de solidariedade local e muitas vezes instáveis pela fragilidade dos nexos sociais. A solidariedade estável, profunda, claro está, é obra das lutas singulares, no entanto, só se tornam, efetivamente, estáveis quando estão amarradas ao espírito universal.

Diante disso, nos parece que a concreticidade da universalidade é condição imprescindível para que as formas singulares de lutas travadas pela massa se fortaleçam. A universalidade imperante não nos traz o fim da força da singularidade, enquanto condição de luta permanente. Tampouco a defesa que fazemos da universalidade, nos leva à compreensão em abstrato: como se ela fosse a panaceia de todos os problemas das lutas sociais. Quando a singularidade, enquanto forma social, é expressão da universalidade, ou seja, quando as lutas específicas, em busca da emancipação humana, torna-se a luta de toda a sociedade, ou ainda, quando a universalidade está colocada nessas lutas singulares, sobressalta a força dos atos singulares.

Marx (2012, p. 36) ao falar da “fraternização internacional das classes trabalhadoras em sua luta comum contra as classes dominantes e seus governos” levanta o tema da importância da universalização das lutas sociais. Ainda que as formas de lutas tenham a sua singularidade revolucionária o espaço local, regional, nacional, enquanto terreno imediato de ação, ela deve ser concebida enquanto uma luta universal. Assim sendo, a singularidade deve ser concebida, porque o espaço de solidariedade, de lutas, de existência assim o é. No modo de produção capitalista os marcos do comércio, do transporte, da circulação e da economia situam-se nos marcos do mercado mundial. Da mesma forma, podemos entender que os marcos da política, dos estados situam-se nos marcos dos sistemas universais dos estados.

5 O GOVERNO PETISTA E A MODERNIZAÇÃO DA PESCA NO BRASIL

5.1 SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA

A relevância de estudarmos, nos marcos deste projeto, as três conferências que marcaram, dentre outras coisas, a história da Seap não é outra coisa senão a de expor os limites e as possibilidades desta nova forma de participação e deliberação e as contradições políticas, sociais e econômicas que caracterizaram os *grupos sociais* constituintes. Elas foram marcadas por duas razões centrais: a) o ineditismo desta forma de participação e b) a definição do papel dos sujeitos sociais no *teatro* modernizador que se transformou a Seap. As conferências foram, portanto, *arenas políticas* onde os interesses mais abrangentes e antagônicos se confrontaram explicitamente, em outras palavras, foi onde os envolvidos com a pesca no Brasil puderam revelar as suas necessidades. Estamos persuadidos que estudar as conferências permite apreender questões profundas e prementes da pesca no país.

Para tanto, é mister esclarecer que as conferências de pesca e aquicultura foram arenas de baixa participação social, de uma considerável centralização das decisões e de uma relativa inefetividade (razão de ser destas conferências, por serem objetos definidos, em última instância, pelo próprio governo federal onde as decisões nelas produzidas não impõem, legalmente, nenhuma responsabilidade ao Estado, na medida em que são consultivas). Mesmo com todos estes limites as conferências se tornaram no governo Lula, 2002 a 2010, espaços de lutas onde seria possível mudar os rumos da pesca no país.

Segundo Petinelli e Silva (2010, p. 70): “as Conferências Públicas são espaços públicos de participação e deliberação de diretrizes gerais de políticas públicas, organizadas tematicamente e que envolvem governo e sociedade civil paritariamente”. O esteio sobre o qual se ossificaram as conferências é o regimento interno elaborado pelos Conselhos da área e pela Secretaria Especial ou Ministério. É mediante o regimento, que os objetivos, os eixos temáticos, as etapas, as datas de realização dos debates, o número de participantes (delegados) da sociedade civil e do governo e as orientações gerais para formulação e encaminhamento das propostas aprovadas nas conferências anteriores, são definidos para o delineamento das conferências, segundo alude Petinelli e Silva (2010). A integridade, a alteração ou a rejeição dependem da aprovação da plenária.

As conferências foram criadas no governo de Getúlio Vargas, em 1937, através da Lei nº 378, de 13 de Janeiro de 1937, para aproximar o Estado das demandas sociais de saúde pública brasileira. Foram encontros convocados pelo Presidente da República com intervalos de

dois anos no máximo e contariam com a participação de representantes das três esferas da federação e de movimentos sociais. Antes do Regime Militar houve três Conferências, todas na área de saúde: a primeira em 1941, a segunda em 1950 e a terceira 1964. Mesmo com o regime militar as Conferências foram realizadas e em 1967, foi discutida a necessidade de formulação de uma política nacional de avaliação de recursos humanos para a área de saúde; em 1975, a discussão foi sobre a consolidação do Sistema Nacional de Saúde, criado dois anos antes; em 1977, na VI Conferência de Saúde, o objetivo foi avaliar a implementação do sistema anterior e em 1980, foi elaborado o Programa Nacional de Serviços Básico de Saúde (PREV-SAÚDE), suplantando o Sistema Nacional de Saúde. As outras cinco conferências que marcaram este período da história do país foram realizadas até 1988.

De 1988 a 2009 foram realizadas 80 conferências, das quais 62 foram organizadas durante o governo Lula. Isso representa 67% do total de conferências realizadas desde 1941 e 78% das conferências depois do regime militar. Esse expressivo número de conferências nos autoriza mencionar que o governo do presidente Lula se configurou enquanto um governo cuja participação da sociedade civil estava assentada nesses espaços. Não nos debruçaremos nestas conferências em função de não ser o nosso objeto analítico e pela fadiga que isso traria, mas abordaremos, em seguida, as conferências que tocam ao interesse deste item da pesquisa.

Um dos nossos interesses gravita em torno da importância delas, enquanto instrumentos de participação. Sendo assim, algumas questões podem ser levantadas, tais como: i) são as conferências espaços que manifestam a natureza mais acabada das penúrias e angústias que historicamente acompanham os pescadores artesanais? e ii) é possível apreender os detalhes mais simples deste complexo mundo da pesca artesanal a partir de conferências, que sequer contam com a participação massiva dos sujeitos envolvidos? A resposta seria não, se contarmos o volume dos recursos financeiros. Como participantes ficam à sorte dos recursos disponibilizados pela própria Seap: isso compromete a logística (número de participantes, de dias de debate, etc.) e, também, a estrutura e o número de delegados presentes. Agora, se contarmos que elas não foram executadas em níveis municipais (exceto a terceira, que autorizou a realização um mês antes da data do regimento autorizativo), a situação aguça-se, ainda mais, uma vez que é mediante a este nível de esfera da federação que as contradições da pesca poderiam se manifestar de forma mais acabada. Como vimos, essas limitações se manifestaram

no baixíssimo número participantes das três conferências e no caráter centralizador⁸⁰ da prática participativa e deliberativa adotado.

No governo do presidente Lula, essas instituições passaram a contar com o suporte da Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR) na organização dos encontros e no diálogo com o Governo Federal, posto que se tornaram as principais instâncias de deliberação de propostas de políticas, de proposição de novas ações do governo para compor o Plano Plurianual de Ação (PPA) e de monitoramento e avaliação das políticas aprovadas em Conferências anteriores.

Dessa forma, pensamos que delas tiraremos os elementos fundamentais que vieram a ser as políticas públicas da aquicultura e pesca, pressupondo, obviamente, todo o antagonismo emanado destas conferências. Para esta empreitada, começaremos a estudar a I conferência que aprovou, dentre outras coisas, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável de Aquicultura e Pesca, base da constituição política dos três primeiros anos da Seap.

O referido Plano, de modo geral, foi produto das diversas lutas travadas no interior das Conferências Estaduais que ocorreram em 27 regiões brasileiras no ano de 2003. E, de modo específico, ele nasceu da convicção, por parte dos conferencistas, de que se tornaria um meio de combater as mazelas sociais. É válido sublinhar que a I Conferência outorgou um conjunto de procedimentos que foram de encontro à superação das mazelas referidas mazelas sociais.

5.2 AS TRÊS CONFERÊNCIAS NACIONAIS DA PESCA E AQUICULTURA

5.2.1 I CONFERÊNCIA NACIONAL

A I Conferência⁸¹ marca o registro histórico do envolvimento do governo Lula com as populações marítimas. Ela se constituiu de relevância dada a sua intelecção de que era inescusável superar a política do Departamento de Pesca e Aquicultura - ligado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que reconhecidamente outorgou privilégios

⁸⁰ Segundo PETINELLI e SILVA (2010, p. 80): “a prática participativa e deliberativa mais centralizada dos encontros de Aquicultura e Pesca impossibilitou a participação, em número tão expressivo quanto ao das áreas anteriores, da sociedade civil envolvida com esse setor. As três Conferências Nacionais da área – a 3ª realizada em 2009 – envolveram cerca de 60 mil pessoas, no total. Dos cerca de 4 mil participantes dos encontros nacionais, 50%, na média dos três, representavam associações de trabalhadores e entidades civis vinculadas ao setor”.

⁸¹ A estrutura da Conferência (cujo lema era: “A Multiplicação” e o tema: “Construindo uma política democrática e integrada para aquicultura e pesca”) seguiu o modelo representativo de participação, ou seja, ela foi precedida de 27 conferências estaduais com o objetivo de discutir, propor e eleger delegados para o evento nacional. A 1ª Cnap contou com a participação de “953 delegados e delegadas, de um universo de 1.056 eleitos, discutiram e aprovaram os subsídios para a construção de uma política de desenvolvimento sustentável da aquicultura e pesca que respeita as particularidades regionais e a pluralidade de opiniões” (SEAP, 2003, s/p).

ao setor da pesca oceânica e da aquicultura, incentivou a concentração de renda do setor empresarial e a sobre-exploração dos estoques em detrimento da pesca artesanal.

As pescas costeira e continental – artesanal, familiar ou de micro e pequenos armadores – sofreram um processo de estagnação ou de queda, resultado, em parte, do modelo de gestão inadequado e da política aplicada, principalmente, em função da ausência histórica de um ordenamento apropriado e da consequente sobreexploração dos estoques (SEAP, 2003).

Essa constatação se revestiu de desafios, especialmente, para a organização da pesca artesanal, porque o resultado de tudo isso foi a ampla crise que eclodiu na década de noventa trazendo olímpicos prejuízos para os que vivem deste tipo de pesca. É sabido que a pesca industrial, no Brasil, não obstante a sua alta capacidade tecnológica e de captura, contraditoriamente, deflagra uma condição insustentável para a fauna circundante. Este cenário e mais outros fatores fundamentais que emergiram das políticas voltadas exclusivamente para o setor industrial, foram impreteríveis para os arranjos políticos almejados pela Seap.

Ainda que de forma embrionária, foi com a criação da Seap que os pescadores artesanais começaram a ser vistos como um *grupo social* que carecia de políticas públicas mais contundentes. Essa visão aguça-se logo após a compreensão do que se havia feito pelos pescadores artesanais até aquele momento, era insuficiente para impulsioná-los a um projeto de transformação momentoso. Porquanto a criação da Seap traz consigo a ideia de resgate da dívida brasileira com a pesca, uma vez que “durante os últimos anos esteve relegada aos escalões inferiores da política e da economia⁸²” (SEAP, 2003, p. 01).

Se, embrionariamente, os pescadores artesanais começaram a ser vistos como um grupo que necessitava urgentemente de políticas públicas sistemáticas, o mesmo não se deu para a pesca industrial, dado que esta sempre gozou de profundo reconhecimento das políticas governamentais anteriores e nos marcos do projeto seapiano apareceu alinhavada com os postulados capitalistas da pesca internacional e da produção voltada a satisfazer os interesses da tropa empresarial. Esse diferencial pode ser observado no próprio texto da Conferência quando aparece, inexoravelmente, a capacidade produtiva e de sustentabilidade da aquicultura, por exemplo, outorgando números promissores para um mercado em franco desenvolvimento.

A expansão das aquiculturas marinha e de água doce, que cresceram em média 25,2% ao ano no período 1997-2002, é o exemplo mais significativo das possibilidades de aproveitamento racional e sustentável de sua potencialidade pesqueira. A aquicultura, responsável em 1994 por 4,3% do total de pes-

⁸² A previsão da Seap para elevar a produção brasileira de pescados, até o final de 2006, era de 985 mil t/ano para 1,5 milhão de t/ano. Esta estimativa não foi alcançada. No final do referido ano a produção brasileira alcançou 1.050.808,0 t/ano de pescados.

cado, contribuiu em 2002 com 26,4%, o que permitiu ao Brasil passar do 35º (1999) para o 26º lugar no ranking internacional estabelecido pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (SEAP, 2003).

O traço modernizador, com fortes riscos de preocupação com o mercado internacional, com a produção sistemática de pescados e com o rendimento que a atividade pesqueira tinha a oferecer, marcou a política da Seap no ato da sua fundação⁸³. Como foi dito, o pescador artesanal passou a ser visto como um grupo social indispensável à modernização, entretanto o elemento determinante das políticas públicas não foi a superação gradual das baixas condições de vida desse grupo, como veremos nas resoluções da II Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca (CNAP). O estado brasileiro estava voltado para o processo modernizador como pode ser observado nas Deliberações da 1º Cnap (SEAP, 2003, p. 01) onde o “estado, por meio da Seap, será fomentador, investindo na modernização da cadeia produtiva da aquicultura e pesca, estimulando parcerias com os estados e municípios e incentivando o cooperativismo e o associativismo”.

Esse mesmo entendimento tiveram (MENDONÇA, 2006) e (VALENCIO, 2007), para os quais havia uma enorme diferença entre o que era dito e o que era efetivamente feito pela Seap. Concordamos com os autores acima especialmente quando lemos a seguinte citação da Conferência acerca do papel da Seap:

Terá como meta dotar os setores da aquicultura e pesca de infraestrutura de suporte das atividades que contemplem não só o incentivo à criação de indústrias modernas de beneficiamento do pescado, construção de entrepostos e frigoríficos, ampliação, renovação e modernização da frota pesqueira, como também o apoio à exportação e comercialização interna (SEAP, 2003, p. 01).

Com base nisto, a Seap diagnosticou cinco problemas estruturais que deveriam ser suplantados para que fosse possível formular e coordenar a implementação de políticas capazes de desenvolver o setor aquícola e pesqueiro: i) a necessidade de se aumentar a inserção da produção de pescado brasileira no mercado internacional, ii) as limitações da política anterior do MAPA, iii) os problemas de sustentabilidade pesqueira, iv) os problemas estruturais da

⁸³ É preciso destacar a importante Conferência Internacional da Pesca e Aquicultura produzida pelo Banco de Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 2003, onde o setor pesqueiro era desenhado enquanto um setor que receberia um volume importante de recursos. Foi destacado, pelo então presidente Sérgio Lessa (2003, s/p) que a pesca passaria a ser, depois de 2003, um setor de interesse do Banco: “O desenvolvimento da carcinicultura foi uma das atividades em que o banco mais atuou e, de certa maneira, acompanhou praticamente desde o nascedouro e que vai se converter e gerar, no ano próximo, mais de trezentos milhões de dólares de exportação, ou seja, o nosso camarão está se afirmando a nível mundial como um produto em que o Brasil conquista a liderança” E segue: “Queremos resgatar a pesca artesanal que, atualmente, está bastante desestruturada e com sérios problemas de sustentabilidade; a reconstrução de bases pesqueiras adequadas; a modernização da frota de pesca e a inauguração da pesca oceânica”. (LESSA, 2003, s/p).

aquicultura e da pesca e v) os problemas sociais dos pescadores e suas comunidades. Obviamente que se tratam de tópicos abrangentes e que tentaram contemplar todos os outros problemas do setor pesqueiro.

Em função de termos como objetivo apreender os pormenores da conferência, mormente o que tange aos pescadores artesanais, julgamos oportuno enfatizar os dois últimos tópicos. O diagnóstico dos *problemas estruturais da aquicultura e da pesca* apareceu em função da deficiência da infraestrutura de apoio à pesca como ausência de linhas de crédito, carência de tecnologia de pesca nos diversos setores da cadeia produtiva, falta de portos que garantam a embarque e desembarque de insumos e pescados e a baixa quantidade de pescado industrializado. Já o diagnóstico dos *problemas sociais dos pescadores e suas comunidades* remete para um estado de coisas mais momentoso, ou seja, evidencia a assimetria histórica entre estado e pescadores artesanais, onde o segundo sempre necessitou de um projeto substancial.

A Seap diagnosticou a exclusão dos trabalhadores vinculados ao setor pesqueiro da proteção social do Estado e o não vínculo empregatício com os proprietários dos barcos como um grave problema da pesca artesanal. A dispersão e a insuficiência de estudos e pesquisas acerca dos recursos pesqueiros, deixando de explorar áreas como a Zona Econômica Exclusiva (ZEE), também foi diagnosticado. O que mais chamou a atenção foi a dependência de tecnologia estrangeira para a produção das atividades aquícolas e da pesca o que, em última instância, expressa a baixa capacidade produção pesqueira do país em relação ao globo.

Ainda a despeito do diagnóstico da Seap, não é nenhum exagero explorar a precariedade do trabalho dos pescadores artesanais e o contingente envolvido com a pesca industrial e aquícola no Brasil. Procedendo assim, teremos mais elementos para apreender o quadro social sobre o qual se inspirou o diagnóstico seapiano acima. Certamente ele levou em consideração o evoluir da aquicultura no Brasil, mormente pelo seu desempenho nos últimos vinte anos, onde os dados mostram um expressivo crescimento em relação à pesca artesanal. As estatísticas do MPA⁸⁴ (2013, et. seq.) nos mostram esta evolução:

A produção aquícola nacional foi de 628.704,3 t, representando um incremento de 31,1% em relação à produção de 2010. Comparando-se a produção atual com o montante produzido em 2009 (415.649,0 t), fica evidente o crescimento do setor no país, com um incremento de 51,2% na produção durante o triênio 2009-2011. Seguindo o padrão observado nos anos anteriores, a maior parcela da produção aquícola é oriunda da aquicultura continental, na qual se destaca a piscicultura continental representando 86,6% da produção

⁸⁴ Os dados sobre a estatística da aquicultura no Brasil podem ser conferidos no site do Ministério da Pesca e Aquicultura.

total nacional.

A produção aquícola de origem marinha, por sua vez, apesar de ter sofrido uma redução na participação da produção aquícola total nacional em relação aos anos anteriores (18,8% em 2009 contra 13,4% em 2011) vem se recuperando após uma queda da produção verificada na primeira metade da década de 2000.

Tabela 1 - Produção da aquicultura continental e marinha do Brasil de 2008 a 2011 (em t)

Aquicultura	2008	2009	2010	2011
TOTAL	365 367,0	415 649,0	479 399,0	628 704,3
Continental	282 008,0	337 353,0	394 340,0	544 490,0
Marinha	83 359,0	78 296,4	85 058,6	84 214,3

Fonte: MPA, 2013 (adaptado pelo autor, 2015)

Claro está, que este fenômeno não se expressa com a mesma força em todo o território nacional, razão pela qual não podemos aqui lograr sucesso absoluto a esta forma de produzir. Da mesma forma que não há sincronia da produção aquícola, ao longo das regiões brasileiras, também há dissensão entre a produção aquícola marinha e a continental.

Em alusão à pesca aquícola marinha, segundo dados do MPA (2013) o nordeste continua sendo o maior produtor de pescado (77,4% do total produzido), seguidos das regiões Sul, Sudeste e Norte, as quais somadas representam 22,6% do total produzido pela aquicultura marinha”. É oportuno observar que, no caso do Nordeste, a produção apresentou uma queda 1,8% e nas regiões Sul, Sudeste e Norte, houve um acréscimo de 1,8%.

No entanto, ao analisarmos os dados por Estados teremos informações mais pormenorizadas sobre a mesma produção. A verificação por regiões esconde que o Estado de Santa Catarina é o terceiro maior produtor de aquicultura marinha do Brasil, com 18.621,49t, perdendo somente para o Estado do Ceará e Rio Grande do Norte, com 29.065,45t e 22.229,7t, respectivamente. Agora, em relação aos que apresentaram baixas na produção em 2011, exceto os Estados de Ceará, Santa Catarina, Pernambuco, Paraíba e Rio de Janeiro, os demais, apresentaram queda na produção, conforme tabela 2.

Tabela 2 - Produção da aquicultura marinha de 2008 a 2011, por região e UF (em t)

Regiões e Unidades da Federação	2008	2009	2010	2011
BRASIL	83 359,0	632,0	85 058,6	84 214,3
Norte	265,0	246,0	0,0	140,5

Regiões e Unidades da Federação	2008	2009	2010	2011
Pará	265,0	246,0	0,0	140,5
Nordeste	67 740,0	62 859,0	67 327,9	65 211,4
Maranhão	271,0	252,0	0,0	287,6
Piauí	1 767,0	1 640,0	1 978,3	1 691,6
Ceará	22 109,0	20 516,0	21 219,8	29 095,4
Rio Grande do Norte	28 534,0	26 478,0	28 649,7	22 299,7
Paraíba	1 575,0	1 461,0	1 898,8	2 068,7
Pernambuco	3 791,0	3 518,0	3 966,1	4 554,8
Alagoas	207,0	192,0	174,7	0,0
Sergipe	2 994,0	2 779,0	2 577,2	665,9
Bahia	6 491,0	6 023,0	6 560,8	4 547,7
Sudeste	801,0	780,0	855,5	72,9
Espírito Santo	632,0	611,0	675,1	0,0
Rio de Janeiro	26,0	26,0	26,5	43,2
São Paulo	143,0	143,0	153,9	29,7
Sul	14 552,0	14 411,0	16 617,4	18 789,5
Paraná	1 141,0	1 101,0	961,8	168,0
Santa Catarina	13 389,0	13 288,0	15 636,2	18 621,5
Rio Grande do Sul	23,0	21,0	19,3	0,0

Fonte: MPA, 2013 (adaptado pelo autor, 2015)

No que toca à produção aquícola de origem continental, podemos destacar, conforme tabela 3, um considerável crescimento, em relação ao ano de 2010, de 38,1%. Segundo análise do MPA (2013), este crescimento pode estar vinculado ao desenvolvimento do setor. Todavia, se analisarmos os três últimos anos perceberemos que a produção de 2011 foi de quase o dobro da produção de 2008. Uma leitura sobre as regiões nos mostra que o sul do país apresentou a melhor produção com 153.674,5 t, dessas o Estado do Paraná foi quem mais produziu com 73.831,1t, seguido de Santa Catarina com 53.614,8t.

Tabela 3 - Produção da aquicultura continental de 2008 a 2011, por região e UF (em t)

Regiões e Unidades da Federação	2008	2009	2010	2011
BRASIL	282 008,0	337 353,0	394 340,0	544 490,0
Norte	29 912,0	35 782,0	41 839,0	94 578,0
Pará	3 071,0	3 674,0	4 286,4	10 279,8
Amazonas	8 556,0	10 235,0	11 892,2	27 604,2
Amapá	546,0	653,0	757,8	1 032,0

Regiões e Unidades da Federação	2008	2009	2010	2011
Rondônia	5 836,0	8 178,0	9 490,6	12 098,9
Roraima	2 928,0	3 503,0	4 067,9	25 162,9
Tocantins	5 019,0	6 004,0	6 977,5	12 411,8
Acre	2 956,0	3 536,0	4 108,7	5 988,3
Nordeste	56 546,0	67 643,0	78 578,5	134 292,6
Maranhão	1 168,0	1 398,0	1 620,8	32 238,0
Piauí	2 933,0	3 508,0	4 070,8	17 000,7
Ceará	27 429,0	32 812,0	38 090,9	36 066,3
Rio Grande do Norte	908,0	1 086,0	1 264,3	3 740,1
Paraíba	929,0	1 111,0	1 292,5	5 846,5
Pernambuco	1 578,0	1 888,0	2 266,0	8 243,3
Alagoas	6 584,0	7 876,0	9 115,8	6 466,2
Sergipe	3 308,0	3 957,0	4 600,8	3 987,8
Bahia	11 710,0	14 008,0	0,0	20 703,6
Sudeste	49 186,0	58 839,0	70 915,2	86 837,0
Espírito Santo	4 707,0	5 630,0	6 955,6	11 552,7
Rio de Janeiro	3 989,0	4 771,0	7 257,1	5 875,4
São Paulo	32 186,0	38 503,0	45 084,4	43 490,9
Minas Gerais	0,0	9 934,0	11 618,1	25 917,9
Sul	96 203,0	115 084,0	133 425,1	153 674,5
Paraná	25 813,0	30 879,0	35 811,1	73 831,1
Santa Catarina	30 656,0	36 672,0	42 547,5	53 614,8
Rio Grande do Sul	39 735,0	47 533,0	55 066,4	26 201,5
Centro Oeste	50 161,0	60 005,0	69 840,1	75 107,9
Distrito Federal	858,0	1 026,0	1 233,1	258,4
Goiás	13 345,0	15 964,0	18 750,1	13 647,4
Mato Grosso do Sul	25 505,0	12 504,0	14 523,8	12 453,8
Mato Grosso	10 453,0	30 511,0	35 333,0	48 748,3

Fonte: MPA, 2013 (adaptado pelo autor, 2015)

A região Sul apresentou a segunda maior produção de pescado do país, com 153.674,5 t, respondendo por 28,2% da produção nacional na modalidade. As regiões Norte, Sudeste, Centro-Oeste vieram logo em seguida, registrando-se 94.578,0t, 86.837,0t, 75.107,9t, respectivamente, conforme dados do MPA (2013). É digno de nota o crescimento expressivo da maioria das unidades da federação que praticamente triplicaram a sua produção aquícola: é o caso do Norte, Nordeste e Sul, exceto Rio Grande do Sul. Essa nota dá mostra da capacidade produtiva advinda da aquicultura.

Nessa nossa descrição acerca da produção de pescado do Brasil é necessário analisarmos a produção de pesca extrativa do Brasil para fazermos uma comparação acerca das duas modalidades de pesca. Dados do MPA (2013) nos mostram que a produção integral da pesca extrativa em 2011 (ano limite deste levantamento) foi de 803.702,2t, ainda maior que a produção aquícola nacional do mesmo ano (tabela 4). Deste montante, a pesca marinha foi de 553.670,0t (68,9% da produção) e a pesca continental foi de 249.600,2 t (31,1 % da produção). Em ambientes continentais, a pesca aquícola é maior que a extrativa no mesmo período analisado. Quando se trata de ambientes marinhos, a pesca extrativa é maior que a aquícola. É importante destacar que o ritmo de crescimento da produção aquícola em ambientes continentais foi quase o dobro, entre 2008 e 2011, em relação à pesca extrativa no mesmo período. Já na pesca extrativa marinha o crescimento foi regular, não houve um grande salto na produção. Isso pode ser explicado, de um lado, pelo histórico de desenvolvimento da pesca extrativa no Brasil, ou seja, o país já possui uma capacidade industrial estável e, em parte, pelo crescimento da modalidade aquícola, que muitas vezes redireciona a base produtiva, e de outro, pela capacidade de obtenção de lucro, de crédito para investimentos, disponibilidade de águas da união etc.

Tabela 4 - Produção extrativa continental e marinha do Brasil de 2008 a 2011 (em t)

Extrativa	2008	2009	2010	2011
TOTAL	791.057	825.164	785.366	803.270
Continental	261.283	239.493	248.911	249.600
Marinha	529.774	585.671	536.455	553.670

Fonte: MPA, 2013 (adaptado pelo autor, 2015)

Mesmo com uma queda de 5,0% em relação ao ano de 2010 a Região Nordeste produziu 186.012,0t, mantendo-se com a maior parcela da produção nacional. A Região Sul com 158.515,4t ficou em segundo lugar, mas apesar do crescimento em relação ao ano anterior ela vem decrescendo nos últimos quatro anos. A Região Norte ficou em terceiro lugar com 94.265,3t do total capturado. A produção pesqueira da Região Sudeste aumentou a produção em relação ao ano de 2010 passando de 90.588,7t para 114.877,3t, conforme tabela 5.

Tabela 5 - Produção de pesca extrativa marinha de 2008 a 2011, por região e UF (em t)

Regiões e Unidades da Federação	2008	2009	2010	2011
BRASIL	529 774,0	585 671,0	536 454,9	553 670,0
Norte	89 066,0	99 056,0	93 450,0	94 265,3
Pará	83 537,0	92 048,0	87 585,0	87 509,3
Amapá	5 529,0	7 008,0	5 865,2	6 756,0
Nordeste	182 444,0	215 226,0	195 842,0	186 012,0
Maranhão	40 708,0	41 380,0	43 780,1	44 599,0
Piauí	2 751,0	3 019,0	2 994,1	4 119,0
Ceará	20 502,0	23 816,0	21 254,7	21 788,0
Rio Grande do Norte	18 933,0	24 888,0	19 962,5	19 364,0
Paraíba	6 637,0	8 987,0	8 337,3	9 140,0
Pernambuco	11 947,0	15 020,0	10 918,3	10 880,0
Alagoas	9 128,0	8 994,0	9 511,0	10 702,0
Sergipe	5 353,0	5 583,0	5 041,1	6 127,0
Bahia	66 486,0	83 537,0	74 043,0	59 293,0
Sudeste	99 249,0	97 754,0	90 588,7	114 877,3
Espírito Santo	14 046,0	13 102,0	14 035,7	14 381,3
Rio de Janeiro	51 432,0	57 090,0	54 113,0	78 933,0
São Paulo	33 771,0	27 561,0	22 440,0	21 563,0
Sul	159 015,0	173 636,0	156 574,0	158 515,4
Paraná	2 116,0	6 094,0	3 141,0	2 170,4
Santa Catarina	144 126,0	148 907,0	124 977,0	121 960,0
Rio Grande do Sul	12 773,0	18 636,0	28 455,9	34 385,0

Fonte: MPA, 2011 (adaptado pelo autor, 2015)

Em relação aos Estados da Federação, Santa Catarina “foi o maior produtor de pesca- do oriundo da pesca extrativa marinha” em 2011, com 121.960,0 (contribuindo com 22% da produção nacional desta modalidade). O censo da pesca extrativa ainda nos informa que o Es- tado do Pará ficou em segundo lugar com uma produção de 87.509,3t, seguidos de Rio de Ja- neiro e Bahia com 78.933,0t e 74.043,0t, respectivamente. Contudo, é oportuno mencionar que os números da produção fluminense apresentaram um acréscimo de 45,0%, já o Estado baiano apresentou um decréscimo de 19,9%. Em seguida, “aparecem os estados do Maranhão, com 44.599,0t, com aproximadamente 2% a mais do que os observados em 2010 e o Rio Grande do Sul, com 34.385,0 t, apresentando um incremento de 20,8% em relação a 2010. Os Estados do Ceará e de São Paulo produziram 21.788,0 t e 21.563,0 t, respectivamente,” con- forme tabela 5.

Se olharmos a pesca extrativa continental veremos que ela segue crescendo em relação aos três últimos anos: 239.493 t, 248.911 t e 249.600,2t, respectivamente. Nesta modalidade de pesca a Região Norte foi responsável por 137.144,5t da produção pesqueira de água doce brasileira. Este número foi conquistado devido ao desempenho de Estados como o Amazonas com 63.743,3 t e o Estado do Pará com 55.402,7t, sendo responsáveis por 49% do total capturado, ou seja, metade da produção pesqueira continental do Brasil.

Conforme os dados do MPA (2013), o Nordeste foi a segunda região com maior participação na produção pesqueira continental, produzindo aproximadamente 68.700,9 t, “tendo os Estados do Maranhão (25743,5t), Bahia (17.508,4t) e Ceará (11.307,1t) como os principais protagonistas”. Assim como nos anos anteriores, as regiões sudeste, centro-oeste e sul apresentaram produções poucos expressivas em comparação com outras regiões, alude o MPA (2013). Na região Sul (5.083,7t) Santa Catarina foi o Estado que mais produziu com 609t, seguido do Paraná com 1.711,7t e Rio Grande do Sul com 2.763t.

Tabela 6 - Produção de pesca extrativa continental de 2008 a 2011, por região e UF (em t)

Regiões e Unidades da Federação	2008	2009	2010	2011
BRASIL	261 283,0	239 493,0	0,0	249 600,2
Norte	151 216,0	130 691,0	138 726,4	137 144,5
Pará	64 549,0	42 082,0	50 949,0	55 402,7
Amazonas	70 685,0	71 110,0	70 896,0	63 743,3
Amapá	9 207,0	10 392,0	9 854,6	9 891,2
Rondônia	2 411,0	3 603,0	2 889,0	3 791,3
Roraima	474,0	397,0	369,3	386,2
Tocantins	0,0	1 538,0	1 836,9	1 927,1
Acre	2 022,0	1 568,0	1 904,2	2 002,8
Nordeste	68 085,0	69 995,0	68 783,5	68 700,9
Maranhão	20 885,0	28 152,0	25 944,0	25 743,5
Piauí	3 006,0	1 783,0	2 131,1	2 300,8
Ceará	13 112,0	11 549,0	11 635,1	11 307,1
Rio Grande do Norte	3 790,0	4 237,0	4 412,1	4 528,4
Paraíba	2 348,0	1 814,0	1 927,6	1 976,9
Pernambuco	4 770,0	3 349,0	3 731,7	3 969,1
Alagoas	454,0	416,0	438,7	467,8
Sergipe	98,0	1 008,0	892,8	899,1
Bahia	18 740,0	17 687,0	17 669,9	17 508,4
Sudeste	24 222,0	21 265,0	23 276,5	24 446,0

Regiões e Unidades da Federação	2008	2009	2010	2011
Espírito Santo	685,0	832,0	869,1	882,3
Rio de Janeiro	1 196,0	1 064,0	1 250,2	1 366,9
São Paulo	12 927,0	10 495,0	11 584,0	12 317,2
Minas Gerais	9 414,0	8 875,0	9 573,1	9 879,7
Sul	4 138,0	5 516,0	5 083,7	5 472,2
Paraná	979,0	1 823,0	1 711,7	1 697,7
Santa Catarina	700,0	539,0	609,0	643,3
Rio Grande do Sul	2 459,0	3 155,0	2 763,0	3 131,1
Centro-Oeste	13 622,0	12 025,0	13 041,3	13 836,6
Distrito Federal	358,0	282,0	338,9	375,8
Goiás	1 371,0	1 332,0	1 440,7	1 496,9
Mato Grosso do Sul	5 327,0	4 851,0	6 184,6	6 666,6
Mato Grosso	6 566,0	5 560,0	5 077,0	5 297,4

Fonte: MPA, 2011 (alterado pelo autor, 2013)

No âmbito mundial estes dados dizem pouco, uma vez que não possuímos uma produção de destaque em nenhuma modalidade de pesca. Prova disso são os números apresentados pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) (2010) sobre os maiores produtores de pescado do mundo (proveniente tanto da pesca extrativa quanto da aquicultura): a China com 63.495,197t; a Indonésia com 11,662,343t; a Índia com 9.348,063t e o Japão com 5.292,392t. O Brasil ocupa o 19º lugar no ranking geral dos maiores produtores de pescado do mundo, representando 0,77% da produção mundial de pescado.

Se mundialmente não temos destaque na produção de pescado o mesmo vale para a América Latina, onde a nossa produção ainda está aquém de países como Peru e Chile, por exemplo, cuja pesca está voltada para o Oceano Pacífico. Segundo dados da Fao (2010) “o Peru registrou uma produção em torno de 4,3 milhões de toneladas, seguido pelo Chile, com aproximadamente 3,7 milhões de toneladas. Neste critério, o Brasil aparece em terceiro lugar, logo à frente da Argentina que produziu cerca de 862,0 mil toneladas de pescado”.

No entanto, estes dados tornam-se insuficientes se não mirarmos o seu interior, em outras palavras, é fundamental entender o que se passa nas suas entranhas, onde se processam as contradições sociais do mundo da pesca. Uma boa razão para isso talvez seja observar os números dos trabalhadores da pesca tanto na indústria e aquicultura como do artesanato e as suas condições de trabalho.

As transformações do trabalho pesqueiro, especialmente, nos últimos cinquenta anos,

devem ser vistas mediante o processo de modernização em curso no Brasil. Esse processo acarreta em mudanças substanciais para a vida do trabalhador, ou seja, ao mesmo tempo em que permitem uma maior inteligência sobre o ato de pescar, através do avanço inexorável das novas tecnologias dos barcos pesqueiros com os seus radares, sonares, computadores (dispensando, inclusive, o trabalho humano), barcos-fábricas, etc e da pesca aquícola, aumenta cada vez mais o exército de trabalhadores da pesca. É nessa intensa e permanente contradição que podemos discorrer sobre a situação dos pescadores artesanais e industriais e aquícola, para concluir este item.

Se, outrora, mesmo subjugado às condições naturais, o pescador artesanal levava a sua vida com o que capturava do mar, agora ela está submetido às variações das leis que regem o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Quando não está vinculado às atividades industriais e aquícolas, está submetido à venda da produção para pequenos mercados ou ao emprego temporário em outros ramos. É certo que, com o mundo moderno, o pescador vem superando, de algum modo, a sua relação com as forças naturais, contudo, ainda não encontrou o seu estado emancipatório. Se as condições de captura, de armazenamento, de produção e comercialização do pescado são mais desenvolvidas na modernidade, permitindo lucros e melhores condições a quem detém a posse dos meios de produção, o mesmo não se dá para quem vive do trabalho no interior destes barcos ou na aquicultura. As condições de trabalho não necessariamente melhoraram em virtude do avanço das forças produtivas. Em função da busca gananciosa de lucro e, por muitas vezes, pela falta de uma legislação específica, os pescadores estão submetidos a jornadas de trabalhos dilatadas, ao perigo constante das pescas em alto-mar, o que nos permite dizer que ainda há uma precariedade no trabalho desenvolvido na pesca brasileira e mundial.

Em função do que colocamos acima, cabe olharmos os dados apresentados pelo Registro Geral da Pesca (RGP) do MPA (2013) e saber quantos são os trabalhadores pesqueiros no Brasil, mormente, os circunscritos a nossa região de análise. O Brasil possui 1.041.967 pescadores que atuam na pesca industrial e artesanal. Dos quais, 383.756 (36,83%) são da Região Norte, 489.932 (47,02%) são da região Nordeste, 18.651 (1,79%) são do Centro-Oeste, 85.441 (8,20%) são do Sudeste e 64.185 (6,16%) são do Sul. É possível destacar que o Norte e Nordeste são as regiões que mais apresentam pescadores, ou seja, 83,85 do total. Não é inoportuno dizer que são as duas regiões onde há um maior volume de pesca artesanal em relação à industrial do Brasil. A Região Sul apresentou 6,16.% do total de pescadores registrados, sen-

do a penúltima Região do território nacional.

Os números relativos às modalidades de pesca industrial e artesanal são bastante contrastantes no Brasil, ou seja, dos 1.041.967 pescadores existentes, 1.033.124 (99,16%) praticam a pesca artesanal e, somente, 8.843 (0,84%) praticam a pesca industrial.

Do total de pescadores industriais apresentados, a Região Sul tem o maior número, 0,63% e as demais regiões apresentam números abaixo de 0,16%. É mister sublinhar que Santa Catarina apresenta o maior número de pescadores industriais da Região com 6.014 do total, seguidos por São Paulo e Rio de Janeiro com 979 e 657, respectivamente.

No que se refere à distribuição de pescadores artesanais e industriais por Regiões brasileiras temos os seguintes números: o Nordeste do país apresentou 46,99%, o Norte apresentou 36,80%, o Sudeste apresentou 8,04%, o Sul com 5,53% e o Centro-Oeste com 1,79%. Isso nos revela que as Regiões Norte e Nordeste apresentam os maiores números de pescadores registrados.

5.2.2 II CONFERÊNCIA NACIONAL

Se a primeira conferência teve como força motriz, ora, a tentativa de organizar a pesca artesanal, ora, os pomposos investimentos para o setor industrial, a segunda foi movida pela certeza de que os pescadores artesanais necessitavam de investimentos substanciais, uma vez que todas as políticas públicas nascidas na primeira conferência não tiveram forças suficientes de reverter a natureza desfavorável da pesca artesanal.

Ainda que esforços tivessem sido lançados nesta direção, inclusive com ligeiros avanços de algumas políticas públicas e com a criação do Conape, a situação ainda era desesperadora. O que nos permite dizer que, se na primeira conferência o problema resolver-se-ia corrigindo os equívocos do passado, na segunda ficou claro que o problema era outro, isto é, era necessário se pensar os problemas da pesca estruturalmente.

Uma das verificações alcançadas pela Seap (2006) foi de que havia uma relação inarmônica entre os dois setores extrativistas (industrial e artesanal) da pesca. Cabe perguntar, contudo, se é possível uma convivência harmônica entre a lógica destes dois setores nos marcos da exploração pesqueira capitalista? Vejamos o que diz o texto da II Conferência sobre isso:

É preciso reconhecer a viabilidade técnica-econômica sócio-ambiental nas duas lógicas de produção pesqueira extrativa: industrial e artesanal, desde

que bem manejadas e gerenciadas com diferentes instrumentos. Enquanto as atividades industriais necessitam de incentivos, limites e controles, as artesanais necessitam de sistemas de gestão participativa e territorialidade, e fortalecimento infraestrutural, para garantir uma convivência harmônica entre estes universos. (SEAP. 2006, p. 10, et. seq.).

Mais à frente o texto diz que: “o quadro de exclusão social e econômica do pescador artesanal, retroalimentado pelo seu elevado déficit de escolaridade e aliado à deficiência de condições de suporte e fortalecimento da cadeia produtiva são condições impeditivas da mudança conjuntural do setor.” (SEAP. 2006). Obviamente que um dos fatores decisivos para o acentuado agravamento da situação dos pescadores artesanais na história é a dinâmica da formação social existente, que visa o lucro de todos os setores da pesca em detrimento das condições materiais de existência dos pescadores artesanais. Se não considerarmos neste debate a exploração capitalista que se faz, não só, dos recursos pesqueiros, mas do uso das águas, dos avanços das forças produtivas, das políticas do Estado moderno burguês mirando os interesses da classe dominante da pesca e do avanço dos empreendimentos privados da construção civil e de obras monumentais em áreas historicamente destinadas à pesca, trataremos o tema de forma ingênua.

E preciso pontuar o problema da pesca pressupondo uma arena dentro da qual convivem interesses antagônicos próprios do mundo capitalista. Parece-nos que este é um esclarecimento imprescindível para os marcos desta pesquisa. A inteligência que saiu da conferência parece que deu conta de que não se pode “esperar que apenas relações favoráveis de mercado revertam, ou supram, de forma espontânea. Ao contrário, as relações de mercado tendem a agravar e tencionar, a exemplo da cadeia de intermediação, baseada no endividamento do pescador.” (SEAP. 2006).

Mas há uma considerável distância entre o que era inteligível e proposto nas conferências e as ações efetivamente concretas do estado brasileiro, ou seja, o que observamos nestes três anos de existência da Seap não coadunou com a tal inteligência. Desse modo, Valêncio (2007, p. 94, et. seq.) explica a inarmonia acima:

quando do nascimento da [SEAP] já as primeiras manifestações públicas das autoridades acerca da questão de pauperização do pescador profissional artesanal sinalizavam apenas para a transformação da ocupação, fossem nas formas modernas de obtenção do pescado, fosse na prestação do serviço à indústria.

O processo de modernização não ficou só no ufanismo público, ele saiu formalmente no Decreto que aprovou a estrutura da Seap, pois nele “deu-se início à execução de sua políti-

ca, a qual previu a organização do setor no fomento à aquicultura, aos pesque-pague e à indústria pesqueira”.

Mendonça (2006, p. 110-111) menciona que já em 2003, quando se deu a criação da SEAP, o objetivo era enquadrar as políticas de pesca no âmbito da modernidade pesqueira:

A partir de 2003, quando da criação da SEAP, o governo brasileiro deu ênfase a uma política de pesca voltada para a produção em um mercado mundial. A agenda desta Secretaria tem como referência a modernização do setor pesqueiro contemplando discursivamente o desenvolvimento sustentável e a inclusão do país no mercado global para os negócios da pesca. A fim de legitimar a acumulação no setor, adota-se o discurso de que os novos investimentos terão uma estratégia de geração de emprego, renda e inclusão social, como política indutora de equidade social e cidadania.

Em sintonia com o assalariamento proveniente destes novos mercados e com a possibilidade efetiva advinda da aquicultura, a formulação da Política de Crédito para o pescador artesanal já indicava uma mudança decisiva na forma tradicional de produzir a existência:

Para o pescador artesanal duas linhas de crédito foram estruturadas. A primeira, garantirá os recursos necessários para o custeio de suas pescarias, mas este crédito estará vinculado ao acesso ao crédito cooperativo ou associativo, orientado para a estruturação de sistemas coletivos de armazenagem e beneficiamento do pescado. O objetivo desta linha é, portanto, incentivar a organização dos pescadores e garantir as condições financeiras para que possam romper com os vínculos históricos de dependência com armadores e atravessadores. O desafio que sustenta esta proposta é tornar o pescador artesanal um agente produtivo e socialmente reconhecido e respeitado por sua relevância para o desenvolvimento do país. A segunda, incentivará uma progressiva conversão da atividade de pesca artesanal para a aquicultura, sendo direcionada àqueles pescadores e pescadoras que sobrevivem da pesca de espécies sobreexplotadas. Esta linha de crédito tem como objetivo viabilizar a implantação de pequenas unidades de aquicultura, em sistemas de produção individuais ou coletivos, como forma de gerar ocupação e renda alternativas à pesca artesanal e contribuir, ainda, para redução dos impactos econômicos e sociais do ordenamento e gestão dos recursos pesqueiros (SEAP, 2006, p. 7.)

O que nos credencia a afirmar que os pescadores artesanais foram tratados, nestes primeiros anos da Seap, enquanto um *grupo social* que seria atendido socialmente nos marcos da modernização em curso, onde a saída para superar as baixas condições materiais de existência estava no próprio processo modernizador, foi o forte incentivo dado tanto à aquicultura, quanto à indústria pesqueira.

A Seap, através do seu ministro Jose Fritsch⁸⁵, nunca teve tanta certeza sobre qual seria a redenção dos pescadores artesanais ao longo do Brasil. Como lembra Valêncio (2006), ela estava na exploração do uso de tanques-rede para a produção em cativeiro, como, por exem-

⁸⁵ José Fritsch foi secretário especial da Seap de 2002 a 2006.

plo: nos reservatórios de Tucuruí, Furnas, Itaipu e Três Marias ou no sistema de crédito para o financiamento de embarcações para a captura em larga escala visando o fortalecimento da cadeia produtiva. Indo mais a fundo nos detalhes demersais da discussão, é possível trazer à luz os avanços que as atividades da pesca de turismo e esportiva obtiveram neste período na região Amazônica, por exemplo.

Silva (2011, p. 157) afirma que a referida região representa a nova fronteira da pesca esportiva no Brasil, especialmente, nos rios Negro, Tapajós, Trombetas e Xingu. Os investimentos nestes negócios luxuosos⁸⁶ dão-se pelas políticas das três esferas de governos (federal, estadual e municipal):

No nível federal e estadual, dois programas de incentivo ao turismo visam fomentar a pesca esportiva na região. Um deles se refere ao convênio de cooperação técnica estabelecida entre a Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto, o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para o ordenamento da pesca esportiva. O outro é o Poloecotur, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Fatores associados ao estímulo das atividades turísticas na região têm sido, ainda, as autorizações concedidas pelo Departamento de Aviação Civil para a construção de aeródromos nos rios Aracá e Quiuini (Barcelos), além de aeroportos nos rios Quiuini (Barcelos) e Jurubaxi, onde foi legalizada uma pista de pouso da mesma operadora que atua no alto Unini.

Os negócios vão desde a criação de hotéis de selva e lodges de pesca esportiva a barcos-hotéis, algumas destas atividades em curso desde a década de 1990. São inúmeros os conflitos gerados, entre pescadores artesanais e empresários, dado a expansão deste tipo de negócio sem ter passado por um longo processo de discussão e definição do uso das águas dos rios amazônicos.

Na esteira desta discussão é mister ressaltar a mesma lógica modernizadora que emana do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) sob o guarda-chuva institucional do Ministério do Meio Ambiente, onde impera, desde o final do século passado, a concepção de mercado lucrativo para as águas brasileiras. Na visão de Valêncio (2006) as decisões do CNRH são assaz tendenciosas à privatização das águas por parte de grupos empresariais, como é o caso dos que estão vinculados à aquicultura e à indústria do lazer.

Essas questões servem de esteio para a criação e para o lançamento do PDSMPA. Esse

⁸⁶ Silva (2011, p. 158) quando fala dos investimentos da Seap sublinha que a: “primeira fase de pré-investimentos, o total de recursos para os governos estaduais do Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Mato Grosso e Tocantins repassarem às prefeituras que compõem os polos ecoturísticos atingiu a cifra de US\$ 11.000.000,00 (onze milhões de dólares). Para Barcelos, foi destinada a quantia de US\$ 60.000,00 (sessenta mil dólares), aplicada em infraestrutura: um centro de atendimento ao turista, um porto fluvial e sinalização turística”.

plano evoluiu em relação ao plano anterior, pelas questões já supracitadas e também por apre- goar diretrizes como “consolidar uma política pública de Estado, inclusão social, estruturação da cadeia produtiva, fortalecimento do mercado interno, sustentabilidade ambiental, territórios e organização do setor”.

5.2.3 III CONFERÊNCIA NACIONAL

As duas conferências anteriores só explicitaram os graves problemas da pesca no Bra- sil e contra os quais foi mencionado que somente a “consolidação de uma política de estado”, realmente eficaz, teria chance de superar o problema do setor pesqueiro. Aliás, o tema da III Conferência já propunha isso: “consolidação de uma Política de Estado para o Desenvolvi- mento Sustentável da Aquicultura e Pesca”. Foi com este tema que se comemorou a transfor- mação da Seap em MPA⁸⁷.

A Conferência, ora em análise, apresentou três objetivos centrais: i) garantir a partici- pação social dos envolvidos na definição das políticas públicas para o setor, ii) avaliar as polí- ticas públicas implementadas pela Seap com base nas resoluções das conferências anteriores, no Encontro Nacional dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura e no PDSMPA e iii) consoli- dar uma Política de Estado para o desenvolvimento sustentável da aquicultura e pesca.

Para além do que já havia sido proposto nas conferências anteriores, nesta, dois assun- tos ganharam uma acentuada importância, quais sejam: o entendimento que os recursos pes- queiros são bem de uso comum e o fortalecimento institucional, mediante a efetividade do pa- pel do Estado nas políticas públicas.

No primeiro assunto é pressuposto que os conflitos sociais e econômicos, que se dão entre os sujeitos que se apropriam das águas públicas (mar, rios, estuários, lagoas, lagunas, la- gos e manguezais) acarretam em desvantagens abrangentes para os pescadores artesanais. Ra- zão pela qual as Resoluções afirmaram que a exploração imobiliária e os empreendimentos hi- droelétricos, em áreas de domínio da União, são exemplos deste conflito. E que, por conse- guinte:

esta exploração impacta negativamente o meio ambiente e a dinâmica social

⁸⁷ É mister destacar que paralelamente às conferências, a Seap organizou e/ou participou ativamente de outras com a mesma temática. Nesse mesmo ano, juntamente com o BNDES, organizou o Seminário Internacional “Investimentos na Aquicultura Brasileira”. Neste participaram empresários, *traders* e investidores do ramo da aquicultura e pesca. Claro que não temos a pretensão em afirmar que o setor da pesca e aquicultura não deva sofrer fortes investimentos, apenas queremos destacar o horizonte para o qual o governo brasileiro mira quando pensa em pesca.

destas regiões, muitas vezes impedindo o acesso dos trabalhadores das águas aos recursos pesqueiros e aquícolas. Para a superação dessas situações de conflito devem prevalecer os interesses coletivos, como a garantia de acesso aos recursos pesqueiros e aquícolas pelos pescadores e aquicultores. A fiscalização deve ser mais atuante sobre as áreas de marinha, que às vezes são ocupadas irregularmente. Também devem ser criados espaços coletivos para contribuir na superação desses conflitos. (SEAP. 2006, p. 37-38)

O segundo assunto diz respeito ao papel do Estado na condução das atividades aquícolas e pesqueiras. É assim que entendemos a presença dele no tocante ao desenvolvimento sustentável do setor e aos “estudos técnicos que estabeleçam as áreas apropriadas e legalmente adequadas” (SEAP. 2006, p. 48). A pesca artesanal, neste contexto, recebeu tons marcantes, onde, na contradição da modernidade, levou-se em conta a natureza da sua existência singular. Portanto, a III Conferência ficou marcada pelo fortalecimento decisivo do MPA e pelo maior comprometimento dos Estados e Municípios na tarefa de consolidar uma política de Estado para o setor pesqueiro.

Nesta mesma conferência se comemorou a promulgação da nova Lei da Pesca (11.959/2009) sendo considerada uma referência para a política pesqueira e aquícola do país. Essa lei suprimiu a Lei 7.679 de 23 de novembro de 1988 e dispositivos do Decreto-Lei 221 de 1967, criando um novo projeto para a aquicultura e pesca.

A partir desta lei, um conjunto de alterações foi processado no interior das atividades, tanto da aquicultura quanto da pesca. Uma delas foi a possibilidade de acesso a créditos rurais, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com juros subsidiados para financiar a produção (conforme o art. 27), uma vez que eles passaram a ser considerados produtores rurais.

Ainda nas linhas da nova Lei, as atividades de reparos de material de pesca (conserto de redes de pesca, confecção, reparos de redes e apetrechos) e de processamento de pescado foram consideradas atividades de pesca artesanal. Segundo a referida Lei⁸⁸, no seu artigo 4: “a atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros”. E, no seu parágrafo único: “consideram-se atividade pesqueira artesanal, para os efeitos desta Lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e apetrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal”.

No tocante ao conjunto das resoluções das conferências podemos destacar a assimetria

⁸⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm Acesso em: 03/02/2014.

entre a proposta modernizadora da pesca e a incapacidade de garantir as condições materiais de existência dos pescadores artesanais sem que esses *alienem* as suas atividades tradicionais de puro saber empírico, consubstanciada pela robusta teia de costumes e hábitos engendrada de geração a geração. Essa assimetria manifesta-se peremptoriamente quando se observa os dois grandes pontos que atravessam o projeto de modernização, quais sejam: a geração de renda e emprego. Uma análise mais cuidadosa sobre estes dois pontos nos revelará questões submersas fundamentais, mas que a primeira vista escondem-se no calor da contradição. A primeira pergunta que se deve fazer é a seguinte: o que é renda e emprego no âmbito da pesca no Brasil? E que relação isso tem, por exemplo, com os problemas das atividades pesqueiras artesanais? Ao propor emprego e renda, como forma de superar as penúrias históricas, não estaria o MPA engendrando outra força que avassalaria todo o acervo de conhecimentos tradicionais, levando-os à órbita antagônica da formação social capitalista? Talvez a pergunta perturbadora tenha que ser outra: não seria essa órbita antagônica, a qual se pressupõe neste trabalho, a que se deva considerar historicamente? Destes questionamentos podemos tecer outros desdobramentos pertinentes, como: i) ainda que espaços limitados, as conferências explicitaram, de todo modo, as debilidades dos sujeitos envolvidos com a pesca, razão pela qual, não estariam estes mesmos sujeitos solicitando por ações modernizadoras? ii) qual o tipo de conflito engendrado pelas forças contrárias à tal política modernizadora?

No seio da III Conferência se deu a I Conferência Nacional da Pesca Artesanal, organizada integralmente por associações, colônias, sindicatos e federações de pescadores e outras entidades solidárias à luta dos homens do mar.

Ainda com um baixo número de participantes (cerca de mil participantes dos Estados do Amazonas, Amapá, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Sergipe, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais e Roraima) a conferência foi um marco na luta por melhores condições de trabalho. Ela se constituiu enquanto uma organização relevante por aglutinar e mostrar que os pescadores artesanais, ao contrário do sentido político que historicamente se atribui a ele, estão se afirmando como protagonistas de uma grande luta junto com aos demais movimentos da Via Campesina contra o (hidro)negócio. Fica assim reconhecido que eles se contrapõem à “lógica perversa das colônias de pesca criadas e impostas pelo governo, além desta grande luta contra a forma como a marinha age dentro das colônias”⁸⁹.

Segundo a organização, o “objetivo é construir propostas de políticas públicas para in-

⁸⁹ Disponível em: www.conferencianacionaldospescadores.blogspot.com.br/ Acesso em: 12/04/2013 às 14:55

vestimentos adequados ao setor e denunciar os desmandos que tem provocado a destruição gradativa dos ambientes naturais pesqueiros⁹⁰”. O encontro tornou-se histórico por se tratar do primeiro grande ato do setor em nível nacional (demonstrando a descrença com as Conferências organizadas pela Seap) cuja marca foi a expressão dos que não são atendidos pelas políticas públicas do governo federal. Segundo o relatório descritivo da Conferência (CPP. 2009, p. 08) “a I Conferência Nacional da Pesca Artesanal é um marco histórico na luta de resistência e afirmação da identidade e da autonomia dos pescadores e pescadoras artesanais, que pela mística e pelo modo de ser e de viver, expressa o desejo da superação de todas as formas de injustiça.”

Dentre as discussões da conferência podemos destacar as questões ambientais, a diminuição e desaparecimento de espécies, a diminuição de vegetação natural e a contaminação do solo e das águas.

Segundo Stadler (2010, p. 01) a Conferência foi um encontro contra as proposições governamentais de uma política de Estado, ou seja, foi uma crítica especialmente a III Conferência do governo federal por entender que estes: “eventos, que têm caráter local (município/colônia), passando pelo estadual e culminando em nacional, o governo tem provocado o surgimento de supostas lideranças que, como delegados eleitos, devem votar e decidir pelo documento final que ordenará a estrutura e o funcionamento do Ministério da Pesca e Aquicultura no País”.

Conforme vimos acima, as conferências formais, ou seja, as vinculadas ao governo brasileiro, na medida em que se deparam com as reivindicações dos pescadores artesanais mostraram-se limitadas e tendenciosas.

5.3 PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAIS PESCA E AQUICULTURA

O referido plano, objeto que atravessa a nossa investigação, foi lançado em decorrência da II conferência da Pesca e Aquicultura e se caracterizou enquanto o produto do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca de 2003 cujo horizonte já era a modernização do setor pesqueiro no Brasil.

Se no Plano Estratégico de 2003 continha a marca da modernização, no Plano de

⁹⁰ Disponível em: www.conferencianacionaldospescadores.blogspot.com.br/ Acesso em: 12/04/2013 às 14:57

2008⁹¹ ela é mais profunda, ou seja, as suas diretrizes orientadoras não fogiram da ordem dita pelos grandes organismos internacionais de controle e de fomento à pesca, enquanto um negócio do mercado mundial.

Depois dos profundos conflitos vivenciados a partir de 1970, entre pesca artesanal e industrial e os limites dos recursos pesqueiros no mundo, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e as conferências internacionais, bem como os comissões internacionais, lançaram, em 1995, o Código de Conduta para a Pesca Responsável cujo texto foi a consolidação do valor do setor pesqueiro para a economia e para a sociedade mundial. Mendonça (2007, p. 120) diz que:

Por ser o pescado uma importante fonte de alimentos e geração de renda (através do trabalho, comércio e lazer para as populações de todo o mundo), tanto para as gerações atuais como para as futuras, fez-se necessário uma política de ordenamento e gestão do setor que levasse em conta princípios e normas internacionais, previamente estabelecidas, que respeitassem o ecossistema e a biodiversidade aí presentes (tais como os estabelecidos não apenas na Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD), mas, também, na Declaração de Viena, de 1993). O referido código reconheceu ainda a importância nutricional e cultural da pesca. Nos últimos anos, o setor pesqueiro mundial transformou-se em um setor da indústria alimentícia, relevante em certos países (como na Espanha e no Japão, dentre outros), levando-os a investirem em frotas pesqueiras cuja capacidade de exploração começou a impossibilitá-los em honrar os compromissos político-institucionais antes firmados nos fóruns internacionais que faziam menção, direta ou indireta ao setor.

Para fortalecer a nossa análise é mister sublinhar que na tentativa de restabelecer o setor pesqueiro, propondo novos mecanismos de controle da produção, da transformação e da comercialização, criando políticas públicas de incentivo à pesca artesanal e de cativoiro, liberando créditos e fomentando pesquisas, organismos internacionais como a Fao⁹² estimularam o consumo de pescados e desenharam um horizonte mais exitoso para a produção.

O Brasil, mesmo sendo um grande produtor de pescado - produzindo hoje mais de um milhão de toneladas/ano, gerando um Produto Interno Bruto (PIB) pesqueiro de R\$ 5 bilhões, a proporcionar 3,5 milhões de empregos diretos e 5 milhões indiretos, a ocupar 800 mil profissionais entre pescadores e aquicultores - ainda possui um cenário desfavorável, dado o enorme problema das condições de trabalho e infraestrutura pesqueira e da escolaridade dos pescadores (MPA, 2010b).

⁹¹ Conforme menciona Azevedo (2012, p. 209) o PDSMPA é o “primeiro plano apresentado de forma sistemática e divulgado pela Seap, com publicação no sítio eletrônico, impressão e distribuição”.

⁹² Em função deste quadro, a Fao projeta um aumento do consumo mundial para 2030 dos atuais 16 kg/habitantes/ano para 22,5 kg/habitantes/ano.

No intento de criar condições para suplantarmos estes problemas estruturais e inserir o Brasil na agenda dos maiores produtores de pescado do mundo, o MPA lançou em 2007 o PDSMPA, mediante o qual outro esforço seria produzido, qual seja: o de superar a pobreza e as desigualdades regionais e sociais junto às comunidades aquícolas e pesqueiras. O Plano proposto pelo governo federal teve como objetivo “promover o desenvolvimento sustentável do setor pesqueiro e aquícola”, além disso, “recuperar estoques pesqueiros na costa brasileira e nas águas continentais e desenvolver a pesca oceânica e o grande potencial da aquicultura brasileira em águas da União e em estabelecimentos rurais”, conforme (SEAP, 2003).

Para tanto estipulou algumas diretrizes fundamentais: i) consolidar uma política de estado, fortalecendo as políticas públicas, criando estabilidade institucional e garantindo a continuidade das políticas; ii) garantir a inclusão social, mediante o fortalecimento, reconhecimento, valorização da pesca e da cultura das populações tradicionais, elevação da escolaridade e capacitação e qualificação do pescador; iii) estruturar a cadeia produtiva, a articular: produção, transformação e comercialização; iv) fortalecer o mercado interno, através do incentivo ao consumo do pescado; v) promover a sustentabilidade ambiental, aliando desenvolvimento com sustentabilidade ambiental e aprimoramento tecnológico e vi) implantar os territórios da pesca, através da obtenção de informações privilegiadas das regiões facilitando o processo de tomada de decisões de forma participativa, de monitoramento e de orientações gerais do setor.

Como constatamos o PDSMPA está assentado sobre a lógica do mercado mundial e imprime ao pescador artesanal outra relação com as práticas tradicionais. Como lembra mais uma vez Mendonça (2006), o cenário da pesca brasileira criado a partir da SEAP, “contrasta com a dinâmica extrativa de pequena escala, dos que dependem da pesca não apenas como trabalho, mas com o meio de produzir e reproduzir um modo de vida tradicional”. Para sustentar tal lógica foi necessário privilegiar a produção aquícola (enquanto forma de produzir, cuja dimensão alcançaria toda expectativa lançada). Sem embargo, ela compõe o eixo central do PDSMPA, junto com a pesca oceânica; ela se insere na possibilidade de crescimento da produção de pescado obedecendo aos números propostos pelo MPA, tendo em vista que os recursos marinhos não poderiam sustentar uma exploração tão intensa, adverte Mendonça (2006). Diante do cenário apresentado, o advento do PDSMPA manifestou a possibilidade de resolução dos problemas mais graves envolvendo a pesca.

De todas as seis diretrizes a que mais recebeu contornos expressivos foi a Política de

Desenvolvimento Territorial da Pesca e Aquicultura (PDTPA)⁹³ uma vez que em torno da qual girou todas as outras diretrizes e a partir dela se deu a possibilidade de participação dos pescadores artesanais. A incorporação dos programas e ações do MPA e a premência de se entender as mazelas sociais e políticas dos pescadores artesanais, com os demais sujeitos territoriais, foi algo proposto pela política.

No quadro abaixo teremos uma visão global das metas que foram propostas⁹⁴, da dimensão e do quão pretensioso ele tentou ser.

Quadro 7 - Resultados do Plano Mais Pesca e Aquicultura (2008-2011)

ÁREA	DIMENSÃO	AÇÃO	METAS – 2011
Produção	Crédito	Ampliação da oferta	Aumento em 200%
	Programa ProFrota	Construção de embarcações	300 projetos atendidos
	Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura	Aquicultura em área da União	40 reservatórios demarcados, títulos de cessão entregues
			13 Estados com Plano Locais de Desenvolvimento da Maricultura desenvolvidos
		Aquicultura em propriedades rurais	27 mil famílias atendidas e 11.250 hectares de viveiros implantados
	Formação profissional	Cursos Técnicos em aquicultura e pesca	2 mil alunos atendidos
Beneficiamento/Transformação	Infraestrutura e logística	Ampliar o benefício	Atender a demanda existente, incluindo pescadores artesanais
		Terminais Pesqueiros Públicos	20 novos ou reestruturados
		CIPARs	120 implantados
		Fábrica de gelo	
Comercialização	Incentivo ao consumo de pescados	Caminhões frigoríficos	
		Feira do Peixe	
		Incluir o pescado na alimentação escolar	Capacitar merendeiras em todos os Estados
Organização	Incentivo ao cooperativismo e ao associativismo	Apoio às organizações	200 mil organizações apoiadas
Pesquisa e Tecnologia	Gestão estratégica da informação	Estatística aquícola e pesqueira	Estatística pesqueira consolidada
		Registro Geral da Pesca	Modernizar e atualizar o RGP

⁹³ Segundo a Seap (2009, s/p) “um dos objetivos dessa Política é ampliar a participação social na gestão das políticas públicas e do desenvolvimento e aprimorar o diálogo entre governo e sociedade. Nesse sentido, a Política de Desenvolvimento Territorial da Pesca e Aquicultura, uma das diretrizes do Plano de Desenvolvimento Sustentável Mais Pesca e Aquicultura, é mais uma oportunidade da sociedade intervir no processo de desenvolvimento, envolvendo-se de modo contínuo e deliberativo na definição das prioridades econômicas e sociais relacionadas ao desenvolvimento”.

⁹⁴ O nosso objetivo era trazer os dados alusivos ao que foi realizado de 2008 a 2011, mas dado os problemas estatísticos estruturais da Seap não foi possível.

ÁREA	DIMENSÃO	AÇÃO	METAS – 2011
	pesqueira	Programa de Rastreamento de Embarcações por Satélite	Adesão total de embarcações industriais e maiores que 12 metros, num total de 3.000 monitoradas
	Desenvolvimento sustentável da aquicultura	Sanidade aquícola	Implantação do sistema de controle da sanidade aquícola nos 27 Estados
	Formação profissional	Cursos Técnicos em aquicultura e pesca	2 mil alunos atendidos
		Projeja Pesca	50 mil alunos matriculados
		Pescando Letras	100 mil alunos alfabetizados
Gestão da Política Pesqueira	Ordenamento, monitoramento e controle	Ampliar o número de espécies-alvo do seguro defeso	Universalização para todos os pescadores que capturam espécies controladas

Fonte: Azevedo, 2012 (adaptado pelo autor, 2015)

5.3.1 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O conceito de território adotado pela ligeira experiência das políticas territoriais do MPA, adveio do Programa Territórios da Cidadania, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A única diferença foi ampliar as “possibilidades de articulação das ações do MPA ao esforço do Governo Federal no enfrentamento da pobreza e da exclusão social, da degradação ambiental e das desigualdades regionais, sociais e econômicas,” conforme alude MPA (2007, s/p, et. seq.). O objetivo de tal política foi ampliar a participação social e a descentralização dos processos de decisão. Foi desta forma que a abordagem territorial fortaleceu a “capacidade dos pescadores e aquicultores de se integrarem ao esforço dos demais atores sociais e governos locais na gestão social do desenvolvimento”.

O Programa Territórios da Cidadania do MDA, objeto de inspiração das políticas do MPA, iniciou-se em 2008 enquanto um programa complementar do Território da Identidade. Se a articulação do Território da Cidadania dependeu das ofertas de programas, ações e investimentos advindos da instância federal o mesmo não se pode dizer do Território da Identidade, onde a articulação dependeu das instâncias locais que, não raro, foram constituídas por forças conflituosas que demandavam muita negociação.

Para Favareto (2010, p. 107):

No fundo tratam-se de estratégias que destacam a importância dos modelos de oferta e demanda das políticas públicas. A abordagem territorial implica uma transformação estrutural na visão da relação entre um Estado ofertador de políticas e uma sociedade de espaços e de consensos, de definição compartilhada de prioridades territoriais, em um trabalho concertado entre os agentes públicos e os atores sociais.

A abordagem territorial propiciou “meios mais acurados para a definição de diagnósticos e o alcance de metas, parcerias e instrumentos de implementação”, como alude Silva (1990, p.18) e a política territorial pesqueira, do mesmo modo, tornou-se um modo de articulação entre governo e sociedade civil capaz de diminuir o fosso que havia entre ambos. Se considerarmos a angustiante realidade dos pescadores artesanais jungida a órgãos com pouca força institucional (como as colônias de pescadores, associações e sindicatos) essa tentativa foi ainda mais importante.

O argumento segundo o qual há um descompasso entre o conceito de território e a política de desenvolvimento territorial adotada pode ser entendido se observamos a diferença econômica, política, tecnológica e cultural existente entre os municípios circunscritos, a falta de uma cultura institucional dos sujeitos envolvidos e o privilégio dado aos negócios do mar.

Estes fatores fizeram com que a política territorial não criasse laços profundos entre os sujeitos envolvidos. Se não bastasse a falta de envolvimento, a desarticulação institucional, como vimos acima, também contribuiu para o fracasso de tal política.

5.4 A CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A criação do MPA é a marca indelével de que as pescas (artesanal, industrial e aquícola, especialmente) ocupou um lugar peremptório nos marcos da política governamental. É assim que o MPA alberga os anseios históricos dos que dependem da atividade pesqueira e explicita, no interior do Estado, as contradições, os conflitos e os interesses capitalistas da pesca. A afirmação segundo a qual o MPA manifesta as necessidades históricas de estruturação e modernização da pesca no Brasil é senão o fato de que nele há possibilidades de criação de arranjos complexos que atuem na política pesqueira. As formas políticas anteriores ao MPA, algumas das quais chegando a lograr certa complexidade institucional, nunca receberam contornos totalizantes e dimensões políticas, como as do referido ministério.

Podemos dizer que ele é uma tentativa de resolver as competências relativas às áreas costeiras, aos recursos pesqueiros e entre os diferentes órgãos do governo responsáveis pelo desenvolvimento, gestão e ordenamento (AZEVEDO, 2012) que se arrolavam há tempos. Como deixa claro Dias Neto (2010) o MPA foi erguido sobre os escombros dos marcos jurídicos e institucionais da pesca no Brasil.

Para dar sustentabilidade institucional ao MPA as políticas públicas foram implementadas com a insígnia do desenvolvimento territorial. O conceito de território usado pelo MPA

procurava destacar a pluralidade cultural, econômica e social e a potencialidade produtiva de uma determinada região. Dessa forma, todo território era considerado enquanto um espaço de construção social e de poder. Para além disso, ainda foi considerado uma base flexível sobre a qual distintas forças interagiam permanentemente conforme alude Silva (2013, p. 15).

É fundamental salientar a imensa perspectiva depositada na política territorial adotada, isto é, ela se tornou a possibilidade real de redenção das mazelas advindas do mundo pesqueiro. Portanto, ela era mais uma tentativa de suplantar o histórico abandono da pesca no Brasil, que em 2003 eram abissais, do que a força das ações políticas de um governo que se instalava⁹⁵.

Isso é mais verdade se olharmos de perto a crise do setor pesqueiro no plano mundial e brasileiro do final do século XX. Na década de 1990 o trabalho de Faveret Filho & Siqueiro, (1997, p. 02), já apresentava a crise com sendo gravíssima e clamava por mais organização e atuação do Estado. Vejamos o que dizem os autores:

Com a rápida expansão da frota mundial e da indústria de pesca, que se utilizou de tecnologia avançada para detectar as fontes de peixes mais profundas e remotas, e a insuficiência de medidas de controle e regulamentação, destinadas a limitar as atividades pesqueiras indiscriminadas e prejudiciais ao meio ambiente, a situação chegou a um ponto de quase total esgotamento dos recursos. Em vista disso, desde o início dos anos 90 o setor passa por uma reestruturação nos países mais avançados, mas, apesar do apoio do Estado, que inclui a redução do número de flotilhas e indústrias de transformação, ainda está superdimensionado, sendo necessária a adoção de controles mais rígidos sobre o volume de pesca.

Timm (1996, p. 19, et. seq.) tendo em vista a extinção da Sudepe, comenta que a pesca nacional começava a ser menosprezada pelos governos e, em função disto, “o setor perdeu representatividade econômica, social e política e, assim, deixou de participar e influir nas decisões nacionais e, finalmente, não conseguiu assegurar maior importância”. Este talvez tenha sido a tônica dos 13 anos que antecederam a criação da Seap, haja vista que:

... a pesca brasileira caiu de 1 milhão de toneladas em 1985 para uma estimativa de cerca de 750 mil toneladas em 1993. No mesmo período, o pescado passou de 2- fonte nacional de proteína de origem animal (somente superada então pela carne bovina) para a inexpressiva 4- posição (menos de 5 vezes para a bovina, 3 vezes para aves e 1 vez para suína). (TIMM. 1996)

É neste contexto que o desafio do setor pesqueiro passou a ser a necessidade de se vin-

⁹⁵ É importante notar que o MPA “soma-se ao esforço do governo federal de superação da pobreza e das desigualdades regionais e sociais junto a comunidades aquícolas e pesqueiras com a criação da Política de Desenvolvimento Territorial da Pesca e Aquicultura Um dos objetivos dessa Política é ampliar a participação social na gestão das políticas públicas e do desenvolvimento e aprimorar o diálogo entre governo e sociedade” (MPA, 2010b, s/p).

cular às diretrizes de convenções e tratados internacionais, uma vez que elas apregoavam e condicionavam o desenvolvimento pesqueiro. No nosso caso, dois acordos podem ser destacados neste período: a) da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, aprovada em 1982 na Jamaica, ainda que originalmente seja de 1958 na Genebra; a assinatura, proveniente desta convenção, deu ao Brasil o comprometimento de implementar ações referentes aos recursos vivos da Zee e reafirmar os direitos de soberania sobre ele e de considerar a: “exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não-vivos, das águas sobrejacentes ao leito do mar e seu subsolo, bem como no que se refere a outras atividades com vistas à exploração e ao aproveitamento da zona para fins econômicos” e b) do Mercado Comum do Sul (Mercosul) estabelecido pelo Tratado de Assunção, assinado pelos presidentes da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, em Assunção em 1991. O Tratado gravitava em torno de pontos como: o da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, da elaboração de uma única tarifa comum, da “adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros estados ou de agrupamentos de Estados e da coordenação de posições em foros econômicos comerciais regionais e internacionais”.

A pesca no início do século XXI⁹⁶ tornou-se uma mercadoria valiosíssima e para tanto necessitava de um forte controle estatal para garantir lucros extraordinários e para ocultar os conflitos advindos do mundo artesanal. Não é nenhum exagero supor que se o governo não enfrentasse esses problemas, na primeira década do século XXI, o horizonte poderia ser ainda mais assombroso.

Cabe esclarecer, que não estamos a afirmar que o MPA foi o redentor da crise pesqueira, por ter construído uma política institucional eficiente. O que afirmamos é que ele se apresentava e possuía estrutura para arrostar os problemas, dada a sua dimensão. Mesmo tendo esta convicção, não acreditamos que o MPA deu início a um processo de transformação profunda. O seu alcance foi restrito dado a subsunção ao modelo de política liberal do governo a incapacidade de propor formas para além do mundo burguês.

⁹⁶ Uma mostra da importância do setor pesqueiro, especialmente os produtos que advêm da aquicultura, foi a criação em 2011 do Comitê da Cadeia Produtiva da Pesca e Aquicultura (COMPESCA) pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Este Comitê tem como objetivo: a) elaborar análises e estudos do setor b) propor projetos de inovação, sustentabilidade e responsabilidade c) promover a sinergia entre todos os elos da cadeia produtiva da pesca d) defender pleitos voltados a desobstruir os gargalos das cadeias de modo preciso e eficiente, conforme alude a própria Fiesp (2011).

6 TERRITÓRIO DO BAIXO VALE DO ITAJAÍ E TIJUCAS

Neste último capítulo discutiremos, essencialmente, a natureza do processo de implantação do PDSMPA no TBVIT e as implicações deste para os pescadores artesanais de Penha. Devemos antes fazer um esclarecimento, qual seja, por uma questão metodológica, de acerto de área de pesquisa, investigaremos, de forma geral, o Território do Baixo Vale de Itajaí e Tijucas e, de forma específica, o Município de Penha (o terceiro mais importante em termos de produção artesanal de pescado e o primeiro em número de pescadores e pescadoras artesanais da região selecionada). Esse recorte não é um mero instrumento procedimental, ainda que o grande número de Municípios do TBVIT e a complexidade dos mesmos pudessem nos levar a tal.

O recorte se deu em função de observamos que, no âmbito do território pesqueiro, Penha é um Município que contempla todas as modalidades pesqueiras, ou melhor, possui uma grande atividade de pesca artesanal e há pesca industrial e aquícola (fundamentalmente a maricultura). Na pesca artesanal temos duas representações sociais de pescadores: a Colônia de Pescadores Artesanais Z-5 e a Associação de Pescadores Artesanais. Na maricultura temos a Cooperativa dos Maricultores de Penha (Coopermape) e a Associação de Maricultores de Penha, sendo uma das mais produtivas cooperativas do Estado, além de ter em seu histórico indústrias de beneficiamento de pescados. Devemos acrescentar o papel desenvolvido pela Secretaria Municipal de Pesca e Agricultura e as ações da Universidade do Vale de Itajaí com o seu laboratório de pesquisa em maricultura instalado no município.

Esses ingredientes foram importantes não só para a criação do TBVIT, como também para a formação da PDTPA e do Colegiado da Pesca. Portanto, ao trazermos a pesca artesanal desenvolvida em Penha para a lente da nossa investigação, estamos evidenciando um município estratégico. Se o PDTPA tinha como direção os pescadores artesanais e os aquicultores, investigar, de forma específica, o que acontece em Penha é algo decisivo para esta pesquisa.

Por último devemos dizer que não só em Penha, mas em todo o território há conflitos e problemas mais recorrentes associados à pesca, como: i) profunda crise dos estoques pesqueiros; ii) fragilidades no sistema de gestão e de informações sustentáveis; iii) conflitos na relação de extrativismo e preservação ambiental; iv) profundos problemas de organização política e v) resistência a agentes externos, especialmente ao mundo da institucionalidade da pesca.

6.1 IDENTIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Conforme mostramos, o PDTPA diz respeito a uma das seis diretrizes do PDSMPA, implementado no governo Lula em 2007. No cerne desta diretriz estava a tentativa de criar um instrumento através do qual fosse possível obter informações privilegiadas das regiões a facilitar o “processo de tomada de decisões de forma participativa, de monitoramento e de orientações gerais do setor”, conforme alude o Seap (2009, s/p). Como se tratou de algo realmente “novo”, dentro de um ministério embrionário, as tentativas de ampliar a participação social e de descentralizar os processos de decisão sofreram com a falta de articulação entre as esferas de governo e com as incompetências dos envolvidos.

Segundo consta nos documentos oficiais do MPA, a missão do PDTPA seria de promover o desenvolvimento sustentável, integrando as atividades pesqueiras e aquícolas praticadas no TBVIT, possibilitando a implementação, elaboração e construção de programa e projetos com benefícios sociais e econômicos para o setor, visando o bem-estar de todos (MPA, 2010b). De tal sorte, foram criados no Brasil 174 territórios da pesca (Figura 3).

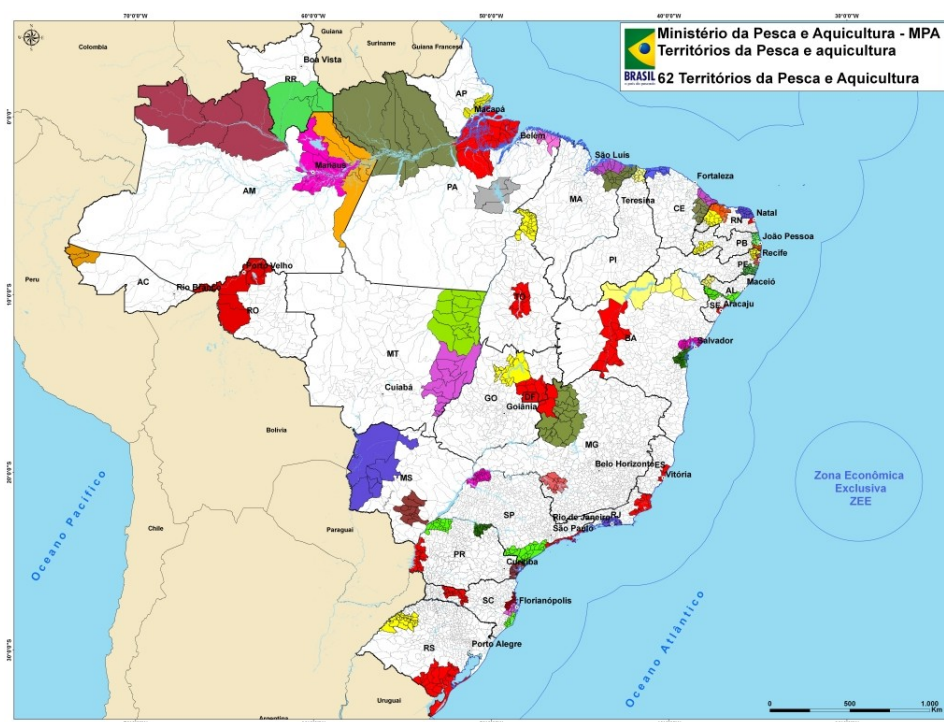


Figura 3 - Distribuição dos territórios da pesca e da aquicultura

Fonte: MPA, 2014

Segundo o MPA (2010a, s/p) os critérios para identificação dos 174 territórios foram:

- a) Recortes territoriais de outras políticas e programas federais e estaduais;
- b) Áreas prioritárias da agenda social do Governo Federal (Territórios da Cidadania e Povos e Comunidades Tradicionais); c) Registro Geral da Pesca (RGP); d) Infraestruturas de apoio à cadeia produtiva instalada com recursos do MPA; e) Territórios com previsão de implantação de Terminal Pesqueiro Público (TPP); f) Territórios com previsão de implantação de Parque Aquícola (continental ou marinho); g) Territórios com previsão de implantação de Centro Integrado da Pesca Artesanal (Cipar).

A formação dos 174 territórios ao longo do Brasil obedeceu a critérios bem definidos de importância da pesca. Neles, segundo dados da Seap (2008), estão presentes 89,8% dos pescadores cadastrados no Registro Geral da Pesca (RGP), 80% das áreas de alta incidência de aquicultura continental, 100% das áreas com potencial para atividade de maricultura e 85% dos reservatórios com potencial de aquicultura. Os territórios integraram 1.886 municípios e envolveram 586.090 pescadores artesanais.

6.2 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DO BAIXO VALE DE ITAJAÍ E TIJUCAS

É oportuno esclarecer que nem todos os territórios foram contemplados ao mesmo tempo pelas ações do MPA. Dos 174, apenas 62 foram atendidos, sendo que em Santa Catarina, dos sete configurados (Território Baixo Vale de Itajaí e Tijucas, Território Grande Florianópolis, Território Litoral Sul, Território Meio Oeste Contestado, Território Litoral Norte, Território Oeste e Extremo Sul) apenas os quatro primeiros foram atendidos imediatamente.

O objeto de preocupação da nossa pesquisa será o Território do Baixo Vale do Itajaí e Tijucas, composto por 14 municípios: Balneário Camboriú, Bombinhas, Camboriú, Canelinha, Itajaí, Itapema, Major Gercino, Navegantes, Nova Trento, Penha, Piçarras, Porto Belo, São João Batista e Tijucas (Figura 4).

O território ocupa uma área total de 2.340 km², o que significa 2,46% da área do Estado de Santa Catarina. Apresenta uma população de 615.552 habitantes, o equivalente a 10,15% da população estadual (IBGE, 2010). As duas maiores cidades do TBVIT são Itajaí e Balneário Camboriú, com populações de 183.373 e 108.089 habitantes, respectivamente. As duas cidades que mais possuem residentes em áreas urbanas são Bombinhas e Balneário Camboriú, com 100% da população.



Figura 4 - Mapa do Território do Baixo Vale do Itajaí e Tijucas

Fonte: AMRFI, 2014

Já as duas menores cidades são Major Gercino e Nova Trento, com populações de 3.279 e 12.190 habitantes, respectivamente. As que possuem os menores percentuais de residentes em áreas rurais são Itapema e Camboriú com 2,49% e 5,02% da população, respectivamente (Tabela 7).

Tabela 7 - População residente por situação de domicílio

Municípios	População total	Urbana		Rural		Área (Km²)	Hab/Km²
		Nº absoluto	%	Nº absoluto	%		
Santa Catarina	6.248.436	5.247.913	83,99	1.000.523	16,01	95.733	65,27
Bal. Camboriú	108.089	108.089	100	-	-	46,8	2.309,74
Balneário Piçarras	17.078	15.500	90,76	1.578	9,24	99,4	171,82
Bombinhas	14.293	14.293	100	-	-	33,8	423,28
Camboriú	62.361	59.231	94,98	3.130	5,02	214,51	290,73
Canelinha	10.603	6.726	63,43	3.877	36,57	51,4	70,03
Itajaí	183.373	173.452	94,58	9.921	5,42	289,3	633,75
Itapema	45.797	44.659	97,51	1.138	2,49	59,4	771,50
Major Garcia	3.279	1.249	38,09	2.030	61,91	285,7	11,48
Navegantes	60.556	57.402	94,79	3.154	5,21	111,5	543,29
Nova Trento	12.190	9.129	74,88	6.061	25,12	402,1	30,31
Penha	25.141	23.064	91,73	2.077	8,27	62,0	405,72
Porto Belo	16.083	15.167	94,30	916	5,70	95,8	167,82
São João Batista	26.260	23.551	89,68	2.709	10,32	220,7	118,97
Tijucas	30.499	26.002	85,39	4.958	14,61	277,2	111,69

Fonte: IBGE, 2010 (adaptado pelo autor)

É oportuno salientar que o município de Itajaí apresenta o maior porto marítimo de Santa Catarina, produzindo uma grande influência em todo o setor pesqueiro circunscrito. Entre Itajaí e Penha há o porto de Navegantes, também responsável pelo desenvolvimento na região territorial. Mesmo recebendo influências diretas, dos dois polos portuários acima, é perceptível a imagem de mundo artesanal da cidade de Penha. Isso pode ser reparado nos nomes das casas comerciais, o desenho humano ao longo das praias, na beira das quais é expressivo o derrame de canoas de “boca aberta” e, especialmente, na quantidade de pescadores artesanais nas quatro principais praias da cidade: Armação, Gravatá, São Miguel e Alegre.

Há no território 2.866 pescadores artesanais⁹⁷, dos quais 857 (29,9%) pertencem ao município de Penha, 578 (20,1%) ao de Bombinhas, e 529 (18,4%) ao de Porto Belo. O número de pescadores artesanais nos municípios de Itajaí, 50 (1,74%), e de Navegantes, 114 (3,97%), é ínfimo em relação aos de Penha, conforme tabela abaixo.

Tabela 8 - Distribuição dos pescadores artesanais do TBVIT, por município

Municípios	Nº de pescadores artesanais
Balneário Camboriú	221
Bombinhas	578
Camboriú	15
Canelinha	5

⁹⁷ Este número corresponde a 10% do total de pescadores artesanais do Estado de Santa Catarina.

Municípios	Nº de pescadores artesanais
Itajaí	50
Itapema	128
Major Gercino	0
Navegantes	144
Nova Trento	0
Penha	857
Piçarras	55
Porto Belo	529
São João Batista	1
Tijucas	333
TOTAL	2 916

Fonte: MPA, adaptado pelo autor

Os municípios, onde a população residente na área rural é maior que 25% (Canelinha, São João Batista, Major Gercino e Nova Trento) o número de pescadores artesanais cadastrados no RGP é muito baixo. Na cidade de Major Gercino e Nova Trento, por exemplo, sequer há registro de cadastrados.

Outro cenário passível de observação refere-se a Balneário Piçarras, uma cidade litorânea inscrita na rota de pesca artesanal e cultural catarinense, com 55 pescadores artesanais cadastrados. Isso nos revela que estamos a perquirir um território de muita disparidade, não só da pesca artesanal, como também econômica, social, cultural.

Se é verdade que a organização do Estado catarinense feita pela Seap (2009) por meio de territórios da pesca, levou em conta a expressão regional (o que em tese daria robustez à política territorial) não é menos verdade que as assimetrias encontradas na maioria das cidades produziram um cenário conflituoso. De tal sorte que Itajaí e Navegantes, assentadas sobre um considerável avanço de negócios portuários, urbanos, turísticos e navais, depositaram forças maiores e mais decisivas na ordem das coisas. Nas quatro cidades onde a influência rural é maior, a política territorial estava voltada unicamente ao parco setor da piscicultura. Ou ainda, nas cidades com força preponderante da pesca artesanal, como é o caso de Penha, Bombinhas e Porto Belo, a expressão das políticas públicas giraram em torno de melhorias isoladas, o que descaracterizou o eixo normativo central da política territorial.

A política territorial, ao levar em conta a identidade da pesca de forma geral e a importância da pesca artesanal e da aquicultura, como forma de renda e emprego, não mensurou os desdobramentos que uma ação institucional como essa pudesse provocar em quem vive de tais

atividades.

Os dados alusivos aos pescadores profissionais industriais demonstram a importância que tem a atividade para os maiores municípios do território. Se somarmos os municípios com maior potencial de pesca artesanal do território, tais como Penha (851), Bombinhas (261) e Porto Belo (226), mesmo não havendo estruturas portuárias de beneficiamento e comercialização pesqueiras, o número de pescadores industriais é significativo. As atividades profissionais da indústria de captura da pesca e de beneficiamento do pescado é reconhecida pela atuação de pescadores artesanais que, dado o quadro de dificuldades da pesca artesanal, migram de setor.

Tabela 9 - Distribuição dos pescadores industriais do TBVIT, por município

Municípios	Nº de pescadores industriais do TBVIT
SANTA CATARINA	5 934
Balneário Camboriú	6
Bombinhas	261
Camboriú	2
Canelinha	0
Itajaí	1 510
Itapema	85
Major Gercino	0
Navegantes	1 338
Nova Trento	0
Penha	851
Balneário Piçarras	4
Porto Belo	226
São João Batista	0
Tijucas	92
TOTAL DO TBVIT	4 375

Fonte: MPA, adaptado pelo autor

Os dois municípios com maiores pescadores profissionais são Itajaí e Navegantes com 1510 e 1338 pescadores, respectivamente. Esses números são diretamente proporcionais à infraestrutura estabelecida nessas cidades, ou seja, não raro, esses municípios são responsáveis pelo grande volume de pescados capturados em Santa Catarina.

Na tabela abaixo podemos perceber o número de armadores e empresas industriais que atuam no território. Se há uma concentração de pescadores profissionais industriais em Itajaí e

Navegantes o mesmo não se pode dizer dos armadores. Dos 590 armadores no TBVIT, 19,15% (113) são de Porto Belo, 17,11% (101) são de Bombinhas e 16,27 % (96) são de Penha. Itajaí tem o maior número de armadores com 22,20% (131). No que se refere a mulheres que trabalham enquanto armadoras de pesca, Penha, Porto Belo e Itajaí são os maiores municípios. Se olharmos para além dos dados veremos que em alguns casos as mulheres armadoras de pesca são apenas registros feitos por pessoas jurídicas ou físicas em nome de outras pessoas. Para o RGP são mulheres registradas enquanto armadoras, mas na realidade não o é, dado as limitações do registro do MPA.

Se olharmos as indústrias, Itajaí com 17 e Navegantes com 13 são os municípios que mais possuem estabelecimentos industriais, dos quais não podemos mensurar as atividades que exercem (dado as limitações dos dados estatísticos do MPA). Sabemos que em Itajaí, das 17 indústrias, 16 são empresas cuja formação jurídica é de Sociedade de Responsabilidade Limitada e apenas uma é Sociedade Anônima.

Tabela 10 - Distribuição dos pescadores, por categoria, nos municípios do TBVIT

Municípios	Armadores			Industriais		
	Homens	Mulheres	Total	Ltda.	S/A	Total
Balneário Camboriú	38	04	42	-	-	-
Bombinhas	87	14	101	-	-	-
Camboriú	05	-	05	-	-	-
Canelinha	-	-	-	-	-	-
Itajaí	108	23	131	16	01	17
Itapema	07	02	09	04	-	04
Major Gercino	-	-	-	-	-	-
Navegantes	63	08	71	11	02	13
Nova Trento	-	-	-	-	-	-
Penha	69	27	96	03	-	03
Piçarras	04	-	04	03	-	03
Porto Belo	90	23	113	02	-	02
São João Batista	-	-	-	-	-	-
Tijucas	21	10	31	01	-	01
Subtotal	489	101	590	40	03	43
TOTAL TBVIT						633

Fonte: IBGE, 2010 (adaptado pelo autor)

6.3 PLANEJAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO BAIXO VALE DE ITAJAÍ E TIJUCAS: QUAL O VÍNCULO COM O MUNDO DA PESCA ARTESANAL?

Como dissemos os Territórios tornaram-se instrumentos mediante os quais houve a co-

nexão entre as três esferas nacionais e a partir dessas pretendeu-se criar um aparato que propiciasse a criação de alternativas às contradições sociais da pesca e a leitura mais pormenorizada do corpo pesqueiro.

No TBVIT, esta forma de atuação resultou em um Relatório sobre a situação da pesca. O Relatório foi produto das atividades desenvolvidas *in loco* com todos os envolvidos do setor pesqueiro. Para dar início às atividades do Território da Pesca foi necessário a realização de “Oficinas de Capacitação da Equipe Técnica” composta por articuladores e assessores de gestão ambiental. As oficinas foram realizadas em Brasília, no mês de abril de 2009, onde foram discutidos os conceitos básicos e a metodologia que seria utilizada no decorrer do processo de construção da Política Territorial.

Uma vez realizado a oficina coube à “Articulação Territorial” visitar as instituições públicas com gerência no território, as entidades representativas do setor, as organizações civis com atuação voltada ao setor aquícola e pesqueiro e as instituições vinculadas a área ambiental e social. Além dessas atividades embrionárias, houve também visitas às empresas com inserção na cadeia produtiva do pescado cujo objetivo era apresentar o Plano e solicitar a participação nas Oficinas Estaduais. Todo este esforço possibilitou a criação do Colegiado da Pesca e Aquicultura (espaço onde foram debatidos os problemas mais profundos do setor e as deliberações das possíveis soluções da referida política).

Em seguida foram realizadas quatro oficinas territoriais, com as seguintes temas: a) alinhamento conceitual e metodológico, b) aprofundamento das discussões sobre os diagnósticos e o plano de desenvolvimento sustentável, c) gestão social da pesca e aquicultura e d) planejamento territorial da pesca e aquicultura. O objetivo destas oficinas foi produzir um diagnóstico qualitativo sobre a situação da pesca no Vale Baixo do Itajaí e Tijucas e, para tal fim, foi necessário a participação dos órgãos estatais e demais entidades convidadas.

A gestão da PDTPA configurava-se da seguinte forma: a) no âmbito federal, coube à Seap, ao Comitê Executivo das Ações Territoriais (CEAT) e ao Conape presidirem a área executiva; b) no âmbito estadual coube ao Comitê de Articulação Estadual do Programa Territórios da Cidadania coordenar as discussões das políticas para o setor e c) no âmbito municipal coube às instituições envolvidas, criarem o Colegiado Territorial da Pesca (órgão que aproximaria todos ao espírito da política territorial).

6.4 COLEGIADO TERRITORIAL DA PESCA: A TENTATIVA DE DEMOCRATIZAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO SETOR PESQUEIRO

Dado a ligeira experiência das ações políticas do Colegiado no território estudado não será possível fazer um balanço profundo sobre a sua natureza. O que sabemos é que o Colegiado foi um órgão criado durante a implementação do território, mas que a instabilidade institucional das três esferas de poder sorveram a força política e institucional do mesmo. Isso nos revela o inarmonia existente entre os direcionamentos políticos institucionais e o estado de coisas culturais que rondam o mundo da pesca artesanal. O fato do colegiado ter sido uma criação do ministério, portanto uma política exógena, pode ter sido a razão do desmantelamento do território.

Esse tipo de problema já estava colocado na experiência dos territórios rurais na década de 1990, razão pela qual Favareto (2010, p. 32, et. seq.) demonstra que “a larga maioria dos casos mostrou que a dinâmica e a agenda dos colegiados territoriais era pautada pela elaboração e negociação dos projetos do Proinf, substituto do Pronaf-Infraestrutura”. E segue demonstrando que:

até nos territórios onde isso ocorria, a fragilidade da composição dos colegiados e a inexistência de articulação com outras iniciativas afins revelavam um sério risco de que a eventual descontinuidade na política de apoio, por parte do governo federal, levasse a uma drástica paralisação desses organismos.

De toda sorte o colegiado do território, ora estudado, tinha caráter permanente de articulação, proposição, elaboração, discussão e avaliação das ações e projetos junto ao MPA. Caracterizou-se por ser um órgão que carregava os setores mais importantes da pesca, como podemos acompanhar na tabela abaixo.

Quadro 8 - Colegiado da Pesca do Território do Vale do Itajaí e Tijucas

Tipo de instituição	Nome das colônias
Instituição dos Pescadores Artesanais	Colônia Z-25 do Município de Tijucas Colônia Z-22 do Município de Bombinhas Colônia Z-08 do Município de Porto Belo Colônia Z-29 do Município de Itapema Colônia Z-07 do Município de Balneário Camboriú Colônia Z-06 do Município de Navegantes Colônia Z-05 do Município de Penha Colônia Z-26 do Município de Piçarras

Tipo de instituição	Nome das colônias
Instituições Sindicais	Sindicato dos Trabalhadores da Pesca (Sindipesca) – Tijucas Sindicato das Indústrias da Pesca de Itajaí (Sindipi) Sindicato dos Trabalhadores na Pesca de SC (Sitrapesca) Cooperativa dos Pescadores de Itajaí e Navegantes
Instituições dos Aquicultores	Associação dos Maricultores de Penha (AMAP) Associação dos Maricultores de Bombinhas (Amab) Cooperativa dos Maricultores de Penha (Coopermape) Associação dos Pescadores de Tijucas (Apart)
Instituições Públicas	Gerência Regional de Itajaí (Epagri) Superintendência da Pesca e Aquicultura Regional de Santa Catarina Secretaria de Pesca e Aquicultura de Itajaí Secretaria de Pesca e Aquicultura de Bombinhas Secretaria de Pesca e Aquicultura de Navegantes Secretaria de Pesca e Agricultura de Penha Secretaria de Pesca e Agricultura de Porto Belo Diretoria da Pesca de Itapema Superintendência do Patrimônio da União (SPU/SC) Marinha do Brasil
Fóruns/Comitês	Desenvolvimento Territorial Sustentável de Florianópolis (DTS/Epagri) Banco do Brasil
Instituições ligadas às Universidades	Grupo de Estudos Pesqueiros (GEP) Universidade do Vale de Itajaí (UNIVALI)

Fonte: MPA, 2010b

Fica claro, que o Colegiado da Pesca, enquanto instrumento por meio do qual as políticas territoriais manifestavam-se, se apresentou difuso: juntou todas as instituições envolvidas com a pesca na região do Baixo Vale de Itajaí e Tijucas. Se é verdade que os Territórios da Pesca foram criados especialmente para serem organizações que permitissem o desenvolvimento político, cultural e produtivo dos pescadores artesanais de uma região pesqueira, não é menos verdade, que da maneira como se constituiu os interesses antagônicos seriam um possível entrave.

6.5 A EXTINÇÃO DOS TERRITÓRIOS DA PESCA: PROBLEMAS DE ORDEM INSTITUCIONAL OU CONTRADIÇÕES DO REAL?

Se considerarmos que as políticas públicas implementadas no território apresentaram um caráter mais conjuntural do que estrutural, ou seja, se elas não organizaram os pescadores

em torno de questões fundamentais, é possível compreender a inconsistência delas para o cotidiano dos pescadores artesanais. Essas ações governamentais não conseguiram superar: i) os problemas existentes entre os pescadores e as colônias, sequer fomentaram a necessidade de fortalecimento desses espaços ou ainda a criação de novos espaços em torno dos quais os pescadores artesanais pudessem engendrar formas de entendimento acerca das suas condições existenciais e ii) a subjugação entre as colônias e associações de pescadores e as superintendências nos Estados e no MPA. As condições de manutenção das colônias, por exemplo, são extremamente precárias, com baixa participação dos pescadores artesanais nos rumos políticos e com um corpo administrativo olímpicamente limitado para uma demanda profunda. As mesmas condições são vistas nas associações de pescadores e ainda nas limitadas secretarias estaduais e municipais. Para além destas cores adversas há o conteúdo “conceitual”, uma espécie de espírito ingênuo que ordena o âmbito intelectual/político dessas instituições. Isso se traduz na forma pela qual elas enfrentam os problemas do pauperismo social dos pescadores artesanais.

Esse cenário é visível em todos os municípios do território em que há colônia de pescadores ou outra instituição representativa. No de Penha, por exemplo, nem a Colônia Z-5, nem a Associação participaram da construção do território da pesca. Independentemente da baixa capacidade organizativa dessas instituições o que queremos destacar é que a política territorial pesqueira no TBVIT não se desenhou enquanto ações supremas em torno das quais o pescador artesanal pudesse se envolver consistentemente. O caráter conjuntural dessa política, somado ao que vimos acima, foi o vento que moveu as águas dessa participação.

Devemos dizer que em Penha a participação dos pescadores artesanais junto à colônia e à associação reduz-se à satisfação dos seus interesses organizativos imediatos, como: regularização das carteiras de pescador, licença para as embarcações, cadastro no RGP e na previdência social e orientações sobre o seguro defeso, conforme acompanharemos nos gráficos abaixo.

Além disso, há outras duas razões para explicarmos a extinção dos territórios da pesca no TBVIT. A primeira se refere à instabilidade institucional do MPA, ou seja, a política territorial foi criada durante a gestão do ministro Altemir Gregolin⁹⁸, em 2006 e não houve continuidade nos ministérios seguintes. Assim que a candidata Dilma Roussef assumiu a presidên-

⁹⁸ Altemir Gregolin foi o segundo ministro da pesca e aquicultura. Esteve à frente do ministério de 3 de abril de 2006 a 01 de janeiro de 2011. Foi antecedido por José Fritsh, que ficou de 01 de janeiro de 2003 a 31 de março de 2006 e foi sucedido pela ministra Ideli Salvatti, que ficou de 01 de janeiro de 2001 a 10 de junho de 2011, já durante o governo Dilma.

cia em 2011, a culminar com a mudança de ministros, a política territorial deixou de fazer parte do corpo de políticas públicas e outras ações foram desenvolvidas. Segundo a Superintendência de Pesca e Aquicultura de Santa Catarina a política territorial sequer fez parte dos ministérios que sucederam o de Altemir Gregolim. Além da descontinuidade, observamos um outro aspecto estrutural, qual seja, o caráter empresarial e profissional das políticas públicas. Se entendermos que para serem consistentes as políticas públicas deveriam começar do empírico ao institucional, tornando os sujeitos envolvidos determinantes no processo de transformação social, as que foram instaladas pelo MPA foram meras formas conjunturais. Esse é o caráter alheio das políticas públicas do MPA, ou seja, o fato delas não partirem dos sujeitos subalternos envolvidos diretamente, provocou um estranhamento absoluto.

Não estamos a negar, com isso, que elas não foram planejadas e realizadas, como podemos ver na tabela abaixo. O que queremos dizer é que a forma limitada, exterior, sem a participação efetiva dos envolvidos, com que elas se arquitetaram foi o motor da sua desestruturação.

A outra razão pode ser compreendida a partir do Relatório (2010) realizado pelo MPA e com apoio do Instituto de Estudos e Assessoria ao Desenvolvimento (CEADES) em que diz que o colegiado ao unir setores com interesses tão contraditórios não alcançou o desenvolvimento esperado. Era assim que os interesses dos setores industriais e aquícolas eram confrontados com os interesses dos pescadores artesanais. Além disso, as reuniões de organização e tomada de decisões do colegiado eram centralizadas e realizadas em um único município. Este fato fazia com que outras instituições de municípios vizinhos não pudessem comparecer, pois se tratam de organizações comunitárias a viver em estado de fragilidade orçamentária, administrativa e participativa.

Por último, mas não menos importante, devemos arrolar neste rol de razões o transplante operado entre as concepções de território. O implantado no MPA foi resultado da decisão de transplantar o modelo, ainda em construção dos *Territórios da Cidadania* do MDA. O que impulsionou esta medida foi, fundamentalmente, a possível similaridade com que se encontravam os sujeitos envolvidos. Os trabalhos desenvolvidos, especialmente na década de 1980, já gravitavam em torno desta problemática a destacar a origem dos pescadores artesanais. No litoral catarinense, não raro, é desaconselhável pensar na figura do pescador sem pressupor o pescador-lavrador, conforme vimos no capítulo primeiro deste trabalho. Se formos mais a fundo na história poderemos destacar que a pesca era uma atividade secundária do

pequeno agricultor, limitada a períodos de safra. Foi em razão da crise das atividades agrícolas litorâneas de meados do século XX, sobretudo, que os camponeses migraram, integralmente, às atividades do mar. Portanto, as reminiscências teóricas somado as condições de vida destes pescadores artesanais e as potencialidades produtivas da aquicultura e da indústria coadunaram para a instalação da política territorial.

No mesmo sentido, o governo do PT é caracterizado por uma articulação institucional capaz de ocultar os conflitos de classes. É muito fácil observar a amarração estrutural da política econômica aos interesses do capital especulativo, razão pela qual nenhuma política territorial, profundamente articulada às demandas populares, pudesse se processar eficazmente. Essa realidade é alusiva ao dois mandatos do presidente Lula e, até o momento, ao mandato da presidenta Dilma.

Se o que dissemos acima é consistente, não podemos deixar de considerar o caráter de adestramento para o conformismo destas políticas. Como falamos há instantes, elas não foram criadas no sentido de emancipar os povos subalternos. Elas atuaram mais no âmbito conjuntural do que no estrutural. Para o tipo de política que o PT realiza, definir o lugar dos povos subalternos é uma estratégia determinante e sem a qual seria muito difícil a burguesia financeira (mormente), comercial e industrial e os latifundiários manterem os padrões de acumulação de riqueza. É uma ingenuidade acreditar que diante de um governo com tais características seja possível emancipar milhões de miseráveis dos rincões do “vale de lágrimas”.

À luz destas questões é mister apresentar o quadro de ações governamentais criado no interior das políticas públicas do MPA. As ações ministeriais implementadas no TBVIT, que materializaram tais políticas públicas, gravitaram em torno de melhorias nas condições de captura, de infraestrutura e de qualificação técnica dos pescadores artesanais. A tabela a seguir apresentará todas as ações ministeriais implementadas durante o período analisado nesta tese.

Quadro 9 - Ações ministeriais implementadas no TBVIT, 2011

Municípios	Ações do MPA	Situação em 2011 ⁹⁹
Piçarras	Fábrica de Gelo	Instalada
	Veículo	Em Processo
	Telecentro	Em Processo
	Guincho	Em Processo

⁹⁹ O que nos levou a especificar a situação das ações do ministério em 2011 foi o fato de que neste ano houve a realização do Relatório final produzido pelo Colegiado da Pesca do Território do Baixo Vale de Itajaí detalhando a situação da estrutura da pesca nos municípios do território. Naquele momento algumas ações do MPA dependiam de simples detalhes burocráticos para serem liberados às colônias.

Municípios	Ações do MPA	Situação em 2011
Balneário Camboriú	Fábrica de Gelo	Instalada
	Telecentro	Instalada
	Subsídio Óleo Diesel	Instalada
Itapema	Fábrica de Gelo	Instalada
	Telecentro	Instalada
Bombinhas	Fábrica de Gelo	Instalada
	Trapiche para atracagem	Instalada
	Retroescavadeira	Instalada
	Galpão do Pescador	Instalada
	Telecentro	Instalada
Porto Belo	Fábrica de Gelo	Instalada
	Telecentro	Instalada
	Subsídio Óleo Diesel	Instalada

Fonte: autor, 2015

6.6 CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS DE PENHA

Penha é uma cidade situada no litoral norte do Estado de Santa Catarina e seu território está distribuído pelos 60,4 km², com 20 metros de altitude e sob as coordenadas médias de latitude 26°46'10" e de longitude 48°38'45". Faz parte da meso-região do Vale do Itajaí e pertence à micro-região da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí (AMFRI), conforme figura abaixo.

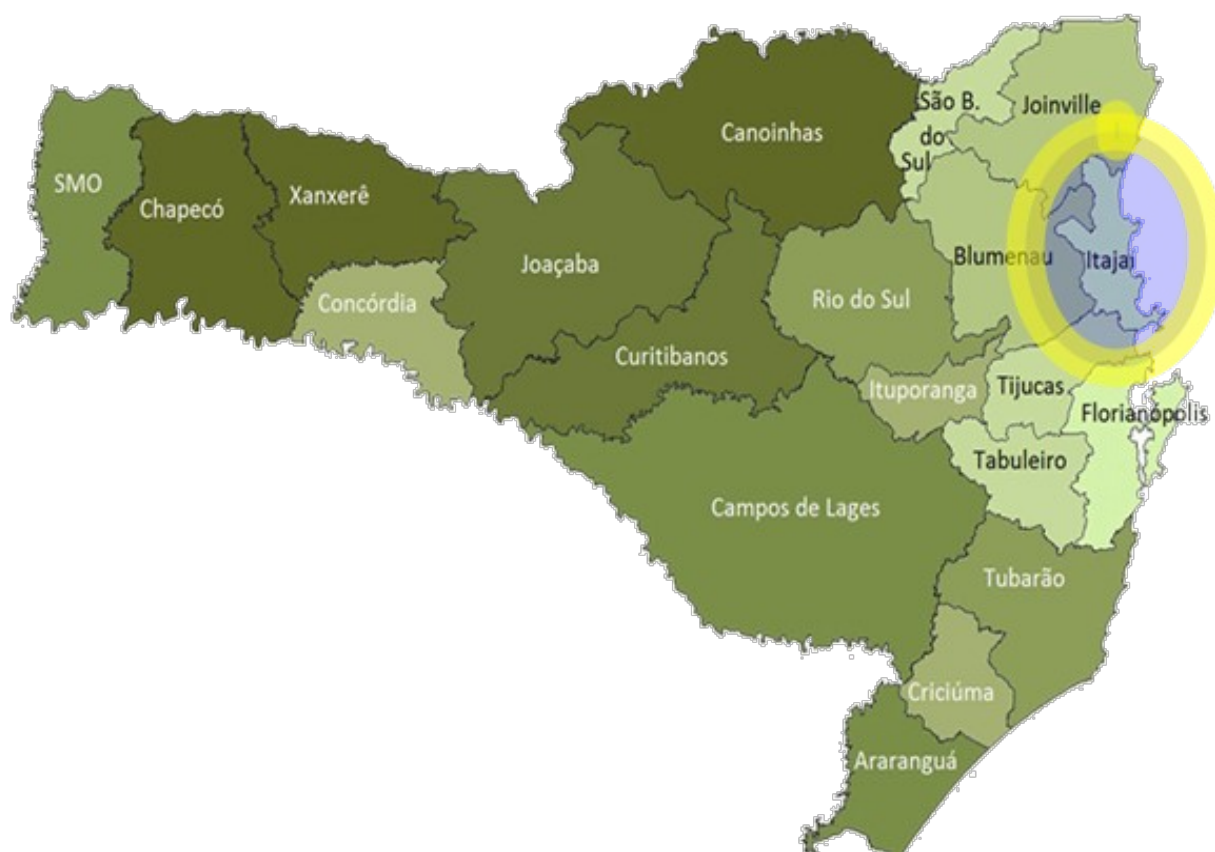


Figura 5 - No destaque, a posição do Vale do Itajaí
Fonte: AMFRI, 2014

Está organizada em torno de cinco bairros: Centro, Praia de Armação do Itapocorói, Gravatá, Santa Lúcia e Nossa Senhora de Fátima. Possui 19 praias em quase 31 quilômetros de orla marítima: Praia Alegre, Praia da Saudade, Praia do Quilombo, Praia de Armação, Praia de Armação de Itapocorói, Praia da Paciência, Praia Grande, Praia Vermelha, Praia de São Miguel, Praia da Lola, Praia Bacia da Vovó, Praia do Manguinho, Praia da Fortaleza, Praia da Cancela, Praia de São Roque, Praia do Caminho, Praia do Monge, Praia do Lucas, Praia do Poá.

Faz fronteira ao norte com o município de Piçarras e o Oceano Atlântico, ao sul com o Município de Navegantes, ao oeste com Navegantes e Piçarras e ao leste com o Oceano Atlântico, conforme figura seguinte.

Segundo dados do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável (SIDMS), Penha possui uma população de 28.718 habitantes (SIDMS, 2014), sendo que, em 2010, 2.077 viviam formalmente em áreas rurais e 23.064 em áreas urbanas. Possui uma po-

pulação economicamente ativa¹⁰⁰ de 12.505 habitantes, dos quais 3,96% encontram-se sem trabalho em 2010. No âmbito educacional, Penha possui 30 escolas, sendo que 22 são da rede municipal, 5 da rede estadual e 3 da rede privada de ensino. É preciso destacar que possui um Centro Experimental de Maricultura da Univali. Nesse Centro, são desenvolvidas atividades dos cursos de Oceanografia e Biotecnologia, além de atividades de pesquisa e extensão.

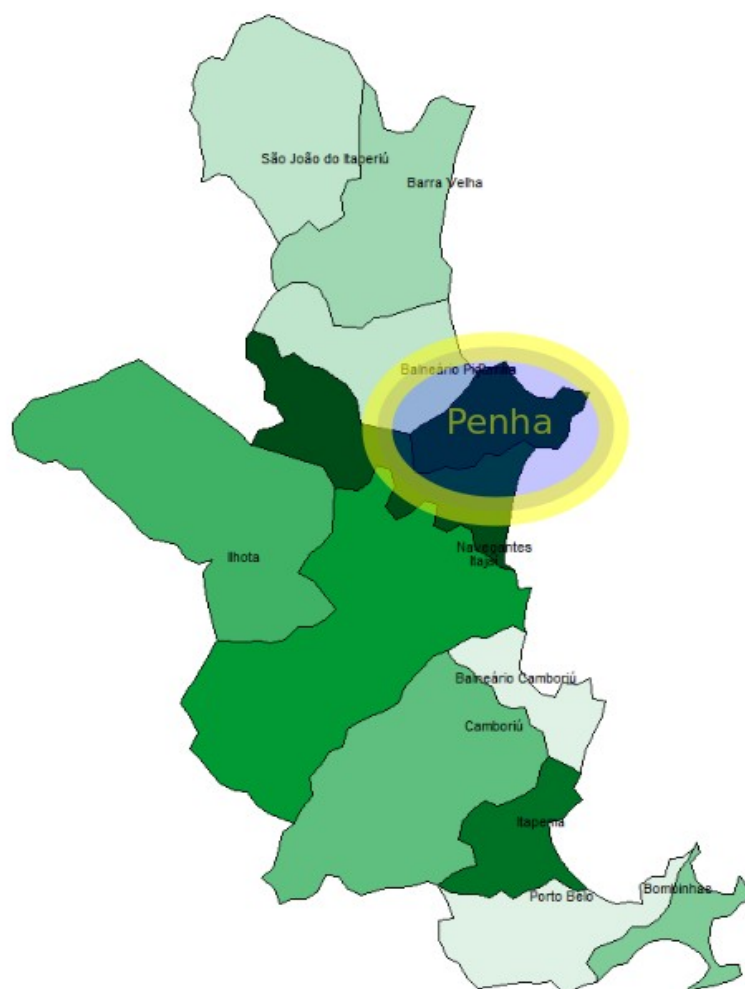


Figura 6 - A posição central de Penha na região

Fonte: AMFRI, 2014

6.7 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESCA ARTESANAL EM PENHA

O Município de Penha, como todos os municípios litorâneos de Santa Catarina, é banhado pela pesca artesanal. No século XVII a experiência das armações de captura de Baleias

¹⁰⁰Entende-se por população economicamente ativa o contingente de pessoas com 16 ou mais anos de idade que está trabalhando ou procurando trabalho, segundo IBGE (2010).

dá o primeiro sinal do que mais tarde veio a se constituir o litoral.

Do território do Baixo Vale de Itajaí e Tijucas, Penha, é um dos mais importantes no tocante às atividades artesanais da pesca. Em boa verdade, a pesca artesanal é o mote ao redor do qual práticas artesanais se constituíram, a firmar os pés e a riscar o semblante da cidade desde a sua fundação¹⁰¹. Se assim apresentamos a cidade é oportuno perguntar quais foram as razões históricas para que houvesse tais práticas?

O processo histórico de formação do Estado catarinense nos leva a sustentar que Penha nasceu enquanto cidade que gravitava em torno dos interesses de grupos colonizadores da século XVIII em diante. Contudo, não podemos perder do horizonte analítico a influência dos povos sambaquianos e indígenas na cidade. É digno de nota a marca dos quatro sítios arqueológicos de “sambaquis, berbigueiros e concheiros” presente ao longo do território da cidade. Além disso, a influência dos indígenas é clara, mormente, quando destacamos todo o seu acervo de conhecimentos tradicionais que contribuíram para a reprodução da existência dos povos que a partir da colonização europeia chegavam. Os conhecimentos que se tornaram parte das práticas de sobrevivência dos povos podem ser destacados como: i) no âmbito alimentar, a farinha, a mandioca, o feijão, o milho o peixe e as ervas e ii) no âmbito artesanal, a fabricação de balaios, de canoas monóxilas, a arapuca, enquanto instrumento de caça, o arpão, etc. Inclusive, foram conhecimentos por meio dos quais os colonizadores garantiram a manutenção e ampliação dos seus negócios. De acordo com Bonati (2005) Penha estava situada em uma região estratégica entre o porto de São Francisco do Sul, no norte do Estado e Desterro. Tal fator permitiu que exploradores vinculados à pesca da baleia no século XVIII pudessem usar as águas calmas para suas atividades.

Dessa forma, Itapocorói passou a ser constituída como espaço de práticas de subsistência. As atividades que se processavam entre Desterro e São Francisco do Sul e, simultaneamente, entre o Rio Itajaí-Açu, foram o germe da ocupação antrópica na cidade. Bonati (2005, p. 34, et. seq.) menciona que:

no século XVIII, o Arraial de Itapocorói contava com uma população significativa, a ponto de, em 1758, dois moradores da Freguesia encaminharem ao Bispo do Curato do Rio de Janeiro uma solicitação para construir uma cape-

¹⁰¹ Algo relevante destacado por Lago (1968, p. 45) é o fato segundo o qual os estabelecimentos comerciais de Penha e, de todo litoral catarinense, possuem traços ligados ao mundo pesqueiro artesanal. “Quando configurados como restaurantes tornam-se principalmente dependentes do consumo de pratos típicos, como caldo de peixe, caldo de camarão, principalmente nas comunidades de grande afluência turística. Quando caracterizados por armazéns de secos e molhados, as vendas mais expressivas dizem respeito à necessidade da captura, isto é, o querosene que alimenta as lamparinas para as pescarias noturnas, o aguardente cujo conceito é tanto de remédio protetor contra o frio, contra o reumatismo, quanto de bebida”.

la, atendendo assim às necessidades religiosas da população que ali vivia.

No mesmo século, em 1777, enquanto resultado das disputas entre espanhóis e portugueses, Itapocorói recebe a visita dos donos de armações de baleeiras de Desterro que fugindo da invasão espanhola resolvem instalar os seus negócios na atual praia de Armação do Itapocorói. É mister ressaltar, contudo, que a primeira atividade de subsistência, em todo o litoral catarinense, foi a agricultura e somente com a decadência desta atividade a pesca artesanal passou a ter expressão. Os viscentistas deram início à atividade agrícola e depois os colonizadores açorianos continuaram a atividade, de tal sorte que esta atividade foi dominante até o século XIX tendo a pesca artesanal uma prática secundária.

Somente com os graves problemas decorrentes da produção agrícola no início do século XX é que a pesca artesanal passou a ter um dinamismo próprio, a ser considerada uma atividade pesqueira em si¹⁰². Se até o século XX a figura do pescador-lavrador era comum, depois da crise da produção agrícola, a pesca artesanal passou a ganhar contornos de uma atividade profissional. Pelos menos era assim que estava anotado no Decreto N. 23.672 de 02 de janeiro de 1934, do primeiro Código de Caça e Pesca do Brasil. A condição profissional dos pescadores artesanais foi motivo de preocupação nos dois subsequentes Códigos de Pesca: i) o que foi aprovado pelo Decreto-lei 794 de dezenove de outubro de 1938 e ii) o que foi aprovado pelo Decreto-lei de 8526 de 31 de dezembro de 1945. Nestes três códigos, portanto, o pescador artesanal foi considerado profissional da pesca e era obrigado a estar matriculado na colônia em cuja zona residia. Já o Decreto-lei 221 de 28 de fevereiro de 1967, que aprovou o Código de Pesca do Regime Militar, seguia a mesma orientação anterior, mas com uma novidade: mencionava que a pesca deveria ser a sua profissão ou meio principal de vida.

Para as cidades litorâneas catarinense, Lago (1968), em torno da sua pesquisa empírica em todo o litoral, nos mostra que a vitalidade da natureza econômica da profissão do pescador artesanal era incerta. Isso poderia ser observado explicitamente quando se via a renda destinada à reprodução do pescador e da sua família. Segundo Lago (1968): “a pesca nem sempre representa, nos limites da ação dentro da comunidade, um meio de mais segura obtenção de rendas. Em muitas comunidades ocorre, com bastante intensidade, o fenômeno de migração dos pescadores para outras áreas”. É preciso destacar que o fato de ser considerado pescador arte-

¹⁰²A migração de trabalhadores da agricultura para a pesca artesanal pode ser compreendida a partir da crise da pequena agricultura de subsistência da virada do século XIX ao XX. Lago (1968), mais uma vez, nos explica que “a transferência da atividade agrícola para a pesca se explica em função de problemas como esgotamento de solos, pragas que se repetiram na lavoura da mandioca, ocorridas em várias comunidades da Ilha de Santa Catarina. As rendas baixas auferidas na agricultura forçavam seus participantes a se integrarem na atividade pesqueira a ponto de ficarem exclusivamente dedicados a esta”.

sanal não o impedia de exercer outra atividade profissional, como mais tarde se tornou o Código da Pesca de 2009. Portanto, a incapacidade da pesca artesanal em garantir a produção de vida dos pescadores já estava colocada no exato momento em que a atividade se estabelece, ou seja, quando ela se torna uma atividade profissional ela já se apresenta insuficiente.

Diegues (1988) em torno do II Encontro de Ciências Sociais e o Mar, desenvolvido pelo Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil, organiza uma coletânea de artigos sobre o problema da transição do trabalho da lavoura à pesca artesanal e, mais, dos problemas engendrados pelo avanço da sociabilidade capitalista em regiões, estritamente, de pescadores artesanais. Dentre os artigos mencionados, podemos sublinhar o trabalho de Sales (1988) que trata dos aspectos da pesca artesanal na região lagunar de Iguape-Cananeia e das inúmeras atividades exercidas pelos pescadores a partir de 1960. O mesmo podemos dizer do importante trabalho de Furtado (1988), sobre os caboclos pescadores do Baixo Rio Amazonas. O autor chama a atenção da multiplicidade de atividades desenvolvidas por duas categorias de pescadores: i) pescadores-lavradores ou polivalentes, conhecidos também como varjeiros¹⁰³ e ii) pescadores citadinos ou monovalentes. A vida cotidiana dos pescadores varjeiros é alternada, sazonalmente, entre a casa, o raçado, o jutal, a floresta, o pasto e os lagos e rios. Dessas atividades há a que se destina, exclusivamente, ao mercado e outras que se destinam à alimentação familiar. “A perda da terra é um fator que leva os varejeiros a migrarem para fora de seu micro-mundo”, segundo Furtado (1988, p. 194, et. seq.). Já os pescadores citadinos têm a atividade como o seu principal meio de vida. O seu vínculo com o mercado é mais intenso, por isso participam ativamente do dinamismo capitalista. Furtado (1988) observou que os pescadores citadinos estavam a perder a sua autonomia em relação às atividades da pesca que desenvolviam em função da dependência aos imperativos da economia de mercado.

Por fim, é lícito dizer que a atividade pesqueira das duas categorias não era uma atividade unívoca. A uniformidade estava no fato de “o pescador se relacionar diretamente com o meio natural e utilizar os mesmos mananciais como espaço produtivo, ou seja, como recurso primário mobilizável para sua subsistência e a de sua família”, salienta Furtado (1988).

Esse tipo de formação também era visto na região estuarina da Lagoa dos Patos no Rio Grande do Sul. Orlando (1988) classifica os pescadores que se encontravam na região da Lagoa de três formas: i) de pescadores-exclusivos; ii) pescadores-lavrador e iii) pescadores-tra-

¹⁰³O termo varjeiro é atribuído a eles por morarem em áreas de várzea da região e por cultivarem “roçados de mandioca, legumes, feijão, milho e juta; coletam resinas silvestres, sementes e plantas medicinais para a venda nos centros urbanos”, segundo explica Furtado (1988, p. 185).

balhadores. É interessante observar uma categoria que ainda não havíamos tratado, qual seja, a dos pescadores-exclusivos: aqueles que têm na pesca a atividade econômica única. Lamentavelmente, a autora não aprofunda o artigo a ponto de descobrirmos como se desdobrava o modo de produzir a existência deles.

Faz bastante sentido apreender que os profundos laços de solidariedade, a constituição do enorme acervo de conhecimentos tradicionais, que tantos panegíricos observamos, as lutas travadas em torno das condições existenciais, foram constituídos tendo como base esta multiplicidade de atividades. Queremos deixar claro que esta multiplicidade não diminui o processo histórico de formação dos pescadores artesanais.

Contextualizado assim, podemos classificar a evolução da pesca em Penha da seguinte forma: i) do século XVIII até 1950, período pré-industrial ou período em que dominava a pesca e a lavoura, conhecido por Diegues (1983) pela presença do pescador-lavrador; ii) de 1950 até 2000, período de modernização do setor pesqueiro, influenciado pelas políticas da Sudepe; é neste momento que Penha recebe as primeiras indústrias de beneficiamento e os barcos industriais, outro fato relevante, neste período, foi a presença das mulheres e crianças nas fábricas de beneficiamento do pescado, cabe reiterar a política de modernização do Vale do Itajaí, com a construção da BR-101 e com a ampliação de algumas vias de escoamento da produção das indústrias da região e iii) do início do século XXI aos dias atuais, período de complexificação da pesca artesanal; esse período começa com a criação de um órgão exclusivo para o setor pesqueiro e com o subsequente fortalecimento das políticas públicas.

6.8 OS PESCADORES ARTESANAIS DE PENHA NA ATUALIDADE

6.8.1 ANÁLISE DE DADOS

As entrevistas abaixo foram realizadas de outubro de 2014 a março de 2015 com vinte e quatro pescadores(as) artesanais do Município de Penha. Além deles(as), entrevistamos o presidente e a presidenta da Colônia dos Pescadores de Penha, o presidente da Associação de Pescadores Artesanais de Penha, o Secretário Municipal de Agricultura e Pesca de Penha, o Diretor-Executivo da Coopermape. Todo esse acervo de informações nos deu base para compreendermos a situação da pesca artesanal. É digno de nota o comprometimento da maioria dos entrevistados com esta pesquisa. Não tivemos nenhum tipo de constrangimento ao participar do cotidiano dos envolvidos e ao obter informações sobre o seu modo de produzir a existência.

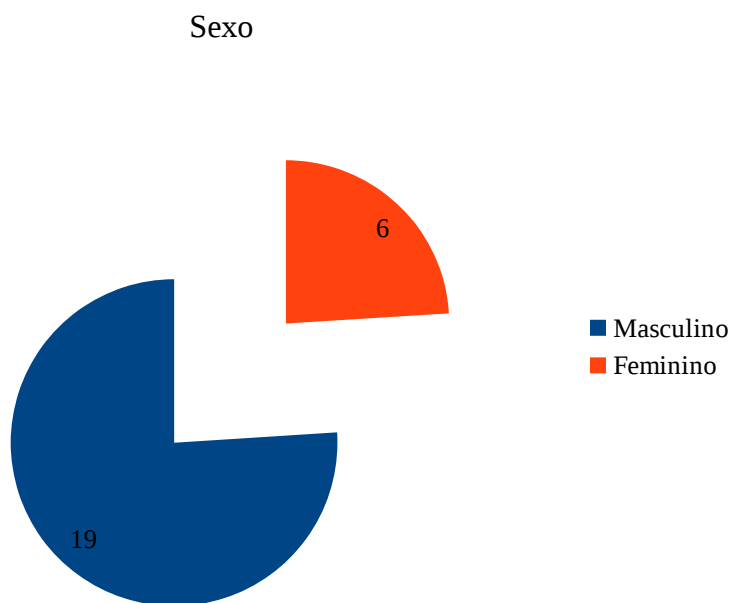
O nosso objetivo com as entrevistas foi expor, portanto, alguns elementos do modo de produzir a existência desses pescadores artesanais. As perguntas foram formuladas no sentido de contemplar a nossa preocupação com a temática ora em análise. Buscamos organizá-las de forma semi-estruturada, para que pudéssemos, além de ter respostas objetivas, ter respostas mais amplas.

Como em Penha há dois órgãos que representam os pescadores artesanais, Colônia e Associação¹⁰⁴, buscamos entrevistar pescadores que fizessem parte de ambos. Descobrimos que a Associação foi criada em 2010 pelos dissidentes da Colônia e que há uma concorrência acirrada pela realização das matrículas dos pescadores. Em geral os pescadores buscam se associar a mais competente, isto é, a que oferece mais rapidez nos trâmites dos documentos necessários aos benefícios sociais.

De acordo com o gráfico abaixo é possível afirmar que dos 25 pescadores(as) artesanais entrevistados(as), 19 (76%) eram homens e 06 (24%) eram mulheres. O aumento das mulheres, enquanto pescadoras artesanais cadastradas no MPA, deu-se assim que foi aprovada a lei 11.959 de 29 de junho de 2009¹⁰⁵ que considerou pescadoras artesanais todas aquelas mulheres envolvidas com “os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros”.

¹⁰⁴A colônia, em 2015, possuía 1.000 pescadores cadastrados, enquanto a Associação tinha 761. Esses dados foram obtidos mediante consulta aos dados das próprias entidades.

¹⁰⁵De acordo com a Seção II que trata da atividade pesqueira, no Art. 4, da Lei 11,959 de 29 de junho de 2009: “a atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros”. E, ainda neste mesma seção o parágrafo único menciona que: “consideram-se atividade pesqueira artesanal, para os efeitos desta Lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal”.



No Município de Penha a participação das mulheres na atividade de beneficiamento do pescado sempre foi ativa. O papel delas não está vinculado ao ato da captura do pescado, ou seja, constitui-se enquanto uma atividade complementar. Para além disso, um outro fator que explica a participação das mulheres na atividade pesqueira é a industrialização do beneficiamento do pescado na segunda metade do século XX. Como mostramos no capítulo terceiro, a atividade empregava um considerável volume de pescadoras.

As atividades de beneficiamento do pescado, como a limpeza, a adequação para o consumo, a separação das espécies, etc, eram feitas com mais frequência pelas famílias dos próprios pescadores, como mostraremos no gráfico a seguir. Por esta razão, o Município de Penha desenvolveu uma considerável teia de empresas familiares e vicinais para atender o volume da captura artesanal. Segundo relatos de pescadores e “salgueiros” esta atividade era realizada assim que eles chegavam do mar e, por ser uma atividade artesanal, a própria família e os vizinhos cuidavam do beneficiamento e comercialização. Essa prática foi se solidificando e tornou-se a forma pela qual os envolvidos estipulavam os preços e comercializavam o pescado.

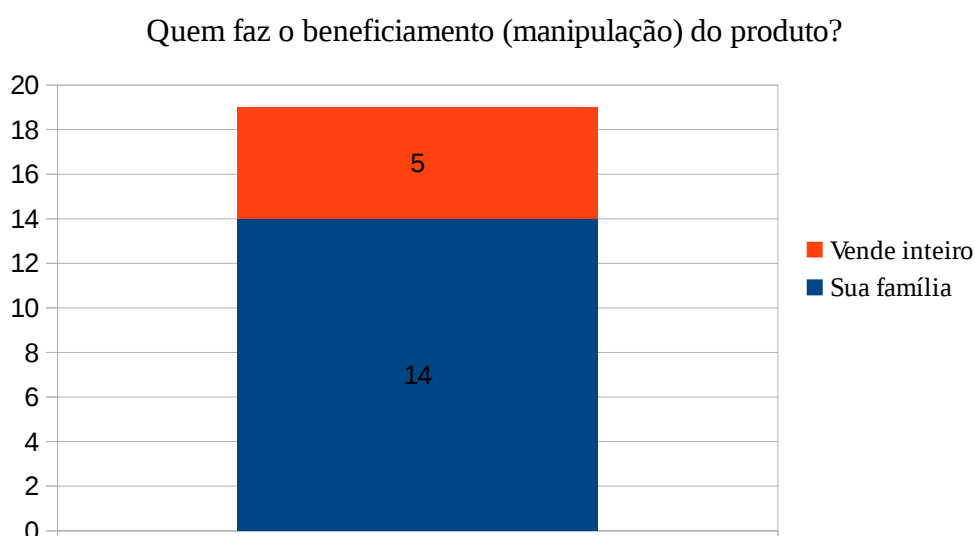
Segundo dados¹⁰⁶ da Secretaria de Agricultura e Pesca de Penha (2015), há 40 peque-

¹⁰⁶Dados não publicados.

nas empresas de salgas e manipulação de pescados atuando de acordo com as normas legais. Como condição para atuar no setor, todos os anos elas são submetidas à fiscalização da Vigilância Sanitária de Penha, cujo objetivo é melhorar as condições de trabalho e de higiene destes estabelecimentos. Em 2015, das empresas existentes, 31 delas receberam a visita para que pudessem se adequar às normas sanitárias e receber o Selo de Inspeção Municipal, com o qual poderiam ampliar as suas redes e comercializar com restaurantes e bares fora da município e com empresas de pescados de modo geral.

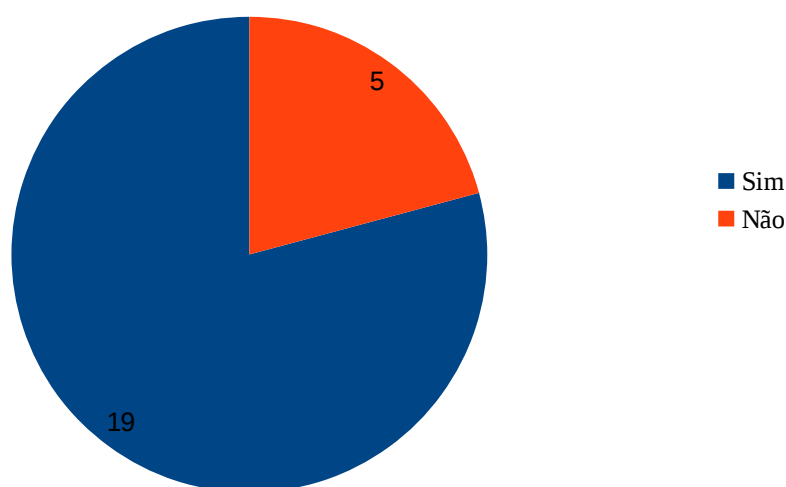
É desta forma, pois, que o avanço da sociabilidade capitalista impõe limites para o que outrora era recorrente entre os pescadores e pescadoras artesanais. Se o trabalho de beneficiamento artesanal das mulheres foi em um determinado tempo histórico uma atividade que garantia a subsistência e, de algum modo, era visto como uma atividade regular, com as novas formas de sociabilidade capitalista esse pequeno ramo de negócio se coloca insuficiente para a vida. A necessidade de novos mercados, as exigências, de toda ordem, que sustentam esta mesma sociabilidade, a imposição dos valores sanitários sobre a vida, resultante do ato teleológico, ainda que circunscrito à ordem burguesa, vão dando uma nova pulsação ao mundo presente dos pescadores artesanais.

No gráfico abaixo, dos dezenove entrevistados que responderam esta pergunta, 14 deles disseram que a família faz o beneficiamento do pescado. Como se tratam de pescadores artesanais que pescam camarão, não é lucrativo vendê-lo *in modus rudis*, ou seja, faz-se necessário a limpeza para que o camarão tenha mais valor.



Segundo a entrevista feita com os pescadores(as) para esta pesquisa, identificamos que, na grande maioria dos casos, é a mulher e os filhos que fazem este trabalho de beneficiar o pescado e quando há a necessidade de mais pessoas, contrata-se, de modo informal, quem está mais ligada à pescadora artesanal. Ainda que este tipo de arranjo produtivo seja considerado ilícito, perante os órgãos sanitários reguladores, ele é recorrente entre os pequenos pescadores artesanais de Penha, conforme nos mostrou o gráfico acima.

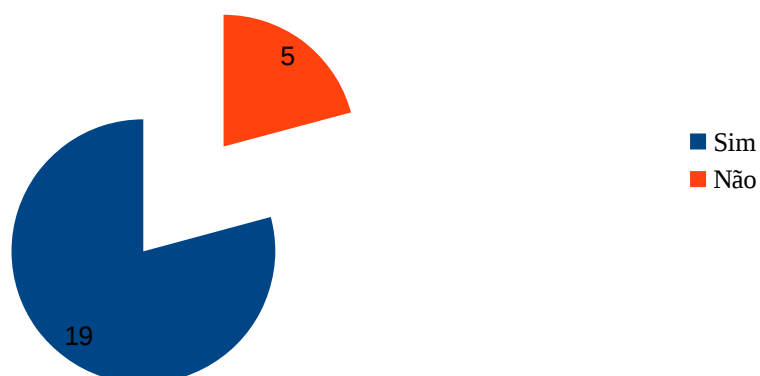
Você nasceu no Município de Penha?



No tocante ao local de nascimento dos pescadores(as) artesanais entrevistados(as) podemos perceber que a grande maioria nasceu no Município de Penha. Dos 24 entrevistados 19 (79%) disseram que nasceram em Penha, enquanto que 05 (21%) não nasceram na cidade, de acordo com o gráfico 03.

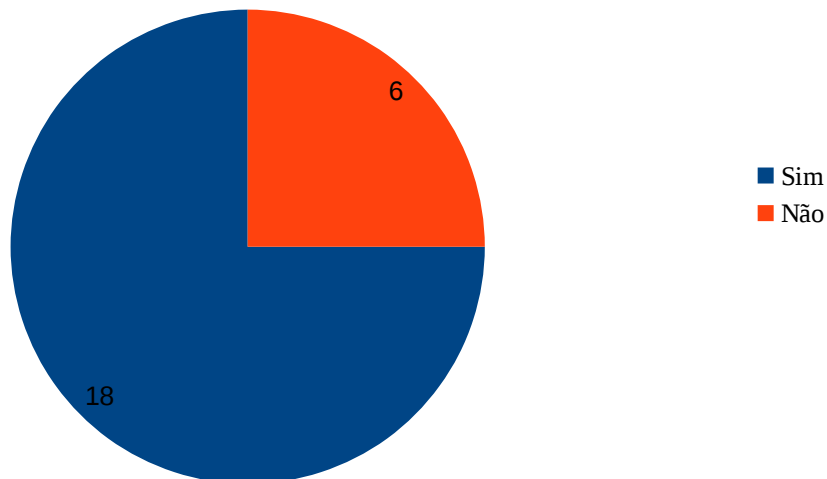
Curioso que se trata dos mesmos números alusivos ao Município de origem dos pais dos entrevistados. O gráfico 04 nos mostra que 19 (79%) dos pais deles(as) nasceram em Penha e 05 (20,9%) nasceram em outros municípios.

Seu pai nasceu no município de Penha?

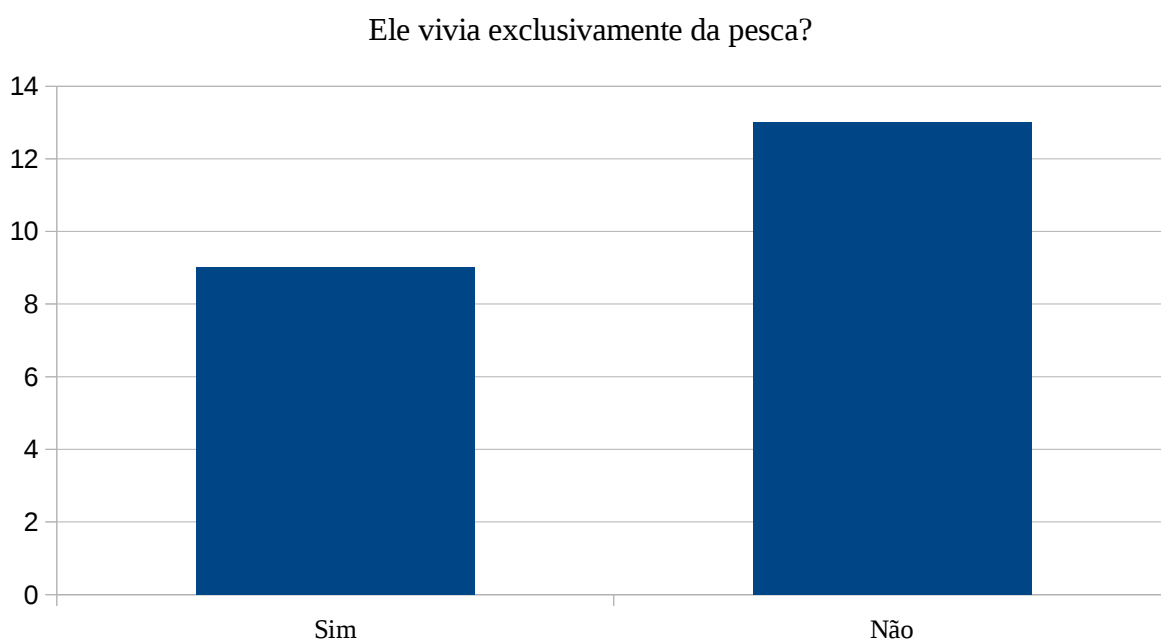


Os números são muito próximos quando observamos o local de nascimento das mães dos entrevistados. Dos 24 entrevistadas, 18 (75%) nasceram no Município de Penha e 06 (25%) têm em outras cidades o local de nascimento.

Sua mãe nasceu no Município de Penha?



O gráfico abaixo nos diz que 17 (73,9%) deles eram pescadores artesanais e 07 (26,1%) não eram pescadores. Os dados também nos dizem que há herança das atividades desenvolvidas pelos pescadores artesanais em Penha.



Se olharmos o gráfico abaixo é possível dizer que, mesmo tendo recebido como herança, a pesca artesanal era para os seus pais uma atividade subsidiária, ou seja, uma atividade que complementava a renda familiar. Dado as limitações de produzir a existência, enquanto pescadores artesanais, estes pescadores procuravam outras formas de emprego. Isso explica, ao mesmo tempo, o caráter conjuntural das ocupações profissionais destes homens que viviam da pesca artesanal, conforme mostramos no primeiro capítulo. As ocupações dos seus pais são as mais diversas. Elas vão desde comerciante, padeiro, lavrador e pedreiro até trabalhadores de barcos industriais e donos de bar. Dos entrevistados apenas 09 disseram que os seus pais viviam exclusivamente da pesca artesanal, conforme mostra o gráfico abaixo. Curioso que para a maioria dos pais a pesca artesanal não era uma atividade exclusiva, mas já para os pescadores artesanais entrevistados a pesca artesanal é a principal fonte de renda. Ainda que as duas perguntas permitem interpretar que pais e filhos possam ter outras atividades, é mais para o segundo caso que o vínculo como o mundo pesqueiro artesanal é mais incisivo do que para o primeiro. Hoje para ser um pescador artesanal é necessário não ter outra atividade profissional, uma vez que a Carteira de Pescador é um certificado que o impede. Caso ele tenha outras atividades, como é o caso de três pescadores artesanais entrevistados, elas só são possíveis na informalidade.

Se até a década de 1980 o documento obrigatório para o exercício da atividade da pesca profissional era a matrícula correspondente, fornecida pela Capitania dos Portos, segundo nos mostra Lobão (s/a, p. 331), além de estar vinculado à Colônia, ou à Federação, ou à Con-

federação, depois da criação do SEAP a obrigatoriedade passa a ser o RGP. É possível que as contradições de ser pescador artesanal em meados do século XX fossem menos complexas, ou seja, que houvesse menos competição e houvesse mais qualidade e quantidade de recursos do mar, todavia, é verdade que a capacidade de captura, alcance do mercado, etc. não era tão aprimorada como hoje se apresenta.

Em boa verdade, o que queremos destacar é que a implantação de um órgão exclusivamente pesqueiro, como vimos a partir de 2003, fortaleceu e ampliou as condições objetivas de ser pescador artesanal. A razão segundo a qual para ser pescador artesanal é necessário ter o registro profissional, para que se tenha acesso ao seguro-defeso, redução do ICMS sobre o óleo diesel, averbação do tempo de serviço para fins de aposentadoria e, um órgão efetivamente articulador, como se tornaram as colônias de pesca, definiu o horizonte dos pescadores artesanais em Penha. Ainda que os problemas estruturais ligados à captura diferenciam-se, por exemplo, do último quartel do século XX – dando menos possibilidades aos pescadores de agora, a garantia desses direitos sociais e a perspectiva política que passou a circundar em torno deles, nos confirma esta afirmação. Dado este arranjo das políticas públicas, ser pescador artesanal se tornou algo institucionalmente representativo. Somado a isso, podemos ainda colocar a Lei da Pesca e Aquicultura 11.959, sancionada em 26 de julho de 2009, que substituiu o Decreto 221, de 1967, que se apresentava incompatível com as necessidades dos pescadores, dos aquicultores, dos industriais dos segmentos da cadeia produtiva, que ampliou a legalidade das atividades pesqueiras.

Não menos importante são os dados de Campos & Chaves (2014) junto à Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (DISOC) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2014. Eles nos revelam que a política social para os pescadores artesanais mais consistente do governo petista foi o Programa do Seguro Defeso¹⁰⁷. Os dados nos mostram uma realidade contundente acerca do crescimento dos beneficiários de tal programa de 2002 até 2011. Entre 1992¹⁰⁸ e 2002 o número cresceu de 2,7 mil para 92,0 mil beneficiários, “representando a entrada de 89,3 mil novos beneficiários no programa no lapso de uma década (em média, 8,9 mil a cada ano), segundo Campos & Chaves (2014, p.78, et. seq.).

¹⁰⁷ O seguro-defeso teve início em 1990, como parte constitutiva das lutas travadas pela Constituinte da Pesca e consolidado nos avanços da Constituição Federal de 1988 (CF/1988). “Tal programa consiste em uma extensão do seguro-desemprego, dedicado a um trabalhador específico: o pescador com perfil artesanal. E, além de estar voltado a esse pescador, o Seguro Defeso também se encontra focado na preservação de várias espécies do ecossistema brasileiro” (CAMPOS & CHAVES, 2014).

¹⁰⁸ A Lei 8.287 de 1991, diz respeito à concessão do benefício de seguro-desemprego a pescadores artesanais, durante os períodos de defeso e foi revogada pela Lei 10.779 de 2003.

Já entre 2002 e 2011, depois da Lei 10.779 de 2003, esse número aumentou de forma cada vez mais acentuada, passando de 92,0 mil para 647,7 mil, significando que 555,7 mil novos beneficiários se incorporaram ao seguro-defeso no período inferior a uma década (ou 61,7 mil a cada ano, em média)” (CAMPOS & CHAVES, 2014) . Ainda segundo os dados dos autores (2014) a “execução do programa se acelerou e exibiu um aumento expressivo dos valores, que passaram de R\$ 111,12 milhões em 2002 para R\$ 1,89 bilhão em 2012, representando, em média, o dispêndio de R\$ 178,14 milhões adicionais a cada ano (cerca de sete vezes o valor constatado no começo dos anos 2000)”. Essa parece ter sido a defesa que faz Tavares (2013, p. 311) quando diz que a principal política para a pesca artesanal do governo de Luís Ignácio Lula da Silva foi o Programa de Seguro-Defeso. O volume investido foi superior “a toda a dotação orçamentária do MPA, e mesmo superiores ao montante total de crédito concedido. Isso reforça a concepção de que a política para a pesca artesanal é fundamentalmente uma política social, já que esta medida está atrelada à seguridade social e tem caráter distributivo ”, conclui a autora.

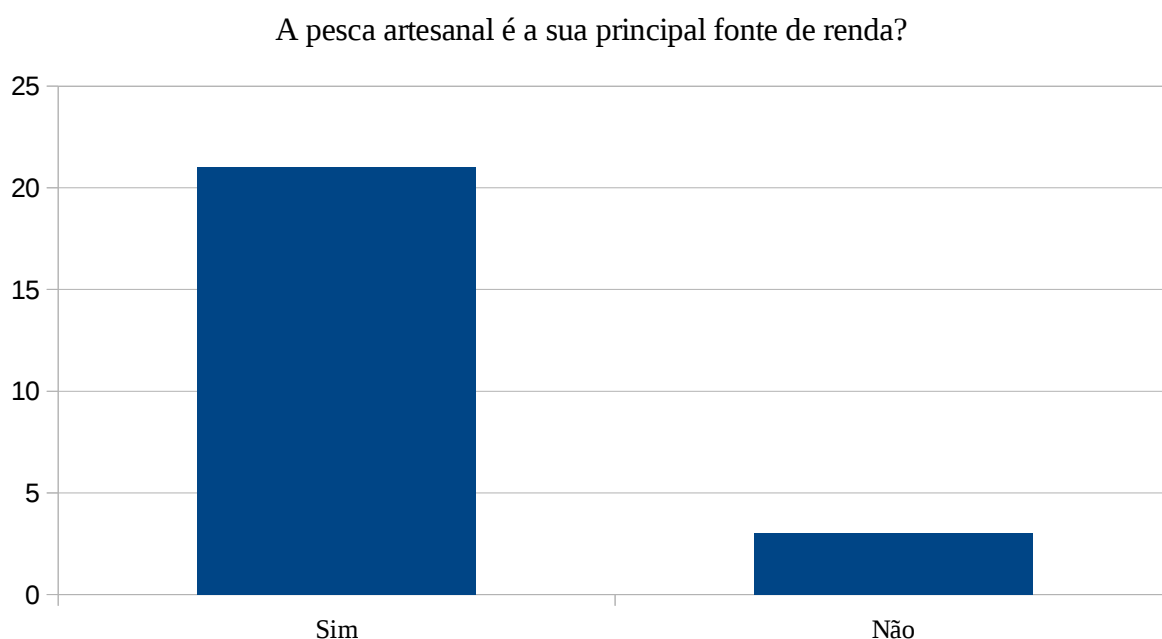
No entanto, observamos nestes últimos quatro anos, especialmente, o fato segundo o qual há fortes evidências entre os pescadores(as) artesanais e a colônia e associação de pescadores do esgotamento das atividades pesqueiras artesanais e das políticas sociais instaladas pelo governo atual. Esse esgotamento pode ser caracterizado de duas formas: i) pela insatisfação do caráter conjuntural das políticas públicas e ii) pelo aguçamento das contradições de se produzir a existência enquanto pescador artesanal.

Diante disso, estamos com uma perigosa contradição, já que falamos que *a implantação de um órgão exclusivamente pesqueiro, como vimos a partir de 2003, fortaleceu e ampliou as condições objetivas de ser pescador artesanal*. De onde vem este esgotamento, então? O que se explicita para os envolvidos com a pesca artesanal é o caráter conjuntural das políticas públicas implementadas durante a vigência do MPA. Se no início a implantação do MPA fortaleceu e ampliou as condições de vida, o que vemos nos dias atuais é um desmantelamento dos arranjos institucionais. Isso é mais verdade após a extinção da política territorial em 2011 e, mormente, do MPA em 2015 com a medida provisória (MP) 696/15 que redesenha a estrutura e as competências de ministérios e órgãos da Presidência da República¹⁰⁹. Para além

¹⁰⁹Segundo matéria da Câmara Notícias (2015) “a MP integra o conjunto de medidas do pacote fiscal, com o qual o governo espera elevar a arrecadação federal em 2016, diminuir gastos públicos e obter superavit primário”. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/497741-GOVERNO-ENVIA-MEDIDA-PROVISORIA-DA-REFORMA-ADMINISTRATIVA-AO-CONGRESSO.html>. Acesso em: 12/01/2016.

da extinção, o caráter conjuntural das políticas públicas não teve como premissa a construção de pilares que pudessem sustentar a emancipação dos pescadores; pilares que passaram a ser perseguidos de forma autônoma, a revelia dos arranjos estatais, aproveitando as contradições do cenário acima.

O gráfico abaixo corrobora o que estamos a dizer, especialmente se considerarmos a trajetória histórica da pesca na região estudada.



Se é verdade que eles têm na pesca artesanal a sua principal fonte de renda, ao longo da vida podemos perceber que eles já tiveram outras formas de produzir a vida. No gráfico acima, 21 (87,5%) disseram que a pesca é a sua principal fonte de renda, enquanto que 03 (12,5%) disseram que não é.

No gráfico abaixo, mostraremos como se dá a migração e as relações de produção em um barco industrial. Algo que é evidente entre os que, visceralmente, cresceram jungidos ao espectro do mundo pesqueiro, é esta enorme dificuldade em estar distante do âmbito pesqueiro artesanal e do domínio vicinal e comunitário. Nos comentários dados pelos pescadores artesanais, sobre as razões que os levaram a sair da pesca industrial, encontramos respostas como: i) “a concorrência entre os barcos e o preço do diesel”; ii) as péssimas condições de trabalho e de remuneração sobre um barco; iii) a distância da família e da casa, que geralmente duram mais de 25 dias em alto-mar e iv) a forma de distribuição dos lucros. Aliás, esta última

razão foi enfatizada por inúmeros entrevistados, portanto, faremos abaixo uma tabela apresentando a distribuição do lucro entre os envolvidos com a pesca industrial.

Tabela 11 - Distribuição de lucros da pesca industrial de Penha, 2014, em R\$

Valor Total da Produção			200.000,00
Gastos	%	R\$	
Manutenção	20	40.000,00	
Despesa com Barco	35	70.000,00	
Total	55	110.000,00	

Função	Nº de pessoas	Partes da Tripulação/ Proprietário	Valores Finais
Mestre	01	06	15.882
Contra-Mestre	01	03	7.941
Motorista	01	04 50%	10.588
Cozinheiro	01	02	5.294
Geleiro	01	02	5.294
Total dos Tripulantes	05	17	45.000,00
Proprietários do Barco	01	50%	45.000,00
Total		100%	90.000,00

Fonte: autor, com base em dados dos entrevistados

O exemplo acima refere-se a uma conta feita por um dos pescadores artesanais que foi durante muito tempo tripulante de um barco industrial. Segundo ele, para um barco que tenha obtido R\$ 200.000,00 em pescado, a distribuição dar-se-ia da seguinte forma: i) dos 55% (110.000,00) do total, 40.000,00 seriam para pagar a manutenção e 70.000,00 as despesas gerais; ii) os 45% (90.000,00) restantes, seriam para dividir, em partes iguais, com o proprietário do barco e todos os tripulantes. Desse modo, o proprietário do barco ficaria com 50% (45.000,00) e os tripulantes ficariam com 50% (45.000,00). A regra do contrato de trabalho entre eles diz que aos tripulantes é obrigatório a divisão em 17 cotas-partes, ou seja, para cada função, pagar-se-ia cotas-partes diferentes. O mestre do barco receberia 06 cotas-partes, o contra-mestre 03 cotas-partes, o motorista 04 cotas-partes, o cozinheiro 02 cotas-partes e o tripulante 02 cotas-partes, conforme tabela 17.

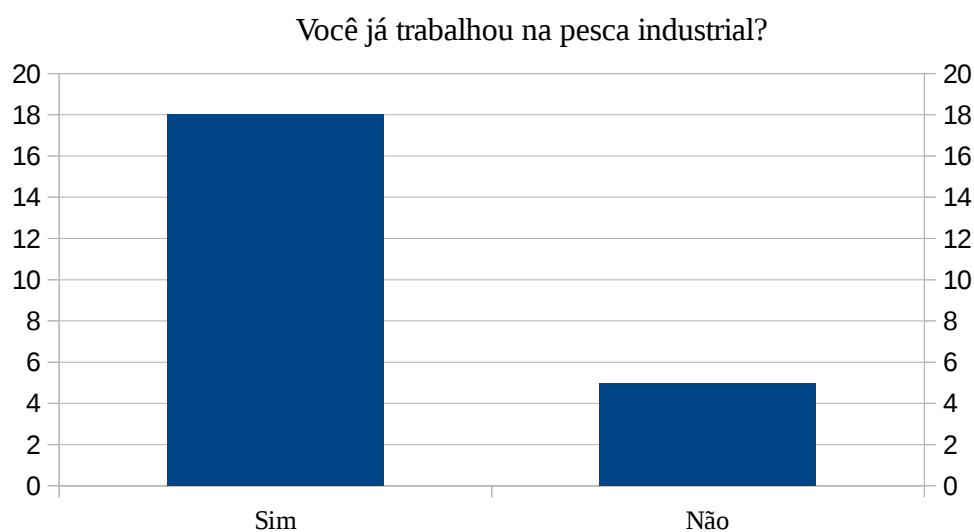
Esses dados são, particularmente, importantes porque dos 23 que responderam, 18 (78,2%) disseram que já trabalharam em barcos industriais. Apenas, 05 (21,8%) dos entrevistados disseram que não nunca trabalharam em barcos industriais.

O migração dos pescadores artesanais para o interior dos barcos industriais, ou ainda, a mudança na forma de relacionamento social, é algo que recorrentemente acontece nas comunidades de pesca artesanal do litoral brasileiro. Para o nosso caso de análise, isso se reveste de importância solar dado o pertencimento do Município de Penha ao berço da pesca industrial catarinense. Os Municípios de Itajaí, Porto Belo e Navegantes exercem uma força considerável na configuração da pesca industrial e artesanal da região. Ainda que a pesca artesanal penhense possua um dinamismo local, com seu pequeno mercado, com os sujeitos ainda vinculados aos desdobramentos comunitários e aos laços vicinais, visivelmente acesos, é inegável a influência da mesorregião citada. Isso pode ser observado pela fuga da força de trabalho e integração de alguns contingentes em outras regiões, pelo crescimento de setores industriais pesqueiros na cidade e pelo avanço expressivo, especialmente nos últimos 30 anos, do turismo.

Esses processos de expansão e de estagnação da atividade industrial pesqueira, submetem a força de trabalho ao ritmo flutuante do mundo capitalista. Uma parte dos trabalhadores torna-se flutuante, ou seja, empregam-se e demitem-se de acordo com o movimento da economia e outra parte torna-se trabalhadores pauperizados: incapazes de retomar as condições pretéritas e de avançar na competição do mercado de trabalho, tornam-se, portanto, seres supérfluos.

Se assim o é, não resta a eles outra coisa a não ser a sua pura e simples existência. A alienação como propugna Aued (2005, p. 38, et. seq.) “cria as condições materiais para que o homem [...] adquira a consciência de que suas condições humanas estão para além do trabalho”.

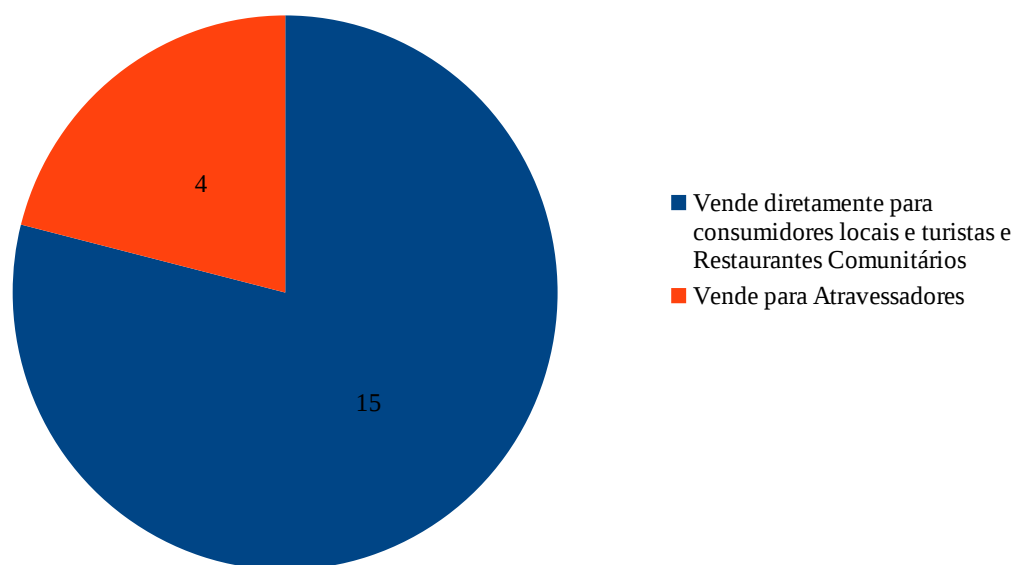
A força da sociabilidade capitalista, enquanto força contraditória, com a sua capacidade de transformação do espaço, engendrando políticas estatais e ações concretas em áreas industriais e portuárias reconfigura o posicionamento do pescador artesanal do interior da pesca de Penha. O evoluir da sociedade capitalista, como contradição, desenvolve “as condições históricas, principalmente as forças produtivas, para que o homem se constitua conscientemente com homem emancipado, ao subtrair dele as condições que o fazem mero trabalhador”, propugna ainda Aued (2005).



No gráfico abaixo, percebemos o caráter localizado da processo de comercialização da produção pesqueira dos pescadores artesanais. Dos que responderam ao questionário, 15 (78,9%) disseram que vendem diretamente para consumidores locais e turistas e restaurantes da comunidade. Apenas 04 (21,1%) (conforme gráfico abaixo) vendem para atravessadores, ou seja, aquelas pessoas que aproveitam as vantagens advindas dos processos maiores que cercam o comércio, na maioria das vezes difíceis para o pescador artesanal. Esse atravessador é uma figura que atua na cadeia produtiva e faz a mediação entre o produtor (pescador artesanal) e o comerciante varejista da região. Pode ser o próprio comerciante varejista *in loco*, que revestido de dinheiro compra toda a produção e tem em troca um preço abaixo do valor. Se a grande minoria dos entrevistados respondeu que vendem para atravessadores é menos pelas desvantagens que advêm deles do que pela venda direta. O fato de não venderem para atravessadores se explica pelo volume reduzido da produção e pela não garantia de comércio *ad eternum*. Isso explica o que temos comentado acerca do espectro do mundo artesanal da pesca.

Ainda sobre o processo de comercialização da produção, a grande maioria dos entrevistados disse que a força do consumo dos turistas é responsável pelo aumento da venda de pescados no verão. O turismo é, portanto, um componente contributivo do desígnio da pesca artesanal na cidade de Penha. Por mais que ele seja caracterizado pela desintegração dos arranjos comunitários, como observamos no último quartel do século XX, na atual conjuntura dos elementos materiais instalados na cidade, ele aparece enquanto motor propulsor, ainda que insuficiente para a sorte dos sujeitos envolvidos.

Como se dá o processo de comercialização da produção?



A pesca artesanal é caracterizada pelo baixo desenvolvimento das forças produtivas, onde os elementos tecnológicos definem a natureza da produção pesqueira. Dado a historicidade da tecnologia que imprimimos neste trabalho, podemos afirmar que as *tecnologias elementares*, de modo formal de mediação, tais como: a embarcação, as velas, os remos (essas com matriz primitiva), o motor, o guincho, o sistema de posicionamento global (GPS), o radar, etc. são instrumentos com os quais os pescadores se relacionam no seu processo produtivo.

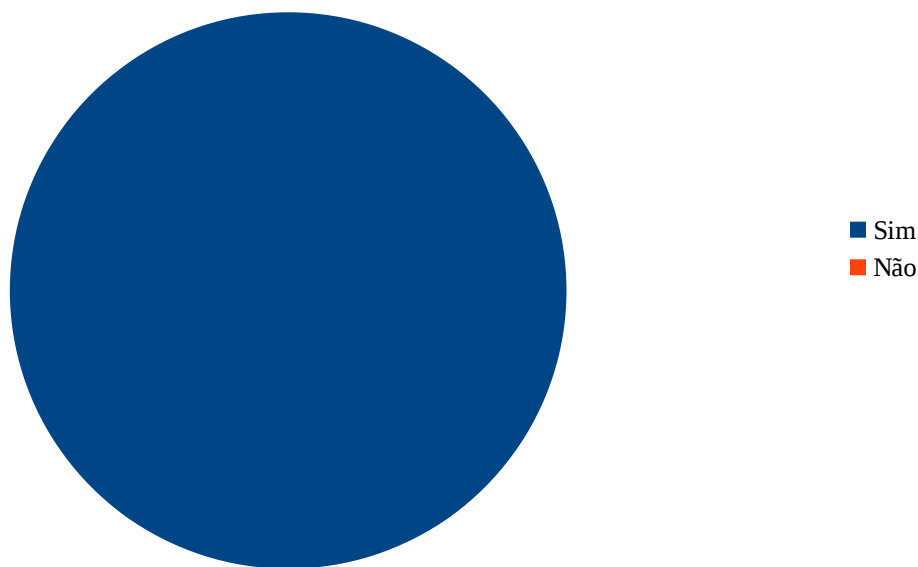
Para a comunidade de pescadores artesanais, ora em análise, a *chegada do guincho de centro*, ou seja, o instrumento que revolucionou a capacidade de captura, que diminuiu a tripulação nos barcos e que emancipou o pescador das atividades árduas de puxada de rede, transmutou uma das características decisivas da pesca artesanal do século XX. Na atualidade, em Penha, todos os pescadores entrevistados, realizam as suas pescarias solitariamente. Não há mais o tradicional envolvimento da família, dos amigos e dos vizinhos, no processo de captura do pescado. Conforme podemos perceber no gráfico abaixo, a absoluta maioria dos entrevistados disseram que é positivo o uso de tecnologias no processo de produção pesqueiro artesanal.

Um pequeno avanço nas condições tecnológicas da pesca artesanal já descaracterizou a base sobre a qual a mesma se fundou. Em Penha, depois da motorização das embarcações e da instalação do “guincho de centro”, instrumento com o qual se faz a puxada da rede de ca-

marão, podendo ser um arrasto simples ou duplo, as pescas tornaram-se atividade de um homem só: quando há mais pessoas envolvidas, é na manipulação e no processo de limpeza do camarão.

A atividade de um homem só, ou de um pescador artesanal só, nos faz pensar em duas figuras abstratas: i) o proprietário de si mesmo e ii) o quase proletário de si mesmo. Ser proprietário de si mesmo é uma fantasia, já que o fato de ser possuidor dos meios de produção, portanto ter as mercadorias necessárias para entrar no processo de produção e não ter a mercadoria por meio da qual ele se apropriaria do trabalho alheio não lhe garante obter mais-valia. O que caracteriza o modo de produção capitalista é a relação de uma classe com a outra, sendo que a classe dominante se apropria do trabalho excedente sem dar nada em troca. Para a segunda figura, o quase proletário de si mesmo, nos esconde uma certeza, qual seja, mesmo sendo proprietário de si mesmo ele está submetido a baixas condições de trabalho e a um grau de precariedade social bastante avançado. Não é proletário, mas as suas condições sociais de existência o fazem ser.

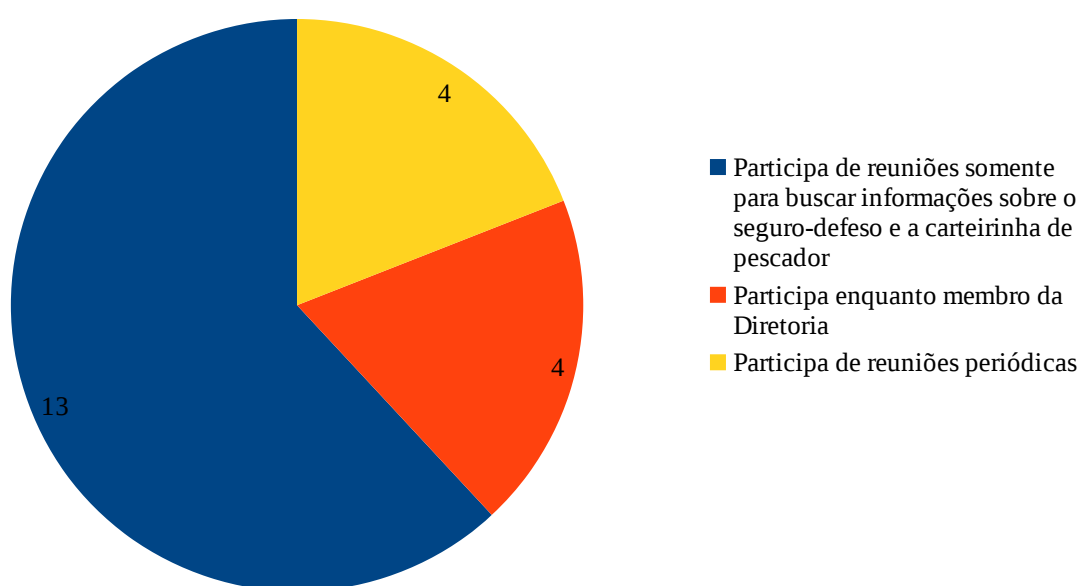
É positivo o uso de tecnologias no processo de produção pesqueiro artesanal?



Quando afirmamos, em linhas acima, que as Colônias, ainda que tenham se tornado, contraditoriamente, espaços de solidariedade através dos quais os pescadores logravam obter algum tipo de emancipação política, não é menos verdade que a capacidade e as condições de realização destes desígnios ainda é algo conflituoso, incerto e em plena construção. Ao colo-

caros a pergunta sobre a relação dos entrevistados com as atividades da Colônia, pressupondo que o vínculo visceral fosse proporcional à capacidade de lutas e, no horizonte, possibilidades maiores de conquistas, obtivemos o seguinte quadro: 13 (61,9%) disseram que participam de reuniões somente para buscar informações sobre o seguro-defeso e carteirinha de pescador.

Como é a sua relação com as atividades da Colônia ou da Associação?

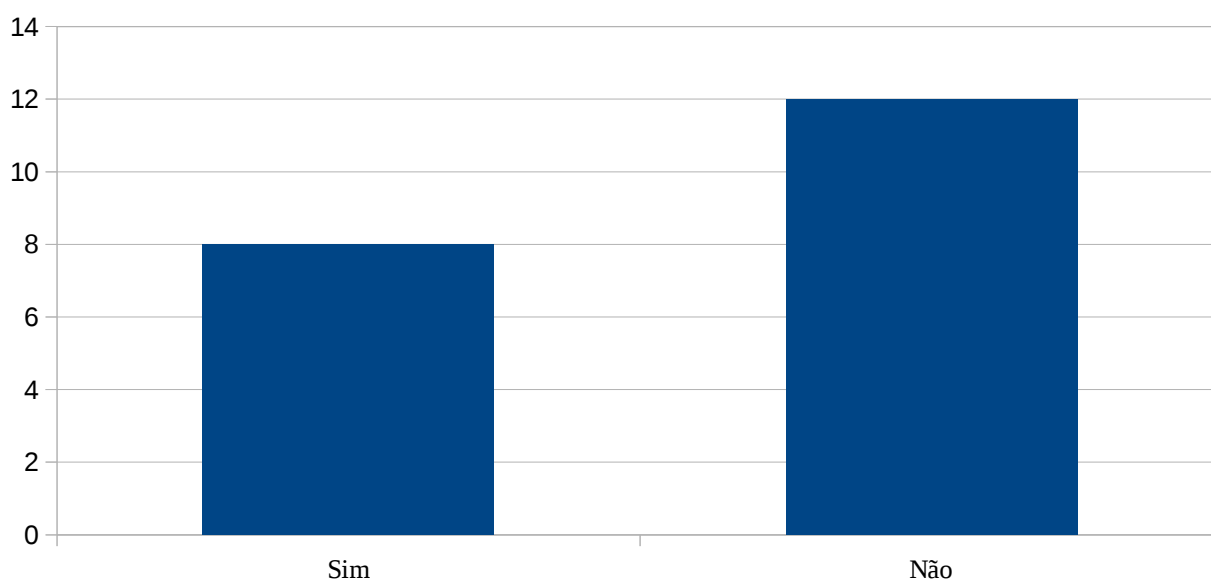


Ou seja, é um tipo de participação muito individualista, ainda que tenha nexos com questões coletivas, onde a defesa, por exemplo, dos direitos sociais adquiridos e das garantias institucionais de ser pescador artesanal fazem parte desta participação. Isso por si só é plausível. Agora, se observarmos que 4 (19,5%) deles participam enquanto membro da Diretoria e os outros 4 (19,5%) entrevistados participam de reuniões periódicas o horizonte se reverte. As colônias, para estes pescadores, é um espaço de lutas, espaço de solidariedade, no entanto, as condições do tempo presente os submetem a uma modalidade de participação que não se constitui enquanto força social de armação coletiva.

Se isso faz sentido, o desconhecimento sobre as políticas públicas engendradas nestes últimos anos pelo MPA, torna-se a nossa asseveração ainda mais contundente. O desconhecimento dos entrevistados sobre as políticas do maior órgão do executivo da história brasileira, revela que: i) elas foram realizadas sem que houvesse a participação efetiva dos pescadores

artesanais e ii) foram políticas de âmbito conjuntural, ou seja, não tocaram em questões estruturais dos envolvidos. Dos 20 que responderam ao questionário, 12 (60%) disseram que não conhecem as políticas públicas criadas pelo MPA e 08 (40%) disseram que sim.

Você conhece as políticas públicas criadas pelo Ministério da Pesca e Aquicultura?



Por fim, perguntamos se os pescadores artesanais pretendiam que os seus filhos desenvolvessem as mesmas atividades artesanais.

Você pretende que o(s) seu(s) filho(s) seja pescador artesanal?



Dos 22 que responderam o questionário, 18 (81,8%) disseram que não e 04 (18,2%) disseram que sim. É oportuno destacarmos algumas das respostas dadas pelos entrevistados sobre a pergunta acima e sobre o futuro da pesca artesanal: i) “há muita dificuldade na pesca-ria. Fiz de tudo para eles estudarem. O pescador vai acabar. A pesca não compensa mais”; ii) “Vida sofrida. Acredito que não vai se manter, dado o avanço da pesquisa”; iii) “não pretendo, ela está ruim”; iv) “para quem não tem estudo, sim. [Meu filho] é “técnico em informática”; v) “é bom estudar”; vi) “é cansativo e ganha pouco. Eles devem estudar”; vii) [a pesca] “é sa- crificante. Trabalho precário” e viii) “sofrido, difícil. O sofrimento de um pai não pode passar para os filhos”.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos neste trabalho de doutoramento o modo de produção capitalista enquanto uma formação social em cuja base encontra-se o produtor direto transformado em trabalhador livre, isto é, em livre proprietário da sua força de trabalho, de um lado e o proprietário de dinheiro, de meios de produção e de meios de subsistência, comprando a força de trabalho alheia, de outro, para que as condições de reprodução do modo de produção capitalista se materializem. No entanto, as características dos dias atuais são a degenerescência acelerada de tais relações sociais burguesas e a ausência de um modo de produzir a existência para além da sociedade burguesa. Isso nos permitiu concluir duas coisas: i) a degenerescência das formas modernas (salário e lucro) e ii) a manutenção, nos dias atuais, de formas de produzir pretéritas, enquanto aparência.

Ao mesmo tempo regressar aos estágios pretéritos de reprodução da existência é uma tarefa impossível, dado o estágio atual das forças produtivas e das relações sociais burguesas. Diante disso, o único caminho possível é a condução da vida à emancipação humana. Apreender estas questões nos permite enfatizar, sobretudo, que o modo de produção capitalista carrega em seu útero decisões que só podem ser resolvidas por ações sociais e não mais por ações individuais como outrora. O estudo do modo de produzir a existência dos pescadores artesanais e todo o aparato que se forma a partir da sua práxis, é uma forma de identificar, empiricamente, a possibilidade de realização desse caminho.

Por todos esses aspectos, fica claro que a existência da pesca artesanal, no tempo presente, tem íntima conexão com a degenerescência das formas burguesas. Apreender que as formas tradicionais são existentes, mas como mera aparência, é indicar que elas não se reproduzem por si só, dependem visceralmente das relações sociais mediadas pelo capital.

O evoluir do modo de produção capitalista é a valorização da riqueza em si e a desvalorização dos homens em geral. No entanto, as condições históricas atuais aumentam o drama dos trabalhadores, posto que o enorme avanço da riqueza, enquanto processo científico, permite que a sociedade capitalista necessite cada vez mais de menos homens para se reproduzir: a riqueza social é inversamente proporcional ao grau de necessidade humana. “Com a valorização do mundo das coisas (*sachenwelt*) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (*menchenwelt*)” (MARX, 2004, p. 80).

Grade & Aued (2003, p.321, et. seq.) nos fornecem a seguinte análise:

Os homens ao se objetivarem conscientemente como capital, valorizam a ri-

queza em si e para si. Essa valorização é feita em detrimento da valorização dos homens produtores diretos. Assim, se de um lado a riqueza material é concentrada e centralizada num polo, de outro, os homens são deixados à própria sorte da lei econômica do capital, cujo produto é a sua desvalorização.

Ao longo do nosso trabalho, mormente na discussão teórica, a nossa preocupação foi com a exposição dos caracteres fundamentais do ser social, universal. Se assim o procedemos foi em função da relevância que o processo histórico, enquanto ser social, tem para o nosso objeto analítico de doutoramento. Foi indispensável apresentar o conceito de alienação e emancipação. Eles se tornaram os fios que amarraram a nossa estrutura teórica à empiria. Observamos que foi por meio dos quais que a história dos homens, enquanto um processo dialético de hominização, vem se materializando e a emancipação torna-se uma necessidade. Por tal razão, estamos convictos que o conceito de alienação e emancipação foram imprescindíveis para a reflexão sobre pesca artesanal.

Afirmamos que a alienação é a separação do homem das suas condições materiais de produzir a vida, portanto, a alienação está vinculada ao trabalho. Afirmar que a alienação é um conceito eminentemente histórico significa dizer que ela é parte constitutiva do processo produtivo da existência humana. Se assim o é, a manufatura e a indústria moderna são duas formas históricas cujo dinamismo se dá entre as duas classes sociais, sendo que uma das quais (capitalista) se apropria do trabalho excedente da outra (proletária), constituindo a essência humana. “Nesse processo dialético, os homens cooperam uns com os outros na e pela produção material de sua existência, de conformidade com um plano previamente estabelecido, que no caso burguês é o capital”, explica Aued (2004, p. 19). O que declaramos é que a alienação expressa a transmutação do trabalho individual em trabalho coletivo, comum. Por esta razão a sociedade capitalista não é só o explicitar contraditório da produção. É, também, o explicitar do ser social, comum, na medida em que o ato da produção deixa de ser individual e passa a ser um ato coletivo.

A alienação, enquanto manufatura, nos mostrou a germinação desse processo a partir do momento em que criou o trabalho coletivo e decompôs o trabalho individual. Ao afirmar isso, tocamos o sol do fenômeno histórico, ou seja, a manufatura é a primeira forma de produzir que cria o ser social, enquanto produto material do próprio homem.

Como houve importância de se compreender a história dos homens, enquanto um processo dialético de hominização, foi mister afirmar que tanto a manufatura quanto a grande indústria moderna são partes constitutivas desse processo. Para clarificar os aspectos observa-

dos acima classificamos o nexos entre o homem e a natureza nas três formas históricas, e como a alienação se processou. No ofício artesanal, o nexos entre o homem e a natureza dá-se pela habilidade, destreza e bom senso e é através do qual que há a manipulação do instrumental de trabalho na transformação da natureza. Na manufatura é a habilidade e destreza que permitem a manipulação da ferramenta especializada e na maquinaria é o meio de produção, constituído pela combinação de várias ferramentas, que realiza o nexos entre o homem e a natureza. Essa transformação tirou do homem a possibilidade de ser força motriz do processo de produção e deu às máquinas-ferramentas o desígnio de guiar a produção capitalista. “A consequência dessa revolução no nexos entre o homem e a natureza sensível é a separação do limite imposto ao processo de trabalho pelas condições limitadas do trabalhador parcial e de suas ferramentas especializadas” (AUED, 2005, p. 12). Portanto, concluímos que o evoluir da sociedade capitalista é o explicitar da perda, por parte dos trabalhadores, da destreza e habilidade e a materialização em forças produtivas.

A associação entre alienação e pesca artesanal neste trabalho mostrou-se decisiva para a nossa apreensão sobre o modo de produzir a existência dos pescadores artesanais. É equivocado desvincular, ainda que muitos sociólogos ligados ao tema da pesca artesanal tentem assim proceder, a história de transformação do pescador das formas alienadas do mundo burguês: salário, ganho do capital (juro e lucro) e renda da terra e do mar. Ao olharmos os pescadores artesanais da atualidade, enquanto produto de processos complexos, observamos a concretização de formas alienadas visto que eles se tornaram seres supérfluos, separados do seu saber-fazer, da sua tradição, da sua comunidade e alienados dos seus laços materiais. Isso pode ser empiricamente observado durante o processo de modernização da pesca industrial, o avanço sistemático do turismo e da construção civil e, com mais força nos últimos anos, a exploração do petróleo no litoral brasileiro e de tanques aquícolas, como mostrou Diegues (1988); Furtado (1988); Mello (1982); Valêncio (2007) Azevedo (2012) Mendonça (2006), entre outros. O processo de valorização da riqueza social forjou essa separação. Separou o pescador artesanal das suas condições tradicionais de produzir a existência. O pescador perdeu os seus elementos produtivos que sustentavam o trabalho, portanto alienou-se, mas, ao estar assim submetido, tem diante de si uma nova base material para produzir a vida.

O que percebemos neste processo foi que o trabalho artesanal e manufatureiro passou a ser materializado em meios de produção, sob a mediação das relações do capital. Dessa forma, os três vetores sobre o evoluir da sociedade capitalista, que usamos no primeiro capítulo,

quais sejam: i) produção da mais-valia; ii) produção da própria sociedade capitalista e iii) produção da negação da sociedade capitalista, se fizeram fundamentais para o nosso objeto analítico. E, mais, foi através dos quais que a tese auediana de que a manufatura engendra o processo de libertar o trabalhador do trabalho, de que a grande indústria moderna demonstra o processo do homem se libertando do trabalhador e de que o ser histórico apresenta as formas de como o homem supera sua desumanização e faz-se homem plenamente desenvolvido, concretizou a nossa perspectiva.

Por isso tudo, concluímos que o processo de produzir a existência dos pescadores artesanais perpassou essas formas burguesas, enquanto práticas da produção dos homens reais e, por conseguinte, tiveram as suas condições de trabalhos separadas de si. É por meio das quais, que o ser humano se constitui como ser histórico. Ou o que vimos entre os pescadores artesanais não é o explicitar da vida de cada ser singular em ser histórico, genérico, dependente do trabalho social? O trabalho é o elemento central do processo de hominização.

Estamos convictos que a passagem acima foi indispensável para compreendermos todos os arranjos de produção e de lutas que vão se formando no transcurso da existência dos pescadores artesanais.

Em vista dos argumentos apresentados, a emancipação se manifestou enquanto uma condição histórica, decisiva, porque as forças produtivas do trabalho social permitem que os trabalhadores emancipem-se do seu estado em si. Sobre isso, nos apropriamos da citação de Aued (2005, p. 30) para quem a:

máquina, como força produtiva do trabalho social, desenvolvem-se também ao mesmo tempo e simultaneamente, as relações sociais que fazem do homem um ser social, comum. E, nesse processo de constituição do ser social comum, o ser em si individual é superado, negado (*alfhegung*), pois o trabalho próprio como princípio da auto criação do ser em si é suplantado pelo trabalho social.

Portanto, aproximamos a emancipação ao ato material de produzir a existência, tal como fez Vieira Pinto (2005) no seu longo processo de hominização. No entanto, somente considerando a cooperação, enquanto expressão do alcance dos meios de produção, tivemos a confirmação de que é por meio da qual que os homens se encontram. A cooperação transforma o processo de trabalho, assentado no indivíduo, ou nas esferas familiares e comunitárias, em um processo de trabalho coletivo, universal. A produção passou a ser um ato coletivo assentado sobre a ciência.

Outra coisa, não menos rasa, que calça os pés dos nossos pilares analíticos é que o pro-

cesso de produção capitalista fez com que a cooperação entre os homens fosse fixada em formas materiais de produção, cuja dimensão e operacionalidade só pudesse ser impulsionada pelo trabalhador coletivo. À vista disso, pois, que podemos declarar que o regurgitamento de trabalhadores do processo produtivo é, ao mesmo tempo, a criação da existência coletiva na figura do trabalhador associado, materializado nos meios de produção na forma de máquinas-automáticas.

Podemos dizer que as nossas hipóteses se comprovaram, a partir dos dados assinalados. Na medida em que a sociedade capitalista desenvolve-se, os pescadores artesanais vão perdendo os seus laços com o mundo tradicional; vão se tornando seres supérfluos para a produção capitalista e, por tal razão, a única tarefa que lhes resta é a luta emancipatória. Concluímos que a luta aparece nas formas de organização política, especialmente, nas formas de intercâmbio, como na rede de organizações de pescadores e no vínculo fecundo com organismos internacionais, universidades, intelectuais, etc, ou seja, é a expressão do ser social. Desse modo, consideramos que ao perderem o seu vínculo com o passado, perdem, também, as suas ilusões. É mister notar que, no entanto, na grande maioria das vezes, essas lutas sociais são tingidas por cores que destacam o caráter tradicional de “ser pescador artesanal”, como algo que não se deve alienar. Quando dissemos que eles vão perdendo os laços com o mundo do passado queremos sublinhar, tão somente, que a perda é senão do isolamento, do pauperismo, portanto da especificidade de “ser pescador artesanal”. Perder os laços com o mundo de outrora, não é outra coisa senão tomar consciência crítica do seu passado: a consciência crítica é produto do avanço da sociedade capitalista.

No tocante à institucionalização da pesca, através do MPA, a nossa conclusão foi de que a fundação se deu em um momento de profunda crise da pesca artesanal. Nesse sentido, o MPA permitiu a superação dos quadros de esgotamento das políticas da Sudepe e trouxe um horizonte concreto para os pescadores artesanais. Observamos que a criação do MPA respondeu a uma demanda histórica do setor pesqueiro nacional e de políticas públicas que pudessem superar o pauperismo social. Isso foi o que não aconteceu. Ficou patente que a política pesqueira privilegiou, principalmente, a dimensão econômica dos setores produtivos, nomeadamente os industriais e os empresários do ramo aquícola, ainda que tenha criado um aparato

a favor dos pescadores artesanais. Eis a lógica do Estado capitalista explicitada.

Sobre isso é indispensável por em relevo o trabalho de Azevedo (2012, p. 310, et. seq.), especialmente a afirmação segundo a qual a política do MPA para a pesca artesanal resumiu-se “à inclusão social, com medidas que visam aumentar a renda por meio da concessão de infraestruturas que permitam a melhoria das condições de comercialização e a agregação de valor ao produto, por meio do beneficiamento”. E, mais, “isso reforça a concepção de que a política para a pesca artesanal é fundamentalmente uma política social, já que esta medida está atrelada à seguridade social e tem caráter distributivo”.

Em vista do que apresentamos, duas questões fundamentais foram rematadas: i) o Estado moderno é incapaz de propor formas políticas que supere o pauperismo dos pescadores artesanais; e ii) mesmo contraditoriamente, o Estado, por meio das políticas públicas, tornou-se um espaço de lutas em busca da emancipação.

Não é demais enfatizar, tendo em vista o que foi mostrado no gráfico sobre a filiação dos pescadores à Colônia e à Associação, que o forte aumento dos beneficiários traduz a íntima relação deles com o Programa Social mais efetivo e amplo já feito na história do país. Se olharmos para o crescimento das pescadoras artesanais, após a Lei 9. 959 de 2009, esses dados ficam mais sólidos. O seguro-defeso tornou-se um instrumento através do qual o Estado reproduziu a existência dos pescadores(as) artesanais e, contraditoriamente, permitiu que novos caminhos de lutas emancipatórias fossem materializados.

O que queremos reiterar é a autoconsciência que se concretizou entre os pescadores artesanais, ainda que pelo avesso. Mesmo insuficiente, as políticas públicas permitiram a perda das suas ilusões sobre o papel do Estado moderno e que novas formas de lutas se materializassem, uma vez que a conexão com a universalidade foi se consubstanciando. A história de organização das lutas sociais demonstrou esse elemento.

Podemos declarar que a sua história de precarização está jungida à sua especificidade de “ser pescador artesanal”. Para “ser pescador artesanal” ele tem de perder a sua especificidade de “ser pescador artesanal”. Dito de outra forma, para afirmar a sua cultura é necessário que ela se universalize e se torne uma luta emancipatória, universal. É somente superando a sua especificidade que ele se hominiza, torna-se um ser genérico e, desta forma, preserva-se enquanto pescador artesanal. Isso vai ao encontro do que falamos sobre emancipação nesta tese, ou seja, é pela universalização que os pescadores artesanais podem se conectar com a luta de todos os povos subalternizados, banhados pelas mesmas contradições da sociedade

instalada.

Ficou patente que eles tomam consciência dos limites impostos pela sociedade capitalista, enquanto forma de atuar do Estado, e ampliam as suas lutas sociais. Primeiro, materializando as suas conquistas em formas jurídicas, como vimos acontecer na Constituinte da Pesca e na Lei 11.959 e, em seguida, no MPA. Segundo, ao perceber os limites de tais conquistas, essas lutas ganharam contornos universais, tornaram-se luta de todos, por meio das conferências auto-organizadas, da conexão com os outros povos e da apropriação da universalidade posta. Assim sendo, pois, que o caminho, enquanto processo de materialização do fazer humano ganhou força histórica.

A empiria que evidencia a consciência, um ser genérico se fazendo, é percebido na auto-organização política dos próprios pescadores artesanais ao longo do litoral brasileiro. Os dados sobre o processo de hominização estão marcados pelo esquadramento da natureza do Estado e das políticas institucionais promovidas, mas também pelos avanços concretos que as lutas intestinais alcançaram. Eram demandas sociais que moviam os pescadores em busca de satisfações imediatas, às vezes atreladas a outros grupos, como foi o caso de conflitos a favor dos escravos, a Cabanagem (1835 a 1840), a Revolta da Chibata (1910), a as Revoltas de 1903 e 1904 em decorrência da Lei de Recrutamento da República para a Armada de 1897.

Outro momento desta empiria advém de greves, de protestos e do controle de algumas Colônias, como foi o caso de Santarém e Aranaí (PA), Goiana (PE), Pitimbu (PB), Caiçara (RN), Caravelas (BA) e Penedo (AL). No mesmo caldo de embates, podemos citar o controle de algumas federações estaduais, como foi o caso de Pernambuco, em 1984 e de Alagoas, em 1987. Já em 1989, foram conquistadas as Federações de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Todas estas formas de lutas foram contundentes e já demonstravam o pauperismo no qual se encontravam e que uma forma de organização política, ainda que restrita ao mundo burguês, começava a existir.

É possível concluir que a consciência advinda do controle das colônias tornou-se uma forma de emancipação política. Essa consciência fica mais evidente quando observamos as lutas atuais em torno de questões sociais profundas e que envolvem outras organizações sociais. É assim que as conferências dos pescadores artesanais se tornaram um ato de solidariedade bastante amplo, basta observar a vasta conexão com outras formas de lutas.

Podemos dizer que as lutas dos pescadores artesanais em todo o litoral brasileiro se fortaleceram a partir da criação do MPA, mas não necessariamente pela força das ações insti-

tucionais criadas por ele, ainda que mediadas, e sim pela relação contraditória existente entre o MPA e a superação do pauperismo social. Percebemos, em vista disso, a criação de formas de lutas, de espaços de solidariedade e de processos de hominização pelo próprio processo de reprodução da lógica capitalista.

No tocante aos dados sobre os pescadores artesanais da Cidade de Penha, em si, é mister concluir que a Colônia e a Associação de Pescadores artesanais são os espaços através dos quais os experimentos sociais se dão. A organização nestes espaços se mostrou enquanto uma forma de reproduzir a vida a partir das condições que encontram diante de si. A Associação de pescadores, por exemplo, foi organizada sem que houvesse interferência dos canais do Estado burguês, ou seja, ela partiu de uma demanda específica, resultado das contradições entre os envolvidos com a pesca. Sendo assim, podemos reiterar a citação de Grade (2008, p. 09):

É nos experimentos sociais que vemos a revolução tomando forma, aparecendo na vida dos homens produtores diretos, processada cotidianamente em suas lutas, tornando-se consciência, já que esses homens sabem que não mais podem se reproduzir como capital e que se faz necessário construir outra forma que o supere: a forma possível tem sido expressa como solidariedade.

Ramalho (2010), no seu trabalho sobre resistência e humanização do mar nos revela uma dimensão da luta emancipatória que muitas vezes não está colocada nos espaços institucionais. Queremos chamar atenção para a situação segundo a qual formas de lutas podem estar presentes no cotidiano, sem que, em primeira instância, materializem-se em formas institucionais corriqueiras, como colônias, associações, sindicatos, etc. Essas formas de lutas, enquanto expressão dos anseios, dos dilemas e da necessidade de superar os imperativos burgueses, são vistas como um componente estratégico para os pescadores artesanais. Ou seja, “ganha utilidade humana de resistência, de irredentismo, de insurgência cotidiana frente à vida aprisionada ao utilitarismo do capital, que tenta impor a todo tempo uma situação” (RAMALHO. 2010, p. 100).

Podemos concluir, pois, que, diante das entrevistas do capítulo anterior e de conversas informais, há uma forma de luta invisível, mas fundamental, enquanto consciência crítica. Essa forma de luta, por exemplo, pode ser identificada na seguinte frase: “são quatro meses de camarão e oito de miséria”. Essa constatação não é fortuita, ainda que pareça ser. Ela nos revela, de um lado, as dificuldades de se manterem enquanto pescadores artesanais e, de outro, as limitações do aparato institucional que os alberga. Portanto, as antinomias das organizações

políticas com a realidade social são sentidas pelos pescadores penhenses¹¹⁰. Aliás, esse componente concreto, expressão das contradições da miséria humana, recebeu atenção especial de Vieira Pinto (2008, p. 26, et. seq.) especialmente quando ele diz que “o reconhecimento do caráter social da situação que o aflige é a epifania que configura *a possibilidade de conversão da consciência ingênua do desesperado em consciência crítica do lutador arregimentado*”. (Grifo Nosso). O primeiro passo no caminho da emancipação é, senão, o ato de se vincular conscientemente ao estado de miséria, dito de outra forma, “ingressar no âmbito do problema social” e, desse modo, identificar a miséria enquanto causa de seu “estado no sistema de relações sociais de que faz parte”.

É digno de nota a suposta rejeição a este tipo de leitura dos fatos históricos, que possa vir de quem nos lê. Afinal, considerar consistente, para esta conclusão, o que chamamos de luta invisível, pode ser perturbador. Entretanto, se assim não procedermos, estaremos a desconsiderar uma dimensão da vida prática dos pescadores artesanais que é o fio mediante o qual os atrela ao mundo das lutas sociais. Ainda que essa forma de ver as coisas não esteja traduzida em lutas, dentro de organizações complexas de defesa, elas são indispensáveis para tais. E, por que elas não se revertem em experimentos sociais concretos? Ou será que elas já são experimentos sociais concretos em germe? As lutas sociais se expressam em todos os cantos, uma vez que as contradições do capital em todos os cantos estão. Os gráficos, para além de dados contundentes, demonstraram-nos o diapasão da insatisfação geral com os rumos da existência dos pescadores. Estar insatisfeito com os rumos da existência não é pouca coisa e pode ser visto, também, pela não pretensão em ter os seus filhos pescadores artesanais no futuro. Isso revela que eles não sabem o que serão, mas sabem que não querem voltar ao passado e que o presente é um problema. Dito de outra forma, eles querem uma vida superior a existente e por isso as lutas do presente tornaram-se uma atividade consciente. O fato da grande maioria ter explicitado que não pretende ter os seus filhos vinculados ao mesmo mundo de sofrimento da pesca artesanal demonstra isso. Ao mesmo tempo, para eles, ser pescador artesanal é expressão de liberdade, da mais pura manifestação do saber-fazer. Porém, há diferenças entre ser pescador artesanal, enquanto um ato puro de liberdade e ser, enquanto sujeito submetido à lógica do capital, mantidos por políticas de crédito, de incentivos fiscais, etc.

¹¹⁰Outra forma de sentir as contradições, é o que Amaral (1934, p. 164) chamou de “instincto social” ou de “intuição política”, isto é, formas de perceber as coisas “que vem guiando o homem desde o alvorecer das primeiras sociedades”. A perda das ilusões com as formas políticas do Estado moderno vem sendo o caminho que estimula as faculdades intuitivas dos povos do mar a ter consciência crítica das incongruências das instituições políticas.

A despeito do que estamos a declarar, cabe uma crítica ao que comumente se observa como forma de preservação do *modus vivendi* dos pescadores artesanais, ou seja, é comum observar sociólogos defendendo a manutenção de relações sociais tradicionais já incompatíveis com os rumos atuais da ordem burguesa, como forma de garantir a existência. Ocultam, ao proceder desta forma, que a reprodução dessas relações sociais está jungida às condições impostas pela própria sociedade capitalista, pelo capital de juros, por exemplo, como vimos. Não vemos nesta prática formas superiores que libertem os pescadores artesanais do trabalho: são formas de produção que tratam o trabalho enquanto o fio que une e configura a vida.

Podemos, por fim, dizer que a dimensão da solidariedade está colocada nas formas de lutas sociais dos pescadores. O fato de se identificarem com os outros povos, enquanto sujeitos submetidos ao mesmo diapasão existencial, fortalece os laços de solidariedade. Essa solidariedade é cada vez mais ampla na medida em que as comunidades de pescadores não estão mais ligadas aos laços familiares, vicinais, comunitários de outrora. É uma nova práxis social que busca “recuperar a centralidade do homem, suas habilidades produtivas e criativas, unidos por laços de cooperação, ao invés da acumulação de capital em si e para si”, segundo Milani & Grade (2011, p. 62). Como vimos no capítulo III, as formas de organização política, como a MPP, se fortaleceram no exato momento em que se tornaram nacionais e internacionais: o que nos autoriza a falar de solidariedade ampla e complexa. É desse modo, pois, que essas práticas organizativas singulares são expressões evidentes da tomada de consciência do real, isto é, das suas reais condições materiais. No evoluir da sociedade capitalista a miséria, enquanto universalidade, torna-se algo concreto e, por assim se constituir, outra coisa não resta aos homens a não ser a defesa revolucionária da sua própria existência.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 1985.

_____. **Minima Moralia**. Lisboa, Edições 70, 1951.

_____. **Progresso**. Lua Nova, São Paulo, nº 27, dez. 1992, p. 217-236.

AGUIAR, Wisley Francisco. **Filosofia, música e sociedade**: a noção de progresso em Theodor Adorno. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Filosofia da UFU, 2008.

ANAIS DO III ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MAR. **Pesca artesanal**: tradição e modernidade. São Paulo: PPCAUB/IOUSP, 1989.

ARAÚJO, J. Forte Velho. **Da subsistência à dependência industrial**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Geografia). Universidade Federal da Paraíba. 1992.

AUED, Idaleto. Capital e emancipação humana: o ser social. In. AUED, Bernadete. **Educação para o desemprego**: quando estar liberto da necessidade do emprego é um tormento. Rio de Janeiro, Vozes, 1999.

_____. Marxismo e Geografia. In: ALBA, Rosa Salete et al. **O ensino de Geografia no novo milênio**. Chapecó, Argos, 2002.

_____. **Alienação, divisão do trabalho e manufatura em Karl Marx**: ou de como libertar o trabalhador do trabalho. Trabalho apresentado como Seminário do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Unesp, Araraquara (SP), dezembro de 2004.

_____. **Alienação, maquinaria e grande indústria moderna em Karl Marx**: ou de como o homem se liberta do trabalhador. Trabalho apresentado como Seminário do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Unesp, Araraquara (SP), dezembro de 2005a.

_____. **Transcendência (aufhebung), alienação, manufatura e maquinaria em Karl Marx**: ou como o homem supera a sua desumanização e faz-se homem plenamente desenvolvido. Trabalho apresentado como Seminário no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Unesp – Araraquara (SP), junho de 2005b.

AZEVEDO, Natália Tavares de; PIERRI, Naína. **A política pesqueira no Brasil (2003-2011)**: a escolha pelo crescimento produtivo e o lugar da pesca artesanal. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, v. 32, p. 61-80, dez. 2014.

BERTUCCI, Jonas de Oliveira. Desenvolvendo a solidariedade no caminho da transição: um ensaio sobre a teoria do socialismo a partir de Marx. in: **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 1 (38), p. 173-200, abr. 2010.

BOITO JR., Armando. **Sindicalismo de Estado no Brasil**. Entrevista exclusiva concedida ao Jornal Voz Operária, órgão central da Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes (CCLCP), 2012.

Disponível em:
<http://cclcp.org/index.php/inicio-cclcp/nacional/183-sindicalismo-de-estado-no-brasil-entrevista-com-armando-boito-junior#sthash>

BONATTI Siara. **Entre o passado e o futuro: a reprodução social da pesca artesanal em armação de Itapocorói (Penha-SC).** Centro de Educação Superior de Ciências Jurídicas, Políticas e Sociais (CEJURPS), Curso de Ciências Sociais, Univali, 2005.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista.** 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2012.

CALLOU, Ângelo Brás Fernandes. **Considerações sobre a dívida social na pesca artesanal brasileira** (intervenção à mesa de abertura). I Conferência da Pesca Artesanal no Brasil, Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.eventosufrpe.com.br/jepex2009/cd/resumos/R0993-1.pdf>. Acesso em: 14/02/2013.

CÂMARA NOTÍCIAS. Governo envia medida provisória da reforma administrativa ao Congresso. 2015. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/497741-GOVERNO-ENVIA-MEDIDA-PROVISORIA-DA-REFORMA-ADMINISTRATIVA-AO-CONGRESSO.html>. Acesso em: 10/01/2016.

CAMPANA, Samya. **A emancipação humana a partir da síntese histórica do desenvolvimento das forças produtivas sociais: o sistema de laboratório.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina.

CAMPOS, André Gambier; CHAVES, José Valente. **Seguro defeso: problemas enfrentados pelo programa.** Ipea, 2015. Disponível em: Acesso em: 05/01/2016.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Pescadores: geografia e movimento social.** Anais do X Encontro de geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo, 2005.

CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES. **Relatório descritivo da conferência.** 2009. Disponível em: <http://www.cppnac.org.br/>. Acesso em: 01/05/2014

CPP. **I Conferência Nacional dos Pescadores Artesanais.** 2009. Disponível em: <http://documentospeloterritorio.blogspot.com.br/> Acesso em: 12/01/2016.

_____. **Projeto de Lei de Iniciativa Popular sobre o Território Pesqueiro.** 2010. Disponível em: <http://documentospeloterritorio.blogspot.com.br/>. Acesso em: 01/01/2016.

DIAS NETO, J. **Pesca no Brasil e seus aspectos institucionais: um registro para o futuro.** Revista Cepsul - Biodiversidade e Conservação Marinha, 1(1), 66-80, Itajaí, Univali, 2010.

DIEGUES, Antônio C. Sant'Ana. **Pesca e marginalização no litoral paulista.** Tese de Mestrado. São Paulo, USP, 1973.

_____. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo, Ática, 1983.

_____. A pesca artesanal no litoral brasileiro: cenários e estratégias para sua sobrevivência. In: **Revista Proposta** – Experiências em Educação Popular, n. 38. Rio de Janeiro, Editora da Fase, 1988.

_____. **Populações humanas, rios e mares da Amazônia.** Anais do IV Encontro de Ciências Sociais e o Mar do Brasil, São Paulo, pp. 31-68, 1991.

_____. **Os movimentos sociais dos pescadores artesanais brasileiros.** São Paulo, Cemar/USP, 1993a.

- _____. **Realidades e falácias sobre pescadores artesanais**. São Paulo, Cemar/USP, 1993b.
- _____. **Povos e mares**. Núcleo de apoio à pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras. São Paulo, Nupaub/ USP, 1995.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.
- _____. **Anti-Dühring**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- ESCOBAR, Arturo. **Más allá del Tercer Mundo: globalización y diferencia**. Instituto Colombiano de Antropología e Historia. Bogotá, Colômbia, 2005.
- EVANGELISTA, Helio de Araújo. **Conselho Nacional de Geografia**. Revista geo-paisagem (online). Ano 11, n. 21, 2012. Disponível em: <http://www.feth.ggf.br/conselho.htm>
- FAO. **Estatísticas pesqueiras mundiais**. 2010. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/pt/>. Acesso em: 12/06/2013.
- FAVARETO, Arilson et al. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília, IICA, 2010.
- FAVERET FILHO, Paulo de Sá Campelo; SIQUEIRA, Sandra Helena Gomes de. Panorama da pesca marítima no mundo e no Brasil. In: **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, 1997, p. 185-198.
- FIESP. Comitê da Cadeia Produtiva da Pesca e Aquicultura. 2011. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/sobre-a-fiesp/comites-cadeias-produtivas/pesca-e-aquicultura/> Acesso em: 15/02/2014.
- FOX, Verônica del Pilar Proaño de. **Pesca artesanal e desenvolvimento local: o movimento nacional dos pescadores –Monape (1990-2009)**, Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) - Universidade Federal Rural de Pernambuco. Departamento de Educação, Recife, 2010, 209 f.
- FURTADO, Lurdes G. Os caboclos pescadores do Baixo Rio Amazonas e o processo de mudança social e econômica. In: DIEGUES, Antônio C. & SALES, Renato R. de. **II Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil**. São Paulo. Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil. 1988.
- GIULIETTI, Nélon & ASSUMPÇÃO, Roberto de. **Indústria pesqueira no Brasil**. Agricultura em São Paulo, SP, 42 (2):95-127, 1995.
- GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- GRADE, Marlene. **Solidariedade como o espaço da transição: uma análise crítica da Economia Solidária a partir de Karl Marx**. Encontro Nacional de Economia Política, Anais, 2008.
- GRADE, Marlene; AUED, Idaleto Malvezzi. **Economia Solidária: um caminho para a superação da sociedade capitalista?**. In: VIII Encontro Nacional de Economia Política, 2003, Florianópolis. VIII Encontro Nacional de Economia Política, 2003.

_____. **A busca de uma nova forma do agir humano: o MST e seu ato teleológico.** In: XI Encontro Nacional de Economia Política, 2006, Vitória. Anais, 2006. v. I. p. 123-141.

GRADE, Marlene; BURANELI, Jéssica Caroline. **O modo como os homens produzem no capitalismo: do fazer com as mãos ao general intellect.** In: Encontro Nacional de Economia Política, 2012, Rio de Janeiro. Anais do XVIII Encontro Nacional de Economia Política. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. v. 1. p. 1-1

_____. **A redução sociológica.** Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1996.

GUIMARÃES, Iza Vanesa Pedroso de Freitas. **Amazônia no domínio das águas: Hurley e a revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1917-1938).** Revista de História Regional 17 (1): 66-88, 2012. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/3207-13280-1-PB.pdf

HARVEY, David. **O enigma do capital.** São Paulo. Ed. Boitempo, 2011;

_____. **Para entender o capital: Livro I.** São Paulo. Ed. Boitempo, 2013.

HIRSCH, Joaquim. **Teoria materialista do Estado: processos de transformação do sistema capitalista de Estado.** Rio de Janeiro, Revan, 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **População do Estado de Santa Catarina.** 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php>. Acesso em: 12/10/2015.

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto.** São Paulo, Hucitec, 2002.

LAGO, P. F. **Comunidades pesqueiras de Santa Catarina: condições sociais e econômicas do pescador artesanal e aspectos da evolução da atividade pesqueira em Santa Catarina.** Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola Ministério da Agricultura, 1968.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental.** Rio de Janeiro, Vozes, 2009.

LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo.** São Paulo, Editora Moraes, 1978.

LESSA, Carlos. **I Seminário Internacional sobre Aquicultura e Pesca.** http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/pesca_171103.pdf

LOBÃO, Ronaldo. **Testemunhas, infratores, parceiros, invisíveis ou criminosos: papéis múltiplos em uma relação singular entre pescadores e a exploração do petróleo na Bacia de Campos.** Disponível em: http://www.uff.br/macaeimpacto/OFICINAMACAE/pdf/33_RonaldoLobao.pdf. Acesso em: 01/01/2016.

LOWY, Michael; VARIKAS, Eleni. **A crítica do progresso em Adorno.** Lua Nova, São Paulo, 1992, n. 27, p. 201-216.

MALDONADO, S. C. **Pescadores do mar.** São Paulo, Ática, 1986.

MANESCHY, M. C. **Uma comunidade pesqueira ameaçada.** Belém, UFPA/NAEA, 1998, 228p.

MARTINS, Paulo Roberto. Caracterização do pescador artesanal do litoral norte-fluminense. In: DIEGUES, Antônio C. & SALES, Renato R. de. **II Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil.** São Paulo. Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil.

1988.

_____. Campesinato e pesca artesanal. In: DIEGUES, Antônio C. **III Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil**. São Paulo. Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil. 1989.

MARX, Karl. **Acerca del colonialismo**: artículos y cartas. Moscou, Ed. Progreso, 1981

_____. **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo, Paz e Terra, 1991.

_____. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelman**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

_____. **Para a crítica da economia política. Capital. O rendimento e suas fontes**. São Paulo, Nova Cultural, 1999.

_____. **El capital**: critica de la economia politica. México, Fondo de Cultura Economica, 2001.

_____. **O capital**. São Paulo, Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo, Boitempo, 2004.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo, Boitempo, 2005

_____. **A ideologia alemã**. São Paulo, Civilização Brasileira, 2007

_____. **O manifesto comunista**. São Paulo, Boitempo, 2010a

_____. **Lutas de classes na Alemanha**. São Paulo, Boitempo, 2010b

_____. **Sobre a questão judaica**. São Paulo, Boitempo, 2010c

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo, Boitempo, 2011.

_____. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo, Boitempo, 2012

_____. **Luta de classes na Rússia**. São Paulo, Boitempo, 2013.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas em três tomos**. Lisboa, Avantes, 1982.

MASCARO, Alisson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo, Boitempo, 2013.

MATA, Vilson Aparecido da. **Emancipação e educação no capitalismo em crise**: a conservação do aprisionamento na aparência de liberdade. Revista Dialectus, 2013. Disponível em: revistadialectus.ufc.br. Acesso em: 12/06/2015.

_____. **Negatividade e positividade da política em Marx**: a partir das glosas críticas marginais. Revista Dialectus, Ano 2. N. 5. p. 80 – 96. 2014.

MELLO, A. F. **A pesca sob o capital**: a tecnologia a serviço da dominação. Belém, UFPA, 1968.

_____. **Contribuição para uma teoria dos conflitos pesqueiros no Brasil**: partindo do caso amazônico. In: DIEGUES, Antônio C. **III Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil**. São Paulo. Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil. 1989.

MENDONÇA, Sandro Augusto Teixeira de. **A influência do conhecimento tradicional na formulação de políticas públicas: o caso da pesca artesanal do rio São Francisco**. São Carlos, 2006. Tese (Doutorado). Escola de Engenharia de São Carlos, USP, 2006.

MESCHKAT, Arno. **Aquicultura e pesca em águas interiores no Brasil**. Rio de Janeiro, Programa de Pesquisa de Desenvolvimento Pesqueiro do Brasil, PNUD/FAO - Ministério da Agricultura/ Sudepe, 1975. IV, 47p. ilus. 28cm. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/field/003/AC562P/AC562P00.htm>

MILANI, A. M. R., & GRADE, M. **Desenvolvimento local e economia solidária um caminho possível: a experiência das mulheres solidárias de Roraima**. Revista Economia Política do Desenvolvimento, 4 (12), 51-67, 2011

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Política de desenvolvimento territorial da pesca e aquicultura**. Brasília, 2010.

_____. **Resumo executivo dos planos territoriais da pesca e aquicultura: territórios do Baixo Vale de Itajaí e Tijucas**. Brasília, 2010.

_____. **Dados sobre a pesca no Brasil**. 2010b. Disponível em: www.mpa.gov.br Acesso em: 14/02/2014.

_____. **Estatísticas pesqueiras do Brasil**. 2013. Disponível em: www.mpa.gov.br Acesso em: 14/05/2013.

MONTENEGRO, Darlan. **A separação entre o econômico e o político e a questão da democracia no pensamento de Ellen M. Wood**. Miolo_Rev_Critica_Marxista-34, 2012.

MORAES, Sérgio Cardoso de. **Colônias de pescadores e a luta por cidadania**. 2010 Disponível em: <http://claudomirtavares.blogspot.com/2010/09/colonias-de-pescadores-e-luta-por.html> Acesso em: 06/06/2014.

MUÑOZ SOUGARRET, Jorge; THER RÍOS, Francisco. **El pescador en el imagináriocientífico durante la etapa de formación de la academia ictiológica chilena, 1829-1909**. *História, Ciências, Saúde –Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.20, n.4, out.-dez. 2013, p.1621-1633.

NASCIMENTO, Ivete Herculano do. **Homens e peixes: o tempo na pesca artesanal**. Paraíba: Universidade Federal da Paraíba. Dissertação de Mestrado, 1993.

ORIVALDO JÚNIOR, Carli da Silva. **A pesca artesanal no modo de produção capitalista: problemática geral e estudo sobre comunidades pesqueiras nas costas norte e leste da Ilha de Santa Catarina**. Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina de CNM 5420. Florianópolis, UFSC, 2002.

ORLANDO, Ana Maria, et. all. Aspectos da pesca do camarão na Lagoa dos Patos (RS). In: DIEGUES, Antônio C. & SALES, Renato R. de. **Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil**. São Paulo. Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil. 1988.

PAIVA, Melquíades Pinto. **Administração pesqueira no Brasil**. Rio de Janeiro, Interciência, 2004.

PETINELLI E SILVA, Viviane. **As conferências públicas nacionais como forma de**

inclusão política: alguns determinantes da capacidade inclusiva desses espaços de participação e deliberação. Programa de Pós-graduação em Ciência Política (Dissertação). Universidade Federal de Minas Gerais. 2010.

PINTO, Álvaro Vieira. **Por que os ricos não fazem greve?** Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1962.

_____. **Ciência e existência:** problemas filosóficos da pesquisa científica. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

_____. **O conceito de tecnologia.** São Paulo, Contratempo, 2005.

_____. **A sociologia dos países subdesenvolvidos:** introdução metodológica ou prática metodicamente desenvolvida da ocultação dos fundamentos sociais do “vale de lágrimas”. Rio de Janeiro, Contratempo, 2008.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1953.

_____. **Evolução econômica do Brasil e outros estudos.** 6. ed. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1969.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

RAMALHO, Cristiano Wellington. **A formação histórica da pesca artesanal:** origens de uma cultura do trabalho apoiada no sentimento de arte e de liberdade. Recife. Cadernos de Estudos Sociais. V. 24. N. 02, 2000

_____. **Pescadores, Estado e desenvolvimento nacional:** da reserva naval à aquícola. XVI Encontro Norte e Nordeste de Ciências Sociais e Pré-alias Brasil. Teresina, Universidade Federal de Piauí, 2012. Disponível em: <http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/MR06.pdf>. Acesso em: 12/02/2013.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo:** prefácio a uma sociologia nacional. Rio de Janeiro, Editorial Andes, 1954.

_____. **Notas sobre o ser histórico.** Rio de Janeiro. Jornal do Brasil. Página 8. Caderno 2, 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_07&PagFis=69974. Acesso em: 12/11/2015.

_____. **A redução sociológica.** Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1996.

RELATÓRIO DESCRITIVO DA I CONFERÊNCIA NACIONAL DA PESCA ARTESANAL. Autor: 1ª Conferência Nacional da Pesca Artesanal – Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Brasil. Disponível em: <http://www.cppnac.org.br/relatorios/> Acesso em: 19/05/2013.

SALES, Renato J. Rivaben. Aspectos da Pesca Artesanal na região lagunar de Iguape Cananeia. In: DIEGUES, Antônio C. **II Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil.** São Paulo. Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil. 1988.

SANTOS, Lucy Woellner dos; ICHIKAWA, Elisa Yoshie; CUNHA, Cristiano J. Castro de Almeida. **Estratégias organizacionais na trajetória da Empasc.** Rev. adm. contemp. [online]. 2000, vol.4, n.3, pp. 155-176. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-6552000000300009>. Acesso em: 02/02/2014.

SECRETARIA ESPECIAL DA PESCA. I **Primeira Conferência de Aquicultura e Pesca**. 2003. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/conferencia/html/introducoes.htm>. Acesso em: 06/05/2013.

_____. Notícias: **Projeto irá desenvolver a pesca artesanal com desenvolvimento sustentável**. Brasília, 2004. Disponível em: www.mpa.gov.br. Acesso em 15/12/2013.

_____. **II Primeira Conferência de Aquicultura e Pesca**. 2006. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/conferencia/html/introducoes.htm>. Acesso em: 08/05/2013.

_____. **III Primeira Conferência de Aquicultura e Pesca**. 2009. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/conferencia/html/introducoes.htm>. Acesso em: 09/05/2013.

SILVA, Luiz Geraldo. Movimento social de pescadores no Norte e Nordeste brasileiros: tradição e mudança (1966-1988). In: DIEGUES, Antônio C. **III Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil**. São Paulo. Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil. 1989.

_____. **Caiçaras e jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil**. São Paulo, Cemar/USP, 1993

_____. **A faina, a festa e o rito: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar** (secs. XVII ao XIX). Campinas, Papirus, 2001.

SILVA, Sandro Pereira. **Avanços e limites na implementação de políticas públicas nacionais sob a abordagem territorial no Brasil**. Brasília, Ipea, 2013.

SILVA, Andréa Leme da. **Entre tradições e modernidade: conhecimento ecológico local, conflitos de pesca e manejo pesqueiro no Rio Negro, Brasil**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. v. 6, n. 1, p. 141-163, jan.-abr. 2011.

SILVEIRA, Dauto J. da. **Bairro Bela Vista e o Porto de São Francisco do Sul: um estudo sobre o modo de produzir a existência dos pescadores artesanais**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós Graduação em Sociologia Política. UFSC, 2010.

_____. **Processo de transformação da existência dos pescadores artesanais na modernidade**. Revista Espaço Acadêmico, n. 139, dezembro de 2012.

SIDMS. **Dados da cidade de Penha**. 2015. Disponível em: <http://indicadores.fecam.org.br/>. Acesso em: 12/12/2015.

STADTLER, Huda. Primeira Conferência da Pesca Artesanal. Revista Coletiva, jul/ago/set. Número 01, 2010. Disponível em: http://www.coletiva.org/site/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&id=13&Itemid=76&idrev=2

TAVARES, João Claudino. **Universalidade e singularidades do espaço transitório: um estudo a partir de quebradeiras de coco babaçu/MIQCB e trabalhadores rurais sem terra/MST no Maranhão (1990-2000)**. Tese (Doutorado) - UFSC, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2008. 362f.

TIMM, Ubirajara. **O artesanato pesqueiro, suas origens, adversidades e perspectivas: o enfoque nacional e aspectos da problemática catarinense**. Rio de Janeiro. Revista de Administração Pública. 12 (3). /83-224, 1978. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/download/15533>. Acesso em: 02/02/2014.

_____. A crise do setor pesqueiro. **Revista de Política Agrícola**. Ano V, n. 01, 1996.

VALENCIO, Norma. **Pescadores do Rio São Francisco**: a produção social da inexistência. São Carlos, Ed. Rima, 2007.

VIANA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília. Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

VILLAR, Frederico. **A missão do cruzador “José Bonifácio”**: os pescadores na Defesa Nacional – a nacionalização da pesca e a organização dos seus serviços (1919-1923). Rio de Janeiro, Ed. Laemmert, 1945.

WOODS, Allan. **Civilização, barbárie e a visão marxista da história**. Revista Esquerda Marxista, São Paulo, 2002.